

Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Letras
Departamento de Teoria Literária e Literaturas
Programa de Pós-Graduação em Literatura

**POÉTICAS DA DESIGUALDADE SOCIAL NA
LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA**

GABRIEL ESTIDES DELGADO

Brasília/2018

GABRIEL ESTIDES DELGADO

POÉTICAS DA DESIGUALDADE SOCIAL NA
LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Tese apresentada ao Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Literatura.

Área de concentração: Literatura e Práticas Sociais.
Linha de Pesquisa: Representação na Literatura Contemporânea.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Regina Dalcastagnè.

Brasília/2018

EES81p Estides Delgado, Gabriel
Poéticas da desigualdade social na literatura brasileira contemporânea / Gabriel Estides Delgado; orientador Regina Dalcastagnè. -- Brasília, 2018.
269 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Literatura) --
Universidade de Brasília, 2018.

1. Literatura e sociedade. 2. Literatura brasileira contemporânea. 3. Desigualdade social. I. Dalcastagnè, Regina, orient. II. Título.

GABRIEL ESTIDES DELGADO

POÉTICAS DA DESIGUALDADE SOCIAL NA
LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Regina Dalcastagnè

Prof. Dr. Jefferson Agostini Mello

Prof. Dr. Alexandre Pilati

Prof. Dr. Paulo Cesar Thomaz

Prof. Dr. Edson Silva de Farias (suplente)

Brasília, 05 de março de 2018.

Para Sandra,
com esperança.

Agradecimentos

A Sandra Maximiano, pelas sugestões lapidares e revisão cuidadosa do trabalho. Pelo amor, companheirismo e paciência vividos na intensidade desses quatro anos de pesquisas. Muito obrigado por me revelar tamanhos sentimentos muito além do que algum dia achei possível.

A minha querida e admirada mãe, Mirian, pela capacidade de sonhar que me inspirou. Pelo trato altivo das coisas da vida, pela dignidade no enfrentamento de toda luta.

A meu pai, Paulo, pelo exemplo. Pela sempre aberta e amorosa interlocução. Pela imensa generosidade e justiça de seu cuidado com quem com ele aprende.

A Henrique, meu irmão, pela ajuda intelectual de sempre. Pelo crescimento conjunto.

A meu irmão Carlos, pelo carinho, confiança e incentivo.

A Guilherme Di Angellis e Wagner Santos, pela amizade de todo o percurso. Obrigado, companheiros.

A Regina Dalcastagnè, pela sempre generosa orientação. Pelo norte humanista e valoroso de seu exemplo, responsável pelo que haja de crítico e não-convencional nesta tese. Obrigado por me apresentar a mais vastas possibilidades de leitura.

A Alexandre Pilati, pela generosa e importante contribuição no exame de qualificação. Muito obrigado pelas várias sugestões, por mim incorporadas, imprescindíveis ao desenvolvimento final do trabalho.

A Ludimila Menezes e Breno Kümmel, pelo afeto nas jornadas em comum. Obrigado pelo entusiasmo e companheirismo.

Ao Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea (GELBC – UnB/CNPq), pela guarida e oportunidade de produtivos diálogos.

A Ana Laura dos Reis Corrêa, pelo exemplo de docência na excelente disciplina que cursei por ocasião do doutorado.

A Tatau Godinho, admirada tia, pelos excelentes e raros livros com que contribuiu para esta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de pesquisa.

Resumo

Propomos um estudo do fenômeno literário contemporâneo no Brasil a partir das mediações sociais que o tornam possível. Refazemos, para tanto, algumas polêmicas responsáveis por desenvolver os parâmetros dos diversos marxismos filosóficos do século XX. Contrastivamente, György Lukács e o Jean-Paul Sartre materialista de *Questões de método* têm suas obras analisadas segundo o desiderato comum de escapar ao mecanicismo na investigação de problemáticas superestruturais. Nosso caminho, heterodoxo, amplia, não obstante, essa leitura em direção à contribuição sociológica conexa. A teoria das classes sociais desenvolvida por Pierre Bourdieu é incorporada como modelo importante para o desvendamento temático e formal de nosso *corpus*. Assim, apresentamos panorama qualitativo da literatura atual, segundo pugnas internas ao subcampo de produção literária restrita. Mas, tão relevante quanto os motivos mais ou menos autônomos que balizam os posicionamentos e as disputas dessa área especializada da cultura nacional, a estrutura socioeconômica do país, compreendida em sua evolução histórica, também é detidamente abordada, a partir, sobretudo, das interpretações de Florestan Fernandes. *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves; *Leite derramado*, de Chico Buarque; *Guia afetivo da periferia*, de Marcus Vinícius Faustini; e *Passageiro do fim do dia*, de Rubens Figueiredo, lidos em conjunto com tais teorias sociais e literárias, mas também situados na dinâmica histórica da sociedade em que participam, revelam, na particularidade mesma de cada composição, ser, de maneira ativa, com os recursos formais mobilizados, e, de modo mais ou menos passivo, como “sintomas”, poéticas do traço, afinal, mais marcante de seu contexto: a desigualdade social brasileira.

Palavras-chave: literatura e sociedade; literatura brasileira contemporânea; desigualdade social; Ana Maria Gonçalves; Chico Buarque; Marcus Vinícius Faustini; Rubens Figueiredo.

Abstract

We propose a study of the contemporary literary phenomenon in Brazil through the social mediation that makes it possible. Therefore, we rebuild some important controversies responsible for developing the parameters of the various Marxist philosophies of the twentieth century. In contrast, György Lukács and the materialist Jean-Paul Sartre of *Search for a method* have their works analyzed according to the common desideratum of escaping the mechanism in the investigation of super-structural problems. Our path, heterodox, nevertheless, enlarges this reading towards the related sociological contribution. The social classes theory developed by Pierre Bourdieu is incorporated as an important template of the thematic and formal unveiling of our *corpus*. Thus, we present a qualitative outlook of the current literature, according to the internal struggles of the sub field of restricted literary production. However, as relevant as the more or less autonomous motives that mark the positions and disputes of this specialized area of national culture are, the socioeconomic structure of the country, understood in its historical evolution, is also carefully addressed, overall from Florestan Fernandes' interpretations. *Um defeito de cor*, by Ana Maria Gonçalves; *Leite derramado*, by Chico Buarque; *Guia afetivo da periferia*, by Marcus Vinícius Faustini; and Rubens Figueiredo's *Passageiro do fim do dia*, read together with such social and literary theories, but also situated in the historical dynamics of the society in which they participate, reveal, in the particularity of each composition, to be, in an active way, with the formal resources mobilized, and in a more or less passive manner, as "symptoms", poetics of the trait, after all, most striking of its context: the Brazilian social inequality.

Keywords: literature and society; contemporary Brazilian literature; social inequality; Ana Maria Gonçalves; Chico Buarque; Marcus Vinícius Faustini; Rubens Figueiredo.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 – Literatura e sociedade: potência criativa e radiografias teórica e crítica	25
1.1 – Jean-Paul Sartre: por uma “hierarquia de mediações”	27
1.2 – György Lukács: itinerário de maturação filosófica e rendimento teórico	41
1.2.1 – <i>A teoria do romance</i> : “efeito da síntese abstrata”	43
1.2.2 – De <i>História e consciência de classe</i> (1923) a <i>Realismo crítico hoje</i> (1957): da negação messiânica das mediações à prescrição de mediações edificantes	50
1.2.3 – A perquirição do real na <i>Estética</i>	58
1.3 – Pierre Bourdieu e o desvelar da <i>illusio</i> (a crença do jogador no próprio jogo) ...	63
1.3.1 – Bourdieu: “materialista histórico”?	63
1.3.2 – De <i>A distinção</i> (1979/1982) a <i>As regras da arte</i> (1992): do gosto de classe aos artífices e artefatos do gosto	67
1.3.3 – O campo literário brasileiro sob escrutínio	100
a) Sergio Miceli: <i>Intelectuais à brasileira</i> ou a decadência ideóloga	100
b) Regina Dalcastagnè: perfil e dominância autorais contestados	106
Capítulo 2 – A desigualdade social no Brasil do século XXI: dilemas incontornáveis	112
2.1 – Interpretações do Brasil: desenvolvimento dos parâmetros heurísticos e superação do ensaísmo essencialista	114
2.2 – De <i>A integração do negro na sociedade de classes</i> (1964) a <i>A revolução burguesa no Brasil</i> (1975): diagnóstico para a Segunda Abolição e seus entraves estruturais ...	128
a) O legado da “raça branca”	130
b) No limiar de uma nova era	143

c) <i>A revolução burguesa no Brasil</i>	154
2.3 – Disposição contemporânea da desigualdade social no Brasil	168
Capítulo 3 – Poéticas da desigualdade social na literatura brasileira contemporânea	180
3.1 – Expondo o adversário (interno): <i>Leite derramado</i> , de Chico Buarque	188
3.2 – Poética conflitiva e reformadora: <i>Passageiro do fim do dia</i> , de Rubens Figueiredo	195
3.3 – Uma poética da ascensão social: <i>Guia afetivo da periferia</i> , de Marcus Vinícius Faustini	215
3.4 – Resposta massiva à hegemonia literária: <i>Um defeito de cor</i> , de Ana Maria Gonçalves	232
Conclusão – Poéticas brasileiras contemporâneas e a desigualdade social: recursos e sintomas	245
Bibliografia	250
Do <i>corpus</i>	250
Obras literárias citadas	250
Obras de referência	252

Introdução

Quais as relações entre a produção literária contemporânea e a sociedade brasileira no século XXI? Como os crônicos problemas desta, e, de maneira detida, sua iniquidade social tão marcante e determinante, constroem a produção artística nacional? Quais as formas da reação literária? Mera ratificação ideológica das assimetrias ou combate reformador? Essas são algumas das questões iniciais a que o trabalho pretende responder. Composta por três partes ou capítulos inter-relacionados, a tese culmina no tratamento do *corpus* que elegemos no que tem de exemplar frente à literatura brasileira contemporânea. *Um defeito de cor* (2015 [2006¹]), de Ana Maria Gonçalves; *Leite derramado* (2009), de Chico Buarque; *Guia afetivo da periferia* (2009), de Marcus Vinícius Faustini; e *Passageiro do fim do dia* (2010), de Rubens Figueiredo, não foram escolhidos sob qualquer critério de relevância mercadológica (e pensamos aqui apenas no campo de produção restrita, objeto do trabalho) ou de predileção direta do próprio analista. São livros centrais à discussão da desigualdade social no Brasil, pela maneira como tematizam e formalizam o conteúdo do qual partem. Este, essencialmente social, como entendemos, *participa* das composições segundo as poéticas em estudo. O critério de eleição das obras, na sua maioria romances – há a autobiografia de Faustini e o romance histórico, de feitio mais tradicional, de Gonçalves –, é, por conseguinte, qualitativo e crítico, interno às pugnas do campo literário nacional. Nesse sentido, *Um defeito de cor*, de autoria feminina e negra, constitui-se, para além desse componente central e contra-hegemônico de fissura – ao qual resta ser analisado em sua própria formalização –, obra de fôlego e interesse inauditos na literatura brasileira contemporânea, sendo sua eleição incontornável. Mas há também os romances de Chico Buarque e Rubens Figueiredo, cujo perfil autoral dominante contrasta, no entanto, com poéticas reformistas de alcance agudo. Não menos importante é a pequena obra de Marcus Vinícius Faustini, dramaturgo e cineasta carioca de origem popular. A partir de sua poética, investigaremos as emersões contemporâneas da produção “marginal-periférica”, correlatas à mudança recente (e democratizadora) de perfil no consumo de bens culturais no país.

¹ As datas entre colchetes referem-se sempre às primeiras publicações.

No entanto, antes de chegarmos ao *corpus* propriamente, cumpre percorrer a tradição crítica em que nos embasamos. Esse é o intuito do capítulo um, que introduz nossa visão do que seja o fenômeno literário, como parte do fenômeno social maior. Para tanto, além da teoria literária conexa, serão apresentados elementos da tradição filosófica materialista (contrastivamente, as contribuições do último Jean-Paul Sartre e de György Lukács), bem como de certa sociologia (investigaremos a obra de Pierre Bourdieu e de continuadores) que pode a ela ser vinculada. Em seguida, com o capítulo dois, descemos aos móveis locais da luta social brasileira. Para tanto, no recolhimento das razões de nossa iniquidade socioeconômica, de ampla consequência poética e formal, reconstruiremos pontos-chave da recepção materialista e do desenvolvimento da análise sociológica no país, em um percurso em boa parte sedimentado na obra de Florestan Fernandes. Almejamos que as discussões terrenas de nosso destino social, que culminam no tratamento das disposições contemporâneas da desigualdade brasileira, “rebaixem” a suas consequências práticas as abstrações conceituais que por ventura restem do primeiro capítulo, elaborando, assim, contextualização ainda mais detida de nosso *corpus*, objeto do terceiro e último capítulo do trabalho.

“A insuperável filosofia de nosso tempo”

No prefácio à *Crítica da razão dialética*, Jean-Paul Sartre cunhava, nos idos dos anos 1960, célebre definição do “marxismo como a insuperável filosofia de nosso tempo” (Sartre, 2002b [1960], p. 14). A máxima indicava a guinada epistemológica e política definitiva do à época pensador de maior influência do flanco ocidental, abrindo o mais ambicioso tratado de sua superlativa produção. Tratava-se de renovar o marxismo com a perscrutação cuidadosa dos problemas de consciência, algo que reputara abordado de forma mecânica em boa parte das vezes. O programa sartreano está sintetizado em *Questões de método*, de 1957, posteriormente incorporado como abertura à *Crítica da razão dialética* (Cf. Sartre, 2002a [1957]; 2002c [1960]). Escrito em resposta a *Existencialismo ou marxismo?*, de György Lukács (1967a [1948]), foi mal-entendido de prodigiosa consequência. Assim como Lukács diminuía as graves sugestões do existencialismo francês a pouco mais do que mistificação pequeno-burguesa, a resposta de Sartre enquadra a produção do filósofo húngaro como sujeição à oficialidade soviética.

O fato é que as injustiças de lado a lado provocaram a necessidade de Sartre assumir mais completamente o legado marxista, mas a sua maneira, com o aprofundamento da problemática superestrutural, que vira enrijecida na recepção marxista corrente. É a partir da recuperação dos marxismos filosóficos de maior impacto sobre a continuidade, no século XX, da recepção a Karl Marx que traçaremos as linhas gerais seguidas por nosso trabalho. A recuperação sintética de tal tradição é fundamental porque lá estavam debatidas e aprofundadas as questões que ainda hoje preocupam estudiosos, teóricos e críticos literários das relações entre literatura e sociedade, tanto no Brasil como no mundo. Tendo sempre em mente modelos literários, Sartre versa, a partir do caso exemplar de Gustave Flaubert, sobre a saturação na linguagem literária da conflitualidade cara a nosso tempo. Mas se as consequências formais do processo social são de amplitude e profundidade geométricas, uma teoria literária e social consequente deve munir-se de instrumentos compatíveis com a empresa crítica. Nesse sentido, Sartre irá propor “uma hierarquia de mediações” capaz de vincular sem grosserias a estrutura econômica do processo social aos objetos de investigação superestruturais. Para o filósofo francês, trata-se de incorporar o mais rapidamente possível disciplinas modernas de investigação, tais quais a psicanálise e a sociologia, cuja ausência de “princípios”, condição que pode atrelá-las à reprodução e não à transformação social, não impede o aproveitamento de seus resultados.

O horizonte humanista da visada sartreana – materialista em sua última e mais radical fase –, é complementado pela obra lukácsiana. Permanecemos sob concepção materialista e revolucionária, mas em curso de estilo diverso. Já não haverá a idealidade aventurosa mantida em algum grau pelo último Sartre. Em terreno estritamente literário, a arguição que a obra marxista de Lukács opera sobre o trabalho poético é exigente, o que muitas vezes tem se confundido com normatividade prescritiva. Todavia, para que fujamos às concepções filosóficas hegemônicas de nossa época, que afirmam a precedência e mesmo autonomia da consciência frente às suas determinações sociais, e, por isso, relegam a obra vasta e complexa de Lukács ao ocaso, será necessário traçar itinerário sintético que contemple pelo menos parte das questões que o pensador húngaro se dispôs a elaborar. Para isso, partimos do hegelianismo de *A teoria do romance* (Cf. Lukács, 2009a [1916]) – ensaio fundador que segue influente e que é central, por exemplo, à obra de um Theodor W. Adorno –, e, já em solo marxista, não obstante de um

marxismo hegeliano, seguimos com a leitura de *História e consciência de classe* (Cf. Lukács, 2003a [1923]), para percorrermos com o autor trajetória de aproximação à realidade objetiva. Sendo mesmo, por vezes, contraditória, como veremos, a obra lukácsiana e suas inflexões erguem-se como observatório privilegiado do fenômeno social e de sua transposição ideológica e artística. Desemboca na monumental *Estética* (Cf. Lukács, 1982a [1963]; 1982b [1963]; 1982c [1963]; 1982d [1963]), em que o conceito amplo de realismo, que já vinha sendo conformado, desempenha papel relevante no levantamento dialético das relações objetivas em arte, qual seja: o postulado de que a matéria não é mero obstáculo à formalização e de que a sensibilidade não está em contradição necessária com a razão (Lukács, 1982b [1963], p. 486). É compreensível a reação idealista a esta dialética do real que leva à continuidade do movimento analítico sobre objetos cuja aura depende de um fechamento em sua pretensa obscuridade. As objetivações cotidianas e/ou artísticas superam, na leitura lukácsiana, por conseguinte, o sentido inautêntico a que se veem permanentemente relegadas no entendimento contemporâneo. Esse chamado maduro à reflexão, que o pensador húngaro remete aos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de Marx (2004 [1932]), “instaura”, por assim dizer, nosso campo investigativo potencial. É toda a realidade que se transforma a cada vez na objetivação literária; não temos pretensão ao perfazimento dessa totalidade extensiva, mas a ela nosso norte se vincula. Nesse sentido, será preciso atender à estipulação sartreana de uma hierarquia de mediações, a ser cuidadosamente percorrida. Das mediações principais, como a luta de classes e as disposições de classe – sucedâneos de uma localização definida em relação aos meios de produção –, às não menos importantes, conquanto subordinadas, como a utilização literária da língua e a sedimentação linguística das ideologias.

Do travejamento teórico mais geral acima resumido, a análise posterior de nosso *corpus*, escolhido como representação qualitativa, e não exaustiva, da produção brasileira contemporânea, poderá ser levada a cabo de maneira a compor os debates críticos sensíveis a essa tradição. O apontamento da desigualdade social brasileira como motivo central às poéticas do *corpus* ao tempo que ecoa a abordagem materialista e histórica dos bens simbólicos, funda-se sobre a carga relacional dos conflitos de classe na sociedade brasileira, almejando o entendimento mais completo de suas consequências, universo em que se sedimentam as formalizações literárias, em dialogias “cegas” e meramente

reprodutoras daquelas determinações, ou reativas, problemáticas e produtivas: esforços de fuga de maior ou menor gravidade.

Contudo, se a contribuição dos marxismos filosóficos abordados é capaz de suscitar um conjunto significativo de questões, tratando de operar segundo mecanismos exigentes de totalização histórica de seus objetos – em assunção plena das relações mobilizadas –, tem sua força restringida se o complexo nocional abstrato, próprio à especulação filosófica, mesmo que “de pé”, sobre os movimentos da história e de sua matéria, não se objetivar mais concretamente, isto é, de maneira mais próxima às mediações que Sartre reputava fundamentais à dialetização do método marxista.

Incorporamos nessa altura a contribuição sociológica de Pierre Bourdieu. Por julgarmos que o maior avanço no desvendamento global da dinâmica das classes sociais no capitalismo do século XX é tributário das pesquisas e formulações bourdieusianas, tornou-se fundamental trabalhar com as definições cunhadas pelo autor, que tem n’*A distinção* (2007 [1979/1982]) sua principal obra. Testaremos a hipótese do filósofo marxista Yvon Quiniou (2000 [1996], p. 56-57), para quem “os trabalhos de Bourdieu constituem tanto uma revisão como um complemento às obras de Marx”; isto porque, se “os elementos de uma teoria da ideologia permanecem fragmentários em Marx e Engels”, como comprova, ademais, a história editorial tortuosa d’*A ideologia alemã* (Cf. Marx e Engels, 2007 [1845-1846]; Enderle, 2007), na elaboração do sociólogo francês as superestruturas logram “análise mais estrutural e funcional do que somente histórica” (Quiniou, 2000 [1996], p. 56-57). O conceito de “capital” em Bourdieu abre-se em três flancos: o econômico, o cultural e o social. De sua interdeterminação, embora o capital social só se realize segundo os patrimônios econômico e/ou cultural, bem como dependência em relação aos campos sociais em que atuam e de cujas histórias (ou tradições) derivam, será possível proceder a uma socioanálise que contemple o conjunto de disposições sociais dos agentes analisados, em um campo analítico de classes em que as práticas sociais (ou estilos de vida) tornam indisfarçável a precedência determinante de seus interesses. O arsenal heurístico que acumularemos com Bourdieu tornará possível tanto uma análise temática direta do *corpus* quanto, em conjunção com os perfis autorais investigados, o desvelamento social da forma das poéticas eleitas. Mas o foco de Bourdieu, voltado às diferenças de consciência e prática das classes sociais francesas em *A distinção*, logrou ainda deter-se sobre campos sociais estritos, como o campo

acadêmico – ver *Homo academicus* (Bourdieu, 2011 [1984/1992]) – e o campo literário. Neste último, em análise d’*As regras da arte* (Cf. Bourdieu, 1996a [1992]), livro sobre o qual nos aprofundaremos, o sociólogo reflete sobre as regras internas à produção literária de prestígio, ou, em seus termos, ao subcampo de produção restrita, cuja estrutura de rendimento simbólico mimetiza o quiasma caro à estrutura social geral, indicada em *A distinção*, qual seja: o antagonismo polar entre capital cultural e capital econômico, sendo tal antagonismo redobrado à medida que uma das duas espécies de capital é sobreacumulada, ou mesmo dirimido por agentes e meios que se caracterizam por combinação equilibrada entre os patrimônios cultural e econômico – profissionais liberais, por exemplo. Nesse sentido, obras de vanguarda ou que se pautem pela pesquisa formal distanciam-se do subcampo de grande produção, cujo conteúdo se dirige ao entretenimento e requer menor repertório e/ou investimento para sua leitura/decodificação. Se os lucros econômicos são marca deste último subcampo, os privilégios simbólicos são monopolizados pelas obras do polo de produção restrita, sendo voltados, inclusive, contra os agentes antagônicos enriquecidos. No fundo dessas distinções, a luta identificada por Bourdieu como desafio de “imposição do princípio de dominação dominante no âmago da classe dominante, ou deste ou daquele campo mais específico – ou, em outras palavras, a obtenção da taxa de conversão mais favorável para a espécie de capital de que se está mais bem provido” (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 291).

Na conformação de um campo social, na história de sua constituição, o mesmo sistema de prêmios e sanções divisado nos outros meios com os quais há interação é efetivo, e regula os “possíveis” inscritos no campo; fugas audaciosas são melhor remuneradas simbolicamente, e mesmo convertidas no futuro em capital econômico, mas seu êxito, que pode demorar para ser auferido, varia na proporção das chances – majoritárias – de fracasso. Nesse jogo, o inverso é mais crível, isto é, mais agentes seguirão a trilha dos prêmios ordinários, cujos lucros são pequenos, mas seguros; pouco contribuem, assim, para a expansão dos horizontes do campo e fazem rarear as fases heroicas de refundação. A autoconsciência desse “bailado” social (Bourdieu, 1996a [1992], p. 139) é única via, pressupomos, de objetivar o mais claramente possível os móveis em disputa e polêmica. Como o determinismo acachapante da análise de classes fere o “mérito” e “valor” das frações dominantes, a objetivação dos constructos

valorativos nos campos de produção simbólica é herética, na medida em que se distancia dos totens canonizados, refazendo a história de sua possibilidade.

A nossa passagem à sociologia ecoa a indicação de Marx sobre os limites do entendimento filosófico (Marx e Engels, 2007 [1845-1846], p. 429), o qual queria dissolver na economia: nesse itinerário, as ciências sociais incipientes soerguem-se com o desvelamento das atribuições terrenas; mas, como tentaremos mostrar, é preciso estar atento e evitar os caminhos que levam com rapidez ao positivismo. Apesar de não vermos tal inclinação em Bourdieu, falta ao sociólogo francês um “horizonte negativo” (Rodrigues, 2013, p. 16), que vislumbre além do ponto de estratificação social do regime burguês: apenas uma filosofia da história capaz de retirar os sujeitos de sua conflitualidade mais comezinha, apontando para a emancipação, impede que o conhecimento científico perca-se em quadros de aporia e na inocuidade. Com efeito, esperamos conseguir traçar essa complementariedade fecunda entre os marxismos filosóficos e o ponto alto, para nós, da investigação sociológica no século XX.

Nesse percurso heterodoxo, mas sempre voltado para a “conquista da realidade objetiva”, como queria o último Lukács (1982b [1963], p. 542), teremos armado base teórica compatível com nossa abordagem dos móveis da luta social no Brasil contemporâneo. Para o painel de poéticas diretamente tributárias da desigualdade social brasileira, tornar-se-á premente ir além do referencial teórico materialista mais amplo e descer aos motivos locais. A conexão, entretanto, com Sartre, Lukács, Bourdieu, entre outros, justifica-se pela difusão que as ideias e métodos desses pensadores lograram no Brasil, amoldando-se com organicidade à perquirição do capitalismo latino-americano, cujo sistema de trocas está internacionalmente condicionado. É assim que iniciamos compondo um painel de nosso próprio campo intelectual e literário. As teses de Sergio Miceli (2001a [1977]; 2001b [1979]) e Regina Dalcastagnè (2012), construídas sob aparato conceitual bourdieusiano, estão entre os trabalhos de maior percuciência na aferição de imagens totalizantes sobre o campo de produção literária e intelectual restrita no Brasil, projetando estágios do campo em dois momentos: primeira metade do século XX (Miceli) e finais do século XX e início do século XXI (Dalcastagnè). Nas pesquisas de Miceli, cujas limitações serão indicadas, a produção intelectual e literária surge “nas franjas” das classes dominantes brasileiras (Miceli, 2001b [1979], p. 244), honrando definição bourdieusiana dos intelectuais como “fração dominada da classe dominante”

(Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 520n; 1996a [1992], p. 50, 260). Seja por decadência familiar, seja por estigmas de toda ordem, agentes que falham em aceder a posições de poder temporal, invertem projetivamente essa potencialidade “desperdiçada” em sua produção ideológica, hipótese que enquadra socialmente as ambições intelectuais, desvelando mais completamente os caminhos de ideólogos assessores do poder, ou pequeno-burgueses radicalizados à esquerda. É a pequena burguesia branca e masculina que as pesquisas de Dalcastagnè identificam como hegemônica no campo literário brasileiro. O estudo vai além, e aponta nas próprias obras continuidade representacional em relação à autoria. Significa que os espaços composicionais repetem, na maior parte das vezes, a experiência de vida real de seus autores. Em nosso *corpus*, como veremos, o perfil autoral dominante encontra eco nos casos de Chico Buarque e Rubens Figueiredo, mas apenas à primeira vista: suas poéticas estão dispostas de modo contra-hegemônico e, se há representação da experiência de classe média, esta é reformista e não reiterativa. Nesse sentido, os estudos de Miceli e Dalcastagnè – irreverentes – rebaixam o plano da discussão de “valor” literário e intelectual para suas determinações de classe, raça e gênero, mas a verdade que guardam deve ser testada a cada caso, como faremos não só nos casos de Buarque e Figueiredo. A escolha pela abordagem das poéticas de Ana Maria Gonçalves e Marcus Vinícius Faustini é também reação crítica aos resultados das pesquisas referenciadas, e busca fugir à constrangedora homogeneidade aferida. Os escritores fissuram, de início, o perfil autoral hegemônico; entretanto, será necessário, igualmente, apanhar na análise detida dos textos as consequências formais dessa visada *diversa*: feminina e negra, no caso de Gonçalves, e de origem popular e periférica, no exemplo de Faustini. Isso porque são variadas as formas de sedimentação da luta de classes brasileira nos agentes que alcança. Não há essencialismo na resposta às determinações sociais, ou então seria possível “colar” em cada perfil de classe, raça e gênero um tipo de comportamento invariável. Veremos, nessa linha, que, apesar da importância de *Um defeito de cor* para a incorporação de motivos alheios ao grosso de nossa produção literária restrita, o romance está conformado de maneira conservadora e tem, por isso, sua força poética diminuída; ou, no caso de *Guia afetivo da periferia*, a resposta à carestia e à exploração ser contrária às reações do denunciamento documental, optando por revestir simbolicamente o sofrimento, em ímpeto “literarizante” de grande produtividade mimética. As variações, e também o grau de complexidade que exigem de

sua explicação, levou-nos a buscar, desse modo, os fundamentos sociais para além das regularidades do campo literário nacional, apreendendo as razões que fazem da autonomia deste uma condição sempre relativa. Para tanto, passaremos ao segundo capítulo do trabalho, dedicado a perseguir, através de um percurso crítico pela história social brasileira, as disposições contemporâneas da desigualdade no país.

Um país desigual: intérpretes e interpretações

Nessa altura, a obra de Florestan Fernandes será fundamental. Ponto ótimo de saturação do transplante da tecnologia universitária para o Brasil, o sociólogo paulista procurou sempre, como veremos, desenvolver parâmetros mais objetivos para as representações que as ciências sociais podem fazer da sociedade local. O materialismo histórico de base seguia picada aberta pelo pioneirismo de Caio Prado Júnior, primeiro, segundo a recuperação de Carlos Guilherme Mota (2014 [1977], p. 70), a fazer com que as classes sociais emergissem “nos horizontes da realidade social brasileira – enquanto categoria analítica”. Mas Florestan, em fase heroica de instauração da disciplina sociológica, inflexionava seu método segundo as exigências dos objetos em tela, sendo nesse sentido *rigorosamente eclético*, sem embargo da aparente contradição entre os termos, que o autor superava. Não era pouco. Tratava-se de ir além das análises ideológicas do “caráter nacional” (Cf. Moreira Leite, 2002 [1969]), sem, no entanto, abrir mão da abrangência característica do famoso ensaísmo de 1930. Salta aos olhos o desenvolvimento dos parâmetros heurísticos se comparados a esta geração anterior, de formação “mista” (Candido, Antonio, 1945 *apud* Pontes, 1998, p. 13) e desenvoltura autodidata, na qual consagraram-se Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, para citar os autores mais relevantes. Florestan, nesse sentido, assume no Brasil a importância que Pierre Bourdieu teve na França. As obras, contemporâneas, apesar de não se comunicarem diretamente, derivam de agentes vindos das classes populares, que ascenderam em sistemas de ensino progressivamente abertos às frações dominadas da população. Esse ponto de vista divergente, “plebeu” (Cf. Cohn, 2005), condensou-se na radicalidade científica do primeiro Florestan, sendo central à instauração disciplinar da sociologia no país. O resgate sucinto da história de nossas ciências sociais será importante

ao trabalho por, além de indicar as pugnas internas ao campo universitário em construção (substancialmente, recepção weberiana *versus* recepção marxista) – e dependem destas os encaminhamentos das análises sociais –, afastar-nos das contrafações interpretativas, algumas de inserção hegemônica, que tanto mistificam o entendimento dos problemas brasileiros.

Para chegarmos, então, às disposições contemporâneas da desigualdade social no Brasil, leremos dois livros-chave, associados à nossa compreensão do presente: *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, 2008a [1964]; 2008b [1964]) e *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 2005 [1975]). O primeiro, ao associar o malogro na reinserção da mão-de-obra liberta à impossibilidade de plena integração do regime capitalista no país, recolhe as razões de um fracasso histórico cujas consequências ainda estão para ser completamente tiradas. O segundo, raramente lido em conjunto com a tese anterior, apesar do desenho nítido de continuidades, faz análise mais estrutural da economia política brasileira, e sintetiza a dupla articulação heteronômica que ainda escraviza a nação, qual seja: a dependência externa ao capital monopolista e sua íntima ligação com a superexploração interna, visível sobremaneira no destino dos estratos negros locais. Tentaremos demonstrar a grande atualidade das contribuições de Florestan Fernandes, em linha com os intentos de Jessé Souza (2003; 2006; 2009; 2012 [2010]; 2015). Nas obras do ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2015-2016), que alia os resultados das pesquisas de Florestan ao método bourdieusiano, o “*habitus* precário” que a radiografia de *A integração do negro na sociedade de classes* apontou como o principal entrave à reinserção negra, é redescoberto, também em pesquisas empíricas de alcance, como “eternizado” (Souza, 2003, p. 160; 2015, p. 135), o que vai contra as esperanças de Florestan, as quais fiavam-se no tempo contado de tal situação, incapaz, segundo o sociólogo paulista, de resistir à racionalização crescente que a ordem social competitiva imporia à nossa sociedade. A partir desse quadro, o intuito é demonstrar como redobra-se política e economicamente a concentração de capital econômico e de capital cultural no Brasil. Ao passo que o setor de serviços agiganta-se segundo a ampliação do mercado interno, nas costas mal pagas da população negra – em regime precário e mormente informal – (Cf. Oliveira, 2003 [1972]; Singer, 2012), o país é vítima de sua dívida pública, em financeirização que tem golpeado a antiga coalizão trabalho-indústria, hoje inexistente (Cf. Singer, 2015), como veremos. A emissão de

apólices públicas é, outrossim, via mais danosa de financiamento do Estado, em regime criminoso de remuneração do capital não visto mesmo entre países emergentes, que, “resolvendo” de maneira desigual o problema de arrecadação, isto é, interditando qualquer política fiscal minimamente equânime, de progressividade taxativa, reduplica privilégios, para além de esterilizar o sistema produtivo e a competitividade global da economia.

Poéticas da desigualdade social na literatura brasileira contemporânea

Os nexos sociais que conformam a desigualdade no país encontram rara oportunidade de figuração na literatura contemporânea. De maneira insciente ou não, “positiva” ou reformista, não será possível fugir literária e poeticamente à determinação tão central. A carga relacional da desigualdade estipula, ademais, a possibilidade básica de investimento na escrita artística, uma questão elementar de tempo e capacidade de uso do tempo. Dessa maneira, escritores advindos das frações intelectuais da pequena burguesia, como Chico Buarque e Rubens Figueiredo, sem que possam atar de modo ingênuo ou artificial laços políticos com os trabalhadores em relação aos serviços dos quais dependem, mas formalmente engajados contra a desigualdade do regime social, deter-se-ão sobre expedientes poéticos capazes de admitir essa carga contraditória e conferir sentido às obras, que não querem esterilizar em mero poder simbólico publicizado. No caso de *Leite derramado*, o uso instrumental da primeira pessoa do singular, em recuperação da fórmula machadiana – e, através desta, como veremos, do realismo do século XIX que procurava escapar à apologética burguesa e a seu selo de suspeição –, permitirá a Buarque abordar a conflagração nacional (cujos motivos centrais procuraremos expor ao longo do capítulo dois) a partir do vexame da voz dominante “autoexposta”. No exemplo de *Passageiro do fim do dia*, pela inculcação paranoide da culpa de classe, num percurso que o protagonista bem-intencionado faz pela periferia do Rio de Janeiro, cuja força poética está nos problemas de consciência trazidos à tona, de difícil equação àquela altura da vida da personagem, em que a direção e/ou organização política e revolucionária apenas se esboça. Mas as soluções sofrem desvio em *Guia afetivo da periferia*. A voz socialmente ascendente, em gênero de conformação autobiográfica, e, portanto, de constituição expressiva *direta*, perfaz a própria experiência

de carestia, o conteúdo mesmo de suas memórias, mas opta por revesti-las com excepcional sublimação, poder que os intertextos eruditos tributários da formação cultural desviante em relação à própria classe conferem ao autor. Se a poética de Marcus Vinícius Faustini não se confunde, no entanto, com o oba-oba da assimilação, posto que a força do “revestimento” simbólico depende da carga referencial contrastada, também não encontra eco no tipo de produção documental e denunciata que marca o flanco dominante do movimento literário marginal-periférico, como teremos oportunidade de analisar. Com história pregressa no setor terciário informal, em sucessão de subempregos que vai enumerando, Faustini torna-se cineasta, dramaturgo e colunista semanal do maior periódico do Rio de Janeiro, e sua propaganda entusiasta e talentosa da educação literária e cultural acaba por despistar o caráter atípico da trajetória descrita no *guia*. Já em *Um defeito de cor*, Ana Maria Gonçalves assume tarefa de recontagem titânica da história negra no Brasil. Apesar da trama ambientar-se no século XIX, o trabalho da escritora é contemporâneo, como figurado no epílogo ao romance, em que a autora se torna personagem, compilando e transcrevendo os manuscritos que “descobriu”. O compromisso político da empresa assume costumes e léxicos tradicionais africanos como centro de sua poética, em elaboração textual de fuga à narrativa eurocêntrica. Por aí veremos que, apesar dos componentes da trama “confirmarem” a tese de *A integração do negro na sociedade de classes* – fundamentalmente na figura de sua narradora, ex-escrava que se adapta com rara desenvoltura às exigências da ordem social emergente, ilustrando-se e escapando à média dos egressos do cativo –, complementam altivamente constrangedoras lacunas do trabalho de Florestan, a saber: os laços de sociabilidade das culturas originárias transplantadas, que se mantiveram no Brasil a despeito das cruéis investidas brancas. A ancestralidade plural, fixada sobejamente no culto totêmico, é razão de sobrevivência das personagens em *Um defeito de cor*, núcleo saudável de persistência que mimetiza a luta negra no Brasil, mas que na monumental tese de Florestan restava indicada com desimportância, em absoluto desnível frente à exposição prolongada à anomia ou à rapidez inclemente de implantação da ordem social competitiva, fatores que levavam, segundo o sociólogo, ao veto à preservação (e prolongamento) dos “‘mores’ afro-brasileiros” (Fernandes, 2008a [1964], p. 120; grifo suprimido).

Os subsídios elencados nos capítulos um e dois só terão pleno sentido, portanto, quando confrontados com as diversas formalizações de nosso *corpus*. A

constitucionalidade inerente às relações de fundo e forma, conteúdo e poetização, não é direta, sendo mesmo por vezes surpreendente; as breves indicações acima revelam que tal sistema de refrações (Bakhtin, 2010b [1975]) – da história ao texto, do texto à história e paralelamente ao campo dos possíveis inscrito na tradição literária a que a poética em questão se vincula (Cf. Merquior, 2015 [1974], p. 205-206; Bourdieu 1996a [1992]) – pode mesmo *contraditar* os resultados de nossas análises sociológicas, complementando-os tanto com a concretude só possível às figurações artísticas quanto com soluções poéticas que abrigam experiências suprimidas pelas elaborações do/em registro científico.

As objetivações poéticas de nosso *corpus*, segundo entendimento deslindado no capítulo um, serão lidas em tentativa de articulação dessa complexidade que as instaura: se, por um lado, não devem ser reduzidas, unilateralmente, à vontade e realização autorais – atreladas, de modo inapelável, também como objeto e instrumento da totalização histórica em curso –, por outro lado, muito se perderia ao negar sua condição de práxis artística, ímpeto *totalizante* capaz de reverter os desvios de finalidade, óbices à objetivação plena de artistas e receptores. Tais desvios ou “contrafinalidades”, como se verá, eram bastante sensíveis ao último Sartre, mas não a ponto de impedir que o filósofo ressaltasse a força do “projeto” humano. Os resultados poéticos dependem dessa equação inexata (agência *versus* estrutura, estrutura *versus* agência), pretendemos expor segundo as obras eleitas, e perdem força quando deixam de acusar – com *inverossimilhança*, no sentido lato – as contradições (o movimento!) subjacentes ao seu fazer. O pressuposto será nítido quando, por exemplo, examinarmos a trajetória poética de Rubens Figueiredo, em cujas muitas inflexões e desníveis nos deteremos, aproveitando uma diversidade inexistente na obra de nossos outros três escritores – no caso de Chico Buarque, pela coerência formal que caracteriza sua obra até o momento, de notável regularidade, e nos casos de Marcus Vinícius Faustini e Ana Maria Gonçalves, pela pouca produção. Nesse sentido, o excursus mais longo do tópico 3.2 justifica-se. Veremos que as tentativas de incursão de Figueiredo pela narrativa estranha ou mesmo fantástica – forte na segunda fase de sua produção, com *O livro dos lobos* (2009 [1994]) e *As palavras secretas* (1998) –, embasadas na qualidade técnica da escrita e na manipulação de efeitos literários de repercussão ou produtividade mimética, tornam-se exangues quando capturadas, nos piores momentos, por tom professoral e moralizante. O tom adequa-se a enredos

destemporalizados, e da conjunção desses fatores surgem parábolas, com a carga de positividade historicamente inverossímil própria à recuperação tendencial do envelhecido gênero. Não se trata de condenar a opção pelo fantástico – veremos, ademais, que o sentido lato de realismo tal qual entendido por Lukács compreendia o exemplo de um E.T.A. Hoffmann –, mas de apontar a carga hipertrófica do conteúdo (professoral) sobre uma forma tornada, assim, mero instrumento daquele, a serviço da “mensagem”. Esse desnível, veremos, será contornado pela última fase da obra de Figueiredo, centrada, até agora, em dois livros: *Contos de Pedro* (2006) e *Passageiro do fim do dia* (2010). Nestes, a admissão franca da temporalidade brasileira – de suas implicações de classe – compulsa à formalização de contradições que não se prestam a veicular qualquer lição. O próprio engajamento social do escritor, claro no exemplo de Rubens Figueiredo, é interiorizado poeticamente conforme os problemas colocados por sua condição de classe frente ao trabalho de representação. Como assume esse movimento autocrítico com toda consequência, já o ponto de partida de sua obra ficcional é colhido, doravante, pela problematização geométrica de sua legitimidade como autor e da legitimidade das representações; não mais nos depararemos com a candura da fase anterior, literariamente “construtiva”.

É com o desafio, portanto, de perfazer criticamente a *distância* entre o *mimema* e seu objeto (ou entre o objeto e sua representação), na sondagem da especificação formal da criação literária, que percorreremos as etapas deste trabalho. A pluralidade de autores escolhidos, de projetos estéticos às vezes de flagrante diferença, deve ajudar no esclarecimento dos caminhos que nossa literatura tem tomado nesse início de século; e o foco nas relações de classe parte igualmente do princípio de inseparabilidade entre literatura e sociedade, alcançando a discussão maior da desigualdade social no Brasil sob o prisma do alto poder de impacto simbólico e da produtividade discursiva da literatura. Nesse sentido, veremos que as poéticas da desigualdade social na literatura brasileira contemporânea devem seguir surpreendendo, na medida em que, almejando contribuir para a formulação de uma matéria em disputa, sensibilizam-se igualmente como seu instrumento.

* * *

O leitor talvez se ressinta com o afastamento excessivo da análise do *corpus* em relação às duas primeiras partes da tese. Optamos por essa conformação porque nos afigurou como única forma de desenvolver detidamente as linhas teóricas e analíticas que nos subsidiam. Sempre que possível, não obstante, faremos, já nos primeiros capítulos, indicação do que neles interessa do ponto de vista do *corpus*. Já ao terceiro capítulo, caberá o necessário retorno àqueles subsídios, com os quais esperamos fecundar e ampliar a leitura das poéticas em tela.

Capítulo 1 – Literatura e sociedade: potência criativa e radiografias teórica e crítica

Do hibridismo inaugural de Domingo Faustino Sarmiento em *Facundo ou civilização e barbárie* (2010 [1845]) – livro primeiro da literatura argentina, em que a pena enraivecida de Sarmiento introduz densidade propriamente literária no tratado de geografia e política – à ambiciosa miscelânea textual, de cujo bloco massivo e paranoide Augusto Roa Bastos, em *Eu o supremo* (1977 [1974]), busca emergir com a esfinge de Dr. Francia; da grande reportagem, de inspiração positivista, que, de súbito, vira palco, em *Os sertões* (2000 [1902]), de crise aguda de consciência, ao monumento da desordem cidadina e do subdesenvolvimento em *Zero* (2010 [1974]): os livros que se notabilizaram e não foram esquecidos – pelo menos não dentro do campo literário latino-americano em que já há tradição, isto é, não entre nós, leitores profissionais – certamente devem sua importância ao desconforto que provocam. O desconforto é sinal de que o tema de suas obras – conflitivo – não negou à forma essa carga de contradição, seja por um lugar de fala deslocado, à maneira de Sarmiento e Euclides da Cunha, que, *modernos* como são, acabam superando, não raro de maneira insciente, as marcações discursivas estabelecidas (ou mesmo envelhecidas) e contribuindo para que outras possibilidades de escrita emergissem em países cuja autonomização da literatura ainda não se dera; seja por meio de técnicas de incorporação discursivo-textual avançadas, como no caso de Roa Bastos e Ignácio de Loyola Brandão, mormente herméticas, frutos criativos da censura e do arbítrio incorporados. Nesses quatro casos notáveis, de extremo apuro – demonstram, outrossim, limpidamente não haver correlação direta entre “atraso” econômico e social e má-literatura – a literatura é sismógrafo imperfeito, que também contrafaz a realidade por meio dos vários níveis de mediação os quais ainda dependerão, finalmente, do leitor. Daí a densidade do texto, ao mesmo tempo não-convencional e convencional, densidade de dizeres pactuados e “instrutivos”, mas também misturados, transviados e confusos.

Pelas limitações de perspectiva que cingem, em qualquer caso, a autoria, e são contingência *moderna*, como mais à frente voltaremos a discutir², a eleição vária de tempos e fontes distintas é imprescindível às sondagens teóricas e críticas da elaboração

² A discussão, que depende dos subsídios mobilizados neste capítulo, dar-se-á com maior desenvolvimento na apresentação ao capítulo 3, quando introduzimos a linhagem histórica da poética de Chico Buarque em *Leite derramado* (2009), por exemplo.

literária. Para que não se elejam totens exclusivos da boa formulação, negando espaço à via crítica potente da dissidência – via que coaduna-se com a desconfiança geral legada pela apologética burguesa a nosso tempo –, seria preciso observar, em cada caso, os meandros da formulação: sempre, ao mesmo tempo, trabalho individual e receptáculo social; posição pessoal e acumulação literária.

Da mesma forma, neste capítulo em que exporemos nossa visão teórica e crítica do fenômeno literário em conjunção com o fenômeno social maior, foi necessária a eleição de três autores que, malgrado aproximarem-se pela prioridade dada em suas teorizações à *referencialidade* e referencialização dos textos, pertencem a escolas *diversas* de pensamento. Mas, pela centralidade que suas ideias lograram alcançar no campo intelectual do século XX, não raro polemizaram entre si, enriquecendo e aprofundando as muitas contradições por eles metabolizadas. No curso da formação intelectual de cada um, é possível divisar os muitos pontos em que comungam, sendo cabível, através dessa leitura *compreensiva*, formular em conjunto (e, portanto, de maneira que as dificuldades do percurso sejam responsáveis por dar a ele movimento) as diretrizes mínimas sobre as quais a leitura do *corpus* desta tese se erguerá.

1.1 – Jean-Paul Sartre: por uma “hierarquia de mediações”

Escrito em 1948 para combater o existencialismo francês, *Existencialismo ou marxismo?* (1967a [1948]), de György Lukács, provocou em Jean-Paul Sartre a resposta ainda hoje insuperável – pela tentativa de síntese e avanço do materialismo que engendra – de *Questões de método* (2002a [1957]), mais tarde incorporada à *Crítica da razão dialética* (2002c [1960]). No opúsculo de Lukács, o existencialismo capitaneado por Sartre era acusado de tentar e afetar uma terceira via ilusória que julgava transcender tanto o idealismo quanto o materialismo (Lukács, 1967a [1948]: p. 74). Ilusória porque redundava em novo idealismo, servil a problemas de consciência propriamente fetichizada. Diz o filósofo húngaro:

A nosso ver, a crise na qual se debate o existencialismo manifesta-se pelas divergências cada vez mais graves que separam os primeiros princípios do existencialismo, provenientes socialmente da situação de uma certa classe de intelectuais do estágio do imperialismo, e que provêm, do ponto de vista teórico, de Kierkegaard, de Husserl e de Heidegger, de problemas e de concepções novas que lhes impôs a época histórica consecutiva à Libertação (Lukács, 1967a [1948], p. 120-121)

O chamado à realidade pela guerra matizaria, mas apenas de maneira relativa, a relevância dada pelo existencialismo à subjetividade, não a ponto de livrá-lo da sobrecarga que confere a esta última, turvando a relação entre realidade e representação de tal modo que a existência passava a absurdo... (Lukács, 1967a [1948], p. 121 e p. 124).

A resposta de Sartre a Lukács é surpreendente e massiva. Completada em 1960, com a *Crítica da razão dialética*, coroa a aproximação do filósofo francês ao marxismo, que já vinha da resistência à ocupação nazista na França. Em forma de *mea culpa* – “tínhamos renegado o realismo pluralista por tê-lo reencontrado entre os fascistas e descobríamos o mundo” (Sartre, 2002a [1957], p. 30) – faz divisão hierárquica entre a “filosofia” marxista e o existencialismo como “ideologia”, “sistema parasitário que vive à margem do Saber ao qual, de início, se opôs e ao qual, hoje, tenta integrar-se” (Sartre, 2002a [1957], p. 22). Sobre o “ideólogo” Kierkegaard, por exemplo, reconhece que voltará a aparecer no início do século XX no combate burguês “contra a dialética

marxista, opondo-lhe [a partir de um “irracionalismo conservador”] pluralismos, ambiguidades, paradoxos” (Sartre, 2002a [1957], p. 25 e p. 26). Mas a aproximação e integração não são dissolução do existencialismo no marxismo. Contra a crítica que acusa a ele e seus colegas (Simone de Beauvoir e Maurice Merleau-Ponty) de subjetivismo, assevera que a teoria do conhecimento segue como ponto fraco do marxismo (Sartre, 2002a [1957], p. 37n), o qual careceria de uma “hierarquia de mediações” (Sartre, 2002a [1957], p. 54):

Existem duas maneiras de cair no idealismo: uma consiste em dissolver o real na subjetividade; a outra em negar toda subjetividade real em benefício da objetividade. A verdade é que a subjetividade não é tudo ou nada, mas representa um momento do processo objetivo (o da interiorização da exterioridade) e esse momento elimina-se incessantemente para renascer incessantemente como novo (Sartre, 2002a [1957], p. 38-39n).

Sartre advoga, na verdade, a autonomia relativa do que é diverso³, negada pelo materialismo enrijecido que, se torna, assim, um formalismo (Sartre, 2002a [1957], p. 49). A esta ortodoxia não seria possível “explicar” satisfatoriamente fenômenos particulares, reduzidos a sua correspondência com o desenvolvimento de base, o econômico, como queria Engels. De fato, restaria pouco à crítica literária se tudo que fosse possível à leitura se circunscrevesse a um posicionamento dos atores e suas obras segundo o eixo de seus condicionamentos e determinações econômicas “instrumentalizantes”. Não negamos esse paralelismo incontornável, mas há, certamente, mais a fazer. A “interiorização da exterioridade” ou a subjetividade como “momento do processo objetivo” é curso vasto e complexo. Fredric Jameson lembra que o economicismo – “desenvolvido não tanto pelo próprio Marx como por Engels e escritores posteriores” – não raro é tipo distorcivo de abordagem por “chamar a atenção para a separação e desenvolvimento relativamente autônomo de cada classe, mais do que para a

³ Na esteira da influência que *Questões de método* produziu na intelectualidade brasileira, Fernando Henrique Cardoso escrevia em 1961: “[o] ponto de partida imediato, o real, transfigura-se na análise dialética numa série de mediações pelas quais as determinações imediatas e simples (e por isso mesmo parciais, abstratas) alcançam inteligibilidade, ao circunscreverem-se em constelações globais (concretas)” (Cardoso, 1997a [1962], p. 27; grifos suprimidos). Mais tarde, veremos como essa leitura renovada do marxismo informa o debate universitário brasileiro nos anos 1960, deslocando sua orientação muitas vezes empiricista. Por ora, sigamos com o desenvolvimento da contribuição sartreana.

constante interação entre elas na forma de luta de classes” (Jameson, 1985 [1971], p. 225). É na interação e nos dinamismos históricos-sociais que a realidade requer o entendimento dialético de sua continuidade, de tal maneira que o particular deve ser encarado como momento máximo de saturação histórica e não como ponto irrelevante de uma curva (pre)estabelecida. Nesse sentido, o método proposto por Sartre em resposta a Lukács, é mais *sincrônico* do que a análise marxista clássica em cuja série diacrônica conexões são feitas (Jameson, 1985 [1971], p. 223):

Agora torna-se claro em que sentido a *Crítica*, tão diferente das descrições marxistas tradicionais, é, não obstante, profundamente coerente com o modelo de sociedade proposto por Marx em *Das Kapital*: é simplesmente o reverso desse modelo, e onde o marxismo, por várias razões, tem preferido o segundo de seus dois possíveis códigos, o econômico, Sartre escolheu expor o complexo inteiro de relações reificadas em termos dessa primeira e básica realidade da ação humana e das relações humanas [...] a fim de penetrar a mais profunda realidade da história como a estória dos poderes humanos, não importa quão alienada e disfarçada (Jameson, 1985 [1971], p. 229).

A importância da desmistificação econômica – “quando estamos lidando com um ponto de vista ainda emaranhado nas ilusões da primazia da consciência e da personalidade individuais, da autonomia da vida espiritual em relação à material” (Jameson, 1985 [1971], p. 229) –, é, de fato, central ao marxismo, mas exagera Sartre ao reduzir este último a sua operação de “colocar de pé” os idealismos. Jameson, amparando-se em análise de Karl Korsch em “Karl Marx” (1938), alerta para a utilização do próprio Marx de um foco alternado ora nos condicionantes econômicos ora na capacidade de agência dos atores históricos, isso segundo o contexto de cada época. Se no caso do *Manifesto Comunista* (1848) as forças revolucionárias, em atividade e em condições de “perceber a história como o resultado de sua própria práxis”, estimulam a ênfase no fator subjetivo, já na elaboração de *O Capital* (1867/1885/1894/1905), em “período de reação (o segundo império) em que é necessário mostrar precisamente que as revoluções não ocorrem até que o tempo tenha amadurecido”, aumentam-se as cargas na direção dos fatores econômicos e da evolução interna da economia (Jameson, 1985 [1971], p. 229-230).

O fato é que assim como Sartre erra a mão – e já o fazia por ocasião de textos anteriores, em *Temps Modernes*, em que polemizava com o materialismo – ao, como diz Lukács (1967a [1948], p. 123), “empregar contra o materialismo dialético os argumentos que conviria opor ao materialismo mecanicista”, Lukács igualmente viria a retificar, em prefácio de 1960 a *Existencialismo ou marxismo?*, seu “diagnóstico” de Sartre, sobre o qual afirma: “o mais importante é que Sartre e Merleau-Ponty tenham mudado fundamentalmente, nesse lapso de tempo [1948-1960], sua posição política, e portanto filosófica” (Lukács, 1967b [1960], p. 13). A ênfase na excepcionalidade, ainda que condicionada, do sujeito, permitiu a Sartre o aprofundamento analítico dos fenômenos culturais que, sim, em toada heterodoxa e fecundamente eclética, como é caro inclusive a seu estilo profuso de inteligência incontinente, permitiu o avanço de uma “efetiva hermenêutica marxista” (Jameson, 1985 [1971], p. 5). Para tal, era preciso preencher o que ainda estava vazio no âmago dessa filosofia de princípios que é o materialismo dialético: o lugar de uma antropologia concreta. Tal preenchimento se daria pela integração das novas disciplinas ocidentais, “auxiliares”: a sociologia e a psicanálise (Sartre, 2002a [1957], p. 72). Esse caminho de Sartre, inconformado com as séries históricas acachapantes que travavam as análises costumeiras do capital e limitavam arbitrariamente o movimento dialético (Sartre, 2002a [1957], p. 55), é formulado (teoricamente) pela primeira vez em *Questões de método* e desemboca no monumental *O idiota da família* (2013 [1971/1988⁴]; 2014 [1971/1988]; 2015 [1971/1888]), quando, na eleição de Flaubert para objeto analítico, desenvolve o método que chamou “progressivo-regressivo”. Tal método nos interessa apenas em parte, por ser fundamentalmente *biográfico*, mais devedor, por exemplo, à psicanálise do que à sociologia. Mas ainda que nosso foco seja textual e imanente, procurando nas obras literárias o movimento da história e, portanto, deixando à psicanálise social ou “existencial”, para usar o termo sartreano, o perfil exclusivo da autoria⁵, não podemos virar os olhos às mediações propostas por Sartre. São elas, desveladas e contidas pelas “disciplinas auxiliares”, que possibilitam a “síntese horizontal” das relações e das experiências humanas, elaboração

⁴ Data da nova edição revista e completa em que se baseia a tradução brasileira.

⁵ Evidente que Sartre não se contentava apenas com a caracterização de *estilos* pessoais. Seu afã era genuinamente totalizante e, portanto, abrangia também a obra e o público. Queremos apenas apontar que talvez a diretriz proposta pelo pensador francês se adapte melhor a monografias de reconstrução biográfica.

sincrônica que, no entanto, permaneceria inócua e descontínua sem a “totalização em profundidade” que sua integração ao materialismo dialético permite:

Assim, a integração da sociologia no marxismo é tanto mais fácil na medida em que ela se apresenta como um hiperempirismo. Sozinha, ficaria congelada no essencialismo e no descontínuo; retomada – como o *momento* de um empirismo sob vigilância – no movimento de totalização histórica, reencontrará sua profundidade e sua vida, mas é ela que manterá a irredutibilidade relativa dos campos sociais, é ela que fará sobressair, no seio do movimento geral, as resistências, os bloqueios, as ambiguidades e os equívocos. Não se trata, aliás, de acrescentar um método ao marxismo: é o próprio desenvolvimento da filosofia dialética que deve levá-la a produzir em um mesmo ato a síntese horizontal e a totalização em profundidade (Sartre, 2002a [1957], p. 71; grifo no original).

Enquanto a ortodoxia marxista recusar-se a promover tal diálogo, também com a psicanálise, adverte Sartre, “outros tentarão fazê-lo em seu lugar”, e tais disciplinas “sem princípios” (Sartre, 2002a [1957], p. 55) seguirão servindo à reprodução social do capitalismo, proporcionando às classes proprietárias e ao monopólio econômico o usufruto de um conhecimento não-atrelado à transformação⁶.

De fato, o materialismo dialético não pode privar-se por mais tempo da mediação privilegiada que lhe permite passar das determinações gerais e abstratas para certos traços do indivíduo singular. A psicanálise não tem princípios, não tem base teórica: no máximo, ela é acompanhada – em Jung e em certas obras de Freud – por uma mitologia perfeitamente inofensiva. [...] [T]rata-se de um método que se preocupa, antes de tudo, em estabelecer a maneira como a criança vive suas relações familiares no interior de determinada sociedade. E isso não quer dizer que ela coloque em dúvida a prioridade das instituições. Muito pelo contrário, seu objeto depende, por sua vez, da estrutura de tal família particular e esta não passa de uma certa singularização da estrutura familiar própria a tal classe, em tais condições; assim, algumas monografias psicanalíticas – se continuassem sendo possíveis – colocariam, por si mesmas, em relevo a evolução da família francesa entre os séculos XVIII e XX, a qual, por seu turno, traduz à sua maneira a evolução

⁶ Veja-se por exemplo a sociologia a serviço de sondagens mercadológicas que visam tão somente o lucro, ou a psicanálise a serviço dos endinheirados que podem pagar por caríssimas e múltiplas sessões, das quais sairão, talvez, ainda melhor “formados” para o exercício da dominação...

geral das relações de produção (Sartre, 2002a [1957], p. 57-58; grifos iniciais nossos).

A questão é central à teoria e crítica literárias “vacinadas” contra o canto das sereias da autossuficiência formal. Antes do estudo sobre Flaubert, Sartre já baseava suas reflexões num exemplo literário: Paul Valéry (1871-1945) – a fórmula, muito conhecida, cala fundo nas preocupações de quem pretende ir além, outrossim, do mero posicionamento sócio-histórico de determinado ideólogo: “Valéry é um intelectual pequeno-burguês, eis o que não suscita qualquer dúvida. Mas nem todo intelectual pequeno-burguês é Valéry. A insuficiência heurística do marxismo contemporâneo está contida nessas duas frases” (Sartre, 2002a [1957], p. 54). Dos caracteres mais ou menos estáveis na fração de classe de Valéry à sua concretização singular no poeta simbolista: sedimenta-se em tal movimento todo um programa de análise. Para a concretude da vida real e seus artefatos artísticos, profundamente *sugestionados*, é preciso entrar em contato com as diferentes séries de fenômenos (ou os diferentes níveis de dados) que compõem a realidade e vão realizar, a seu modo, “as contradições *gerais* das forças produtivas e das relações de produção” (Sartre, 2002a [1957], p. 55; grifo no original).

A realização de uma análise bem fundamentada lida com volume exponencial de informação e o recorte inevitável a ser feito deveria honestamente aludir a tal complexidade indomável, isto é, viva.

[A] relação entre as diversas séries no modo de interpretação de Sartre deve ser descrita como *simbólica*; o que quer dizer que a relação entre elas é precisamente *não arbitrária*, mas que, de certa maneira, cada série reflete e contém em si mesma todas as outras. Assim, o andar peculiar de Baudelaire (se propriamente analisado) contém, em última instância, o segredo de sua psicologia, de sua ideologia sócio-econômica e de sua própria sensibilidade poética. Assim, o estilo de Genet resume toda sua experiência de vida, e uma reação puramente tátil como aquela em relação à viscosidade é, inerentemente, símbolo de uma escolha original do próprio ser. Anteriormente [em *O ser e o nada* (1943), por exemplo], é claro, Sartre mantinha a posição de que a série básica, o significado último, era a relação com o ser. Contudo, agora fica claro que, mesmo admitindo a prioridade do econômico em seu pensamento atual, este modelo particular não exige a prioridade de nenhuma série sobre qualquer outra tomada separadamente, uma vez que elas estão todas implícitas umas nas outras (Jameson, 1985 [1971], p. 175; grifos no original).

Tal “vaivém enriquecedor entre o objeto (que contém toda a época como significações hierarquizadas) e a época (que contém o objeto em sua totalização)” (Sartre, 2002a [1957], p. 112) desvela as notórias cargas conflitivas de que a literatura latino-americana (Sarmiento, Roa Bastos, Euclides, Loyola Brandão etc. etc.), por exemplo, está saturada. Mas é preciso notar que também o método sartreano não escapa às suas contingências. Como um traço marcante de sua formação existencialista e fenomenológica, de idealidade por assim dizer aventureira, Sartre é incapaz de estabelecer sem ruídos uma autêntica dialética sujeito-objeto: segue correlacionando toda a ação e todos os projetos a uma “perda do eu e uma alienação da consciência”, como já ocorria em *O ser e o nada* (Jameson, 1985 [1971], p. 186). Enquanto contraparte a essa espécie de protagonismo do sujeito, incapaz de relacionar-se organicamente com o mundo, talvez de esfera menor do que sua sombra intelectual⁷, Sartre apõe a absoluta “irreducibilidade do contingente, da facticidade”, numa, como define Fredric Jameson⁸ (1985 [1971], p. 185), “hipóstase do polo do objeto”, supervalorizando, agora, a matéria, em conjunção com a subjetividade nela alienada: “A alienação *fundamental* não vem, como *O Ser e o*

⁷ Essa crítica à megalomania sartreana, apesar de, a nosso ver, necessária, não poderia deixar de apontar: Sartre sofria de um narcisismo muito criativo. É Pierre Bourdieu quem aponta com precisão: “Este sonho de onipotência enraíza-se na posição social sem precedentes que Sartre construiu concentrando apenas na sua pessoa um conjunto de poderes intelectuais e sociais até então divididos. Transgredindo a fronteira invisível, mas pouco mais ou menos intransponível, que separava os professores, filósofos ou críticos, e os escritores, os ‘bolseiros’ [bolsistas] pequeno-burgueses e os ‘herdeiros’ burgueses, a prudência acadêmica e a audácia artista, a erudição e a inspiração, o peso do conceito e a elegância da escrita, mas também a reflexividade e a ingenuidade, Sartre inventou e incarnou realmente a figura do *intelectual total*, pensador escritor, romancista metafísico e artista filósofo que empenha nas lutas políticas do momento todas essas autoridades e competências reunidas na sua pessoa. O que tem por efeito, entre outras coisas, autorizá-lo a instaurar uma relação dissimétrica tanto com os filósofos como com os escritores, presentes ou passados, que ele entende pensar melhor do que eles próprios se pensam, fazendo da experiência do intelectual e do seu estatuto social o objecto privilegiado de uma análise que julga perfeitamente lúcida” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 242; grifo no original). Na esfera propriamente fenomenológica, Sartre converte “em estrutura ontológica, constitutiva da existência humana na sua universalidade, a experiência social do intelectual, pária privilegiado, votado à (abençoada) maldição da consciência que lhe proíbe uma coincidência feliz consigo mesmo e da liberdade que o põe à distância da sua condição e dos seus condicionamentos. O mal-estar que exprime é o mal de ser intelectual e não o mal-estar no mundo intelectual, onde ele está, bem vistas as coisas, como peixe na água” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 245). A tradução dos trechos, como visto, é portuguesa (melhor do que a edição brasileira disponível).

⁸ Jameson é um dos comentadores mais influentes do pensador francês. Aluno de Erich Auerbach, publicou, entre outros trabalhos relacionados, a tese de doutorado *Sartre: the origins of a style* (1984 [1961]), além de “Sartre e a História”, capítulo de seu *Marxismo e forma* (1985 [1971]).

Nada poderia fazer crer, por engano, de uma escolha pré-natal: mas da relação unívoca de interioridade que une o homem como organismo prático a seu meio ambiente” (Sartre, 2002c [1960], p. 335n; grifo nosso). A operação redundante no velho e complicado problema da confusão entre “alienação” e “objetivação”⁹:

Será que voltaremos a Hegel que faz da alienação uma característica constante da objetivação, seja ela qual for? Sim e não. Com efeito, importa considerar que a relação original da *práxis* como totalização com a materialidade como passividade obriga o homem a objetivar-se no meio que não é o seu e a apresentar uma totalidade inorgânica como sua própria realidade objetiva. É essa relação de interioridade com a exterioridade que constitui, originalmente, a *práxis* como relação do organismo com seu entorno material; e é indubitável que o homem – desde que já não se designa como simples reprodução de sua vida, mas como o conjunto dos produtos que reproduzirão sua vida – revela-se como *Outro* no mundo da objetividade; a matéria totalizada, como objetivação inerte e que se perpetua por inércia, é, com efeito, um *não-homem* e, até mesmo, se quisermos, um *contra-homem*. Cada um passa a vida gravando sobre as coisas sua imagem maléfica que o fascina e o desencaminha se deseja compreender-se *por ela*, ainda que não seja outra coisa além do movimento totalizante que culmina *nessa* objetivação (Sartre, 2002c [1960], p. 334-335; grifos no original).

Para Marx, como é notório, qualquer atividade humana envolve a objetivação do sujeito, não implicando necessariamente uma alienação. Não se pode “ontologizar” a alienação, como se fosse “aspecto fundamental [...] que transcende a história e as diferentes formações sociais” (Sinnerbrink, 2017 [2007], p. 99-100). Esse idealismo de matriz hegeliana universaliza e essencializa a patologia da modernidade – hoje realmente generalizada –, em que há *reificação* propriamente dita, no sentido em que György Lukács imprimiu ao termo em *História e consciência de classe*¹⁰. No prefácio de 1967 a

⁹ Alguns autores e traduções, sobretudo as mais antigas, grafam o termo como “objetificação” ou mesmo utilizam os dois termos de maneira intercambiável. Sem querer entrar no debate especializado, basta, por ora, de maneira precária, indicar que o sentido, aqui, é sempre de “exteriorização”.

¹⁰ Vale a pena recuperar a formulação, em 1923, de Lukács a respeito do trabalhador no âmbito do capitalismo burguês: “Por um lado, seu trabalho fragmentado e mecânico, ou seja, a objetivação de sua força de trabalho em relação ao conjunto de sua personalidade – que já era realizada pela venda dessa força de trabalho como mercadoria –, é transformado em realidade cotidiana durável e intransponível, de modo que, também nesse caso, a personalidade torna-se o espectador impotente de tudo o que ocorre com sua própria existência, parcela isolada e integrada a um sistema estranho. Por outro, a desintegração mecânica

este clássico do pensamento revolucionário, em que aponta equívocos conceituais dirimidos apenas por sua leitura, em 1930, dos *Manuscritos econômicos-filosóficos* de 1844 (2004 [1932]), de Marx, – que, àquela altura, ainda eram inéditos –, Lukács oferece um síntese do equívoco que também atingira sua obra juvenil e que procedia da equiparação entre “alienação” e “objetificação” (uma equiparação que Lukács reputa ideológica, pois transforma a contingência social da alienação em “*condition humaine*”):

A objetificação é, de fato, um modo de exteriorização insuperável na vida social dos homens. Quando se considera que na práxis tudo é objetificação, principalmente o trabalho, que toda forma humana de expressão, inclusive a linguagem, objetiva os pensamentos e sentimentos humanos, então torna-se evidente que lidamos aqui com uma forma humana universal de intercâmbio dos homens entre si. Enquanto tal, a objetificação não é, por certo, nem boa nem má: o correto é uma objetificação tanto quanto o incorreto; a liberdade, tanto quanto a escravidão. Somente quando as formas objetificadas assumem tais funções na sociedade, que colocam a essência do homem em oposição ao seu ser, subjagam, deturpam e desfiguram a essência humana pelo ser social, surgem a relação objetivamente social da alienação e, como consequência necessária, todos os sinais subjetivos de alienação interna (Lukács, 2003b [1967], p. 27).

Em resumo, a virada conseguida pelo jovem Marx é clarificadora¹¹, mas não chega a Sartre a não ser *com mediações*; seu projeto de “inteligibilidade da História” na *Crítica* ergue um sincrético existencial-marxismo; este nega a intelecção absoluta de Hegel – o delírio do sujeito-objeto idêntico que quer suprimir toda relação no pensamento

do processo de produção também rompe os elos que, na produção ‘orgânica’, religavam a uma comunidade cada sujeito do trabalho” (Lukács, 2003a [1923], p. 205-206).

¹¹ Veja-se por exemplo essa passagem dos *Manuscritos de Paris*, em que critica Hegel: “A *externalidade* [no idealismo hegeliano] não é de se entender [...] como a *sensibilidade se externando*, aberta à luz e ao homem sensível. A externalidade toma-se [...] no sentido da exteriorização, um equívoco, uma debilidade que não deve ser. Pois o verdadeiro (*das Wahre*) é ainda a ideia. A natureza é somente a *forma* de seu *ser-outro*. E, como o pensar abstrato é a *essência*, aquilo que lhe é externo é, segundo sua essência, apenas um [algo] externo. O pensador abstrato reconhece, ao mesmo tempo, que a *sensibilidade* é a essência da natureza, a *externalidade* em oposição ao pensar tecendo-se *em si*. Mas simultaneamente ele exprime esta oposição de tal forma que esta *externalidade da natureza* é sua *oposição* ao pensar, sua *deficiência*, que ela, na medida em que se diferencia da abstração, é um ser deficiente (Marx, 2004 [1932], p. 136-137; grifos no original).

puro¹² –, afirma com o marxismo “a impossibilidade de eliminação do relacionamento”, mas no desenvolvimento de conceitos como “escassez”, “campo dos instrumentos”, “prático-inerte”, “serialidade”, “contrafinalidade” (“práxis-revertida”), que devem, como muitos críticos notaram (Cf. Jameson, 1985 [1971], p. 182), algo ao malthusianismo e ao darwinismo e algo a Hobbes¹³, singulariza-se uma história da consciência pautada “na maneira pela qual a consciência se objetifica e se deposita no seu trabalho sob a forma de Ser e na maneira pela qual seu trabalho retorna-lhe irreconhecível e profundamente *outro*” (Jameson, 1985 [1971], p. 186; grifo no original). Como nota com precisão Jameson, os tipos de exemplos usados por Sartre indicam que o filósofo francês tem em mente “um modelo relativamente literário, ou seja, a maneira como um escritor se objetifica e se aliena na linguagem” (Jameson, 1985 [1971], p. 186). A linguagem, peça central no “campo dos instrumentos”, é aquela que irá interpor-se de maneira *restritiva* entre o projeto ideológico emancipador – no qual o “objetivo profundo” é “modificar a situação de base por uma tomada de consciência de suas contradições” (Sartre, 2002a [1957], p. 90) – e sua realização, fadada ao *desvio*:

uma vez que os instrumentos, sejam eles quais forem, alienam aquele que os utiliza e modificam o sentido de sua ação, é necessário considerar a ideia como a objetivação do homem concreto e como sua alienação: ela é ele próprio exteriorizando-se na materialidade da linguagem. Convém, portanto, estudá-la em todos os seus desenvolvimentos, descobrir sua significação *subjetiva* (isto é, para aquele que a expressa) e sua intencionalidade para compreender, em seguida, os seus desvios e, por fim, passar para a sua realização objetiva. Então, constatar-se-á que a História é “ardilosa”, como afirmava Lênin, e que subestimamos seus ardis; descobrir-se-á que a maioria das obras do espírito são objetos complexos e dificilmente classificáveis que, raramente, podem ser “situados” em relação a uma só ideologia de classe, mas que reproduzem antes, em sua estrutura profunda, as contradições e as lutas das ideologias contemporâneas (Sartre, 2002a [1957], p. 92; grifo no original).

Agigantam-se as mediações diante de um “eu” histórico rebaixado (ainda que em luta). Tal insistência na heteronomia da humanidade (“seria o caso de perguntar se não se

¹² “Hegel suprimiu a matéria como mediação entre os indivíduos” (Sartre, 2002c [1960], p. 226).

¹³ Há uma ênfase algo despropositada na alteridade, o que leva a uma estranheza *fundamental* (e hostil) na relação com o Outro; e daí a uma *diferença* que se voltará contra os fins almejados e logo traídos.

pode discernir aí um prolongamento da *Geworfenheit* heideggeriana – da imagem do homem como lançado-no-mundo – da qual Sartre faz uso em *O ser e o nada*” [Tertulian, 2012 {2005}, p. 73]), que é antes sintoma da época em que vivemos – uma “pré-história”, como pontuou Marx –, só é possível porque na outra ponta há o afã de domínio de uma subjetividade superlativa, que procura de alguma forma impor-se, nem que seja pelo diagnóstico eloquente de sua própria impotência. Ora, trata-se de Sartre, é inevitável afirmar (e o argumento aqui ensaiado não desmerece o avanço que o pensador legou, por exemplo, à teoria e crítica literárias, como a qualidade e limpidez do trecho acima destacado atestam): no diagnóstico da impotência (dita universal) sobreleva-se aquele que diagnostica¹⁴.

Nicolas Tertulian, no entanto, retoma passagem da *Crítica* – “Marx indicou muito bem a distinção entre as *relações humanas* e sua reificação ou, de uma forma geral, sua alienação no âmbito de determinado regime social” (Sartre, 2002c [1960], p. 210; grifo no original) – para frisar, que Sartre “insiste, com não menos energia” que nem toda exteriorização (ou finalidade) seria redutível a uma alienação (Tertulian, 2012 [2005], p. 73). De fato o filósofo francês reserva, em sua obra, espaço de importância equivalente à práxis revolucionária, impedindo que a dialética seja “suspensa”:

Deve-se entender por esses termos: a experiência dialética da alienação como *possibilidade a priori* da *práxis* humana a partir das alienações reais que oferece a História concreta. Com efeito, não seria concebível que a atividade humana fosse *alienada* ou que as relações humanas pudessem ser *reificadas* se algo como a alienação e a reificação não fosse dado na relação *prática* do agente com o objeto do ato e com os outros agentes. Nem a liberdade dessituada de certos idealistas, nem a relação hegeliana da consciência consigo mesma¹⁵, tampouco o determinismo mecanicista de certos

¹⁴ Conferir a crítica de Bourdieu a Sartre na nota de rodapé nº 7 deste capítulo, na página 33.

¹⁵ Nessa crítica ao hegelianismo, da qual expusemos apenas os contornos mais evidentes, seria preciso alertar, como o faz István Mészáros (2011 [1995], p. 430), que “Hegel é um pensador grande demais para ser acusado de fazer uma simples ‘confusão filosófica’” entre objetivação e alienação. O aluno e continuador brilhante de Lukács assevera que a “solução” hegeliana via identidade sujeito/objeto é perfeitamente *ideológica* e mesmo apologética: “O postulado místico do sujeito-objeto idêntico, que supostamente deveria transcender objetividade/estranhamento/alienação, é uma corporificação categorial paradigmática [...]. Pois, enquanto a contradição subjacente, tal como percebida e reconhecida por Hegel, é uma contradição muito real, a ‘conciliação transcendente’ considerada deixa tudo completamente intacto no mundo real [...]. Graças a tal conceituação das dicotomias da filosofia burguesa, as contradições da vida real – inerentes ao poder inflexível de alienação e reificação do capital – podem ser simultaneamente

pseudomarxistas poderiam dar conta disso. É na relação concreta e sintética do agente com o Outro pela mediação da coisa e com a coisa pela mediação do Outro que poderemos encontrar os fundamentos de toda alienação possível (Sartre, 2002c [1960], p. 182n).

Ora, essa polêmica que no limite, apesar de provas em contrário por parte de Sartre, o colocam fora do espectro de pensamento marxista – opinião, por exemplo, de Pietro Chiodi, estudioso da obra sartreana (Cf. Jameson, 1985 [1971], p. 185) –, ou pior, e de maneira muitas vezes injusta, descartam e silenciam sua contribuição, vendo nela uma mistificação típica da experiência burguesa e pequeno-burguesa, tal polêmica, entendemos, é marginal à tentativa sartreana de *complexificar* a esquematização que via enrijecer o materialismo. Tentativa sempre “longa¹⁶ e difícil”, adjetivos que o filósofo usa para caracterizar o que seria o modelo ideal de sua técnica, quando aborda *Madame Bovary* (2007 [1857]) em *Questões de método*:

Mas se tivemos o cuidado – por um estudo que deve ser longo e difícil – de mostrar nesse romance a objetivação do subjetivo e sua alienação, em suma, se o apreendemos no sentido concreto que ainda conserva no momento em que escapa ao autor e, *ao mesmo tempo*, de fora, como um objeto que deixamos desenvolver-se em liberdade, ele entra bruscamente em oposição à realidade objetiva que terá para a opinião, para os magistrados e para os escritores contemporâneos (Sartre, 2002a [1957], p. 113; grifos no original).

A “hierarquia de significações” (Sartre, 2002a [1957], p. 111) que contém o sentido histórico da obra apenas *passa* pelo projeto individual do escritor (como vontade e realização). O valor que a obra assume entre os leitores, bem como o papel político desempenhado através da posição ocupada na própria e nas demais épocas em que participa, é definição que cabe à crítica aferir, num significado momentâneo sobre o qual também contribui. A leitura crítica, uma vez realizada, isto é, quando não é presa estanke das diretrizes teóricas por ela encampadas, contribui, em conjunção com a obra de arte,

reconhecidas (por um momento fugaz) e feitas desaparecer de modo permanente pela sua redução ‘apropriada’ a ‘*entidades abstratas do pensamento*’. Uma redução que traz consigo a eliminação ideologicamente motivada de sua *determinabilidade social* em cada domínio singular do monumental empreendimento filosófico hegeliano” (Mészáros, 2011 [1995], p. 430; grifos no original).

¹⁶ A prolixidade de Sartre na *Crítica*, no entanto, é preciso atestar, “roça, por vezes, o incompreensível” (Tertulian, 2012 [2005], p. 72).

para a *autoconsciência* do tempo analisado: as cargas combativas e emancipatórias não tardarão a se fazer sentir, atacando o que é meramente reprodutivo; aquilo que é convenção bem-definida será apontado na realidade de seu papel mantenedor de assimetrias históricas, isso porque o movimento reflexivo desencadeado pela obra impede soluções de continuidade. Será possível ir sempre além e identificar o que o escritor (objetivado na obra) deve ele mesmo à estrutura social que tomou por matéria. A obra, despontada num enquadramento mais completo de mediações, informará a realidade com as consequências de uma representação acabada, veículo de autorreflexão das relações humanas: a *responsabilidade* daí derivada não é pequena; o mundo social, antes experienciado de maneira meramente reflexa, realçará – e por vezes a imagem é desconcertante: o efeito, claro, depende da *forma* artística empregada – suas contradições, cobrando ou o aprofundamento da crise ou o retorno a parâmetros pré-estabelecidos de leitura e fruição.

A leitura da atividade literária a que procederemos é, portanto, decididamente interdisciplinar. Se o materialismo dialético postula o princípio de movimento e transformação históricos, central à situação do Brasil contemporâneo, disciplinas auxiliares, como por exemplo a crítica literária e os caminhos autônomos que tomou a partir da linguística, bem como a sociologia e o que por ela foi acumulado em termos de observação social, completam o arsenal analítico que já há muito vem sendo desenvolvido com o intuito sempiterno de aproximação e representação da realidade. Queremos, no entanto, como Sartre, ir além da referenciação *transparente* e, portanto, nada crível. No jogo de forças social, as ciências humanas cumprem importante papel ideológico, que, se não chega a alterar a realidade dada, *sugestiona* amplamente os próximos movimentos, e esses, sim, refluirão de maneira constitutiva sobre a base socioeconômica.

Se os “desvios” de finalidade apontados por Sartre nas objetivações dos “projetos” individuais (como o de Flaubert) têm o mérito de conferir centralidade a uma “hierarquia de mediações” que o materialismo vulgar obstina-se em não reconhecer, por outro lado, como visto, há um “selo” de hostilidade algo permanente que marca tais mediações e “passiviza” a práxis (Sartre, 2002c [1960], p. 182n); a esta petrificação por demais impeditiva julgamos combater com a demonstração do tópico a seguir, em que o pensamento lukácsiano maduro deve desobnubilar os resquícios idealistas de seu trajeto, numa busca pela concretude histórica que visa justamente a exposição e denúncia das

contrafações filosóficas, e cuja eficácia é atestada em parte pela reação raivosa que o relegou a pária em seu campo de atuação.

1.2 – György Lukács: itinerário de maturação filosófica e rendimento teórico¹⁷

Passados mais de quarenta anos da morte de György Lukács (1885-1971), a teoria estética desenvolvida pelo pensador húngaro segue como fundamental marco analítico das relações entre arte e sociedade. Isso porque, situando-se com sua produção madura na contracorrente do pensamento filosófico contemporâneo (Cf. Cotrim, 2011, p. 571), reafirma o papel central das relações objetivas em todo e qualquer trabalho artístico.

A concepção marxista das artes, lograda após a produção juvenil de *A alma e as formas* (1910) e *A teoria do romance* (1916), torna-se responsável por resgatar as relações sociais da inautenticidade a que estavam submetidas pelo pensamento trágico e idealista dos primeiros ensaios. O que se verá a partir de então, em um percurso que começa com as análises estético-literárias dos anos 1930¹⁸ e culmina na publicação, em 1963, da *Estética*, é o desenvolvimento teórico, crescentemente intrincado, dos processos artísticos de metabolização da realidade. A pura negatividade que guiara, por exemplo, a escrita d'*A teoria do romance* – “[a] circunstância que lhe desencadeou o surgimento foi a eclosão da guerra em 1914”, anota o próprio Lukács em prefácio de 1962 (2009b [1962], p. 7) –, ajudando a fundamentar a tese de condicionamento do gênero romanesco, isto é, da épica moderna, como busca infrutífera, capengar estéril do homem em relação à realidade, tal negatividade é elaborada, já sobre bases marxistas, de tal forma que, ao ganhar em concreção, não mais alija da realidade exterior e do mundo social o sentido que o jovem Lukács vira escoado com o apagar da cultura helênica. Escreve Lukács n'*A teoria do romance*:

Se quisermos, assim podemos abordar aqui o segredo do helenismo, sua perfeição que nos parece impensável e a sua estranheza intransponível para nós: o grego conhece somente respostas, mas nenhuma pergunta, somente

¹⁷ Dos tópicos 1.2 a 1.2.3 incorporamos extensas passagens, ainda que reformuladas e reordenadas, de artigos publicados previamente em *Palimpsesto*: Revista do Departamento de Pós-Graduação em Letras da UERJ, em seus números 16 e 22: “O depoimento como forma: leitura de *Estive em Lisboa e lembrei de você*, de Luiz Ruffato” (2013) e “Desafios poéticos do realismo na atualidade: a contribuição de György Lukács” (2016).

¹⁸ Parte representativa desses textos está reunida no Brasil na coletânea *Marxismo e teoria da literatura* (2010b [1968]) e também em *Ensaio sobre literatura* (1965).

soluções (mesmo que enigmáticas), mas nenhum enigma, somente formas, mas nenhum caos. Ele ainda traça o círculo configurador das formas aquém do paradoxo, e tudo o que, a partir da atualização do paradoxo, teria de conduzir à superficialidade, leva-o à perfeição (Lukács, 2009a [1916], p. 27).

Ao invés da ênfase na impossibilidade de reconciliação entre vida interior (nomeadamente do herói romanesco *problemático*) e mundo externo – ênfase que mais tarde o autor qualificaria de “pessimismo de matizes éticos em relação ao presente”¹⁹ –, Lukács seguirá por trilhas mais circunspectas que o levarão ao rendimento específico que marca sua obra madura, qual seja: a complexificação das relações entre sujeito e objeto, baseada na apreensão dialético-materialista da realidade (Lukács, 1982b [1963], p. 469). A teoria do realismo daí derivada conserva atualidade pelo questionamento *global* que é capaz de sustentar às poéticas mais consequentes com as razões assimétricas do próprio funcionamento.

¹⁹ Argumenta Lukács, no prefácio de 1962 à reedição de *A teoria do romance*: “*A teoria do romance* não é de caráter conservador, mas subversivo. Mesmo que fundamentada num utopismo altamente ingênuo e totalmente infundado: a esperança de que do colapso do capitalismo, do colapso – a ele identificado – das categorias socioeconômicos inanimadas e hostis à vida, possa nascer uma vida natural, digna do homem” (Lukács, 2009b [1962], p. 15-16).

1.2.1 – *A teoria do romance: “efeito da síntese abstrata”*

Esboçado em 1914 e redigido entre 1914 e 1915, *A teoria do romance*, do jovem Lukács – anterior à guinada marxista –, buscava distinguir com ambição insuspeita as linhas histórico-filosóficas de evolução dos gêneros literários: comparava as epopeias homéricas ao romance ocidental, gênero por excelência da modernidade²⁰. O “guia metodológico” era Hegel, nesse ímpeto de historicização das categorias estéticas, ou “evolução dialética do espírito do mundo” (Lukács, 2009b [1962], p. 12). No entanto, havia já algo de destoante na concepção da realidade social do jovem Lukács, à época “fortemente influenciada por [Georges] Sorel” (Lukács, 2009b [1962], p. 14). Escreve Lukács no prefácio de 1962:

Do legado hegeliano procede [...] a problemática estética do presente: que, do ponto de vista histórico-filosófico, o desenvolvimento desemboca numa espécie de superação daqueles princípios estéticos que até ali haviam determinado o curso da arte. No próprio Hegel, porém, somente a arte torna-se problemática como resultado disso: o “mundo da prosa”, como ele designa esteticamente essa situação, é justamente o espírito ter-se alçado a si mesmo no pensamento e na práxis socioestatal. A arte torna-se problemática precisamente porque a realidade deixa de sê-lo. De todo contrária é a concepção formalmente semelhante da *Teoria do romance*: nela, a problemática da forma romanesca é a imagem especular do mundo que saiu dos trilhos (Lukács, 2009b [1962], p. 13-14).

A diferença, portanto, em relação a Hegel seria “primordialmente de natureza social, não estético-filosófica” (Lukács, 2009b [1962], p. 14). O jovem Lukács colhido pela inconformidade, que só encontraria alguma resposta em 1917 (Lukács, 2009b [1962], p. 8), irá nutrir seu anti-capitalismo romântico em Kierkegaard²¹ – veículo da

²⁰ Para o jovem Lukács (2009a [1916], p. 45), “em Homero [...] o transcendente está indissolúvelmente mesclado à existência terrena, e seu caráter inimitável repousa justamente no absoluto êxito em torná-lo imanente”. Em contrapartida, o nascimento do romance moderno, atrelado a Cervantes, “visionário intuitivo do momento histórico-filosófico sem retorno” (Lukács, 2009a [1916], p. 137), radicar-se-ia na busca impossível pelo *vínculo* desfeito.

²¹ Ver, por exemplo, o texto que dedica ao dinamarquês em *A alma e as formas*: “Quando a forma se estilhaça ao colidir com a vida: Søren Kierkegaard e Regine Olsen” (Lukács, 2015 [1910], p. 65-81).

“reação do romantismo cristão contra a humanização racionalista da fé”, como diz o Sartre (2002a [1957], p. 24) de *Questões de método*. Tal expediente que Lukács (2009b [1962], p. 15) chama “kierkegaardização da dialética histórica de Hegel”, responsável pelo tom pessimista de seu famoso ensaio, enquadrava-se numa “crítica do horror e da hostilidade cultural do capitalismo nascente” – que vinha, originalmente, de William Cobbett (1763-1835) e Thomas Carlyle (1795-1881) – e poderia com facilidade, apesar de esse não ser o caso, passar à defesa do atraso político-social (Lukács, 2009b [1962], p. 16).

Ao discorrer sobre a forma interna do romance, detém-se sobre a configuração biográfica característica da nova épica. Se antes, nos tempos das epopeias homéricas, a comunhão entre vida e sentido, *parte e todo*, herói e estirpe, povo ou comunidade, não exigia da configuração narrativa o deslocamento das individualidades, posto que estas ainda não haviam se descoberto como tais (Lukács, 2009a [1916], p. 67), toda substancialidade atribuída ao mundo grego vai naufragar na era pós-helênica.

O círculo em que vivem metafisicamente os gregos é menor do que o nosso: eis por que jamais seríamos capazes de nos imaginar nele com vida; ou melhor, o círculo cuja completude constitui a essência transcendental de suas vidas rompeu-se para nós; não podemos mais respirar num mundo fechado. [...] [P]ara nós, os arquétipos perderam inapelavelmente sua obviedade objetiva e nosso pensamento trilha um caminho infinito de aproximação jamais inteiramente concluído (Lukács, 2009a [1916], p. 30).

Ainda que o pressuposto histórico-filosófico de análise em *A teoria do romance* só assuma a irrupção das contradições nas epopeias para melhor enaltecer a totalidade harmônica de um suposto espírito grego, permanece válida a ideia do empenho e determinação histórica dos gêneros narrativos. É sem dúvida discutível a abstração conceitual que leva o jovem Lukács a ler na épica homérica a representação de um “mundo perfeito e acabado” (Lukács, 2009a [1916], p. 30). No entanto, a definição megalômana de “sentido” e “totalidade”, atribuída a determinado período histórico e cultural, ilumina por contraste, e este é o método e mérito de *A teoria do romance*, a evolução das formas de narrar.

Nosso mundo tornou-se infinitamente grande e, em cada recanto, mais rico em dádivas e perigos que o grego, mas essa riqueza suprime o sentido positivo e depositário de suas vidas: a totalidade. Pois totalidade, como *prius* formador de todo fenômeno individual, significa que algo fechado pode ser perfeito; perfeito porque nele tudo ocorre, nada é excluído e nada remete a algo exterior mais elevado; perfeito porque nele tudo amadurece até a própria perfeição e, alcançando-se, submete-se ao vínculo (Lukács, 2009a [1916], p. 31).

Escrito em plena eclosão da Primeira Guerra Mundial, *A teoria do romance* nasce sob o signo da disparidade histórico-filosófica com o passado e vai condicionar a apreensão das realidades artísticas anteriores. Ainda sem o chão da crítica materialista, Lukács estava às voltas, como diz no prefácio de 1962, com “uma concepção de mundo voltada a uma fusão de ética de ‘esquerda’ e epistemologia de ‘direita’ (ontologia etc.)” (Lukács, 2009b [1962], p. 17). A fragilidade da fundamentação epistemológica, de fato, borra o entendimento das estruturas sociais e artísticas mais concretas: é o próprio autor húngaro quem reconhece, também no prefácio ora em tela, o problema que chama, em determinado momento, de “abstração inadmissível” (Lukács, 2009b [1962], p. 11). Sobre o estado de ânimo teórico da época, Lukács afirma que era sugestionado pela corrente das chamadas “ciências do espírito”, uma tentativa fracassada de superar a “bidimensionalidade rasteira do positivismo neokantiano ou de quantos mais, tanto no tratamento de figuras ou correlações históricas quanto na correta compreensão de realidades intelectuais (lógica, estética etc.)” (Lukács, 2009b [1962], p. 9):

Virou moda formar conceitos gerais sintéticos a partir de alguns poucos traços, a maioria das vezes apreendidos pela mera intuição de uma escola, de um período etc., dos quais a seguir se descia dedutivamente aos fenômenos isolados, e assim se acreditava alcançar uma visão abrangente do conjunto (Lukács, 2009b [1962], p. 9).

E ainda: “as tentativas de superar o racionalismo raso e positivista significavam quase sempre um passo rumo ao irracionalismo” (Lukács, 2009b [1962], p. 11).

No entanto o vezo antibélico do então jovem ensaísta, que impregna a concepção da obra, recupera a atualidade teórica d'*A Teoria do romance*. Ao estabelecer a gênese da narrativa moderna como reação configuradora do mundo dissolvido, Lukács ajuda a inaugurar os motivos contemporâneos de interpretação das formas segundo a sociedade

que as predispõem: “[o] romance é a epopeia de uma era para qual a totalidade extensiva da vida não é mais dada de modo evidente, para a qual a imanência do sentido à vida tornou-se problemática, mas que ainda assim tem por intenção a totalidade” (Lukács, 2009a [1916], p. 55).

Mesmo que se questione a falta de fissuras da representação homérica, são inegáveis as mudanças formais apontadas por *A teoria do romance* na transição para o gênero romanesco. Conhecendo um desterro improvável para a circularidade fechada da epopeia – configuração segura concebida em termos mítico-religiosos –, o romance acusa o exílio dos deuses, e esta sina não deixa de ser reatualizada: agora, pela literatura contemporânea. Claudio Magris, ao indicar *A teoria do romance* como “obra-prima ensaística fundamental para entender o que ocorreu à vida e à narrativa da vida nos últimos dois séculos” (Magris, 2009 [2001], p. 1023), afirma:

Desde seu nascimento – ou seja, desde o romantismo ou já no final do século XVIII –, a literatura contemporânea é marcada pelo sentimento de uma ferida profunda que a história parece ter infligido ao indivíduo, impedindo-o de realizar plenamente a própria personalidade em acordo com a evolução social [...]. O progresso social [...] evidenciava ainda mais o mal-estar e a incerteza do único (Magris, 2009 [2001], p. 1027).

Qualquer tentativa de “juntar os cacos” do sujeito moderno, realinhando-o a um sentido coletivo que há muito deixou de ser verossímil, variaria entre autoritária, artificial e desimportante:

A “moderna epopeia burguesa” [...] será de fato quase inexistente; uma realização sua – por certo não muito importante – poderá ser paradoxalmente, por exemplo, o romance realista-socialista ou stalinista, que representará a construção de um mundo épico, coletivo – a revolução, a sociedade comunista, os planos quinquenais –, capaz de conferir significado à vida dos indivíduos que se lhe submetem, mesmo sendo triturados (Magris, 2009 [2001], p. 1019).

A *forma* como “resolução de uma dissonância fundamental da existência” (Lukács, 2009a [1916], p. 61), como objetivação sintomática do “mundo abandonado por deus” (Lukács, 2009a [1916], p. 89, 92, 96, 99), adere, tal qual inferido pela psicanálise

freudiana, ao desejo de pacificação, o que inevitavelmente vai conferir primazia ao centro do problema, isto é, à individualidade descolada.

Para a tradição de crítica literária formada a partir do jovem Lukács de *A teoria do romance*, algo se perdeu no avançar da história ocidental e o grande romance oitocentista, por exemplo, seria nada mais do que a tentativa de reconstrução dos mitos alheios ao advento da burguesia; em outras palavras: negacear narrativo em torno da recuperação de pactos hierárquicos transcendentais, superiores e anteriores à consolidação industrial e citadina da luta de classes²². Na literatura contemporânea, raramente ainda há a intenção configuradora de grandes painéis históricos e/ou ontológicos. Mas mesmo com a renúncia à representação tipológica da realidade – talvez pela grande carga de influência do entendimento pós-moderno, ou melhor, desentendimento, em relação a esta –, uma necessidade (orgânica, para Lukács) ainda persiste: o recorte biográfico.

Onde não há mais um “deus efetivo” (Lukács, 2009a [1916], p. 92), “a comunhão dos santos, totalidade, plenitude, ou como quer que se lhe chame” (Lafetá, 2004a [1970], p. 33), instaura-se o *protagonismo do eu*. N'A *divina comédia*, por exemplo, marco transicional, identificado por Lukács, entre a epopeia e nova épica, tem-se ainda a intermediação e presença narrativa de um Virgílio ou de uma Beatriz, entes ideais que portam o sentido de comunhão transcendental e permitem que o herói, isto é, o próprio Dante, permaneça em certa zona mínima de anonimato ou distensão na totalidade²³. Ciceroneada pelo que a transcende e é pretérita, a interioridade avultada da personagem dantesca é absorvida e aplainada no poema épico. Mas para o jovem Lukács, o resto de sentido que, por chancelas históricas, fez-se presente n'A *divina comédia* (2005 [1472]), vai perder-se, passando por seu elo indissociável com a loucura em *Dom Quixote* (2008 [1605]; 2007 [1615]), na tradição inaugurada pelo romantismo alemão do século XVIII, até amargar as fraturas da intenção épica totalizante de *Guerra e paz* (2011 [1865-1869]), já no século XIX²⁴. O resultado é que qualquer configuração de sentido através da forma

²² Recupera-se, aqui, o conceito marxista ainda que este só posteriormente apareça de maneira objetiva na obra do pensador húngaro.

²³ Ver, por exemplo, no canto II do Paraíso, a exortação de Beatriz a Dante: “‘Eleva a mente grata a Deus’, me disse,/ ‘que nos juntou com a primeira estrela’” (Alighieri, 2005 [1472], p. 605).

²⁴ Os exemplos da literatura ocidental utilizados aqui são justamente os modelos escolhidos por Lukács em sua tentativa ambiciosa de deslindar as determinações da transposição da epopeia ao romance. Sobre o romantismo alemão, o foco de Lukács recai mais precisamente sobre *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, de Goethe (2009 [1795-1796]).

artística deve ater-se a sua impossibilidade inerente. O sentido e o ganho formal do gênero romanesco só são possíveis justamente na explicitação da *falta de sentido*; no recolher exaltado ou resignado, mas, em todo caso, patético, da fragmentariedade e deslocamento individuais. Fora do “dever eternamente existente da distância” (Lukács, 2009a [1916], p. 84), exigência moderna sobre as tentativas de formalização, as narrativas aprisionar-se-iam a mais do que mera ingenuidade: ao fracasso do artificialismo. Com efeito, o conluio transcendental, possível de maneira orgânica n’*A divina comédia*, divorciou-se da verossimilhança: restou o indivíduo desamparado.

Theodor W. Adorno, em sua *Teoria estética*, corrobora o que havia sido antecipado por Lukács, ampliando, no entanto, a análise à arte em geral:

torna-se cada vez mais difícil às obras de arte constituírem-se como coerência de sentido. Quanto mais a emancipação do sujeito demole todas as representações de uma ordem pré-dada e doadora de sentido, tanto mais problemático se torna o conceito do sentido como refúgio da teologia declinante. Já antes de Auschwitz era uma mentira afirmativa, relativamente às experiências históricas, o atribuir um sentido positivo à existência. Isso tem consequências na forma das obras de arte. Se elas nada mais têm fora de si mesmas a que possam aderir sem ideologia, de nenhum modo se pode estabelecer por um ato subjetivo o que lhes falta²⁵ (Adorno, 1982 [1970], p. 175).

Há, todavia, meios provisórios, posto que altamente contestáveis, de superação da dualidade homem-mundo. A superação nasceria como resultado do percurso combativo do herói romanesco. Mais precisamente na tradição realista brasileira, João Luiz Lafetá, em ensaio sobre *O amanuense Belmiro* (2002 [1937]), mostrou como a personagem de Cyro dos Anjos, supera, pela sofisticação do bom-humor resignado, o fel da realidade exterior, ainda que de maneira melancólica (Lafetá, 2004a [1970], p. 19-37). No entanto, nem sempre há finais positivos, como o possibilitado pela situação de classe remediada do bom amanuense. Em *São Bernardo* (2005 [1934]), por exemplo, acompanha-se o

²⁵ Por ocasião da análise de *Passageiro do fim do dia*, no tópico 3.2, percorreremos a longa trajetória de Rubens Figueiredo até que fosse possível ao autor alcançar o estágio formal de seu último livro. Antes, veremos que algumas de suas obras são presas de tom professoral e moralizante, de ostensiva inverossimilhança histórica, na perspectiva apontada por Adorno, em que sentidos fabricados comunicam artificialidade insuperável.

desmoronamento da confiança e coesão de personalidade do narrador, Paulo Honório, antes amparada pela violência de seu arrivismo que a todos conseguia submeter. O suicídio de Madalena, esposa do narrador protagonista, bota à prova a capacidade de reificação da personagem sobre tudo na vida, inclusive o amor. Desaparece o sentido e o que se tem, ao final, é a persistência da essencialidade problemática (Lafetá, 2004b [1974], p. 98-102). Com efeito, é da própria concepção do termo *narrativa* a estrutura itinerante, de trajeto. Nesse sentido, mesmo que não haja dúvidas sobre a importância igualmente estrutural de finais conservadores, como em *O amanuense Belmiro*, ou tendencialmente progressistas, como em *São Bernardo*²⁶, para a economia crítica é mais produtivo priorizar, nos termos de Lukács, a *distância*, e não a chegada. O sentido dado a tal distância, atribuidor de dimensionalidade subjetiva e ética à acepção física dos espaços percorridos, é eminentemente individual. Imperializa-se, então, a necessidade orgânica, interna ao romance, da forma biográfica²⁷: “o personagem central da biografia é significativo apenas em sua relação com um mundo de ideias que lhe é superior, mas este, por sua vez, só é realizado através da vida corporificada nesse indivíduo e mediante a eficácia dessa experiência” (Lukács, 2009a [1916], p. 78).

²⁶ Progressista porque há a escolha clara de Graciliano Ramos por manter o foco na contradição, ao contrário, pelo menos em uma leitura mais objetiva, de Cyro do Anjos em *O amanuense Belmiro*.

²⁷ Veja-se o que diz Pierre Bourdieu (1996a [1992], p. 45), teórico que analisaremos a seguir, cuja objetivação sociológica do fenômeno literário é de extremo proveito: “Não há nada que ateste melhor tudo o que separa a escrita literária da escrita científica do que esta capacidade, própria da primeira, de concentrar e de condensar na singularidade concreta de uma figura sensível e de uma aventura individual, funcionando ao mesmo tempo como metáfora e metonímia, toda a complexidade de uma estrutura e de uma história que a análise científica se vê obrigada a percorrer laboriosamente”.

1.2.2 – De *História e consciência de classe* (1923) a *Realismo crítico hoje* (1957): da negação messiânica das mediações à prescrição de mediações edificantes

Ainda em *História e consciência de classe* (2003a [1923]), obra que Lukács considera como seu último livro de juventude, não será possível romper completamente com o idealismo das sínteses abstratas (Lukács, 2009b [1962], p. 10). Como sublinha Ana Cotrim, referindo-se ao que o próprio autor anota no posfácio de 1967 à reedição de *História e consciência de classe*, é só a partir da escrita das *Teses de Blum* (1928/1929)²⁸ que se efetivará em Lukács a transição do utopismo messiânico à apropriação da “objetividade em seu caráter *concreto, mediado*” (Cotrim, 2011, p. 578, grifos no original). Tal mudança de pensamento deve muito, como visto, à leitura, já nos anos 1930, dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, de Marx, responsável por romper, segundo o autor, “todos os preconceitos idealistas da *História e consciência de classe*” (Lukács, 2003b [1967], p. 46). É que o fundamento filosófico de extração hegeliana mantinha-se inalterado nesse marcante volume de ensaios, como assevera István Mészáros (2011 [1995], p. 427):

através do prisma refratário da mistificação filosófica (ideologicamente ligada aos insuperáveis interesses de classe), a substância tangível das relações concretas, materiais e sociais subjacentes é metamorfoseada em um enigma metafísico cuja solução apenas pode assumir a forma de algum postulado ideal irrealizável, decretando a identidade de sujeito e objeto.

A solução que transforma o proletariado em “sujeito-objeto idêntico da história” (Lukács, 2003a [1923], p. 391)²⁹ assume um *voluntarismo* igualmente incapaz de lidar

²⁸ Escritas em 1928 e apresentadas ao Segundo Congresso do Partido Comunista da Hungria em 1929 (Cf. Lukács, 2003b [1967], p. 35-36; Cotrim, 2011, p. 592; Silva, 2013, p. 119-120).

²⁹ Ver “O ponto de vista do proletariado” em *História e consciência de classe* (Lukács, 2003a [1923], p. 308-411): “Apenas quando a consciência do proletariado é capaz de indicar o caminho para o qual concorre objetivamente a dialética do desenvolvimento, sem no entanto poder cumpri-lo em virtude da sua própria dinâmica, é que a consciência do proletariado despertará para a consciência do próprio processo; somente então o proletariado surgirá como sujeito-objeto idêntico da história, e a sua práxis se tornará uma transformação da realidade. Se o proletariado for incapaz de dar esse passo, a contradição permanecerá sem solução e será reproduzida numa potência superior” (Lukács, 2003a [1923], p. 391). Cabe apanhar “com todo o vigor o ‘próximo elo’ da cadeia do desenvolvimento – ao qual, no momento dado, está preso o destino da totalidade” (Lukács, 2003a [1923], p. 392n). Aquilo que Lukács, no prefácio de 1967, irá reputar

com a “perda burguesa da totalidade” (Cf. Mészáros, 2011 [1995], p. 436), apesar de em linhas gerais, como bem notado por Ana Cotrim, distinguir-se d’*A teoria do romance* no que concerne à “perspectiva de superação das contradições capitalistas” passar “a centrar-se na consideração da consciência de classe do proletariado revolucionário, que apenas a partir de 1918 figura nos escritos lukácsianos” (Cotrim, 2011, p. 576). Tal posicionamento político sinaliza o caminho de Lukács em direção a mediações mais concretas com a realidade objetiva, que assumirão, na esfera propriamente estética, vencido o sectarismo de *História e consciência de classe* (Lukács, 2003b [1967], p. 39), a ampla e dinâmica concepção de realismo que o filósofo viria a desenvolver como norte de seu trabalho crítico e teórico.

Mas tal percurso não se deu sem complicações embaraçosas. É o que atesta a pequena diatribe *Realismo crítico hoje* (1957). Livro que concentra a crítica de Lukács às vanguardas históricas e a alguns de seus epígonos, é lido, não raro, separadamente do restante da obra do filósofo, o que, de modo estratégico para seus opositores, pode levar à anulação da riqueza de pensamento do autor.

Sua crítica a James Joyce, Virgínia Woolf, Samuel Beckett, Albert Camus, William Faulkner, John Dos Passos, entre outros, fixa-se no desvendamento do que chama “a concepção de mundo subjacente às vanguardas”. Falha por não ver necessidade histórica no expediente formal propriamente *dissolutivo* dos autores por ele criticados. Já antes, em 1948, por ocasião de *Existencialismo ou marxismo?*, situava “a vanguarda da inteligência burguesa [...] no meio de uma espécie de carnaval permanente da interioridade fetichizada”, erigida quando “as bases da sociedade capitalista pareciam inabaláveis, isto é, até a época precedente à primeira guerra mundial³⁰” (Lukács, 1967a [1948], p. 79):

como “metodologicamente errado” pertence, talvez até hoje, por razões políticas óbvias, “aos momentos mais atuantes e influentes da recepção” do livro (Lukács, 2003b [1967], p. 31-32).

³⁰ Sartre, em *Questões de método*, faz questão de contraditá-lo: “Vejam [...] Lukács: sua fórmula ‘o carnaval permanente da interioridade fetichizada’ não é somente pedante e imprecisa: até mesmo sua aparência é suspeita. A adoção de uma palavra violenta e concreta, *carnaval*, evocadora de cor, agitação, ruídos, tem como objetivo evidente encobrir a pobreza do conceito e sua gratuidade: com efeito, pretende-se simplesmente designar o subjetivismo literário da época e trata-se de um truísmo já que esse subjetivismo era *proclamado*, ou então se pretende que a relação do autor com a sua subjetividade era necessariamente a *fetichização* e isso é uma afirmação apressada demais; Wilde, Proust, Bergson, Gide, Joyce, tantos nomes, quantas relações diferentes com o subjetivo. E, *pelo contrário*, seria possível mostrar que nem Joyce – que desejava criar um espelho do mundo, contestar a linguagem comum e lançar as fundações de uma nova

A consciência individual estava a tal ponto submetida à sugestão do fetichismo social, que quando a primeira guerra mundial problematizou toda possibilidade de existência, quando esse abalo universal transformou todos os objetos possíveis do pensamento humano, revalorizando todos os princípios estabelecidos, quando enfim a grande penitência sucedeu ao carnaval do individualismo puro, a estrutura fundamental dos problemas da filosofia permaneceu quase inalterável (Lukács, 1967a [1948], p. 80).

A localização social dos autores, se por um lado representa um avanço em relação ao que Mészáros chamou de “prisma refratário da mistificação filosófica”, por outro é presa de uma *redução* evidente que correlaciona de modo direto a nova arte a sua gênese de classe. Sartre, assim como Adorno (2002 [1958]), atribui tal leitura à doutrina comunista oficial, preocupada em manter a coesão do bloco soviético.

[O]s dirigentes do Partido, obstinados a impelir a integração do grupo até o limite, tiveram receio de que o livre devir da verdade, com todas as discussões e conflitos que comporta, viesse a romper com a unidade de combate; neste caso, reservaram-se o direito de definir a linha e interpretar o acontecimento; além disso, com medo de que a experiência fornecesse suas próprias luzes, questionasse algumas de suas ideias diretoras e contribuísse para “enfraquecer a luta ideológica”, colocaram a doutrina fora de seu alcance (Sartre, 2002a [1957], p. 31).

Resultava daí uma poética *prescritiva*, que negava o reconhecimento da fratura histórica entre sujeito e objeto (Adorno, 2002 [1958], p. 48), e, portanto, das técnicas de fragmentação e dissolução da matéria (Adorno, 2002 [1958], p. 27) como reação crítica (negativa). Esse expediente de Lukács, que Adorno contrapõe às por ele admiradas obras de juventude do autor, seria responsável por forçar uma conciliação entre o artista e o mundo social no qual não se reconhece. A “reconciliação extorquida”³¹ de que fala

universalidade linguística –, nem Proust – que dissolvia o Ego nas análises e cujo único objetivo era fazer renascer pela magia da memória pura o *objeto real e exterior* em sua singularidade absoluta –, nem Gide – que se mantém na tradição do humanismo aristotélico – são fetichistas da interioridade. Essa noção não é extraída da experiência, não foi estabelecida pelo estudo da conduta dos homens particulares; [...] cria seus próprios instrumentos. (Sartre, 2002a [1957], p. 52, grifos no original).

³¹ O título original do ensaio que Adorno escreve em resposta a *Realismo crítico hoje* é “Uma reconciliação extorquida”, traduzido para o espanhol como “Lukács e o equívoco do realismo”, versão que utilizamos.

Adorno “confunde *deliberadamente* os momentos formais e construtivos da nova arte com elementos acidentais agregados do sujeito ‘inflado’ ou amplificado, em lugar de reconhecer sua função objetiva no conteúdo estético” (Adorno, 2002 [1958], p. 27; grifo e tradução nossos). A crítica de Lukács cala fundo em Adorno porque, como se sabe, para o intelectual alemão – e esse ponto é central em sua obra –, o fechamento da obra de arte sobre si mesma – em sua autonomia formal, em que quase sempre a ilegibilidade subsiste –, e mesmo a raridade de um repertório que quer esporear a percepção planejada e já embotada (Jameson, 1985 [1971], p. 26 e p. 35), constituem o *valor* da arte moderna. *Corresponder* ao real seria, como diz em famosa passagem de “Posição do narrador no romance contemporâneo”, servir à reprodução social: “[s]e o romance quiser permanecer fiel à sua herança realista e dizer como realmente as coisas são, então ele precisa renunciar a um realismo que, na medida em que reproduz a fachada, apenas a auxilia na produção do engodo” (Adorno, 2012 [1954], p. 57; grifos suprimidos)³². Numa apressada rejeição de mediações “deformadoras” (“decadentes” ou “degradadas”), segundo os termos de

³² José Guilherme Merquior segue a picada aberta por Adorno em ensaio do importante *Formalismo e tradição moderna* (1974): “O ideal de incomunicabilidade ostentado pelas letras contemporâneas desde Mallarmé [...] [o] hermetismo da maior parte dos escritores modernos de qualidade é uma estratégia cultural, dirigida com toda razão contra a ‘comunicabilidade’ fácil – que, de hábito, nada tem a comunicar – da literatura de massa. Seria completamente errôneo tomar essa guerrilha contra a *prostituição* da comunicação verbal por um repúdio literal e inumano do comunicar” (Merquior, 2015 [1974], p. 185; grifo no original). Sobre esse analista brasileiro de insuspeita erudição, é notório o contexto político que levou a fração mais à esquerda do campo intelectual nativo a renegá-lo e rejeitar mesmo toda e qualquer interlocução com sua extensa e precoce obra, que só agora passa a ser relançada e posta novamente em circulação, quase um quarto de século após sua morte. Intelectual, na verdade, de centro – definia-se como um “liberal social” (reconhecia a “insuficiência do liberalismo clássico” e, em particular “a sua manifesta carência [...] na dimensão do *social*” (Merquior, 1979, p. 131; grifo no original) –, em termos de crítica estética combateu a estreiteza dos métodos formalistas que grassavam com força em seu tempo. Em texto sobre a “teoria da crítica” em Antonio Candido, por exemplo, afirma: “Se tivéssemos que arriscar uma hipótese descritiva da evolução do pensamento de Antonio Candido, diríamos tão-somente: por volta de 1960, na sua luta em duas frentes – contra o formalismo e o sociologismo – o crítico acentuava a *conversão* do elemento externo em interno; hoje, porém, reagindo contra a maré do formalismo ‘estruturalista’ [Merquior cita os modelos narratológicos ou semióticos de Greimas, o primeiro Todorov e Kristeva], prefere salientar *ambos* os polos da análise, valorizando os determinismo sociais, que primam pela ausência nas acrobacias taxinômicas dos estruturalistas do Sena ou dos trópicos. De nossa parte, é com prazer que assinalamos na obra do próprio Antonio Candido o melhor lema dessa nova estratégia: ‘o texto é resultado’. Resultado, bem entendido, de muitas coisas mais do que sonha o cru sociologismo – mas resultado no duro, e não pseudo-código imotivado, objeto gratuito da vazia ginástica de uma crítica bizantina”; e segue, denunciando, por fim, que o “luxo neologístico, não raro bem pedante” com que tal crítica se apresenta só é ultrapassável pelo “incurável pernosticismo dos lacanianos e derridaianos” (Merquior, 1979, p. 130; grifos no original).

Lukács (1969 [1957], p. 43), a que o combate algo burocratizado contra o niilismo e pelo socialismo obrigava, exclui-se uma multiplicidade de figurações cuja potência emancipatória está justamente na *disjunção* que estabelece com o real³³.

Na descrição de *Realismo crítico hoje*:

Do ponto de vista abstrato, ou subjetivo, a possibilidade é sempre mais rica do que a realidade efetiva; parece ao sujeito humano que milhares e milhares de possibilidades se lhe oferecem, das quais só uma percentagem ínfima pode ser [...] realizada. Pretendendo reconhecer nessa ilusória riqueza a verdadeira plenitude da alma humana, o subjetivismo moderno, sente por ela uma melancolia matizada de admiração e simpatia, ao mesmo tempo que olha a realidade, que impede que todas estas possibilidades se realizem, com uma espécie de desprezo igualmente melancólico (Lukács, 1969 [1957], p. 40).

Como escreveu João Luiz Lafetá em sua tese de doutorado sobre a lírica de Mário de Andrade – autor que, diz Lafetá (1986 [1980], p. 97), “estaria com certeza incluído nessa família decadente” –, não deixa de ser espantoso tal condenação generalizada de Lukács, irmanado, dessa forma, aos mais reacionários segmentos oficiais da cultura que combatiam os expressionistas. Nessa leitura, Joyce é acusado de praticar “uma fotomontagem naturalista – pretenciosa e grotesca – de associações” (Lukács, 1961 *apud* Coutinho, 1969, p. 12); Woolf é “um exemplo extremo” de “imagem deformada da realidade total” (Lukács, 1969 [1957], p. 83); em Beckett, “a vontade arbitrária de criar formas originais a qualquer preço dissimula o dogmatismo subjetivista dos pontos de partida e o caráter esquemático da execução” (Lukács, 1969 [1957], p. 81); em Camus, a “ausência de perspectiva” não “dá lugar a qualquer evolução humana” (Lukács, 1969 [1957], p. 95); Faulkner “reduz o possível aos seus aspectos puramente subjetivos e, por consequência, abstratos” (Lukács, 1969 [1957], p. 40); em Dos Passos, “as qualidades descritas [...] são permutáveis entre os personagens” (Lukács, 1969 [1957], p. 43); etc. etc. Afirma Lukács (1969 [1957], p. 43):

Desde que se suponha que o indivíduo em relação a si próprio, solitário, desligado da sociedade humana, é idêntico à essência efetiva, autêntica e mais

³³ Para um dos primeiros comentários à polêmica Adorno versus Lukács, ver o já clássico estudo de Peter Bürger (2012 [1974]), *Teoria da vanguarda*.

profunda da própria realidade efetiva, não mais se pode distinguir a possibilidade abstrata da possibilidade concreta.

A rejeição de certa *mediação subjetiva* – majoritária na fatura modernista consagrada –, se, por um lado, tem os efeitos restritivos apontados, por outro, é impossível não notar, abre espaço para que o cânone modernista ocidental seja visto no que tem de *capitulação* frente às alienações históricas tão flagrantes, ou, mais além: *ratificação* ideológica do imobilismo de classe; tal crítica, mortal ao “estetismo exangue” (Mészáros, 2013 [1970], p. 81) dependente, não raro, do tipo de mediação em tela, é, sem dúvidas, responsável por enriquecer a recepção a tais poéticas que sabemos insuperáveis no mundo burguês desde os massacres de junho de 1848 em Paris (Cf. Schwarz, 2012a [1990], p. 177-182 e Jameson, 1985 [1971], p. 244)³⁴. Isso porque não há por parte do filósofo, em nenhum momento, acomodação (ou estabilização) às correntes imobilizadoras da história. Sua obra crítica e teórica não é mero sintoma das contingências e, portanto, espera da arte posicionamento equivalente; nesse sentido, é precisa a sinalização de Fredric Jameson, para quem o pensamento lukácsiano é profundamente comparativo e diferenciador:

Ele [Lukács] não se instala no interior do fenômeno moderno, completamente entregue a seus valores fundamentais e capaz apenas de observá-lo a partir de sua própria ótica. Ele pode defini-lo e marcar seus limites, como momento histórico, frente ao que ele não é (Jameson, 1985 [1971], p. 155).

Nesse sentido, cumpre papel importante a formação clássica de Lukács, cujas leituras determinantes podem se resumir, segundo István Mészáros (2013 [1970], p. 81), a três nomes: Homero, Shakespeare e Walter Scott. Esse classicismo, origem de sua paixão por Goethe e Thomas Mann, já fazia-se presente nos escritos juvenis, como nesse estudo de 1910 – “Cultura estética” – recuperado por Mészáros (2013 [1970], p. 82), em que bem antes da virada marxiana “e em oposição formal à anarquia e à arbitrariedade do subjetivismo, ele se pronunciou em termos tocantes em prol de uma arte nova, mas

³⁴ Mais à frente, ainda abordaremos com vagar tal acontecimento histórico, bem como suas amplas consequências poéticas na literatura ocidental. Ver tópico 1.3.2, especialmente páginas 84 a 90. E capítulo 3, especialmente páginas 182 a 187.

orientada para uma ‘ordem’ e com valores cuja presença é tão sugestiva nas obras clássicas”:

Essa arte da ordem deve acabar com todas as anarquias da sensação e da fantasia. A simples aparição dessa arte e sua existência são um ultimato – endereçado a todos os tipos de impressionismo, sensação e fantasia, a todas as desordens e à negação dos valores, a todas as concepções do mundo que se resumem na palavra “Eu” (Lukács, 1910 *apud* Mészáros, 2013 [1970], p. 82).

O mesmo desassossego fundamental está presente, como vimos, n’*A teoria do romance*, ainda que à época a luta carecesse de concretude. O gênero por excelência da modernidade, escreve o jovem Lukács, “é a forma da época da perfeita pecaminosidade, nas palavras de Fichte, e terá de permanecer a forma dominante enquanto o mundo permanecer sob o jugo dessa constelação” (Lukács, 2009a [1916], p. 160).

Tertulian, em comentário sobre a polêmica entre Lukács e Adorno, admitindo que a análise de Adorno coloca *Realismo crítico hoje* e seu autor em “áspera provação” (Tertulian, 2010 [1985], p. 106), não deixa de tentar erguer um retrato mais justo do pensador húngaro, posto que sua crítica

com relação às obras de vanguarda é justamente a ausência de uma *mediação* mais profunda, subjetiva e objetiva, das situações evocadas. O que ele deplora é a ausência do *filtro* enraizado na personalidade do artista, as carências do *eu profundo* (o que o jovem Lukács chamava, com uma expressão kantiana, de “o eu inteligível”), por meio das quais o mundo é refratado nas obras desse gênero. O alvo de sua argumentação não é o reflexo empírico da realidade, como lhe censura Adorno, mas a qualidade da *subjetividade* constituinte que se exterioriza e se objetiva através da obra. Quando ele compara o monólogo de Leopold Bloom ou de sua mulher em *Ulisses* de Joyce com o monólogo de Goethe em *Lotte in Weimar* [*Carlota em Weimar*] de Thomas Mann, Lukács se põe à escuta do eu profundo do escritor, sua atenção se fixa sobre o fluido que anima o espaço interior da obra, e é a partir dessa perspectiva que ele formula seu julgamento sobre o que considera ser “a diferença de nível” entre os dois escritores: é assim que ele chega a opor a poesia humana complexa do romance de Thomas Mann à fotomontagem de associações de caráter naturalista de Joyce [...], em nome de um olhar respeitoso da pluridimensionalidade e da profundidade do mundo (Tertulian, 2010 [1985], p. 107; grifos no original).

Contemporizações necessárias à parte, será apenas com a publicação, cinco anos após à dura invectiva de Adorno, de sua obra maior dedicada às artes – a superlativa *Estética* (1982a [1963]; 1982b [1963], 1982c [1982]; 1982d [1963]) – que a má-impressão deixada por sua negativa em cerrar fileiras com o radicalismo pequeno-burguês e burguês das vanguardas – isto é, não reconhecer que tais artistas representavam a realidade com distância crítica e esta era o próprio fundamento de sua poética – será definitivamente, aos que se dispuserem a ver, suplantada pelo desenvolvimento que os problemas artísticos lograrão com a última estética lukácsiana; parte muito pequena dessa elaboração será discutida a seguir: o recorte de temáticas e problemas, que corresponde às questões caras a este trabalho, deverá ser, no entanto, suficiente para indicar a amplitude e força da visada teórica e crítica ora em tela.

1.2.3 – A perquirição do real na *Estética*

Em instrutivo texto sobre as variadas formas que o realismo, para Lukács – a partir dos anos 1930 –, pode vir a tomar, a depender da feição histórica vislumbrada, Edu Teruki Otsuka afasta qualquer mal-entendido por ventura veiculado tanto pela acepção banal (fotográfica) de realismo quanto pela compreensão (meramente escolar) de movimento estilístico datado. Segundo Otsuka, para o filósofo marxista, o realismo “não decorre dos procedimentos técnicos em si mesmos, e sim de uma articulação particular entre o modo de escrever e a matéria histórico-social” (Otsuka, 2010, p. 37). Nesse sentido, o fantástico da literatura de um E.T.A. Hoffmann (1776-1822), por exemplo, sedimenta-se como expediente formal *necessário* à figuração do atraso socioeconômico vivido pela Alemanha entre o final do século XVIII e o início do XIX:

De acordo com Lukács, Hoffmann pertence à época posterior à Revolução Francesa, mas situa-se em uma sociedade que ainda não havia alcançado a unificação nacional e em que a burguesia, pouco desenvolvida, ainda não havia conseguido conformar a realidade social de acordo com suas necessidades econômicas (como haviam feito as burguesias francesa e inglesa). [...] A originalidade de Hoffmann – que o leva a alcançar um resultado realista – é que, em sua obra, a nova sociedade é apreendida nas formas da miséria alemã. Ao mesmo tempo, e inversamente, Hoffmann vê o elemento fantasmagórico do espírito filistino alemão através dos acontecimentos sociais de caráter mundial. A figuração fantástica de Hoffmann, portanto, apreende as relações de tensão entre as formas burguesas modernas e o atraso da realidade prática alemã (Otsuka, 2010, p. 44)³⁵.

Como afirma o próprio Lukács, em 1945, na “Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels”, “a estética marxista se limita a desejar que a essência individualizada pelo escritor não venha representada de maneira abstrata e, sim, como essência organicamente inserida no quadro da fermentação dos fenômenos a partir dos quais ela nasce” (Lukács, 2010a [1945], p. 27). Se, por um lado, tal proposição pode resultar normativa (ou pior, *prescritiva*) e produzir, como vimos, a condenação em bloco das

³⁵ Os textos de Lukács consultados por Otsuka e que se atêm à obra de Hoffmann são “Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels” (2010a [1945]) e *Nueva historia de la literatura alemana* (1971 [1945]).

vanguardas históricas e de seus epígonos, por outro, é inegável a amplitude de sua abrangência – brevemente demonstrada acima no caso de Hoffmann –, bem como a complexidade do desenvolvimento que trilhará já no âmbito da *Estética I*: a peculiaridade do estético.

De maneira que uma das mais notáveis sínteses da *Estética* refere-se à relação sujeito e objeto, interioridade e exterioridade, apreendida na correspondência mútua (e histórica) de sua produção. Desse complexo sempre tão sugestivo, nutre-se a teoria estética ali erigida. No capítulo “A missão desfetichizadora da arte”, anota o filósofo ao tratar das artes plásticas:

É próprio da essência da arte e de seu efeito estético que este efeito esteja cindido necessariamente no que tange a sua determinação; que necessariamente corresponda à determinação visual do externo uma indeterminação humano-anímica do interno, a qual, certamente [...] não está objetivamente de todo indeterminada, mas que se move em um âmbito de jogo concretamente circunscrito no artístico (Lukács, 1982b [1963], p. 417)³⁶.

A riqueza poética, assim identificada à multivocidade oferecida à recepção, não nega, como visto, o caráter subjetivo da conformação artística e de seus produtos, ao contrário, enriquece-os com a simultânea referência à objetividade histórica. Tal processo de coordenação, “dialético-contraditório” (Lukács, 1982b [1963], p. 421), opera com poder evocativo, *contrastando* as representações primárias da realidade social (Lukács, 1982b [1963], p. 394 e p. 429).

É o que permite, no capítulo “Traços gerais da relação sujeito-objeto em estética”, Lukács formular:

um desenvolvimento real da personalidade humana não é possível a não ser no mundo, em ininterrupta inter-relação com o mundo; [...] tanto um homem que se encerre tendencialmente em si mesmo como um homem que se entregue sem defesa a seu entorno e se adapte incondicionalmente a este tem que converter-se em última instância em inválidos anímicos. O impulso em direção à completude [...] alenta mais ou menos conscientemente na maioria dos homens, na medida em que a estrutura social de sua época não lhes tenha

³⁶ É nossa a tradução deste e dos demais trechos da *Estética* que se seguem. O original consultado é a tradução espanhola de Manuel Sacristán.

deformado intimamente até o ponto de sentir a própria deformação como condição necessária de toda existência (Lukács, 1982b [1963], p. 469).

Tal invocação humanista, no entanto, não nega outros fundamentos psíquicos a guiar o contato artístico com a realidade, apesar de inconformar-se com a mera refiguração (sintomática) do mundo deteriorado: “o predomínio excessivo de uma subjetividade sem mundo ou da repressão desalmada e inumana da subjetividade, comunica [...] inevitavelmente a questionabilidade humana desse estado à obra mesma, e suscita nela uma problemática insuperável” (Lukács, 1982b [1963], p. 469). Como visto, a ênfase recai sobre as bases relacionais da experiência, impedindo, por um lado, que sua objetividade seja falsamente apagada e, por outro, alertando sobre a saída artística fácil da hiperdeterminação material (fatalista) dos sujeitos. Como lembrado por Fredric Jameson em capítulo de seu *Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*, em que faz ponderada análise da obra lukácsiana, o esforço exaustivo de elaboração empreendido na *Estética* valoriza a narração “na medida em que não pressupõe nem a transcendência do objeto (como na ciência) nem a do sujeito (como na ética)” (Jameson, 1985 [1971], p. 149). A peculiaridade do estético – que surge vinculada igualmente à tradição de formas no interior da qual, e apenas nele³⁷, as mudanças serão gestadas –, nutre-se, portanto, de complexidade ímpar quando o material trabalhado pelo artista ou o momento histórico franqueiam a possibilidade *realista* de elaboração.

Contrapondo-se tanto ao irracionalismo quanto ao sociologismo vulgar, Lukács percorre exigente e impopular caminho de aproximação ao real (Cf. Cotrim, 2011, p. 571). Em sua *Estética*, tal aproximação situa o sujeito da criação como elo “peculiar de mediação entre uma realidade objetiva esteticamente neutral e uma obra pura e exclusivamente baseada em categoria esteticamente transformadas” (Lukács, 1982b [1963], p. 477). Tal consideração relativiza tanto o peso, no limite, “inconciliável”, do mundo natural e historicamente produzido (Cf. Adorno, 2002 [1958], *passim*), quanto a

³⁷ Na aguda capacidade sintética de José Guilherme Merquior (2015 [1974], p. 205-206): “o olhar que vai do texto à história, e vice-versa, passa, de forma obrigatória, por um segundo movimento, interior ao primeiro: o movimento que leva do texto singular às obras do mesmo estilo, do mesmo gênero, da mesma época e, finalmente, ao conjunto da tradição literária implicada pelo texto em exame”. Tentaremos sempre nos ater a essas diretrizes analíticas, que são extensíveis ao campo intelectual como um todo e ao campo acadêmico, em particular. Ver capítulo 2, e, especialmente, o tópico 2.1, para uma leitura das interpretações da história e da estrutura social brasileiras segundo parâmetros *internos* ao desenvolvimento dos campos intelectual e acadêmico nativos.

tradição (“autônoma”) de tratamento formal, a cujos caminhos a obra deve igualmente referir-se. O sujeito da criação surge, assim, no cruzamento de injunções às quais deve dar sua resposta.

O extraordinário “âmbito de jogo” das possibilidades expressivas (Lukács, 1982b [1963], p. 476) abre-se desse modo ao confronto com a realidade, no qual o receptor é o depositário de sua eficácia (Lukács, 1968 [1957], p. 248). Não que haja relação direta de influência entre o objeto artístico e o “depois da vivência receptiva”. Nesse “largo e retorcido caminho”, para usar os termos de Lukács na *Estética*, iniciado antes da própria fatura formal, refluirá sobre o receptor a sua própria imagem, mimesis que vista amplamente refaz o processo perpétuo e inacabado de “conquista da realidade objetiva” (Lukács, 1982b [1963], p. 542):

O mundo, mudo em si para os homens, e a própria mudez do homem diante do mundo e diante de si mesmo, se dissolvem com essa autoconsciência em uma nova capacidade de expressão. Essa autoconsciência abarca todas as alegrias e todos os sofrimentos que o homem pode experimentar e viver ante o mundo, e cobra nas obras aquela voz que eleva essa mudez específica à linguagem autoconsciente e nela a articula (Lukács, 1982b [1963], p. 543).

Com efeito, ainda que o objetivo de toda a vida do filósofo húngaro tenha sido a caracterização da esfera estética como epistemologicamente relevante frente a outras formas de compreensão – chegando, inclusive, repetidas vezes, a afirmar que a arte se revela “mais próxima da vida do que a ciência” (Lukács, 1968 [1957], p. 221) –, não há risco da leitura do Lukács tardio redundar em idealização da prática artística. Ainda que se reconheça tal acesso ao real como privilegiado, à maneira do trecho acima transcrito, prevalece sempre, todavia, a “incômoda referência à realidade material e histórica do espírito”, como lembra um de seus comentadores (Jameson, 1985 [1971], p. 128). Isso porque o marxismo mais consequente com suas próprias razões reconhece a si mesmo, dialeticamente, como objeto cultural e, portanto, volta-se “contra a atividade cultural em geral para [...] pôr a nu os privilégios de classe e o ócio que ela pressupõe para seu deleite” (Jameson, 1985 [1971], p. 128). Assim vislumbra-se o que seria o horizonte “normativo” de todo pensamento dialético e na construção processual e vária da *Estética* lukácsiana o

leitor entrevê a mesma autoconsciência reclamada pelo autor às manifestações artísticas que analisa.

* * *

Mas quando se fala em autoconsciência – e na crítica ao trabalho intelectual aí implicado –, é preciso avançar mais; algo que a própria linguagem filosófica, mesmo a de filiação materialista, com sua pretensão à universalidade, peca por estorvar. Distanciar-se do jogo cultural – aqui também *jogado* –, desfazer a *illusio* – a feitiçaria que transforma artefatos sociais em fetiches –, enfim, proceder a uma socioanálise que inclua o próprio analista, é essencial na construção de uma teoria crítica que não seja instrumento de interesses sociais imediatos cuja eficácia varia proporcionalmente a sua dissimulação.

No próximo tópico, com a sondagem da contribuição de Pierre Bourdieu tanto à teoria e crítica literárias quanto à sociologia da cultura, veremos que a desrotinização dos pressupostos da crítica cultural, a que o intelectual francês procede com apuro demolidor, é complementar aos marxismos filosóficos, dos quais sinalizamos parte das problemáticas. É notório, aliás, o que Bourdieu deve à cultura filosófica (Cf. Bourdieu, 2004 [1987], p. 42). Filósofo de formação, foi, no entanto, herege contumaz; se a heresia é responsável por levá-lo, como veremos, além das especulações costumeiras do pensamento anti-establishment (isto é, ao jogo de referências e hierarquização da linha intelectual reformadora, mais voltado ao enriquecimento simbólico do jogador do que às práticas reformadoras), também seu esforço por uma ciência social rigorosa – a que investiga as razões inconfessáveis do próprio campo em que se insere – deve permanecer inócuo se não aliado a uma filosofia da história que retire os sujeitos de sua conflitualidade mais comezinha, projetando-os no horizonte de emancipação que apenas o arrojo – socialmente condicionado – de tal abstração pode divisar.

1.3 – Pierre Bourdieu e o desvelar da *illusio* (a crença do jogador no próprio jogo)

1.3.1 – Bourdieu: “materialista histórico”?

Aos purismos exegéticos que por ventura indiquem a impossibilidade de relacionar a sociologia de Bourdieu aos marxismos filosóficos anteriormente analisados, contrapomos os embates e polêmicas sobre os quais também talhamos os tópicos anteriores; é por via das comparações que talvez mais se avance na discussão de problemáticas comuns. Já é sólida a literatura que relaciona a vasta obra do autor francês ao marxismo³⁸. Em entrevista em que discorre sobre suas leituras e formação intelectual, quando perguntado se se considera marxista, Bourdieu – em linha com a centralidade que a iconoclastia exerce em seu método – evita classificações redutoras, segundo ele:

Nunca pensei nesses termos. E costumo não responder a essas perguntas. Primeiro, porque, em geral, elas quase sempre são feitas [...] com uma intenção [...] classificatória, para catalogar [...], acusar publicamente: “Bourdieu, no fundo, é durkheimiano”. O que, do ponto de vista de quem diz isso, é pejorativo; significa: ele não é marxista, e isso é mau. Ou então: “Bourdieu é marxista”, e isso é mau. Trata-se quase sempre de reduzir, ou de destruir. [...] Acho inclusive que um dos obstáculos ao progresso da pesquisa é esse funcionamento classificatório do pensamento acadêmico – e político, que muitas vezes embaraça a invenção intelectual, impedindo a superação de falsas antinomias e de falsas divisões. A lógica do rótulo classificatório [...] constitui, a meu ver, o principal obstáculo ao que me parece ser a relação adequada com os textos e pensadores do passado. De minha parte, mantenho com os autores uma relação muito pragmática: recorro a eles como “companheiros”, no sentido da tradição artesanal, como alguém a quem se pode pedir uma mão nas situações difíceis (Bourdieu, 2004 [1987], p. 41).

Ainda que recuse tal lógica de classificação – enaltecida da referência de trabalho intelectual a que o pesquisador ou a pesquisadora se filiam como caminho mais curto para o resultado auto-laudatório –, é patente a proximidade de seu aparato conceitual

³⁸ Ver, por exemplo, Burawoy (2010); Quiniou (2000 [1996]); Wacquant (1996a; 1996b; 2013); Callinicos (1999); Rodrigues (2013); Miguel (2014); entre outros. As contribuições de Quiniou (2000 [1996]) e Wacquant (1996a, 1996b) derivam de um dossiê publicado pelo periódico francês *Actuel Marx*, inteiramente dedicado às correlações entre a obra de Bourdieu e o legado marxista.

com aquela que Sartre (2002b [1960], p. 14) chamou “a insuperável filosofia de nosso tempo”. Na síntese de Yvon Quiniou (2000 [1996], p. 51):

Ele [Bourdieu] especifica os seus conceitos-chave: *habitus*, campo, capital, com a relação, “em sentido duplo”, entre as estruturas objetivas e as estruturas incorporadas, de onde se seguem as ideias de posição (ocupada no campo), de disposição (adquirida sobre a base de uma posição) e de tomada de posição (que indica a capacidade de iniciativa do agente). Ora, todos esses conceitos impõem uma concepção do homem ao mesmo tempo determinista e materialista.

O materialismo histórico que outrora combatia a filosofia burguesa, em um programa cuja pretensão era a volta incessante e definitiva à história e sua realidade, faz-se presente, de maneira sensível, na prática sociológica que revela os fundamentos reais da ação social. Em *A ideologia alemã*, em que “o materialismo histórico ganha o formato que terá no restante da obra” de Marx e Engels (Sader, 2007, p. 13), a dissolução da filosofia na economia indica a abertura a partir da qual as ciências sociais incipientes poderão soerguer-se frente às sublimações filosofantes:

Mostramos que a autonomização dos pensamentos e das ideias é uma consequência da autonomização das condições e relações pessoais dos indivíduos. Mostramos que a ocupação sistemática exclusiva com esses pensamentos por parte dos ideólogos e filósofos e, desse modo, a sistematização desses pensamentos é uma consequência da divisão do trabalho e que, principalmente, a filosofia alemã é uma consequência das condições pequeno-burguesas alemãs. Os filósofos teriam somente de dissolver sua linguagem na linguagem comum, da qual ela foi abstraída, para reconhecer que ela é a linguagem deturpada do mundo real e dar-se conta de que nem os pensamentos nem a linguagem constituem um reino próprio; que eles são apenas *manifestações* da vida real (Marx e Engels, 2007 [1845-1846³⁹], p. 429; grifo no original).

Na tentativa rigorosa de autonomização da disciplina sociológica – uma autonomização “científica”, que se quer distante de todo positivismo, mas que reconhece,

³⁹ Como a história editorial dessa obra inacabada possui meandros tortuosos, optamos por indicar excepcionalmente a data de escrita dos fragmentos. Para mais informações sobre a edição ainda não definitiva de *A ideologia alemã*, ver Enderle (2007, p. 17-19).

outrossim, a necessidade estratégica de desenvolver uma rede taxionômica própria, como mais tarde veremos –, Bourdieu aprofunda a teoria da ideologia que no clássico materialista logrou uma inflexão fundamental.

Mas para que se fuja, de fato, a todo e qualquer positivismo, é preciso que tal processo se dê, à maneira hegeliana, por *suprassunção*, ou, em termos menos esotéricos, que a acumulação epistemológica não se deixe estorvar. É o que aponta com acuidade Fredric Jameson (1985 [1971], p. 226):

surpreende-me que o “fim da filosofia”, proclamado por Marx, tenha sido sempre mal compreendido, seja com a noção de que a filosofia, em sua própria natureza, é idealista e deve ser substituída pelo materialismo, ou com a ideia de que a filosofia, como disciplina especializada e modo de pesquisa, devia ser substituída por outra disciplina especializada, na forma de economia ou ciência social, num sentido mais geral. Ao contrário, parece-me que almejando dissolver a filosofia, Marx tencionava atacar a própria categoria da disciplina especializada como tal e recuperar a unidade do conhecimento.

Preocupado em não parecer estar “pagando tributo ao ritual filosófico da declaração de fidelidade genealógica”, Bourdieu reconhece, no entanto, que “os filósofos estão muito mais presentes em meu trabalho do que sou capaz de dizer” (Bourdieu, 2004 [1987], p. 42). A consciência do “espaço teórico” em que se atua vai além do “ecletismo puro e simples” e busca superar as dicotomias fabricadas, isto é, desvelar as condenações metodológicas que, não raro, fingem ignorar no sentido *ativo* “o que, muito simplesmente, se ignora”, transformando “a necessidade em virtude” (Bourdieu, 1989, p. 25).

A função primeira de uma cultura teórica [...] é permitir que se leve explicitamente em conta [...] o universo das posições cientificamente pertinentes num dado estágio do desenvolvimento da ciência. Esse espaço das tomadas de posição científicas (e epistemológicas) sempre comanda as práticas, ou em todo caso sua significação social, quer saibamos ou não disso – e com certeza tanto mais brutalmente quanto menos o sabemos. E a tomada de consciência desse espaço, isto é, da problemática científica como espaço dos possíveis, é uma das condições primeiras para uma prática científica consciente de si mesma, logo, controlada. Os autores – Marx, Durkheim, Weber, etc. – representam pontos de referência que estruturam nosso espaço teórico e nossa percepção do espaço. A dificuldade da escrita sociológica vincula-se ao fato de que é preciso lutar contra as coerções inscritas no espaço

teórico em dado momento – e sobretudo, no meu caso, contra as *falsas incompatibilidades* que elas tendem a produzir. Isso mesmo sabendo que o produto desse trabalho de ruptura será percebido através de categorias de percepção que, estando ajustadas ao espaço transformado, tenderão a reduzir a construção proposta a um dos termos das oposições que ela supera (Bourdieu, 2004 [1987], p. 44; grifo nosso).

O que a elaboração de Marx e Engels representou no século XIX – desafiadora do *status quo* intelectual –, atinge, como veremos, força equivalente na teorização bourdieusiana; mesmo que para isso seja necessária a contestação do contestador, isto é, essa figura que, à esquerda nas lutas político-ideológicas, não raro logra posições dominantes no campo de produção intelectual restrita. Sem que essa possibilidade de (auto)crítica esteja sempre aberta, corre-se o risco de esterilizar o conhecimento transformador, enrijecendo-o como mais um expediente de afirmação opressiva no sistema capitalista das trocas desiguais (materiais e simbólicas).

1.3.2 – De *A distinção* (1979/1982⁴⁰) a *As regras da arte* (1992): do gosto de classe aos artífices e artefatos do gosto

Nessa transição, ou melhor, integração, da filosofia à sociologia e demais tipos vizinhos de disciplinas recentes, julgamos passar a outro nível de concretude histórica, mais próximo da realidade, mas igualmente mais restrito. Entretanto, as especulações filosóficas, que o método dialético identificou ao processo perpétuo de *totalização* (em devir) da história, de maneira que não se deixa apanhar facilmente, permanecem fundamentais à orientação epistemológica na própria antiguidade do campo de produção intelectual em tela, além de serem facilmente divisadas em discussões contemporâneas que a crescente especialização do trabalho intelectual capturou e, nos piores momentos, advoga por sua fragmentação.

A contribuição deixada por Bourdieu ao nosso objeto de estudo – isto é, às relações entre literatura e sociedade, e, mais internamente, à elaboração poética das assimetrias sociais – deve-se à importância que o sociólogo conferia à diferenciação simbólica das classes sociais. Em *A distinção: crítica social do julgamento*, obra maior do autor, erguerá o que consideramos ser a mais completa abordagem já feita em teoria das classes sociais. Baseando-se em ampla pesquisa empírica da sociedade francesa dos anos 1960 e 1970, em que combina análise estatística, entrevistas em profundidade e observações etnográficas para mapear taxas de competência cultural nas diversas classes e frações de classes, Bourdieu elabora uma complexa teoria – e por teoria identificamos o expediente de abstrair as propriedades gerais ou invariantes dos casos particulares⁴¹ –

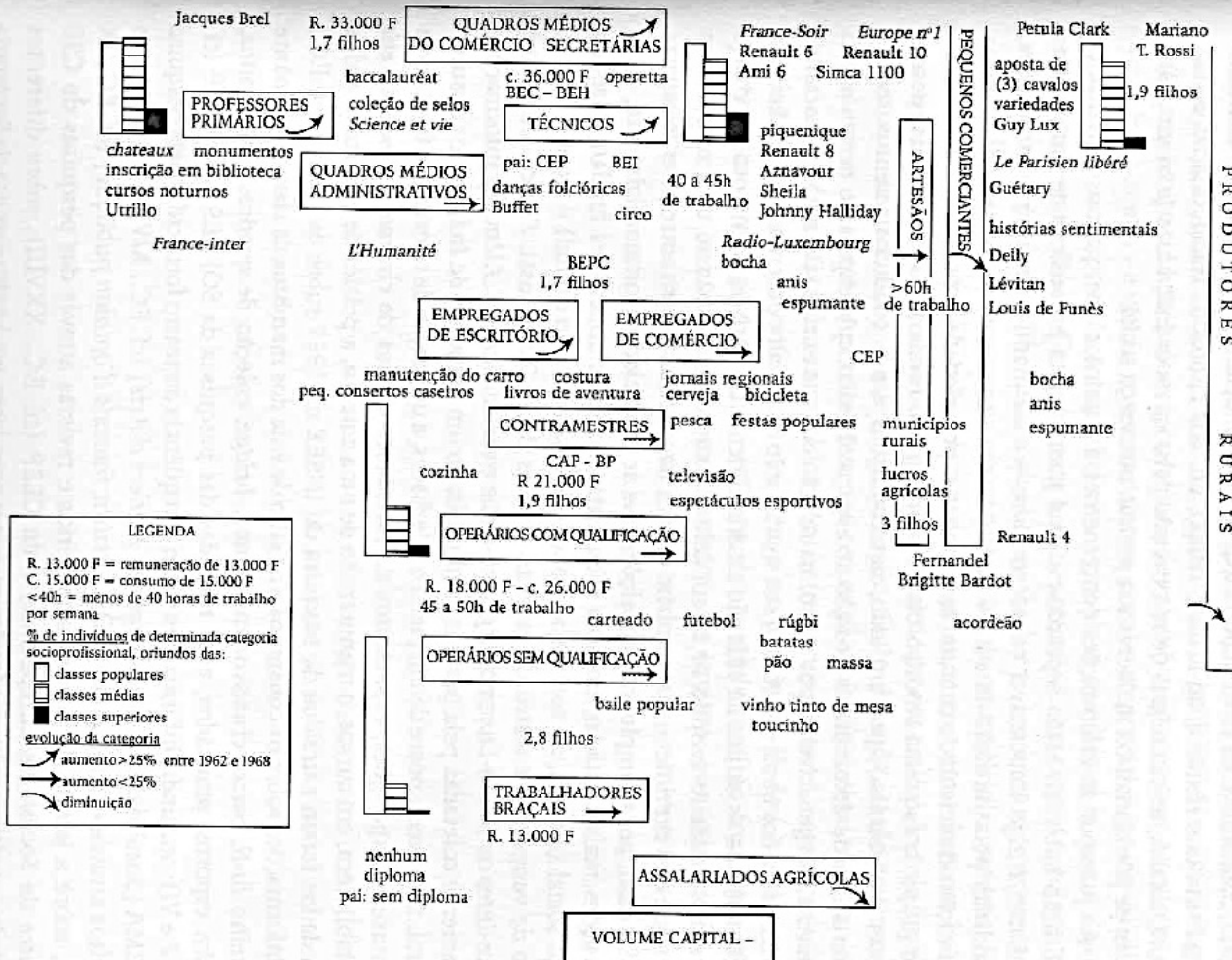
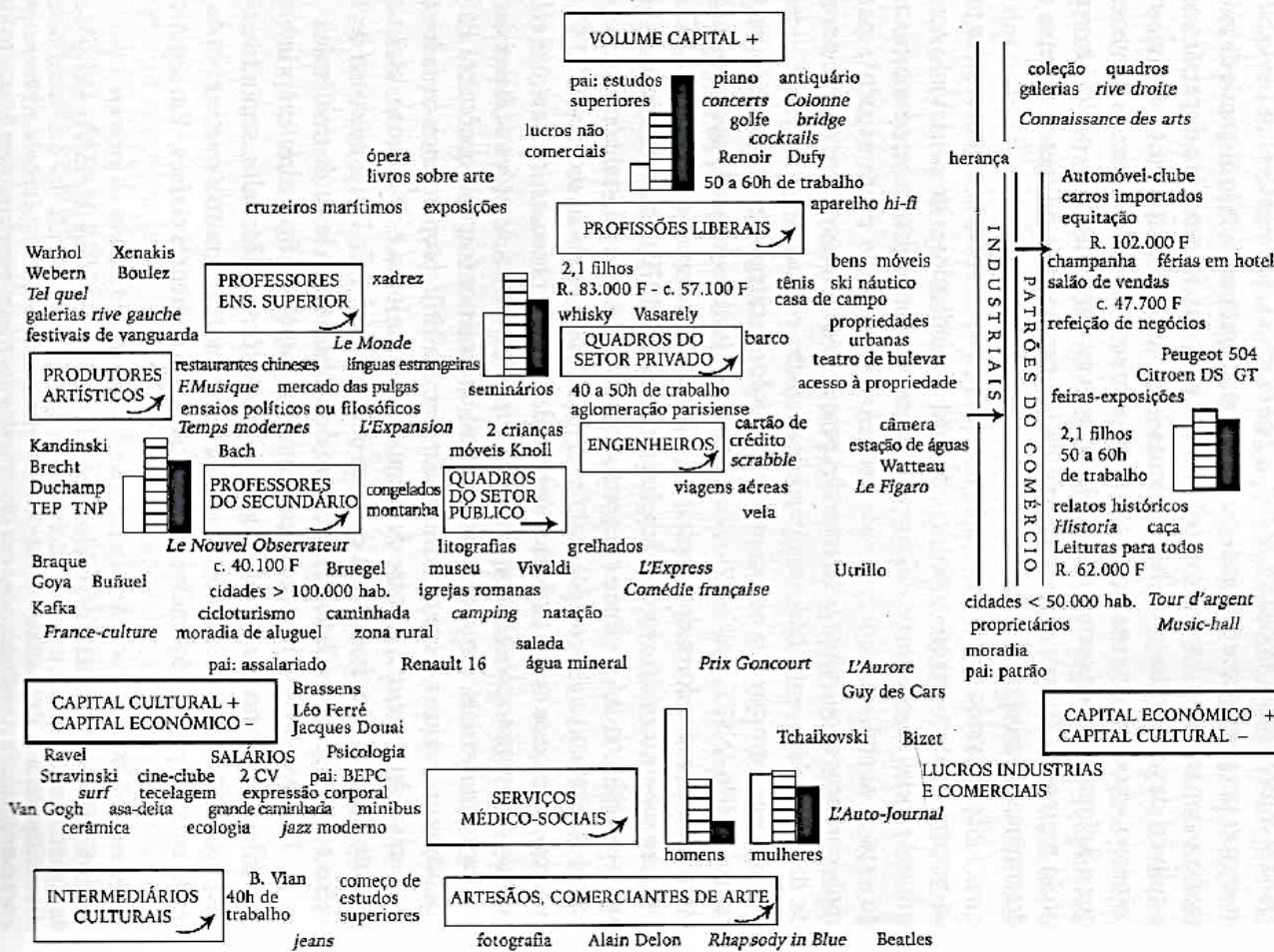
⁴⁰ Data da edição aumentada.

⁴¹ Eis uma síntese do programa de estudo levado a cabo por Bourdieu, que julgamos necessário reproduzir na íntegra, posto que resume o procedimento perseguido em *A distinção*: “Para romper com a passividade empirista, que não faz senão ratificar as pré-construções do senso comum, não se trata de propor grandes construções teóricas vazias, mas sim de abordar um caso empírico com a intenção de construir um *modelo* – que não tem necessidade de se revestir de uma forma matemática ou formalizada para ser rigoroso –, de ligar os dados pertinentes de tal modo que eles funcionem como um programa de pesquisas que põe questões sistemáticas, apropriadas a receber respostas sistemáticas; em resumo, trata-se de construir um sistema coerente de relações, que deve ser posto à prova *como tal*. Trata-se de interrogar *sistematicamente* o caso particular, constituído em ‘caso particular do possível’, como diz Bachelard, para retirar dele as propriedades gerais ou invariantes que só se denunciam mediante uma interrogação assim conduzida” (Bourdieu, 1989, p. 32; grifos no original).

da sedimentação de disposições capazes de situar socialmente aqueles que são seus depositários.

A empreitada culmina em um mapa social (Cf. Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 118-119) cujas leis – e, sim, a gravidade dos determinismos é acachapante – respondem ao volume e estrutura (distribuição/organização composicional) de capitais – econômico, cultural e social – que é particular a cada grupo social e indivíduo. Bourdieu pôde observar que os agentes, em luta por recursos muitas vezes escassos, buscavam sempre privilegiar “a espécie de capital de que se está mais bem provido” numa luta pela “imposição do princípio de dominação dominante” (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 291). Dessa maneira, o espaço das posições sociais cinde-se entre os mais providos e os mais carentes dos três tipos de capitais essenciais. No polo de baixo, assalariados em geral (e também os subproletários [e o lumpen]), não agraciados com o horizonte profissional e social – e aí incluem-se a competência técnica ou cultural e a renda econômica – destravado por diplomas escolares e/ou heranças culturais ou econômicas. No polo de cima, os profissionais liberais (médicos e advogados, por exemplo), os profissionais da cultura (artistas e professores universitários, por exemplo) e os industriais, financistas ou patrões do comércio.

Mas a descrição das diferenças primárias – “aquelas que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência” (superiores, médias e populares) e “encontram sua origem no *volume global do capital* [...] como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis” (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 107; grifos no original) – não basta para se aproximar da complexidade do mundo social em análise; nesse escorço grosseiro há nuances centrais, que valem o esforço de aprofundamento. De modo que cada polo no espaço das posições tende a cindir-se de novo, mas agora horizontalmente (já que o *volume global* de capital permanece estável, isto é, alto ou baixo dependendo do polo em tela), de acordo com a estrutura composicional de capitais que a trajetória de cada sujeito define. Para uma visualização espacial do modelo teórico, é imprescindível ver o mapa, reproduzido abaixo, que os dados franceses perquiridos por Bourdieu (2007 [1979/1982], p. 118-119) originaram.



LEGENDA

R. 13.000 F = remuneração de 13.000 F
 C. 15.000 F = consumo de 15.000 F
 <40h = menos de 40 horas de trabalho por semana.

% de indivíduos de determinada categoria socioprofissional, oriundos das:

- classes populares
- classes médias
- classes superiores

evolução da categoria

- ↗ aumento > 25% entre 1962 e 1968
- ↘ aumento < 25%
- ↔ diminuição

Há, no polo superior, em que todos são proprietários ou proprietários em potencial, diferença no grau de investimento que cada capital deve receber. Por questão de tempo e herança familiar, o agente melhor provido de bens econômicos (imóveis ou monetários) distancia-se “naturalmente” do investimento cultural ou acadêmico e mantém seu capital social – isto é, as relações em rede que, de modo recíproco, facilitam a conversão lucrativa do tipo de capital em estoque – em linha com o “espaço dos possíveis” que frequenta. Do outro lado no campo das classes dominantes – e este é o lado dos dominados entre dominantes⁴² –, a elite cultural tem sua renda vinculada à capacidade técnica que os títulos de nobreza cultural (escolar ou de origem familiar) atestam. Se há tal dependência, seus investimentos, de tempo, sobretudo, duplicam-se sobre o que os diferencia, afastando-os, outrossim, de maneira “lógica”, do acúmulo econômico que demandaria, inclusive, outra qualidade de capital social. Da mesma forma, entre os dominados, as variações possíveis definem-se na aferição do volume global de capital estocado bem como na sua estrutura composicional que são projeções de uma trajetória passada e serão projetados como “potencial” futuro. Tais variações, ademais, relacionam-se com o espaço geográfico ocupado: no caso, por exemplo, de pequenos produtores rurais, o investimento econômico sobrepor-se-á a qualquer tentativa de ilustração que a cidade acabaria por demandar a sua prole (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 114). É que o desenho físico e mental dos espaços percorridos é resultado da luta pelo princípio legítimo de dominação, resultado dos interesses dos agentes que os ocupam, palco de *habitus* em polêmica, de “estilos de vida” incorporados e demandantes.

Para restituir, tão completamente quanto possível, as condições sociais de produção do *habitus*, convém considerar [...] a trajetória social da classe e da fração de classe de filiação que, através do sentido provável do futuro coletivo, comanda as disposições progressivas ou regressivas em relação ao futuro, assim como a evolução, em várias gerações, do patrimônio das duas linhagens que, perpetuando-se no *habitus*, introduz divisões no interior de grupos tão homogêneos quanto as frações. Para dar uma ideia da diversidade dos casos, basta indicar que uma *trajetória social* representa a *combinação* da evolução, no decorrer da vida do *ego*, do volume de seu capital que pode ser descrito, *de modo bastante grosseiro*, como crescente, decrescente ou estacionário, do

⁴² Os intelectuais, por exemplo. São dominados entre dominantes posto que seu volume *global* de capitais é inferior, mas também pelo domínio e prestígio superlativos – bem como todo tipo de conversão lucrativa que permitem – do capital econômico e do capital social de base econômica no capitalismo de nossos dias.

volume de cada uma das espécies – tributárias das mesmas distinções – portanto, da estrutura do capital (um volume global constante pode dissimular uma transformação da estrutura) e, do mesmo modo, do volume e da estrutura dos patrimônios paternos e maternos, além de seus respectivos pesos sob suas diferentes espécies – por exemplo, dessimetria em favor do pai no tocante ao capital econômico e em favor da mãe relativamente ao capital cultural, ou o inverso, ou equivalência –, portanto, do volume e da estrutura do capital dos avós paterno e materno (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 517-518n; grifos no original).

É notável como tal programa de análise aproxima-se da biografia de Flaubert que o último Sartre escreveu; afinal, o filósofo francês, como vimos, empreendia uma aproximação da matéria que, em muitos momentos, assume a objetivação sociológica do que analisa sem que a encare negativamente como redução. Na esquematização inicial de *Questões de método*, posteriormente desenvolvida em *O idiota da família*, Sartre alerta que a conjunção entre realismo literário e idealidade artística, responsável por afastar o estilo flaubertiano tanto dos naturalismos transparentes que rejeitava (veja-se por exemplo, na pintura, um Courbet⁴³), mas, ao mesmo tempo, impedir o subjugo da referencialidade – movimento contraditório cuja solução, que se poderia chamar *realismo artístico*, fundamenta, hoje, a fama de Flaubert, isto é, sua *distinção* ou diferença –, deve ser procurada na tensão familiar entre o pai – cirurgião pequeno-burguês e filho da Revolução Francesa, cujo “espírito” racional e científico era saliente como as dissecações que mantinha em seu laboratório –, a mãe – aparentada com a nobreza, a partir de quem Flaubert, quando criança, sofre uma influência “elevada”, divisa os “mitos sintéticos da religião” (Sartre, 2002a [1957], p. 110) e as pompas da monarquia que pretendia renascer (Sartre, 2002a [1957], p. 56) –, e os irmãos – a mais nova, morta precocemente, experiência tanto mais forte na medida em que o ateísmo do pai reprimia as sublimações possíveis ao filho, e o mais velho, “brilhante aluno na Faculdade de Medicina” (Sartre, 2002a [1957], p. 56), transformado logo em objeto de aversão, caminho de mediania dourada do qual Flaubert queria-se distante. O resultado dessa particularização, em Flaubert, de trajetórias historicamente definidas, diz Sartre, “devia se unir em uma atitude complexa [...]. A mistura explosiva de cientificismo ingênuo com religião sem Deus [...]

⁴³ Na comparação bourdieusiana n’*As regras da arte*, que analisaremos com vagar à frente: Courbet, “*mutatis mutandis*, está um pouco para Manet como Champfleury para Flaubert” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 116).

que ele tenta superar pelo amor da arte formal” (Sartre, 2002a [1957], p. 57). Cientificismo ingênuo posto que contrabalanceado pela influência materna que prescindia da racionalidade; religião sem Deus posto que a repressão paterna afastava a credulidade. Do “cientificismo ingênuo” ao conteúdo realista e da “religião sem Deus” à forma elevada (nobre), dá-se, assim, o fenômeno do *formalismo realista* naquele autor francês.

Nesse sentido, o estudo de Flaubert criança, como universalidade vivida na particularidade⁴⁴, enriquece o estudo geral da pequena burguesia em 1830. Através das estruturas que comandam o grupo familiar singular, enriquecemos e concretizamos os caracteres sempre gerais da classe considerada, apreendemos “coletivos” desconhecidos – por exemplo, a relação complexa de uma pequena burguesia de funcionários públicos e de intelectuais com a “elite” dos industriais e a propriedade fundiária; ou as *raízes* dessa pequena burguesia, sua origem camponesa [o avô paterno de Flaubert era veterinário de aldeia] etc., suas relações com nobres decaídos (Sartre 2002a [1957], p. 110; grifo no original).

Mais tarde, em *As regras da arte*, será a vez de Bourdieu analisar o estilo flaubertiano, chegando a conclusões próximas, como veremos⁴⁵.

⁴⁴ Posteriormente, Sartre galgaria sua famosa conceituação do indivíduo como “universal singular”: “Afim, um homem nunca é um indivíduo; seria melhor chamá-lo de universal singular: totalizado e, por isso mesmo, universalizado por sua época, ele a retotaliza ao reproduzir-se nela como singularidade. Universal pela universalidade singular da história humana, singular pela singularidade universalizante de seus projetos, ele exige ser estudado a um só tempo pelas duas pontas” (Sartre, 2013 [1971/1988], p. 7).

⁴⁵ Objeto de análise dos dois intelectuais franceses mais influentes do século XX, a recorrência da reflexão sobre Gustave Flaubert atesta sua centralidade não só para o campo literário ou artístico franceses, mas indica que seu projeto logrou a incontornabilidade dos mitos fundadores aos quais as regras internas ao campo intelectual (e acadêmico, mais restritamente) compulsam retornar e retomar. Destas, evidentemente, nem Bourdieu escapou. A sua áspera leitura de Sartre (Cf. Bourdieu, 1996a [1992], p. 217-223), recusando-se, por exemplo, ao contrário do que defendemos, ver qualquer contributo na importante análise que o filósofo fez de Flaubert – ainda que procedam por vias similares, como vimos, e cheguem a resultados conexos, como ainda veremos –, atesta que a inimizade flagrante turvou a lucidez. Mas é no caso de Simone de Beauvoir, recuperado por Michael Burawoy, que o deslize de Bourdieu é ainda mais inaceitável. Afinal, o sociólogo rebaixou Beauvoir “como nada além de um apêndice da filosofia sartreana, estando ela aparentemente incapacitada de desenvolver uma filosofia própria. Isso se tornou a melhor desculpa para Bourdieu ignorar totalmente *O segundo sexo* – a pedra angular do feminismo contemporâneo, escrito 50 anos antes de *A dominação masculina*, de Bourdieu. Só isso já seria suficientemente ruim, mas a omissão é agravada pela simples duplicação das ideias da autora. O argumento fundamental para Bourdieu é que a dominação masculina é o protótipo da violência simbólica – ideia que é uma pálida reprise dos argumentos de *O segundo sexo*. Entretanto, [...] a única referência a Beauvoir é feita para apresentá-la como o exemplo da profundidade da dominação fundada no gênero: a suposta subordinação inconsciente de Beauvoir ao homem Sartre! E para pôr mais ofensa na injúria, Bourdieu se mostrou muito à vontade para citar outras

Voltando ao modelo teórico proposto em *A distinção*, à proporção que o volume global de capital aumenta ou diminui, tem-se o deslocamento no eixo das posições – o próprio eixo das classes sociais. O caso das classes médias ou intermediárias tem interesse particular. É que expressam melhor o movimento interno a tal modelo. Longe de ser estanque, este define-se pelas lutas de aspiração e ascensão, mas também domínio e opressão.

As posições inferiores – e, correlativamente, as disposições de seus ocupantes – devem uma parte de suas propriedades ao fato de estarem relacionados, objetivamente, com as posições correspondentes do nível superior para as quais elas tendem e que constituem o objeto do que pré-tendem; eis o que é perfeitamente visível no caso da pequena burguesia assalariada⁴⁶, cujas virtudes ascéticas e boa vontade cultural – manifestada de todas as maneiras possíveis pela matrícula em cursos noturnos, pela inscrição em bibliotecas ou pela elaboração de coleções – exprimem muito claramente a aspiração em ascender à posição superior, destino objetivo dos ocupantes da posição inferior que manifestam tais disposições (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 114).

Bourdieu analisa o sistema escolar francês para exemplificar os efeitos sociais e políticos que tal energia ascensional pode provocar. A situação é similar à do Brasil contemporâneo: esperando da escola, dos cursos técnicos e mesmo das faculdades uma oferta concreta de oportunidades que acaba por se revelar vazia, as classes inferiores e médias – toda uma geração escolar – deparam-se com o óbice da “inflação dos diplomas”, bem como com a ausência de capital social e capital cultural de origem que catalisariam tais atestados institucionais.

escritoras feministas – especialmente as feministas americanas: as herdeiras de Beauvoir. *Uma vez mais, Bourdieu não era exceção a seu próprio campo de análise: ele também estava lutando no interior do campo acadêmico francês, mas não estava preparado para considerar francamente suas lutas; nem para perceber como eles podiam manchar seu próprio julgamento científico, com seu uso estratégico e seletivo das citações (para não falar das referências a autores e artigos)*” (Burawoy, 2010, p. 18; grifos nossos).

⁴⁶ Nota-se que este não é o caso da família de Flaubert, que poderia ser descrita como da elite pequeno-burguesa, pertencendo de forma clara ao polo superior (ou explorador) do espaço social, como, aliás, pertencem, hoje, os profissionais liberais mais qualificados e/ou socialmente beneficiados. O pai, além de desposar uma aparentada com nobres, era “‘distinguido’ pela administração imperial [...] [f]requenta industriais ricos e compra terras” (Sartre, 2002a [1957], p. 110n). Ora, tais variações são parte de um modelo de análise de classes maleável a uma multiplicidade de trajetórias possíveis (mas não, claro, de possibilidades fantasiosas).

O menor paradoxo do que é designado por “democratização escolar” não será precisamente o fato de ter sido necessário que as classes populares – até então, sem terem dado importância ou terem aceito inadvertidamente a ideologia da “escola libertadora” – passassem pelo ensino secundário para descobrir, mediante a rejeição e a eliminação, a escola conservadora? (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 136).

A defasagem entre as aspirações escolares e os “veredictos do mercado escolar ou do mercado de trabalho” vai, na situação brasileira atual – discutida nos capítulos posteriores –, revelando aos poucos e muitas vezes de súbito a carga conflitiva que estoca; o controle estatal da ordem econômica e política estremece; a política penal, de encarceramento em massa, aponta uma saída fácil e bárbara. Por outro lado, uma pequena burguesia em declínio ou declínio potencial, cede à moral repressiva, cujo conservadorismo em matéria de costumes (seu antifeminismo, por exemplo) assume a linha de frente mistificada da conservação: alternativas políticas fascizantes alinhadas ao fenômeno devem, por certo, apresentar-se nas próximas eleições, no todo opostas à boa vontade cultural e à vanguarda moral das classes médias e classes médias baixas em ascensão (Cf. Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 344).

Na trama conceitual que nos ajuda a perscrutar tal realidade e que será imprescindível à análise, mais adiante, de setores da literatura brasileira contemporânea⁴⁷, temos, na “segunda dimensão”, o deslocamento conforme a espécie de capital de que se está melhor ou pior provido, e, portanto, o movimento se dá, como apontado, no eixo horizontal do polo analisado⁴⁸: ou maior acúmulo de patrimônio cultural ou de capital econômico ou mesmo o equilíbrio entre as duas espécies (é o caso, por exemplo, dos profissionais liberais, cuja composição do capital global costuma ter fontes mais ou

⁴⁷ A teoria das classes sociais de Bourdieu, que seguiremos destrinchando neste tópico, é fundamental à nossa análise tanto das posições sociais dos autores de nosso *corpus*, quanto da matéria social que sugestiona essa autoria e se abre a formas singulares de tematização. Mas talvez seja no caso de Marcus Vinícius Faustini e de seu *Guia afetivo da periferia* que a teorização que ora esboçamos até mais visivelmente seus nós. Isso porque a obra autobiográfica refaz a história (excepcional, no caso) de acumulação de capital cultural, bem como de suas conversões lucrativas em capital social e econômico. Ver tópico 3.3.

⁴⁸ Para uma melhor visualização do que queremos demonstrar, ver, novamente, o mapa reproduzido mais acima, na página 69.

menos similares nos patrimônios cultural e econômico, sem que se distingam, no entanto, pelo super-acúmulo de uma espécie ou de outra).

Tendo estabelecido que a estrutura da distribuição do capital econômico é simétrica e inversa da estrutura da distribuição do capital cultural, pode-se formular a questão sobre a hierarquia dos dois princípios de hierarquização – sem esquecer que esta hierarquia é, em cada momento, um pretexto de lutas e que, em determinadas conjunturas, o capital cultural pode ser, como ocorre atualmente [anos 1970] na França, uma das condições do acesso ao controle do capital econômico (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 111-112).

Tal luta por (auto)valorização social explica, por exemplo, o *profundo* desprezo que as elites econômicas não raro – e isso depende, como diz Bourdieu, do país e da cultura em questão – despendem em relação aos intelectuais, e vice-versa.

As diferenças em segundo grau – isto é, “no interior de cada uma das classes definidas pelo volume global de seu capital” – permitem, como visto, sondar as *frações de classe* cuja “estrutura patrimonial”, ou forma “de distribuição de seu capital global entre as espécies de capital” (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 108), varia constitucionalmente. O modelo indica, ademais, que um acúmulo acima da média de capital cultural pode ou não ser reconvertido em capital econômico (tal reconversão oscilará em eficácia conforme o contexto que enfrenta), e vice-versa (veja-se, nesse caso, rendas idênticas associadas a consumos muito diferentes [Bourdieu, 2007 {1979/1982}, p. 352], ou rendas de origens opostas, dependendo destas a reconversão cultural); temos desde artistas de vanguarda com renda inferior a médicos e patrões do comércio, mas cujo poder simbólico os localiza no “espaço dos possíveis” dominante, a herdeiros sem qualquer patrimônio cultural; em ambos os casos, dois exemplos em inúmeras combinações possíveis, o que os situa no polo superior é, como indicado, o volume global de capital: qualquer que seja a variação composicional do patrimônio, contam com horizontes sociais específicos a sua acumulação de recursos.

Nesse arsenal teórico que será fundamental à análise promovida por *As regras da arte*, outro conceito importante – cujas funções só têm sentido em relação à estrutura de condicionamentos com a qual dialoga – é o de campo social. Os diferentes campos surgem de capitais específicos que devem inter-relacionar agentes mais ou menos providos daquela “riqueza”. Hierarquizam-se nessa assimetria e seus expedientes –

formalmente e por diferenciação – nutrem-se de tal desnível. É o caso do campo literário francês, em formação – autonomização – no século XIX, que discutiremos em breve como modelo teórico.

Por ora, basta indicar que o *habitus* – derivativo das estruturas de classe incorporadas – só é inteligível em conjunção com o campo social em que atua e no qual polemiza na busca pela conversão lucrativa do patrimônio em estoque. Não há *habitus* sem a história pretérita de sua sedimentação, e, portanto, tanto a liberdade quanto a criação individuais são ilusionismos que não passam de reestruturações, audaciosas ou não, do campo em que estamos condicionados a participar e investir.

As disposições de classe saturadas no *habitus* vão definir desde a postura corporal à dieta e percepção de gosto. Tal diferenciação, que tem a ver primariamente com a “distância da necessidade” lograda pelo agente (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 13)⁴⁹, respeita, outrossim, a história dos campos sociais específicos em que se dá, já que é a partir dela – isto é, da percepção social múltívoca e em luta que indica o que é e o que não é *legítimo* em determinada matéria – que as estratégias serão montadas.

O princípio das diferenças mais importantes na ordem do estilo de vida e, mais ainda, da “estilização da vida”, reside nas variações da distância objetiva e subjetiva ao mundo, a suas restrições materiais e urgências temporais. A exemplo da disposição estética que é uma das suas dimensões, a disposição distante, desligada ou desenvolta em relação ao mundo ou aos outros, disposição que mal se pode designar por subjetiva já que ela é objetividade interiorizada, só pode se constituir em condições de existência relativamente desembaraçadas da urgência. A submissão à necessidade que [...] leva as

⁴⁹ Parte importante de *A distinção* se ocupa de transcrições literais das entrevistas em profundidade, bem como sintéticos e variados perfis de comportamentos sociais segundo as classes e suas frações; Bourdieu igualmente exemplifica sempre que possível o tratado teórico que desenvolve. Em matéria de *habitus* e da “distância da necessidade” que o define, indica, por exemplo: “Não basta ter um milhão [a moeda, nota-se, era o franco] para ficar em condições de levar a vida de milionário: e os recém-chegados levam, em geral, muito tempo – às vezes, uma vida inteira – para aprender que, em sua nova condição, o que eles haviam considerado uma prodigalidade culpada, faz parte das despesas de primeira necessidade. [...] O operário que, na vitrine, vê um relógio de dois milhões, ou que ouve falar de um cirurgião que teria gasto três milhões com a festa de noivado do filho, tem inveja não desse relógio, nem dessa festa, mas dos dois milhões que ele teria aplicado de um modo completamente diferente [...]. A loucura de uns é a necessidade primordial dos outros. E não somente porque o valor marginal desses dois milhões varia segundo o número de milhões possuídos: um grande número de despesas que, segundo se diz, são ostensivas, nada têm a ver com um desperdício e, além de serem elementos indispensáveis de certo estilo de vida, são quase sempre – como a festa de noivado – uma excelente aplicação que permite acumular capital social” (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 351).

classes populares a uma “estética” pragmática e funcionalista, recusando a gratuidade e a futilidade dos exercícios formais e de toda espécie de arte pela arte, encontra-se, também, na origem de todas as escolhas da existência cotidiana e de uma arte de viver que impõe a exclusão, como se tratasse de “loucuras”, das intenções propriamente estéticas. É assim que os operários afirmam, com maior frequência em relação a todas as outras classes, sua preferência pelos interiores asseados e limpos, fáceis de arrumar, ou pelas roupas de qualidade rentável, atribuição que, de qualquer modo, é determinada pela necessidade econômica (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 352-353; grifo no original).

Com o perdão pela longa citação, é possível divisar no trecho acima a complexidade de variáveis que devem ser levadas em conta quando se pensa o mundo social, em que, segundo Bourdieu (1989, p. 49) “nunca se corre o risco de exagerar a dificuldade ou as ameaças”. Isso porque, dentre muitos outros expedientes de reprodução social, um dos mais esquivos é, talvez, o mais central: aquele que transforma a necessidade em virtude. Não só responsável, por exemplo, pelo ascetismo da classe média estabelecida (veja-se o Max Weber do seminal *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* [2004 {1904-1905/1920⁵⁰}] ou pelo pragmatismo dos pobres⁵¹, inclui as lutas pelo princípio legítimo de dominação nas quais se digladiam, *nos extremos*, ricos incultos e eruditos⁵² depauperados. A disposição estética inscrita nos grupos dos quais estes últimos são parte leva-os – os grupos – à procura da conversão máxima de seu capital cultural: seu eixo de prováveis vai desde o formalismo inacessível afetado pelos

⁵⁰ Indicamos a versão original do ensaio, em duas partes (1904 e 1905), e também a versão ampliada e definitiva de 1920.

⁵¹ Variações brasileiras bastante conhecidas de interjeição popular pontuam em situações de carência material e simbólica: “Não fui [foi] estudar... Agora aguenta!” etc. A transformação da necessidade em virtude dá-se na suposição – o argumento –, *ostentada*, de que o insucesso escolar foi voluntário, como quem assume a falta, mas com orgulho autodeterminado. Evidente que desde a capacidade de concentração, mormente vista como mero atributo pessoal, à possibilidade de antever o futuro inscrito na aplicação escolar dependem, na verdade, da combinatória entre a filiação social (familiar) dos sujeitos e a qualidade lograda pelas intervenções institucionais.

⁵² Entendemos por “eruditos” ou “eruditas” a fração de classe – no capitalismo hodierno, como já indicamos, em que o domínio político e o rendimento econômico estão mais atrelados ao capital econômico, uma das frações *dominadas* da classe dominante (Cf. Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 520n; 1996a [1992], p. 192n) – que detém capitais culturais específicos superlativos, de maneira que não resta a sua reprodução social espaço ou interesse para investimentos concorrentes: nela contamos, por exemplo, musicistas, escritoras, professoras, pintoras, atrizes, dramaturgas e cineastas “de arte”.

mais fornidos culturalmente e que, portanto, quase sempre dispõem de relações mais longas (familiares) e economicamente estáveis com seu patrimônio, à arte engajada dos “pobretões”⁵³ mais atentos à mensagem do que à forma e, dessa maneira, hostis aos estetas que, além de tudo, têm capacidade econômica (tempo!) para redobram-se sobre a própria erudição (isso quando não estão, por ventura, falidos: aí, a estratégia deve ser outra, dentre elas podemos conjecturar: o rendimento ressentido e ultraconservador da cultura já adquirida ou a adesão tardia à “mensagem”...). Quanto ao primeiro tipo, o dos ricos incultos, os grupos dos quais são parte têm inscritas disposições estéticas no seguinte sentido: desde fortunas cuja reprodução depende de seu senso econômico forte, e, portanto, direcionam as aplicações culturais ao básico necessário àquela reprodução (por exemplo, os clássicos da cultura legítima – leia-se, legitimada – que podem ser “sacados” nas conversações e relações oportunas), ao gosto pela produção cultural “fruível”, mormente catártica: aquela que não descamba nem para a crítica social que os alcançaria nem para o formalismo exacerbado que não está entre suas prioridades e que devem associar ao tempo sem dinheiro do monastério acadêmico; gostam, em suma, do que devolve a eles, a seu dinheiro, uma imagem agradável (e, quando possível, rentável).

Mas nem todo privilegiado tende aos extremos. Entre ricos e eruditos, há todos aqueles e aquelas cuja estrutura patrimonial *combina* renda e cultura. Engenheiros, professores, profissionais liberais, quadros do setor público etc. etc. compõe uma realidade mais crível – isto é, extensa e muito influente – do polo dominante da sociedade: herdarão a sua prole capacidade cultural de origem, capacidade escolar e estabilidade econômica para guinadas profissionais, matrimoniais e sociais que se destacam pela liberdade e amplitude frente ao polo dos concidadãos *dominados*⁵⁴. Seu *habitus* responderá a essa combinação equilibrada⁵⁵, em que o capital cultural tem equivalente ou

⁵³ A interjeição, assim como a construção do argumento, inspiradas no próprio estilo de Bourdieu, busca mimetizar o conflito de consciências oponentes.

⁵⁴ Basta ver, como o mapa reproduzido mais acima (página 69) destaca em sua legenda, a “percentagem de indivíduos de determinada categoria socioprofissional, *oriundos* das classes populares; classes médias; classes superiores” (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 119; grifo nosso). A taxa de reprodução é superlativa, de modo que nos extremos da variação de volume global de capital dominam ricos que já eram ricos e pobres que já eram pobres; com uma significativa majoração – pelo menos na França dos anos 1960 – em casos de ocupantes de categorias socioprofissionais nobilitadas que vierem das classes médias ou populares (em menor grau) em relação a indivíduos oriundos das classes superiores que decaíram.

⁵⁵ O “destempero” leva, por exemplo, artistas de vanguarda, quando muito, ao reconhecimento *post-mortem*, pobres em vida.

elevado rendimento econômico conforme o prestígio dos ofícios desempenhados: haverá ressalva de que o estudo e/ou a ilustração são, sim, necessários, desde que não exclusivos, isto é, acompanhados de inserção profissional e segurança econômica, em um quadro de bem-pesada *ordinariedade*.

Entre *los de abajo* – para usar uma expressão cara a Florestan Fernandes, contemporâneo de Bourdieu cuja importância ao desenvolvimento da sociologia brasileira e latino-americana, como veremos, assemelha-se aos esforços franceses de nosso autor –, de quem o tempo e as forças são espoliadas, “restrições materiais” e “urgências temporais”, não raro, obstam a abertura ao jogo de linguagem e valor que imanta objetos imediatamente *inúteis*, levando à rejeição de uma *graça* que varia segundo a boa vontade do receptor. Evidentemente, não é só o congestionamento sensorial pelas necessidades básicas (fome, frio etc.). A ausência de domínio do *código* denuncia intrusos e arrivistas, desencorajando esboços de boa vontade cultural emersos de uma diferenciação incipiente (isto é, ascensional). A segregação e a reserva de mercado profissional saem vitoriosas desse constrangimento impingido a “aventureiros”. Tal “reconhecimento sem conhecimento” (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 370), “reverência indiferenciada”, do qual também as classes médias não escapam, e que diz tanto do poder simbólico exercido pela cultura legítima, Bourdieu (2007 [1979/1982], p. 300) chamou “alodoxia”: “heterodoxia vivida na ilusão da ortodoxia⁵⁶”.

No projeto bourdieusiano, contra a naturalização das “condições sociais de produção dos produtores” (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 443) que enrijece a hierarquia de classes e impede a mobilidade em seu interior, busca-se restituir tão completamente quanto possível o que das relações sociais é sistematicamente *denegado*. Na denegação das lutas *de e por* classificação desaparecem os condicionamentos que possibilitam o acesso a repertórios raros; o sujeito, como na cartilha neoliberal, é responsável pelo próprio fracasso ou êxito (cultural, econômico e simbólico). Numa das passagens mais expressivas d’*A distinção*, classes e classificações surgem por reiteração agônica, em um repisar da carga social reprodutiva que cabe à objetivação sociológica aferir o justo peso:

⁵⁶ A hipercorreção da linguagem é um dos traços mais marcantes das cotas que os desclassificados querem pagar a sua classificação, quando não *afirmam ostensivamente sua diferença* (ou má vontade) “que é votada a aparecer como uma confissão da impotência a identificar-se” (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 91).

Os sujeitos classificantes que classificam as propriedades e as práticas dos outros, ou as deles próprios, são também objetos classificáveis que se classificam (perante os outros), apropriando-se das práticas e propriedades já classificadas (tais como vulgares ou distintas, elevadas ou baixas, pesadas ou leves, etc., ou seja, em última análise, populares ou burguesas) segundo sua repartição provável entre grupos, eles próprios classificados; as mais classificantes e as mais bem classificadas dessas propriedades são, evidentemente, aquelas que são expressamente designadas para funcionar como *sinais de distinção* ou *marcas de infâmia*, estigmas, e, sobretudo, os nomes e diplomas que exprimem o pertencimento às classes, cuja interseção define, em determinado momento, a *identidade social*, nome da nação, de região, de etnia ou de família, nome de profissão, diploma escolar, títulos honoríficos, etc. Aqueles que classificam ou se classificam, ao classificarem ou se apropriarem das práticas ou propriedades classificadas e classificantes, não podem ignorar que, através dos objetos ou práticas distintivos que exprimem seus “poderes” e que, por serem apropriados por classes e apropriados a classes, classificam aqueles que se apropriam desses objetos ou práticas, se classificam perante outros sujeitos classificantes (mas também classificáveis, assim como seus julgamentos), providos de esquemas classificatórios análogos àqueles que lhes permitem antecipar, mais ou menos adequadamente, sua própria classificação (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 446; grifos no original).

Para voltar à discussão e ao empenho de integração dos diferentes campos da cultura – aquela que vincula, por exemplo, a sociologia de Bourdieu ao marxismo –, vimos que “os elementos de uma teoria da ideologia permanecem fragmentários em Marx e Engels” (Quiniou, 2000 [1996], p. 56), como atesta a ainda não definitiva edição d’*A ideologia alemã*, mesmo sendo eles notoriamente decisivos para essa filosofia da história. Irmanados na denúncia das “falácias escolásticas” e de sua distância “das relações e das práticas do mundo concreto”, Bourdieu “elaborou o que Marx deixara sem elaborar, a saber, as chamadas superestruturas sociais, com uma análise mais estrutural e funcional do que somente histórica. Nesse sentido, os trabalhos de Bourdieu constituem tanto uma revisão como um complemento às obras de Marx” (Burawoy, 2010, p. 15-16). Como nota com argúcia Yvon Quiniou (2000 [1996], p. 56-57), a tradição que se apoderou das intuições originais de Marx e Engels, “para compreender nesse terreno as obras intelectuais ou estéticas”, não raro naufraga no esquematismo (a “redução ao contexto”); nessa seara, e como tentaremos demonstrar com a leitura de *As regras da arte*, o sociólogo francês vai além, posto que não apenas rebate a obra analisada sobre o contexto sócio-histórico e sociopolítico: indica a especificidade *mediada* de sua produção.

Uma obra pertence em primeiro lugar a um “campo” próprio, que tem suas leis específicas de produção, e ela só pode ser relacionada ao contexto sócio-histórico pela sua inscrição nesse campo, mediatamente, portanto, sem que se possa considerá-la como um simples “reflexo” de interesses sociais (Quiniou, 2000 [1996], p. 57).

O programa não é fácil e mesmo intelectuais do porte de um Lukács, como vimos, descambaram, em seus piores momentos, para uma crítica da ideologia autoral, renegando, assim, a autonomia da obra e o sedimento formal ali expresso a que não se pode atribuir uma intencionalidade sem mediações.

A teoria de Bourdieu em *As regras da arte* toma como objeto analítico a emergência do campo literário francês do Segundo Império (1852-1870) – período *heroico* de autonomização – e, posteriormente, propõe um modelo de seu *estado* em 1880 e, de modo mais amplo, nos finais do século XIX – no qual ergue-se, como veremos, uma *estrutura dualista*. A diferenciação cultural – uma expansão do mercado dos bens culturais (Bourdieu, 1996a [1992], p. 74) –, que permitirá a constituição de um campo literário autônomo⁵⁷ na França e nos demais países por ela influenciados, os quais, por sua vez, não obstante, também exercem a própria ascendência, reage à expansão industrial e às “fortunas dos novos dominantes, industriais a quem as transformações técnicas e os apoios do Estado oferecem lucros sem precedentes e que por vezes não passam de especuladores”; e reage à forte proporção de homens de negócios no Corpo Legislativo, fato instaurador de “ligações íntimas entre o mundo político e um mundo econômico que progressivamente se vai apoderando da imprensa, cada vez mais lida e cada vez mais rendosa” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 69). A esse triunfo construído sobre o sangue dos insurrectos de 1848, cujo resultado foi “uma mudança radical no seio da ideologia burguesa: o humanismo liberal deu lugar ao anti-humanismo, o otimismo pré-1848 se esvai em *neurose objetiva*” (Oehler, 2004, p. 13; grifos no original)⁵⁸, Napoleão III

⁵⁷ É preciso indicar, evidentemente, que tal autonomia é sempre *relativa*.

⁵⁸ Dolf Oehler refere-se no ensaio citado – “O fracasso de 1848” – à análise de Sartre em *O idiota da família*, ainda que para discordar da leitura que vê em Flaubert um estilista da misantropia típico da “neurose coletiva das classes dominantes”. Para Oehler (2004, p. 14), Flaubert, ao contrário, “é o analista mais lúcido de sua época, talvez mesmo de toda modernidade”. Checaremos o postulado adiante.

corresponde com a exaltação da arte conformista igualmente sensível à burocracia instalada que o sobrinho de Bonaparte queria fidelizar.

Estamos longe das sociedades eruditas e dos clubes da sociedade aristocrática do século XVIII ou mesmo da Restauração [1814-1830]. A relação entre os produtores culturais e os dominantes já nada tem do que pôde caracterizá-la nos séculos anteriores, quer se trate da dependência direta perante o comanditário (mais frequente nos pintores, mas observável também no caso dos escritores) ou até mesmo da fidelidade a um mecenas ou a um protetor oficial das artes. Trata-se doravante de uma verdadeira *subordinação estrutural*, que se impõe muito desigualmente aos diferentes autores segundo sua posição no campo, e que se institui através de duas mediações principais: por um lado, o mercado, cujas sanções ou imposições se exercem sobre as atividades literárias ou diretamente, através dos números de vendas, o número de entradas, etc., ou indiretamente, através dos novos postos oferecidos pelo jornalismo, a edição, a ilustração e todas as formas de literatura industrial; por outro, as relações duradouras, assentes nas afinidades de estilo de vida e de sistema de valores, que [...] unem pelo menos uma parte dos escritores a certas frações da alta sociedade, e contribuem para orientar as generosidades do mecenato de Estado (Bourdieu, 1996a [1992], p. 69-70; grifo no original)⁵⁹.

A generosidade estatal transfigurava-se em “política deliberadamente hostil” quando em matéria de poesia romântica, boêmia e/ou rebelde. Havia “as perseguições contra os editores como Poulet-Malassis, que publicara toda a vanguarda [...], designadamente Baudelaire, Banville, Gautier, Leconte de Lisle, e que foi levado à falência e condenado à prisão por dívidas” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 70). Sem querer entrar na filigrana conjuntural que Bourdieu ergue em sua análise do Segundo Império, cuja documentação n’*As regras da arte* é extensa e detalhada, cumpre apontar que o quadro brevemente esboçado, de expansão/diferenciação econômica e cultural, que amplia as cicatrizes sociais deixadas pela transição da classe dominante a sua fase apologética, vai desenhando os limites e as trincheiras do campo literário francês do qual o sociólogo almeja extrair invariantes mais ou menos estruturais ao quadro social tal como conhecemos hoje no mundo ocidentalizado.

⁵⁹ Sendo a tradução consultada portuguesa, são feitas, nesta e demais citações, algumas alterações ortográficas básicas para uma melhor adequação do trabalho, havendo, por vezes, substituição pontual de palavras por sinônimos mais próximos ao leitor brasileiro. Como no caso de “procura”, que trocamos por “demanda”.

A ocasião é igualmente, por afluxo de um contingente populacional jovem que chega a Paris ou provêm das classes médias e populares da capital, de emergência da “nova intelligentsia proletaróide”, como Bourdieu (1996a [1992], p. 38, p. 74-76 e p. 289), inspirado em definição de Weber, nomeia essa camada social sem fortuna e sem relações (capital social) chamando a atenção para sua tendência voluntarista ou aspiracional. As oposições afirmam-se segundo a trajetória e a estrutura patrimonial dos sujeitos que interagem, mecanismo detalhado na leitura anterior d’*A distinção*. Entre o conformismo altamente rendoso da arte burguesa e o furor esteta, capaz de aguentar-se social e economicamente frente às sanções mercadológicas, sociais e políticas, posicionar-se-ão, por vezes oscilantes, segundo a conjuntura, produtores com volumes globais de capital divergentes.

Não custa lembrar que todos os movimentos culturais que floresceram na Europa a partir do século XVIII “têm repercussão no Brasil” e é esse paralelo que constitui, por exemplo, o objeto de análise de um Ferreira Gullar no sintético e esclarecedor *Vanguarda e subdesenvolvimento* (1969). Inicialmente, no século XIX, a repercussão se dá “com bastante atraso e depois com um intervalo cada vez menor. Os países adiantados eram, como disse Marx, o espelho das colônias. O Brasil via, nos países europeus, o seu futuro, para onde ele caminhava” (Gullar, 1969, p, 22).

O Sartre de *Situations II*, republicado em boa parte no Brasil, posteriormente, em *Que é a literatura?*, antecede-se ainda mais na história para fazer a crítica da autonomia artística assim como conhecemos nos dias de hoje e sobre a qual Bourdieu tenta a objetivação sociológica. Vasculha o século XVII francês, quando “estava em vias de completar-se a laicização do escritor e do seu público”. Lista o “desenvolvimento da instrução”, o “enfraquecimento do poder espiritual” e a “aparição de novas ideologias expressamente destinadas ao temporal” para indicar que, apesar desses fenômenos, “o público do escritor permanece estritamente limitado”.

Tomado em seu conjunto, esse público se chama *sociedade*, e este nome designa uma fração da corte, do clero, da magistratura e da burguesia rica. Considerado singularmente, o leitor se chama “homem de bem” e exerce certa função de censura denominada *gosto*.

Em suma, é ao mesmo tempo um membro das classes superiores e um especialista. Se critica o escritor é porque ele próprio sabe escrever. O público de Corneille, de Pascal, de Descartes, é Madame de Sévigné, é o Cavaleiro de

Méré, é Madame de Grignan, Madame de Rambouillet, Saint-Évremond (Sartre, 1999 [1948], p. 69-70; grifos no original).

As grandes revoluções artísticas, responsáveis, entre outros feitos notórios, por desligar a religião da arte, não provêm, como destaca Bourdieu (1996a [1992], p. 137), nem dos temporalmente dominantes, que “nada têm a objetar a uma ordem que os consagra”, nem tampouco dos “simplesmente dominados, cujas condições de existência e cujas disposições representam muitas vezes uma condenação a uma prática rotineira da literatura e que podem servir de tropa tanto aos heresiarcas como aos zeladores da ordem simbólica”. Neste ponto, é central o papel de Gustave Flaubert na economia teórica d’*As regras da arte*. Por meio da leitura detida d’*A educação sentimental* (2009 [1869]), o quadro que o esteta francês pinta das desilusões da geração de 1848 é desvelado através das lutas internas ao campo que ele, como ninguém, estava em condições de alçar a outro patamar autônomo.

Como não supor que a experiência política desta geração, com o malogro da Revolução de 1848 e o golpe de Estado de Luís Napoleão Bonaparte, seguido pela longa desolação do Segundo Império, tenha desempenhado o seu papel na elaboração da visão desencantada do mundo político e social que caminha a par do culto da arte pela arte? Esta religião exclusiva é o último recurso daqueles que recusam a submissão e a demissão (Bourdieu, 1996a [1992], p. 80).

A burguesia francesa (e as europeias, no geral), com o massacre dos operários parisienses insurrectos⁶⁰, ficava, finalmente, obrigada a reconhecer, como lembra Roberto Schwarz (2012a [1990], p. 177-178) aludindo às clássicas interpretações marxistas, o “particularismo do próprio interesse” e, mais, percebe que “seus recursos intelectuais e morais, forjados em nome do Homem, isto é, contra o feudalismo, agora haviam se

⁶⁰ Para mais informações a respeito, é necessário consultar, de Karl Marx (1977a [1850], p. 111-198; 1977b [1852], p. 203-285), “As lutas de classes na França de 1848 a 1850” e também “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. “A Monarquia de Julho [1830-1848] não passava de uma grande sociedade por ações para a exploração da riqueza nacional da França, cujos dividendos se repartiam entre os ministros, as câmaras, 240 000 eleitores e o seu séquito. Luís Filipe era o diretor desta sociedade”, diz Marx (1977a [1850], p. 113) sobre a situação que precede os massacres, a Segunda República (1848-1852) e, finalmente, o Segundo Império.

voltado contra ela própria e serviam ao seu novo inimigo”. Por conseguinte, é nessa condição histórica, das mais agudas da sociedade moderna⁶¹, que Flaubert cunhará um *estilo* e uma *posição*, até aquele momento, segundo Bourdieu, inédita no campo literário mencionado. A incrível homologia com seu protagonista – Frédéric Moreau – é o ponto de partida para Bourdieu. Reconhecerá na indeterminação social desse personagem tão caro a Flaubert – sua incapacidade de fazer render a fortuna que lhe foi herdada, tornando-se burguês falhado e recusando a *seriedade* da “linha reta” no envelhecimento social⁶², bem como suas veleidades artísticas nunca completamente *assumidas* – não, como de costume, “uma dessas projeções complacentes e ingênuas de gênero autobiográfico”, mas, pela própria restituição do campo de poder em que Flaubert se situava como modelo imanente ao espaço social descrito em *A educação sentimental*, como “uma operação de *objetivação de si*, de auto-análise” e, portanto, de “socio-análise”: “Flaubert separa-se de Frédéric, da indeterminação e da impotência que o definem, no próprio ato de escrever a história de Frédéric, cuja impotência se manifesta, entre outras coisas, pela sua incapacidade de escrever, de se tornar escritor” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 46).

Ao mundo burguês que se lhe oferece na condição de ser herdado pela própria herança, Frédéric opõe além da divisão *adolescente* entre a arte e o dinheiro, uma trajetória de declínio econômico (que converte em renúncia pretensamente eletiva [Cf. Bourdieu, 1996a {1992}, p. 50]). Ao contrário, o criador de Frédéric já há muito livrara-se da ambivalência depositada em seu herói. Recusado o destino medíocre e dourado do

⁶¹ Vale a pena reproduzir uma das sínteses de Marx sobre a conjuntura: “Ao transformar a sua sepultura em berço da *República burguesa* [a Segunda República], o proletariado obrigara esta, ao mesmo tempo, a manifestar-se na sua forma pura, como o Estado cujo fim confessado é eternizar a dominação do capital e a escravidão do trabalho. Tendo constantemente diante de si o seu inimigo, cheio de cicatrizes, irreconciliável e invencível – invencível, porque a sua existência é a condição da própria vida da burguesia –, a dominação burguesa, livre de todas as peias, tinha de converter-se em *terrorismo burguês*. E uma vez eliminado provisoriamente da cena o proletariado e reconhecida oficialmente a ditadura burguesa, as camadas médias da sociedade burguesa, a pequena burguesia e a classe camponesa, à medida que a sua situação se tornava mais insuportável e se aguçava o seu antagonismo com a burguesia, tinham de unir-se cada vez mais ao proletariado. Do mesmo modo que antes encontraram no ascenso deste a causa das suas misérias [ajudando com furor a calá-los em junho de 1848], agora tinham de encontrá-la na sua derrota” (Marx, 1977a [1850], p. 131; grifos no original).

⁶² Na síntese de Bourdieu (1996a [1992], p. 39; grifo no original): “As ambições contraditórias que o levam sucessivamente aos dois polos do espaço social, à carreira artística ou aos negócios, e, em paralelo, às duas mulheres que se encontram associadas a essas posições, são características de um ser *sem gravidade* (outra maneira de dizer “seriedade”), incapaz de opor a mínima resistência às forças do campo. Tudo o que pode opor a essas forças é a sua herança, da qual se serve para diferir o momento em que será herdado, para prolongar o estado de indeterminação que o define”.

irmão mais velho, como visto mais acima, dedica-se ao ofício com “o rigor de uma disciplina de vida e de trabalho extremamente restrita” que, se pressupõe certa abastança (novamente, o tempo!), exige igualmente de Flaubert o celibato, sendo característica, antes, do cientista e do erudito, segundo Bourdieu (1996a [1992], p. 137). Essa impaciência com limites sociais e estéticos – e o sociólogo cita sempre o par que Baudelaire faz com nosso autor – voltará a elaboração formal sobre si mesma, exigirá autonomia frente à diversidade disponível de discursos; fruto de disposições aristocráticas, “associadas frequentemente a uma origem social privilegiada”, mas fortemente marcada pela época do terrorismo burguês (nas palavras de Marx), tal “intolerância altaneira perante qualquer compromisso com o século” – negação de um ponto de vista narrativo que remetesse à palavra do pai, em conjunção contraditória com o total desprovimento “de ilusões acerca do ‘povo’” – sustentará, outrossim, a “invenção de uma nova personagem social, a do grande artista profissional⁶³” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 137-138).

“A Arte não deve ser enfeitada, embora eu seja também partidário ferrenho da doutrina da arte pela arte, compreendida à minha maneira (bem entendido)”, esse fragmento de carta escrita por Flaubert em 1865, e que Bourdieu (1996a [1992], p. 119) recolhe em sua análise, explicita o programa estético que à época não era nada óbvio. Afinal, movia-se tanto contra o realismo que ignora sua verdadeira matéria, a linguagem (Bourdieu cita Champfleury), quanto contra a idealidade artificial dos representantes da “Arte Pura” (Bourdieu cita Théophile Gautier e depois dele os parnasianos); tinha por tarefa, segundo o sociólogo francês (Bourdieu, 1996a [1992], p. 120), a “colisão dos opostos” e não sua simples conciliação (apaziguadora; temperada; enfim, pequeno-burguesa). O fenômeno, de que Sartre (Cf. 2002a [1957], p. 113), como vimos, já notara as consequências com acurácia, foi responsável pela recepção crítica equivocada das obras, e particularmente d’*A educação sentimental*, que aplicava a elas justamente “os princípios de divisão” que sua poética havia levado à falência, desfazendo, assim, “a

⁶³ Dirá Bourdieu, tirando a síntese dos processos autônômicos em arte: “Fazer triunfar a maneira de dizer sobre a coisa dita, sacrificar o ‘tema’, outrora diretamente subordinado à demanda, à maneira de o tratar, ao jogo puro das cores, dos valores e das formas, forçar a linguagem para forçar à atenção da linguagem, tudo isto equivale, em última análise, a afirmar a especificidade e a insubstituibilidade do produto e do produtor vincando o aspecto mais específico e mais incomparável do ato de produção” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 338).

combinação inconcebível dos contrários, reduzindo-a a um ou outro dos termos opostos” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 121)⁶⁴.

O que constitui a originalidade radical de Flaubert, e o que confere à sua obra um *valor* incomparável é o fato de ele entrar em relação, pelo menos negativamente, com a totalidade do universo literário no qual se inscreve e cujas contradições, dificuldades e problemas assume por completo (Bourdieu, 1996a [1992], p. 123; grifo no original).

A posição difícil, de deslocamento e “solidão absoluta”, faz avançar como nenhuma outra problemáticas comuns que, no entanto, restavam estanques e socialmente servis aos grupos em que se dividiam. Ainda hoje, com efeito, debatem-se estereis progressismos políticos e sociais que são esteticamente conservadores e estéticas avançadas perdidas no mar deprimido do reacionarismo. N’*A educação sentimental*, a exigência escritural que quase leva Flaubert à loucura é a mesma que constrói cenas antológicas do terrorismo burguês parisiense, como a que expõe a ignomínia do Senhor Roque, cuja riqueza nova – era filho de um criado –, baseada em expedientes espúrios, requeria da filha – Louise Roque – que desposasse Frédéric, aparentado, pelo lado materno, à nobreza... (Flaubert, 2009 [1869], p. 242). Vale a pena, apesar de sua extensão, transcrever o trecho, certamente o mais forte do romance, que se passa da noite do dia 26 para 27 de junho de 1848:

Foram, em geral, implacáveis. Os que não tinham combatido queriam distinguir-se. Era o medo que extravasara. Vingavam-se ao mesmo tempo dos jornais, dos clubes, das concentrações populares, das doutrinas, de tudo quanto era motivo de exasperação, havia três meses; e, a despeito da vitória, a igualdade (como que para castigo dos seus defensores e escárnio dos seus inimigos) manifestava-se triunfalmente, uma igualdade de animais brutos; porque o fanatismo dos interesses iguala-se aos delírios da necessidade, a aristocracia teve os furores da crápula, e o barrete de dormir não se mostrou menos hediondo do que o barrete frígio. [...]

O Senhor Roque tinha-se tornado valente, quase temerário. Tendo chegado a Paris no dia 26, com os de Nogent, em vez de regressar ao mesmo tempo que eles, juntara-se aos guardas nacionais acampados nas Tulherias; e ficou muito

⁶⁴ Em carta de 1856 também citada por Bourdieu (1996a [1992], p. 101 e 116), Flaubert reclama da recepção ao *Madame Bovary* (2007 [1857]): “Julgam-me enamorado do real ao passo que eu o abomino, porque foi por ódio ao realismo que empreendi este romance. Mas nem por isso detesto menos a falsa idealidade, por que somos todos intrujados nos tempos que correm.”

contente por ser posto de sentinela em frente ao terraço à beira do rio. Ali, pelo menos, tinha-a debaixo de si, àquela canalha! Gozava com a derrota dela, com a sua abjeção, e não podia deixar de a invectivar.

Um deles, um adolescente de longos cabelos loiros, pôs-se junto às grades, pedindo pão. O Senhor Roque mandou-o calar. Mas o jovem continuava a repetir, numa voz lamentosa:

– Pão!

– Onde é que eu tenho pão!

Outros prisioneiros surgiram junto ao postigo, com as barbas desgrenhadas, os olhos chamejantes, empurrando-se uns aos outros e gritando:

– Pão!

O Senhor Roque sentiu-se indignado ao ver desrespeitada a sua autoridade. Para meter medo, apontou-lhes a arma; e, empurrando até à abóboda pela multidão que o asfixiava, o adolescente, de cabeça deitada para trás, gritou uma vez mais:

– Pão!

– Pronto, aqui o tens! – disse o Senhor Roque, disparando a arma.

Ouviu-se um uivo enorme, e mais nada. À beira da selha via-se apenas uma coisa esbranquiçada.

Depois disso, o Senhor Roque voltou para casa; porque possuía, na Rua Saint-Martin, uma casa na qual reservara para si um apartamento; e os prejuízos que a insurreição causara à fachada do seu prédio não tinham deixado de contribuir para o enfurecer. Pareceu-lhe, quando tornou a vê-la, que tinha exagerado os danos. O seu ato há pouco apaziguava-o, como se fosse uma indenização.

[...]

O dono da pensão em frente trouxe a sopa. Mas o Senhor Roque tinha sofrido uma emoção demasiado violenta. A comida “não passava”, e à sobremesa teve uma espécie de delíquio. Mandaram a toda pressa chamar um médico, que receitou uma poção. Depois de metido na cama, o Senhor Roque reclamou o maior número possível de cobertores, para suar. Suspirava e gemia.

– Obrigado, minha boa Catherine [criada]! Beija o teu pai, minha franguinha! Ah! Estas revoluções!

E, como a filha lhe ralasse por se preocupar tanto com ela a ponto de adoecer, ele replicou:

– Sim! Tens razão! Mas é mais forte que eu! Sou demasiado sensível!
(Flaubert, 2009 [1869], p. 332-333).

O conteúdo, no auge da exasperação, não cede a arroubos emotivos que contaminem seu efeito; controlado por uma “vigilância extrema através da qual Flaubert controla a distância inerente à situação do narrador”, impedindo que sejam localizadas por vias demasiado diretas as projeções do pensamento autoral, dá origem a uma série de procedimentos estilísticos sobre os quais já se debruçaram, entre outros, Gérard Genette e Roland Barthes. É o caso do encadeamento do estilo direto, indireto e indireto livre; o

uso repetido do “como se”; o assíndeto generalizado etc. etc. (Cf. Bourdieu, 1996a [1992], p. 53-54). Seja no caso da distância que o sujeito da narração imprime em relação ao objeto narrativo (via tipo discursivo); seja no desenho de quadros hipotéticos que geram suspensão (supositiva) e, outra vez, distância em relação às personagens, isto é, aos seus *prováveis* pensamentos (via “como se”); seja, enfim, na supressão das partículas de ligação, que marca o recuo do autor e sua negativa de estabelecer cadeias causais (via assíndeto generalizado), ergue-se, entre outros expedientes não menos importantes, um edifício da impassibilidade⁶⁵ narrativa, exercício de “equivocidade radical”, segundo Roberto Schwarz (2012a [1990], p. 179), que responde, assim como no caso de Baudelaire, ao descrédito da voz burguesa; descrédito esse que os dois autores estavam, no caso francês, melhor *posicionados* para enfrentar. É assim que nas páginas d’*A educação sentimental*⁶⁶, Flaubert faz seu herói – a cena definitiva de sua indeterminação social, aquela mesma que o esteta francês superou *na* escrita – retirar-se de Paris bem no momento da insurreição para regalar-se em companhia de uma cortesã. As cenas baseadas em descrição extensiva e plácida da natureza sobressaem em indiferença quando compulsam o leitor à comparação com, por exemplo, aquela que transcrevemos, e tal contraste é suplementado por informações desencontradas que chegam de Paris e deixam no ar uma temeridade difusa (V. Flaubert, 2009 [1869], p. 315-327). “Burguês furiosamente antiburguês” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 138), Flaubert abre sua formulação de maneira a permitir “também a outra leitura, a reprimida, dando expressão [...] ao choque histórico” (Schwarz, 2012a [1990], p. 179).

O logro flaubertiano tão importante ainda hoje a analistas literários das relações entre literatura e sociedade, alçou, de fato, o campo literário estudado por Bourdieu a outro patamar: àquele em que a autoconsciência e autorreflexividade constituem-se em peças fundamentais de autonomia frente ao espaço social – o do poder – em que operam. Sendo senhor da totalidade de posições com as quais polemizava em duras críticas e dominando seu capital específico “muito mais completamente do que os seus

⁶⁵ É preciso registrar, ademais, que Flaubert procura nas ciências naturais e históricas então florescentes (veja-se, por exemplo, um Lamarck ou Darwin) “um ideal estilístico (a precisão) e um modelo cognitivo (o ideal da imparcialidade)” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 124).

⁶⁶ “O relato das jornadas de junho é o apogeu narrativo da *Educação sentimental* e talvez de toda obra flaubertiana: são páginas de uma complexidade e de um refinamento compositivo até então inauditos no romance moderno” (Oehler, 2004, p. 22-23).

contemporâneos” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 126), Flaubert *encarna* pessoalmente uma lógica de independência que mais tarde será rotinizada, ainda que a cooptação e a vulnerabilidade façam-se presentes de maneira prática.

A visada global do que está em jogo, através do ineditismo relativo do caso flaubertiano, permite a Bourdieu divisar “princípios de autonomia que se converterão em mecanismos objetivos, imanentes à lógica do campo”, os quais, o sociólogo advertia em 1992, regram “uma espécie de bailado” que segue até os dias atuais (Bourdieu, 1996a [1992], p. 139). De maneira que seria impossível proceder, a partir de então, a uma leitura *apenas* política ou social das obras literárias, ou, ao contrário, *apenas* formal (sincrônica); a dificuldade aumenta, pois nesse escrutínio que se quer emancipador o filtro não raro principal diz respeito à história do campo em que todos, aqui, participam⁶⁷; pode, por conseguinte, o agente da reprodução ser veículo insciente e/ou passivo e, desse modo, *feito* pelo campo ou, com controle dos *usos* do campo, passar a dispor de uma “possibilidade de liberdade real relativamente às nossas próprias determinações” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 16).

No segundo momento da análise bourdieusiana, de proposição de um modelo do estado do campo literário francês nos finais do século XIX, tais mecanismos internos, isto é, estruturantes, delineiam-se nitidamente⁶⁸.

Os progressos do campo literário no sentido da autonomia são assinalados pelo fato de, em finais do século XIX, a hierarquia entre os gêneros (e os autores), segundo os critérios específicos do juízo dos pares, ser quase exatamente inversa da hierarquia segundo o sucesso comercial. Isto por

⁶⁷ Vejamos duas sínteses de Bourdieu sobre a sensível questão: 1) “[A] relação de homologia que se estabelece entre o campo de produção cultural e o campo de poder (ou o campo social no seu conjunto) faz com que as obras produzidas por referência a fins puramente ‘internos’ se mostrem sempre predispostas a preencher por acréscimo também funções externas; e isso mais eficazmente dado o seu ajustamento à demanda não ser produto de uma busca consciente mas resultado de uma correspondência estrutural” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 197); 2) “[A]s determinações externas nunca se exercem a não ser por intermédio das forças e das formas específicas do campo, quer dizer, depois de terem sofrido uma *reestruturação* tanto mais importante quanto mais autônomo for o campo, mais capaz de impor sua lógica específica, sendo esta última apenas a objetivação em instituições e mecanismos de toda a história do campo” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 265; grifo no original). As transcrições revelam na sociologia de Bourdieu o *senso forte das mediações*, exatamente o que buscamos no trajeto teórico heterodoxo que viemos apresentando.

⁶⁸ As demais partes do livro, também aqui retomadas em alguns trechos, buscam sínteses conceituais erguidas sobre as discussões que detalhamos.

contraste com o que se observava no século XVII, quando as duas hierarquias tendencialmente se confundiam, sendo os mais consagrados dos homens de letras, sobretudo os poetas e eruditos, os mais bem dotados de pensões e benefícios (Bourdieu, 1996a [1992], p. 140).

Voltado, portanto, agora, à lógica de reconhecimento específico, em um trabalho que deve se dar mais sobre a tradição artística e literária – segundo Bourdieu (1996a [1992], p. 155): “o espaço dos possíveis inscritos no campo” – do que sobre qualquer outra variação heteronômica concorrente, o campo literário segue reagindo às pressões vindas das camadas populares que ascendem em capital cultural: o naturalismo encabeçado por Émile Zola é seu corolário, assim como as exaltações espiritualistas – a poesia simbolista e o romance psicológico, por exemplo – intentam fazer frente⁶⁹ a esse movimento que, no entanto, entra em crise quando desaparecem as condições que “tinham favorecido o acesso de novas categorias sociais ao consumo e, paralelamente, à produção” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 154-155). O campo que se estabelece, dispõe de seus materiais – os usos especiais da língua – numa chave de diferenciação que opera no interior dos gêneros literários. Conforme a explicação de Bourdieu (1996a [1992], p. 147):

desenvolve-se no interior de cada gênero, um setor mais autônomo – ou, se se quiser, uma vanguarda. Cada um dos gêneros tende a clivar-se num setor de pesquisa e num setor comercial, dois mercados [...] definidos nas e pelas suas relações de antagonismo, de um mesmo campo. Este processo de diferenciação de cada gênero é acompanhado por um processo de unificação do conjunto dos gêneros, isto é, do campo literário, que tende cada vez mais a organizar-se em torno de oposições comuns, por exemplo, nos anos de 1880, a do naturalismo e do simbolismo: com efeito, cada um dos setores opostos de cada subcampo [...] tende a tornar-se mais próximo do setor homólogo dos outros gêneros [...] do que do polo oposto do mesmo subcampo. Por outras palavras, a oposição entre os gêneros perde parte da sua eficácia estruturante em benefício da oposição entre os dois polos presentes em cada subcampo: o polo da produção pura, onde os produtores tendem a ter por clientes apenas os outros produtores (que são também concorrentes) [...] [e] o polo da grande produção, subordinado às expectativas do grande público.

⁶⁹ Há, com efeito, por parte dessa resposta, uma “denegação tranquilizadora do mundo social” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 155).

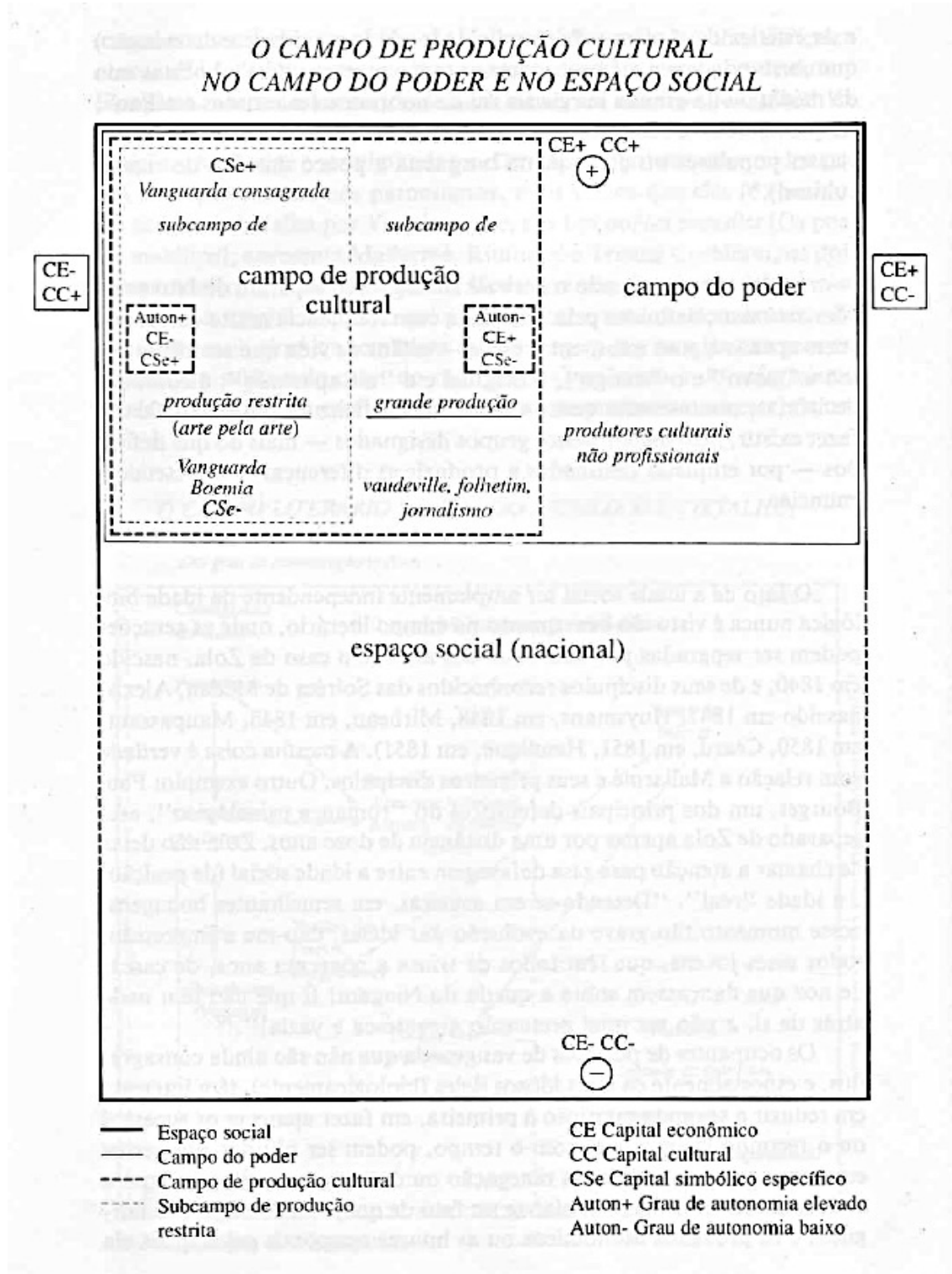
Nessa objetivação sociológica em que divisamos de imediato a situação brasileira atual, bem como também de qualquer outro país com níveis razoáveis de diferenciação da produção cultural, é mais valorosa ao desenvolvimento do campo literário, isto é, a sua autonomia frente às coerções instrumentalizantes – autonomia essa que imprimirá velocidade de cruzeiro à transformação de materiais que antes, como vimos, prestavam contas a outros senhores –, o *setor de pesquisa*. O que aí será revolucionado, na melhor das hipóteses – e, aqui, indicamos o quão raro é tal movimento –, mais tarde servirá, decerto, aos poderes temporais; a estes, a vulgarização dos experimentos é via renovada para a exploração e mistificação social. Claro que não podemos esquecer que o *setor de pesquisa* é dos mais eficientes em transformar sua necessidade em virtude. Como em Flaubert e Baudelaire, a instabilidade econômica, verdadeiramente amargada, é *ponte* para a contraposição virtuosa do trabalho simbólico. Com isso, queremos apenas deixar claro que o escrutínio atento das situações, ao invés de atribuir valor de maneira irrefletida e ser usado pelos objetos de análise, deve antes investigar as razões comezinhas dos investimentos grandiosos; caso neguemos proceder a essa objetivação, incluindo-a no resultado crítico, seremos, de igual maneira, agentes de mistificação; narcisos por procuração (Cf. Bourdieu, 1996a [1992], p. 221), altivos ainda que (relativamente) miseráveis⁷⁰.

Vale a pena atentar para o esquema espacial construído por Bourdieu e que reproduzimos abaixo. Na primeira imagem, o campo de produção cultural aparece inserido no campo do poder e, mais amplamente, no espaço social. A partir das indicações, podemos retomar comparativamente o espaço das posições sociais esboçado n'*A distinção*, posto que os modelos de representação – seus preceitos de classificação/estratificação – são idênticos. Na segunda imagem, temos o campo literário francês nos finais do século XIX em pormenor. Parte específica, e em progressiva e notável diferenciação, do campo de produção cultural, igualmente subdivide-se entre, nos

⁷⁰ Para Bourdieu (1996a [1992], p. 50), a ambição intelectual pode “não ser mais do que a inversão imaginária da falência das ambições temporais.” A tese é inspirada nos trabalhos de Sergio Miceli (Cf. 2001a [1977]; 2001b [1979]), primeiro orientando brasileiro de Bourdieu, a quem o professor cita nominalmente n'*As regras da arte* (Bourdieu, 1996a [1992], p. 260n). Veremos no próximo tópico a fecundidade e também as limitações da análise que Miceli apresentou (sob arsenal teórico bourdieusiano) do campo literário brasileiro da primeira metade do século XX.

extremos, a produção comercial de altos lucros econômicos e baixos ganhos simbólicos e a produção restrita de fracos rendimentos (relativamente, é claro) e alta consagração específica (reconvertida, com o passar do tempo, em capital econômico).

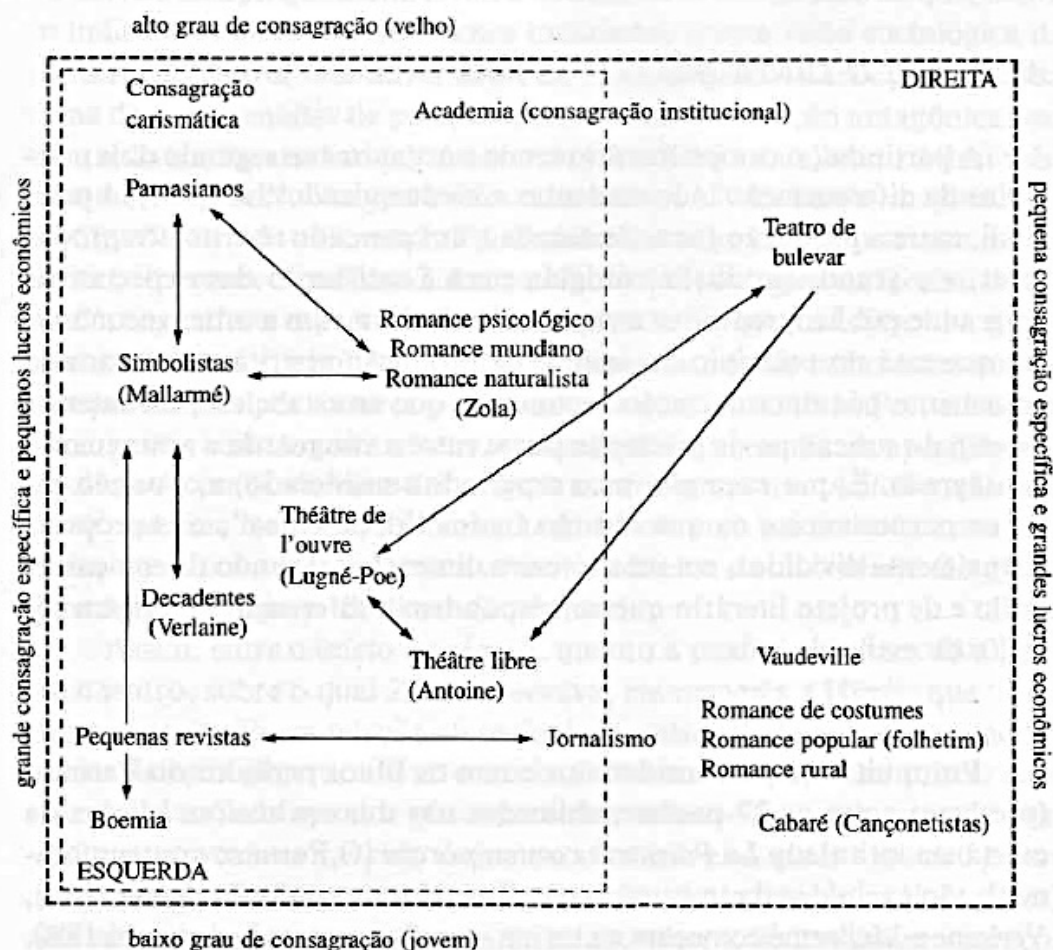
BOURDIEU, Pierre (1996b [1992]). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, p. 144⁷¹.



⁷¹ Nesta e na seguinte reprodução de imagem, utilizo excepcionalmente a tradução brasileira, devido a incorreções identificadas na edição portuguesa.

BOURDIEU, Pierre (1996b [1992]). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, p. 142.

O CAMPO LITERÁRIO NO FIM DO SÉCULO XIX (DETALHE)



Com efeito, tomar distância das “paradas em jogo” para mais completamente objetivá-las, procedimento metódico de suspensão da crença nos investimentos no jogo e do jogo, é expediente que afasta o risco de conferir incontestabilidade às disputas do mundo social, ou, em outras palavras, universalidade (fabricada) ao que é contingente e particular. Nesse ponto, em que intentamos desembaraçar-nos de nós mesmos⁷², isto é,

⁷² Em texto lapidar sobre o complexo representacional na vida e na arte, Luiz Costa Lima, inspirado na teoria de Erving Goffman, escreve: “É só por desconhecimento que as representações cometidas no teatro do mundo podem-nos dar, a nós atores anônimos, a ilusão de serem tão unas quanto a individualidade que as teria suscitado. [...] Somos tanto mais unos e tanto mais íntegros quanto menos conhecemos os papéis que representamos. Pelo temor da inautenticidade dos papéis, passamos a desempenhar o papel tragicômico

da história social que em nós inscreve seus sentidos, é central o conceito bourdieusiano da *illusio*. Por *illusio*, o sociólogo designa a crença (ou investimento) no jogo (jogado). Logo vê-se que essa definição lata – conexas à noção de *ideologia* – é capaz de informar e abranger todo o esforço de aproximação ao mundo social que também empreendemos aqui. A adesão coletiva é a condição de funcionamento de qualquer jogo, da importância do jogo; se se logra, portanto, assim, tomar distância do valor das paradas em jogo, tem-se a possibilidade de questionar as próprias adesões; o que certamente conferirá maior fluidez ao trato das hierarquias.

É nesse sentido que a teoria sociológica de Pierre Bourdieu se torna aliada fundamental a quem se indisponha e busque lutar contra as desigualdades. No entanto, devemos reconhecer: no seu afã de cientificidade, querendo-se longe das “generalidades verbais da análise de essência” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 361), afã que buscava, sobretudo pela construção conceitual (taxionômica) própria, autonomizar a sociologia, deu mostras extensivas dos grilhões que impediam sua exatidão sem complacências de ir além das constatações. Não raro, o leitor de Bourdieu depara-se com quadros de aporia, impossíveis de serem vencidos por uma sociologia que, antes de tudo, prestava contas a si mesma. Para Yvon Quiniou (2000 [1996], p. 47), deriva da prática sociológica de Bourdieu o risco de que “a conflitualidade ou o princípio da divisão social designem uma espécie de ‘transcendental concreto’ ou de ‘invariante’ sobre qual a prática humana não poderia ter ascendência”. Por esses motivos que aprofundam a questão emancipatória, ou, se se preferir, as relações entre teoria e prática, que Michael Burawoy (2010, p. 21) verá em Bourdieu um “marxismo embrionário”. Essa ausência de um “horizonte negativo” (Rodrigues, 2013, p. 16) só pode ser destravada por uma filosofia da história que vislumbre além do ponto de estratificação social em que estamos, isto é, além do *regime de classes* e do modo de produção – o burguês moderno – que o originou e contém em si

da ‘alma sincera’. [...] [E]ntendemos que desempenhar um papel é fingir o que não somos, presos outra vez à prenoção da essência. E assim ignoramos que o um se forja pela imagem internalizada do outro, não importa qual a natureza valorativa do outro internalizado [...]. E, porque não o sabemos, não é só o outro que se nos escapa, escapamo-nos sem cessar de nós mesmos” (Costa Lima, 1981, p. 221-222). Goffman, aliás, figurava no radar conceitual de Bourdieu, mas este queria distância do sociólogo canadense. Via na conhecida noção goffmaniana de *frame* (moldura), desenvolvida, entre outras obras, n’*A representação do eu na vida cotidiana* (2009 [1959]), um conceito a-histórico: “onde Goffman vê alternativas estruturantes fundamentais, entendo eu que devem ver-se estruturas históricas resultantes de um mundo social situado e datado” (Bourdieu, 1996a [1992], p. 270n).

a sua superação, mesmo que nossas gerações estejam fadadas a não creditar à experiência atual toda transitoriedade ou contingência que marcam a evolução histórica.

Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo. Com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana (Marx, 2008 [1859], p. 48).

Se, por um lado, com Bourdieu, podemos “denunciar” a cartilha marxista que vive da auto-enunciação, isto é, que preserva postos acadêmicos, culturais e de poder em geral na repetição esvaziada de postulados com ascendência filosófica e científica, e também divisar com clareza que pensamentos de revisão estrutural do sistema de poder logram dominância (e estabilidade) em certos campos sociais e todo tipo de rendimento simbólico e econômico daí derivado, bem como, para manter tal domínio, segregam, a mimetizar aqueles que combatem, cargas opressivas (mormente simbólicas); por outro lado, é temerária a desconfiança – a título de *illusio* – de uma luta que deve alterar *praticamente* a existência de quem luta.

* * *

Sedimentados os sentidos da interpretação bourdieusiana do mundo social, podemos indicar que: 1) a teoria das classes sociais aqui delineada tem um rasto *relacional* forte, isto é, não define os caracteres de classe de maneira estanque e independente; ao contrário, e por mais determinista que seja, a conceituação surge por contraste entre os indivíduos e seus agrupamentos. Os conceitos, como a teoria dos capitais e do *habitus*, são operacionais apenas se maleáveis a uma multiplicidade cultural cujo palco conflitivo dá-se, em última instância, na *hexis* corporal. Ficamos, portanto, distantes das definições de classe social por renda familiar ou qualquer outra marcação

estatística. A complexidade das estruturas incorporadas está presente na trajetória que o sujeito social galga percorrer; nesta, sua comunidade de afetos é contraposta sistematicamente à totalidade dos demais elementos sociais a que poderíamos aproximar-nos por historicização: presentes, aqui, os campos específicos de atuação nos quais o indivíduo lidará com as várias resistências já sedimentadas. Sujeitos com estruturas patrimoniais equivalentes a determinada posição no espaço das classes serão mais ou menos aptos a lidar com tais resistências; tal enfrentamento, ademais, trará as marcas da trajetória em que construíram seus patrimônios econômicos, culturais e sociais. A relação constitutiva que tais espécies de capital estabelecem entre si, de maneira que as *reconversões* de capital são tanto mais lucrativas à medida que seu volume global aumenta, relativiza o peso que a economia monetária ou imóvel assume em outros modelos, sem, no entanto, excluir sua importância fundamental: para a reprodução social enrijecida das classes dominantes ou dominadas, o repertório de que a hierarquia se reveste é vastamente simbólico. 2) O dinamismo de tal teoria da estratificação social, que vasculha não só os diversos alicerces a sustentar as hierarquias mais ou menos visíveis, mas também os coloca sistematicamente em relação, permite a Bourdieu construir o conceito de *campo* social como receptáculo vário de oposições retraduzidas nos termos específicos pelos quais lutam. Nesse sentido, qualquer que seja o campo em tela ou a história de sua autonomização, sobre os materiais cujo controle foi por ele conquistado (isto é, por aqueles e aquelas que fazem o campo) pesará o significado social múltívoco que seus agentes representarão com toda carga extracampo; mas, de maneira alguma, tal carga é destacada qualitativamente em relação às pesadas sugestões, internas à história do campo, através das quais os atores serão feitos pelo campo.

Na leitura que faremos da literatura brasileira contemporânea, a teoria das classes sociais acima discutida será imprescindível à comunicação que a realidade social brasileira, mediada pelos escritores e escritoras abordados, faz à estruturação interna das obras. Por ser teoria aberta às combinações insuspeitas que o mundo social nos impõe – a conflagração francesa e o estágio de sua sociologia⁷³ deram condições à empreitada –,

⁷³ A gênese da sociologia francesa é expressiva. Durkheim, Mauss e Halbwachs são “da primeira geração de judeus assimilados, vindos do interior do país, e filhos da pequena burguesia judaica”. “Para Durkheim e seguidores, a renovação científica aparecia como, no âmbito intelectual, o homólogo da vontade de reconstrução republicana, e, por conseguinte, boa parte da problemática e das formas que assumem as novas disciplinas estão ligado ao *éthos* das frações em ascensão da pequena e média burguesia, na medida em que

e igualmente partilhar de nossos pressupostos materialistas de aproximação, será aliada fundamental na abordagem de artefatos que pertencem ao regime de classes contemporâneo no Brasil, e é a partir deste, isto é, querendo não denegá-lo, que nos situaremos nessa outra frente de combate, a da recepção.

Mas também já sabemos que as sugestões extraliterárias encarnadas na autoria não se dão sem que respeitem a história pretérita do campo literário brasileiro – ou, nos termos de Bourdieu, dos possíveis inscritos no campo –, de modo que é indispensável ao enquadramento das questões que levantaremos uma rápida passagem por algumas das leituras mais percucientes desse universo que no caso brasileiro sempre pertenceu aos *happy few*. Coerentemente com o que viemos apresentando, as análises são inspiradas nesse mesmo arsenal teórico e projetam, assim, imagens totalizantes do campo em dois momentos: primeira metade do século XX e finais do século XX e início do século XXI.

a disposição para o trabalho científico se opõe, de um lado, à relação que o letrado tradicional mantém com o produto de seu trabalho e, de outro, ao diletantismo característico da relação burguesa com a cultura” (Miceli, 2001b [1979], p. 258n).

1.3.3 – O campo literário brasileiro sob escrutínio

a) Sergio Miceli: *Intelectuais à brasileira* ou a decadência ideológica

Utilizando-se do aparato conceitual bourdieusiano ainda em desenvolvimento – basta ver que *A distinção* é de 1979 –, e, portanto, contribuindo para, além de difundir-lo, elaborá-lo e aprimorá-lo, Sergio Miceli produz dois trabalhos de peso sobre o campo literário nacional. O primeiro – *Poder, sexo e letras na República Velha (Estudo clínico dos anatólios)* –, de 1977, estuda o período compreendido entre “o desaparecimento da geração de 1870, por volta de 1908-10, anos da morte de Machado de Assis e Joaquim Nabuco, e a eclosão do movimento modernista em 1922” (Miceli, 2001a [1977], p. 15). Pelo estudo de memórias e biografias, Miceli percebe que na autonomização do campo intelectual brasileiro (“sobretudo em sua forma literária”), que respondia às “exigências postas pela diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação” (Miceli, 2001a [1977], p. 16), os motivos que levam ao investimento na vida literária ou intelectual em geral procedem de determinações negativas quanto ao acesso a posições temporais de poder: vão desde o declínio econômico da família do escritor⁷⁴ a doenças e estigmas sociais⁷⁵ que também obstam a carreira dominante exitosa. Tais “parentes pobres” da oligarquia, segundo a notável expressão cunhada por Miceli (2001a [1977], p. 22), ademais, foram exitosos em reverter o capital cultural e social de que dispunham em carreiras

⁷⁴ Por orfandade (Miceli cita Paulo Setúbal, entre outros) ou falência (Gilberto Amado, entre outros).

⁷⁵ Nesse rol, temos Manuel Bandeira (tuberculoso) e Lima Barreto (mestiço, alcoólatra etc.). O caso de Lima Barreto só aparentemente muito destoa dos demais. Os pais, sendo filhos naturais de escravos, galgaram formação e postos de trabalho excêntricos a sua filiação, seja por apadrinhamento ou, no caso da mãe, agregação a uma família senhorial. Tendo por padrinho um ministro, chefe do último gabinete imperial, Barreto vê-se financiado em seus estudos. A trajetória, de cisão entre a classe de origem e familiarização à classe dirigente, cala fundo nas posições estéticas tomadas pelo escritor (a “dupla experiência permite-lhe apropriar-se das maneiras de pensar e sentir estranhas ao seu meio de origem e, ao mesmo tempo, permite-lhe assumir um ponto de vista objetivo acerca do mundo social a partir de sua primeira experiência desse mundo”) e é agravada com o enlouquecimento do pai e a perda da proteção financeira do padrinho (Cf. Miceli, 2001a [1977], p. 33-36), fatos que levam-no em definitivo à “inversão simbólica de sua posição objetiva” (Miceli, 2001a [1977], p. 60), isto é, à rejeição social com a qual lidou como pôde, reconvertendo na carreira intelectual (foi burocrata e colaborou com a imprensa) e literária – cujo rendimento maior não logrou em vida – os capitais cultural e social adquiridos. Também no caso de Lima Barreto, é preciso indicar que sua posição na fratria, como primogênito, foi decisiva na aferição de vantagens que se tornariam inacessíveis aos irmãos mais novos (contam, entre eles, um guarda-civil e um condutor de bondes) (V. Miceli, 2001a [1977], p. 18-19, 22, 41).

intelectuais graças à feliz coincidência “com o desenvolvimento das burocracias intelectuais: a grande imprensa, as instituições políticas (Assembléias locais e nacionais), as organizações partidárias (os partidos republicanos)” (Miceli, 2001a [1977], p. 53).

O direcionamento às carreiras intelectuais e literárias é espécie de “feminização” social, apesar de à época, e ainda hoje, serem dominadas (em volume e prestígio) por homens. Esse espaço social, em que apenas os mais ariscos dos ideólogos superarão a estética ressentida (mas geralmente conservadora) a que estão destinados, Bourdieu, citando Miceli, define em termos de atração e acolhimento àqueles

que possuem todas as propriedades dos dominantes *menos uma*, “parentes pobres” das grandes dinastias burguesas, aristocratas arruinados ou em declínio, membros de minorias estigmatizadas e repelidas das outras posições dominantes, e em particular da função pública superior, e que uma identidade social mal estabelecida e contraditória predispõe de certo modo para ocuparem a posição contraditória de dominados entre os dominantes⁷⁶ (Bourdieu, 1996a [1992], p. 260; grifo no original).

O programa de análise será estendido na tese publicada em 1979 – *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)* – em que retoma com fôlego o que divisara entre os “anatolianos”. O epíteto, outra tirada sintética aguda, qualificava a “galomania” daquela geração, em oposição à “anglomania” da geração de 1870: fixações caras à outra dominação que esses intelectuais sofriam no “sistema das relações intelectuais internacionais” (Miceli, 2001a [1977], p. 59; 2001b [1979], p. 126). A escolha, “atrasada” frente às importações que os modernistas farão adiante – certificando a proeminência de seu capital cultural⁷⁷ –, será responsável, enfim, pelo esquecimento sumário no qual o chamado (negativamente) *pré-modernismo* naufragou (Miceli, 2001a [1977], p. 15-16).

⁷⁶ Procuramos na análise do *corpus* tirar as consequências formais dessa determinação social. A “feminização” social de que se ressentem as carreiras intelectuais tem, no entanto, destino poético variado nas obras literárias por nós discutidas, isto é, mesmo quando frutos de ressentimento em relação aos poderes temporais, dirigem a reação por caminhos próprios, que serão conferidos. Ver capítulo 3.

⁷⁷ No interior do grupo modernista da fase heroica havia, entretanto, uma importante diferença, segundo Miceli (2001b [1979], p. 103-114), entre os “homens sem profissão” – vindos de famílias economicamente estáveis e perrepistas – e os “primos pobres” (também quase sempre de “ramos ilustres”, como a designação afere) ligados à oposição “democrática”, com liderança intelectual de Mário de Andrade, exemplo maior da compensação que descomunais investimentos em capital cultural podem opor ao privilégio social e econômico. Os efeitos poéticos dessas determinações sociais evidenciam-se ao leitor a partir das obras analisadas e moldam as trincheiras internas ao campo literário. Caso pitoresco derivado de tais distinções

Nesse segundo trabalho de Miceli, um dos eventos principais que se delineiam, capaz de alterar profundamente o campo intelectual e, por conseguinte, o campo literário nele imerso, é a Revolução de 1930. Demarcando a derrota política da oligarquia paulista, produz, segundo a tese do sociólogo, uma reação inesperada.

Em vez de se dar conta da emergência de demandas sociais que haviam sido represadas por falta de canais de expressão e participação, os dirigentes da oligarquia paulista atribuem as derrotas sofridas em 1930 e 1932 [a Revolução Constitucionalista] à carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural e, escorados nesse diagnóstico, passam a condicionar suas pretensões de mando no plano federal à criação de inesperados instrumentos de luta: a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no contexto da nova Universidade de São Paulo, e o Departamento Municipal de Cultura são iniciativas que se inscrevem nesse projeto (Miceli, 2001b [1979], p. 101).

Por outro lado, a cooptação de intelectuais sistematizou-se durante a era Vargas. Em todas as áreas do serviço público, essa fração “não-econômica” da classe dominante (Miceli, 2001b [1979], p. 133), que vinha especializando-se desde o Império no desempenho de funções multiplicadas na medida do crescimento estatal, logrou reconverter seus trunfos culturais e sociais em postos de trabalho mais ou menos prestigiosos que, em todo caso, como fontes estáveis de remuneração, permitiam a escrita literária paralela⁷⁸. De igual maneira, a crise de 1929 e, posteriormente, o início da Segunda Guerra Mundial forçaram o desenvolvimento do mercado editorial interno, ampliando o processo de “substituição das importações” de bens culturais (Miceli, 2001b [1979], p. 147-148)⁷⁹. De 1929 a 1937, há verdadeiro surto no número de exemplares comercializados – puxado, outrossim, tanto pelas transformações do sistema de ensino

delineia-se na adesão tardia de Oswald de Andrade ao comunismo, quando “após a Revolução de 30 e a derrota de 32”, esse “homem sem profissão” pôde verificar o bloqueio que sua carreira sofreria “com o desmonte do antigo esquema situacionista” (Miceli, 2001b [1979], p. 252n).

⁷⁸ Quando não estavam posicionados de maneira a serem colhidos pelos mecanismos usuais de cooptação, como na ausência de um diploma superior (àquela época a posse desse título já estava mesmo inflacionada entre candidatos à cooptação, dada a proliferação de faculdades livres [Miceli, 2001b {1979}, p. 117]) – caso, por exemplo, de Lúcio Cardoso –, dependiam do exercício de profissões liberais, do salário em empresa privada e mesmo do comércio (Miceli, 2001b [1979], p. 183).

⁷⁹ As traduções, que substituem as importações diretas, compõem o fenômeno.

que robustecem a demanda, quanto pelo afluxo de novas camadas médias originadas de um setor terciário em plena expansão e diferenciação nos centros urbanos (V. Miceli, 2001b [1979], p. 155) –, e o polo restrito de produção igualmente beneficia-se do novo conjunto de “sanções positivas (vendas, tiragens, prêmios etc.)” que possibilita relativa independência social (Miceli, 2001b [1979], p. 162), isto é, autonomização relativa de um campo que começa a vislumbrar o que seja a figura do escritor profissional (Érico Veríssimo, Jorge Amado e José Lins do Rego são alguns exemplos dos que puderam se dedicar integralmente a sua produção [Miceli, 2001b {1979}, p. 187]), já distante dos “polígrafos” anatolianos e também da indissociabilidade entre trabalho intelectual e trabalho político que marcara a geração de 1870 (V. Miceli, 2001a [1977], p. 60).

Se tal realidade impressiona, não é, entretanto, capaz de prescindir das dotações do Estado; destas vinham as encomendas oficiais e todo tipo de subvenção. No entanto, mais lucrativa do que esses vínculos instáveis, era mesmo a adesão, de “escritores-funcionários” e “funcionários-escritores”⁸⁰, às fileiras da burocracia civil do regime autoritário (fonte, é certo, de dilemas de toda ordem que serão refratados na criação artística) (Cf. Miceli, 2001b [1979], p. 215-217). Entre 1930 e 1945, “a expansão colossal da máquina burocrática” (Miceli, 2001b [1979], p. 199), novo estágio da divisão do trabalho administrativo, em que figuram, por exemplo, as novas carreiras técnicas (economistas, cientistas sociais, educadores etc. etc.), obriga os “mercados que regulam a distribuição dos contingentes de classe relegados à atividade intelectual” (Miceli, 2001b [1979], p. 242) a aderir progressivamente a critérios “racionais” de seleção. Apesar do sociólogo indicar que o peso do capital de relações sociais já não era o mesmo que se fazia sentir sob a primeira República, sendo mediado “cada vez mais” pelos trunfos escolares e culturais – mediação acentuada à medida que a concorrência no interior do campo intelectual agravava-se (Miceli, 2001b [1979], p. 79) –, suas conclusões, assim como a reiteração de seus argumentos, seguem a linha de entendimento “patrimonialista” inspirada em Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Simon Schwartzman

⁸⁰ A designação em quiasmo é clara: no primeiro tipo – “escritores-funcionários” –, a ocupação escritural suplanta em força a ocupação burocrática, e isso se deve em grande parte ao acúmulo de capital cultural prévio ao recrutamento pelas instituições. Contam, aqui, por exemplo, Carlos Drummond de Andrade e Augusto Meyer. No segundo tipo – “funcionários-escritores” –, o cargo ocupado leva vantagem sobre uma formação cultural de origem quase sempre precária e fada a carreira na literatura a uma mediocridade logo esquecida. É o caso, segundo Miceli (2001b [1979], p. 235), de Osvaldo Orico, cuja maior glória era a de ter sido eleito para a Academia Brasileira de Letras.

(Miceli, 2001b [1979], p. 244, 280n). Esse pensamento, que até hoje é tido como crítico e logrou mesmo proeminência sobre a explicação nacional, é responsável, como veremos por ocasião do segundo capítulo deste trabalho, na verdade, por demonizar o Estado brasileiro e atribuir todos os males da nação ao estamento burocrático, isto é, ao funcionalismo que lá se instalou, sendo mesmo imune às clivagens ideológicas externas e internas (Miceli, 2001b [1979], p. 218). Veremos ainda, com mais vagar, o quão extravagante tal “teoria” pode ser; por ora, basta indicar que atribui os males da estratificação nacional a uma invariante pré-moderna eternizada: o personalismo, conceito que só é inteligível porque feito por oposição a outro ideal de sociedade em que a concorrência “limpa” alcança o amadurecimento das relações e das soluções sociais (Estados Unidos?). De maneira que para Miceli, a despeito da “fachada ‘científica’” (Miceli, 2001b [1979], p. 203) que as reformas administrativas possam ostentar, nunca o recrutamento de pessoal extravasou o espaço da classe dirigente e mantém-se “pinçando seus quadros nas franjas que concentram os ramos destituídos” daquela. O diagnóstico aponta que os mecanismos de cooptação “impregnam” “os padrões de concorrência estimulados pelos processos de urbanização e industrialização” (Miceli, 2001b [1979], p. 244), e por aí se fixa. A insuficiência do roteiro é clara: ao contrário do mestre francês, Miceli concentra-se – ele mesmo presa do prestígio que a linha dominante de interpretação nacional ostentava no circuito acadêmico brasileiro – nos expedientes de reconversão do capital social possuído pelos “parentes pobres”. Se, em seu primeiro trabalho sobre a República Velha, tal estratégia analítica gozou de alto rendimento, o mesmo não ocorre depois. Subsidiário às demais espécies “impessoais” de capital, o capital das relações, como Miceli mesmo mostra e vimos acima, depende sempre da conjuntura dos mercados em que vai influir. O fenômeno brasileiro de modernização, que tem na era Vargas um importante momento, suplanta em muito – em dinamismo – as estruturas familistas nas quais as exposições de Miceli findam estancadas. Seria, ademais, preciso notar que as redes de relacionamento no capitalismo moderno assimilam-se por agruparem e fortificarem agentes cuja estrutura patrimonial é próxima – o próprio conceito de classe social sustenta-se nesse pressuposto; são os capitais impessoais – econômico e/ou cultural – que dão acesso às relações de poder, sendo estas vetadas a quem não os tem, e, portanto, a problemática deve se ater aos processos da possível universalização daqueles, ao invés de atribuir carga desmedida a privilegiamentos

secundários que não são, de forma alguma, exclusivos do Brasil ou, muito menos, do setor público⁸¹ (Cf. Souza, 2015, p. 87-88).

O escorço da complexidade social que fazia o Brasil de 1920 a 1945 – bem como da diferenciação da divisão do trabalho ideológico correlata –, apesar de atento à conjuntura socioeconômica, em que pinça cirurgicamente momentos definidores, mantém-se, desse modo, incapaz de ver além da tese de eleição. Talvez por esse motivo que não consiga, como escreve Antonio Candido em prefácio à tese, conciliar, de maneira esperada à ambição do projeto, a amplitude da visada histórico-sociológica à “verdade singular” de cada um dos autores abrangidos (Candido, 2001 [1979], p. 72). Na prova irrefutável de invariantes que forjam o campo intelectual brasileiro da primeira metade do século XX, e que são extensíveis, com as adaptações necessárias, a outros países de nossa órbita cultural, combate-se a filigrana das particularidades que certamente enriqueceria os estudos com a relativização de seus pressupostos, claro, apenas se fôssemos capazes de não recair na inoperância estéril e reprodutora do “excepcional”.

⁸¹ Críticas ao “Leviatã” brasileiro logo mostram, como a obra teórica do sociólogo Jessé Souza vem desvelando (Cf. Souza, 2000; 2003; 2015), a que vieram: enaltecimento do privatismo e das nações que “melhor” o encarnam. Seria preciso acrescentar: fazendo a crítica da cooptação estatal, “intelectuais-professores” de universidades públicas mantêm, para novamente seguir o tom do próprio Sergio Miceli (2001b [1979], p. 216), o “álibi” da independência distintiva. Esta e outras discussões serão destrinchadas no capítulo a seguir, em que o desenho da conjuntura contemporânea, necessário à leitura das poéticas eleitas, exige retomar os móveis caros à explicação nacional consagrada.

b) Regina Dalcastagnè: perfil e dominância autorais contestados

Cumpra dizer que almejamos, aqui, o acúmulo de ferramentas que nos permitam abordar o objeto literário de maneira mais próxima à realidade mesma dos fenômenos. Como afirma Bourdieu (2004 [1987], p. 44) em passagem que reproduzimos mais acima, queremos-nos longe das “falsas incompatibilidades” que, na sua petrificação, idealizam certos modelos analíticos, isolando-os da “mácula” entrevista em outros tipos de leitura. Embora a coerência tenha de sobressair das lutas sociais retraduzidas em posicionamentos filosóficos e/ou científicos, sabemos que “todo modelo tem seus limites e produz um tipo de distorção característico a ele”, como sintetiza Fredric Jameson (1985 [1971], p. 225). Portanto, a conciliação entre análise em profundidade e análise panorâmica, para usar termos bastante imprecisos, “cobrada” acima acerca da obra de Sergio Miceli, é, no nosso caso, pouco importante frente ao desenho das linhas de força dos campos intelectual e literário que o sociólogo logrou realizar; isso porque sua contribuição é – colocadas as críticas pertinentes –, antes, aliada na leitura – “em profundidade?” – do *corpus* desta tese.

Nesse universo profundamente marcado por assimetrias sociais – resta-nos sempre perguntar quais as condições sociais que alavancam a produção intelectual nativa e, mais especificamente, a virtuosidade literária –, a contribuição, também bourdieusiana, de Regina Dalcastagnè salta de igual maneira às vistas pelo contraponto necessário que impõe, relendo a produção nacional com o desprendimento dos *incrédulos*. Já encontramos esse olhar *irreverente* (Dalcastagnè, 2012, p. 149) no rebaixamento sociológico que Bourdieu impunha às obras e cenáculos franceses do século XIX: baseia-se na constatação – que deve ser comprovada – de certa homogeneidade tanto na autoria literária quanto, por tabela, na composição dos livros. O rendimento crítico dessa aferição é notável e aponta o sequestro de tal tipo de arsenal ideológico por frações das classes dominantes, bem como revela a tentativa ingênua, em parceria com a recepção especializada e/ou universitária, de *universalizar* os ideais e sistemas de sublimação de parte minoritária e privilegiada da sociedade.

Essa investida contra-cânon, que tem como marco a publicação, em 2005, da pesquisa “A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004”, depois recolhida no livro *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*, de

2012, permite a Dalcastagnè serializar caracteres autorais e também das personagens internas às obras: heresia-mor, já que apõe aos feitos do espírito a distância dos dados estatísticos; depois, como veremos, tal radiografia do campo literário brasileiro será altamente operacional, e mesmo indispensável, quanto às análises singulares. A eleição do romance, gênero dominante na literatura de ficção (Dalcastagnè, 2012, p. 149-150) e aberto a todo tipo de conflagração ideológica, não poderia, por questões práticas e teóricas, abranger toda a produção do período. Optou-se, em linha com o entendimento da importância da hierarquia editorial sobre o que é comercializado e lido⁸², por selecionar, de modo reputacional⁸³, a produção lançada pelas três mais “importantes” editoras brasileiras do período – Companhia das Letras, Record e Rocco –, excluindo os romances ditos menores, de gênero, como o policial, a ficção científica, a literatura de autoajuda ou a infanto-juvenil (Dalcastagnè, 2012, p. 151), ou seja, a seleção foi pautada pelo subcampo de produção restrita, mesmo que por ventura atinja obras extemporâneas.

Das 285 obras lidas em equipe, sobressaem *continuidades* expressivas como a quantidade de romances analisados e o fosso classista que atinge as coisas da cultura no Brasil. A autoria era, de 1990 a 2004, maciçamente: masculina (72,7%); branca (93,9%); situada no Rio de Janeiro ou São Paulo (>60%); tinha entre 40 e 59 anos (>50%); e ocupava-se do jornalismo (36,4%) ou do magistério superior (16,4%) (Dalcastagnè, 2012, p. 158-162). Dalcastagnè nota com acuidade que àquela altura, entretanto, a profissionalização do campo literário já era patente, sendo que somadas as profissões de “escritor”, “roteirista” (em geral, de televisão) e “dramaturgo”, “o total superaria os 20%”

⁸² “Mais importante que as considerações práticas [inviabilidade material, por exemplo], vale observar que este procedimento – de buscar representar *tudo* o que se escreveu e se publicou no período – seria incongruente com a orientação teórico-metodológica da pesquisa. Um campo é um espaço estruturado, hierarquizado, que possui um centro, posições intermediárias, uma periferia e um lado de fora. Não é possível equivaler um livro lançado por um romancista consagrado, comentado na grande imprensa, exposto nas livrarias, adotado nas universidades, com uma obra de edição caseira, distribuída apenas aos parentes e amigos do autor. Sem que haja qualquer julgamento de valor literário, esta última não gera efeitos no campo literário e, portanto, não pertence a ele.

[...] *A casa editorial* foi entendida como fiadora da validade das obras que publica, num jogo de benefícios mútuos, autores e obras transferem capital simbólico para a editora que os publica, mas também recebem o prestígio que ela já acumulou” (Dalcastagnè, 2012, p. 150; grifos no original).

⁸³ Agentes do campo literário – ficcionistas, críticos e pesquisadores –, de diferentes estados, responderam à questão que elegeria as editoras mais importantes, “que não são necessariamente as maiores, mas dificilmente estão entre as menores” (Dalcastagnè, 2012, p. 151). A segurança do método pode ser indicada no fato de todos os informantes mencionarem a Companhia das Letras.

(Dalcastagnè, 2012, p. 161). No interior das obras, quanto às personagens representadas, outras regularidades impactantes: 68,3% dos narradores e 71,1% dos protagonistas são homens⁸⁴; 48,4% das personagens do sexo masculino, adultas, contra uma concentração de 33,8% das personagens do sexo feminino na juventude; 81% de todas as personagens, heterossexuais⁸⁵; 79,8% dessa totalidade, brancas; 51,4% do conjunto pertencente às classes médias; e a maior parte das narrativas se passa na redemocratização (de 1985 em diante), sendo que: nas principais ocupações das personagens do sexo feminino, “dona de casa” (25,1%) supera todas as demais; e nas suas relações, o foco recai sobre contatos amorosos e familiares (89,6% contra 77,2% entre personagens do sexo masculino), sendo aquelas em menor medida profissionais (31,8% contra 47,1% entre personagens do sexo masculino); entre personagens negras, a maioria qualificada (73,5%) é narrada como “pobre”, enquanto os brancos situam-se com majoração nas classes médias (56,6%) ou superiores (36,2%), números coerentes com os que aferem ser a principal ocupação das personagens negras a bandidagem e/ou contravenção (20,4%), bem como com os que constatam ser o assassinio o tipo de morte a elas mais associado (61,1%) (Dalcastagnè, 2012, p. 163-188)⁸⁶.

O viés identificado por tais números é claro: as homologias entre autoria e espaço composicional ou temático das obras estabelecem-se pela *identificação* entre criador e criatura. Se, caso narradas situações caras às frações ilustradas da classe média branca brasileira, teremos sublimações (cuja *denegação* do real é mais ou menos intensa) – ainda que por vezes brilhantes – de problemáticas particulares a essas frações de classe e, portanto, algo repetidas e repetidoras⁸⁷, nos exemplos em que o objeto narrativo é o *outro*

⁸⁴ “Ao mesmo tempo, os dados demonstram que a possibilidade de criação de uma personagem feminina está estreitamente ligada ao sexo do autor do livro. Quando são isoladas as obras escritas por mulheres, 52% das personagens são do sexo feminino, bem como 64,1% dos protagonistas e 76,6% dos narradores” (Dalcastagnè, 2012, p. 165).

⁸⁵ Seguidos de 7,4% no rol dos “sem indício” (quando a “narrativa passa ao largo de questões que possam definir sua orientação sexual” [Dalcastagnè, 2012, p. 167]).

⁸⁶ Evidentemente, separamos apenas os números que julgamos mais pertinentes à discussão. Há outras importantes relações estabelecidas pela pesquisadora que devem ser consultadas. Por exemplo, quando se trata de personagens negras, duas categorias profissionais “femininas” superam a de “dona de casa”: empregada doméstica e profissional do sexo, nessa ordem (Dalcastagnè, 2012, p. 183-184).

⁸⁷ Vejam-se hoje em dia os romances do “eu-escritor”, que tentam suplantar a falta de interesse do assunto pela *afetação* acadêmica de exercícios meta-narrativos ou autorreflexivos.

social do sujeito da narração, marcas dessa distância devem surgir a títulos variados: desde a simples e funesta reiteração de estereótipos às fobias gestadas pela violência da desigualdade social. No cenário, por exemplo, das representações femininas levadas a cabo por homens:

Diretamente ligada à profissão, a questão sobre o pertencimento à elite intelectual também gerou dados interessantes. Os integrantes da elite intelectual foram definidos como aqueles possuidores de elevado capital cultura, na conceituação de Pierre Bourdieu. Não precisavam ser necessariamente produtores culturais, podendo ser consumidores esclarecidos e assíduos de bens culturais considerados “legítimos”. Uma grande parcela das personagens se enquadra na definição – 41,3% [...]. Quando isolamos homens e mulheres, surge uma diferença significativa. Entre as personagens de sexo masculino, 46,6% pertencem à elite intelectual; entre as do sexo feminino, apenas 32,7%. No entanto, convém notar, as mulheres são, já há algum tempo, a maioria dos estudantes do ensino superior brasileiro e a tendência é de um crescente hiato de escolaridade em favor delas (Dalcastagnè, 2012, p. 172).

O intuito não é de julgar distorções dessas representações frente à realidade, buscando algo como uma imitação perfeita ou justa do real – afinal, o conhecimento ou a fruição nem sempre apoiam-se em modelos positivos (escolares) –, mas revelar padrões de figuração que antes restavam *intocáveis* pelo próprio prestígio (ou poder) simbólico que impunham (Dalcastagnè, 2012, p. 148-149). As recorrências, abstraídas do uso literário da língua – muitas vezes virtuoso ou excepcional –, reencaminham as obras ao lugar social de sua produção: visão desencantada que não se deixa usar pelo objeto.

Ao contrário, se o mergulho na *illusio* literária é inadvertido, mesmo entre aqueles que de alguma maneira a percebem mas escolhem não blasfemar, tudo pode se resumir a um jogo de projeções narcísicas em que o leitor iniciado (do subcampo restrito) tem de volta a bela imagem da própria erudição, quando “vendo além” no repertório exótico que ostenta – e da raridade deste depende a vultuosidade dos ganhos simbólicos – tem delírios de universalidade de si.

Na síntese de Dalcastagnè (2012, p. 195-196),

falta ambição à nossa literatura. Falta ambição na acomodação com a temática modesta, com o insulamento no mundo doméstico das classes médias brancas,

com o apego referencial à realidade mais imediata. [...] Com seus recortes miúdos e autocentrados, nossos romances mal espiam para o lado de fora, recusando-se a uma interpretação mais ampla dos fenômenos que nos cercam, como a violência urbana, a exclusão social ou a inserção periférica na globalização capitalista, por exemplo. [...] A falta de ambição é sinalizada justamente pela ausência de crítica e de autocrítica, pela ausência de reflexão e pelo medo do risco. Mais uma vez, não se trata de condenar o recorte temático de alguma obra específica, mas de indicar, como sintomático, que (quase) todas optem por um reduzido elenco de recortes⁸⁸.

Divisadas ou não no *corpus* que elegemos para abordar adiante, tais recorrências precisam ser complementadas pela análise detida de como fazem-se *forma*, isto é, como estão internalizadas na própria estrutura da obra, cujo travejamento *tensiona* e condensa a realidade na qual inspirou-se, seja para a mera reprodução do campo literário e sua ordinariedade, seja para linhas de fuga mais ou menos potentes, tributárias de formalizações audaciosas que fugirão à regra ideológica mesmo que uma leitura estatística aponte os motivos de sempre. É o caso, por exemplo, do romance *A hora da estrela* (1998 [1977]), de Clarice Lispector, citado por Dalcastagnè (2012, p. 36 e p. 195): o narrador é um homem da elite intelectual e o objeto narrativo uma mulher retirante semianalfabeta; não será preciso destrinchar os detalhes desse clássico da literatura brasileira para lembrar como cumprem ao pé da letra muitas das regularidades *restritivas* elencadas: ocorre que estão formuladas de modo contra-hegemônico – e essa possibilidade, obviamente, é também aberta à autoria masculina (Dalcastagnè [2012, p. 65-74] cita, entre outros exemplos, o caso de *Um romance de geração* [2009 {1980}], de Sérgio Sant’Anna). Nesse movimento, preservando o sentido geral dos quadros quantitativos que apontam a face homogênea (classista) da produção literária brasileira contemporânea, seguiremos *aquém* de tais contornos, tentando surpreender na pluralidade de perfis autorais do *corpus* as tensões de formalização que, subitamente, de volta às especificidades, darão sua contradita. Se esta será envergonhada, culpada, fóbica,

⁸⁸ A ausência de ambição é produto imediato, logo vê-se, de disposições pequeno-burguesas ativas em sua fração intelectual não-radicalizada. Mais tarde, na análise poética das obras de Chico Buarque e Rubens Figueiredo, intelectuais que se radicalizaram, pautando-se pela reforma social, voltaremos ao assunto, desenvolvendo a condição objetiva de ser a maior parte dos membros da *intelligentsia* recrutada na pequena burguesia (Löwy, 1979 [1976], p. 2). De início, a teoria das classes sociais bourdieusiana, já discutida, dá conta da tarefa, apontando para a composição patrimonial desses dominados entre dominantes, a quem coube o trabalho de elaboração superestrutural ou ideológica.

arrivista, reformadora ou altiva, em um universo mais ou menos amplo de “soluções” formais – trata-se da distância que o escritor ou a escritora logram estabelecer em relação a si mesmos e à matéria trabalhada⁸⁹ –, caberá à análise crítica aferir: a ela só chegaremos, entretanto, se das teorias das mediações entre literatura e sociedade – no nosso caso, da contribuição de Jean-Paul Sartre, György Lukács e Pierre Bourdieu, entre outros da tradição crítica de inspiração material e marxiana – passarmos à leitura conjuntural da sociedade brasileira e, mais especificamente, dos conflitos caros ao século XXI. A operacionalidade teórica só é efetiva, isto é, só “respeita” a complexidade social da qual quer se aproximar, se minimamente contextualizada sobre os móveis da luta histórica – aqueles mesmos que serviram à abstração conceitual. Para tanto, nossa tentativa de resposta constrói-se no capítulo dois: “A desigualdade social no Brasil do século XXI: dilemas incontornáveis”.

⁸⁹ Mesmo que a empreitada dependa de um mergulho nos arcanos da subjetividade autoral e/ou da subjetividade do tempo (esta última implicada diretamente na construção das personagens) e o efeito da poética seja de confusão e atropelo: ainda em casos desse tipo o “sucesso” está relacionado àquela *distância* – traduzida em imersão indistinta ao invés de uma lucidez “orquestradora” – que é outro termo para o processo de *elaboração*.

Capítulo 2 – A desigualdade social no Brasil do século XXI: dilemas incontornáveis

No percurso que aqui levaremos a cabo, será apresentada uma aproximação de leitura da sociedade brasileira histórica e contemporânea. Substrato imprescindível às linhas teóricas e críticas defendidas no capítulo um, as conflagrações em que o Brasil se vê continuamente enredado exigem trabalho detido de perquirição. Por outro lado, não guardamos qualquer visão ingênua de transparência nas análises sociológicas do “enigma” nacional (V. Botelho; Schwarcz, 2009); por esse motivo – aquele que aponta as ciências sociais *contrafazendo*, muitas vezes, o Brasil ao longo de sua história –, será necessária uma reconstituição das linhas de força da interpretação consagrada sobre o país, a partir das quais nossa posição emergirá. Afinal, a contextualização (sempre) passa, antes, pelas lentes do campo intelectual nativo, e, mais especificamente, dos enquadramentos caros ao desenvolvimento das nossas ciências sociais – trata-se de como estas retraduzem a seu modo e linguagem as condições reais que são seu objeto. Nesse primeiro momento do capítulo, a trajetória intelectual de Florestan Fernandes deve se apresentar como ponto ótimo de saturação da potencialidade que o sistema universitário recém-transplantado (Cf. Fernandes, 1977b, p. 165-167) continha. Numa diferenciação que se daria, de modo fundamental, na linguagem, a sociologia logra autonomizar-se como disciplina científica, renegando o velho estilo de interpretação – pautado sobretudo na forma ensaio –, tão abrangente, e a subordinação a um modelo literário de escrita borrava ainda mais seus contornos, quanto impreciso. Para Florestan, numa resposta aos anseios que a oligarquia paulista derrotada depositara nos seus novíssimos instrumentos de luta – processo, como vimos logo atrás, deslindado por Sergio Miceli (2001b [1979], p. 101) –, ele e seus companheiros, “postos diante das expectativas conservadoras dos ‘donos do poder’”, não procuraram incorporar-se às elites culturais do país, ao contrário:

apegamo-nos a um radicalismo científico, que servisse, ao mesmo tempo, como um escudo protetor e um recurso de auto-afirmação. Portanto, não cerramos fileiras com o “liberalismo esclarecido”, que via, na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ou da Escola Livre de Sociologia e Política, um mecanismo de renovação do poder dos estratos dirigentes das classes dominantes, empenhados na defesa da hegemonia paulista. Procuramos legitimar uma área própria de autonomia intelectual e o fizemos

em nome da “ciência” e da “solução racional” dos problemas sociais (Fernandes, 1977a, p. 14).

Essa era por assim dizer *heroica*, que, como veremos, não prescinde do pioneirismo de Caio Prado Júnior, sempre fora contrabalanceada pela perspectiva que Florestan trazia do subproletariado a que pertencera, bem como pela militância política desde o combate revolucionário ao Estado Novo (Fernandes, 1977b, p. 148, 154, 171-172), razões pelas quais, “depois de muita mistificação sobre a ‘neutralidade científica’ e suas implicações” – a que ele notoriamente se engajara, respondendo à criação de uma “disciplina” sociológica –, o cientista social paulista via-se livre para redescobrir “que a explicação sociológica, ao nível macro-histórico, não pode ser dissociada do pensamento crítico e de uma posição militante sem se perverter. O que volta a unir sociologia e socialismo” (Fernandes, 1977a, p. 125).

Na segunda parte do capítulo, passamos à análise de duas obras fundamentais de Florestan e que estão dispostas de forma a ajudar a nossa aproximação aos dilemas contemporâneos do Brasil e, portanto, de sua produção literária: *A integração do negro na sociedade de classes*, de 1964, e *A revolução burguesa no Brasil*, de 1975, são exemplares do esforço que, por fim, reunia a premência por análises rigorosas e credíveis e o ponto de vista teórico e político interno aos oprimidos.

Por fim, chegando ao terceiro tópico do capítulo, procuraremos, a partir do percurso anterior, passar à leitura do Brasil contemporâneo, e principalmente das formas que a desigualdade social assume no século XXI. Para tanto, serão fundamentais as contribuições que, alinhadas àquela tradição crítica capitaneada por Florestan, desenvolvem leituras percucientes do atual estágio do capitalismo no Brasil e das suas formas renovadas de legitimação da desigualdade social. A obra do sociólogo Jessé Souza, pautada, entre outras motivações, no intuito de atualizar as radiografias da modernização desigual levadas a cabo em *A integração do negro na sociedade de classes*, será tomada como ponto de partida de nossa análise, ainda que associada à produção de outros cientistas sociais críticos à hegemonia classista brasileira: a mesma cujos constrangimentos definem as variadas respostas poéticas que o *corpus*, a posteriori, revelará.

2.1 – Interpretações do Brasil: desenvolvimento dos parâmetros heurísticos e superação do ensaísmo essencialista

Ao contrário da relação já estabelecida com a filosofia e a psicanálise, as ciências sociais, pelo necessário *rebaixamento* do texto literário que tendem a provocar, são solenemente esquecidas por críticos e teóricos da literatura que relutam em ver seus objetos “inclassificáveis” – e um certo tipo de filosofia permite tal suspensão de juízo, bem como a ela é favorável a atemporalidade arquetípica de método de certa psicanálise em delírio autonômico – sob injunções sociológicas (“sociologizantes”). Falar do texto literário como prática social, isto é, assumi-lo na plenitude das relações sócio-históricas que tal definição comporta, é imediatamente perder os galardões distintivos da crítica pura – leia-se, autorreferida.

Sabemos que mesmo a possibilidade de estabelecimento de uma agenda própria à crítica literária, com a análise alcançando de fato níveis insuspeitos de leitura, mesmo tal autonomia enaltecedora e criativa deve-se à crescente divisão do trabalho intelectual e à especialização que pôde originar um campo com critérios próprios e potente autorreferencialidade. No entanto, seguindo a mesma linha, os estudos sociais igualmente profissionalizaram-se, desvinculando-se no Brasil, por exemplo, daquilo que deviam à velha e não mais possível formação “mista”⁹⁰ (Cf. Pontes, 1998, p. 13; Farinaccio, 2004, p. 93) dos “grandes humanistas”. A amplitude e o entusiasmo inspirado da visada, que a tudo e a todos abrangia, legando às novas gerações obras como “Os sertões” (2000 [1902])⁹¹, foram substituídos paulatinamente pela contenção acadêmica, fruto não só do rigor científico, como também da insegurança característica de pesquisas e intelectos cada vez mais especializados. Esse primeiro momento das ciências sociais que avança com notoriedade até o grande ensaísmo de 1930 era tributário tanto de uma ambição/preensão sustentada com naturalidade não mais possível, quanto – face da mesma moeda – do ínfimo círculo de “intérpretes” (na expressão de Silviano Santiago, título daquela que é ainda a mais importante coleção do gênero no país⁹²) que acediam a esse restrito “lugar

⁹⁰ A expressão deriva de Antonio Candido (1945 *apud* Pontes, 1998, p. 13): “destinos mistos”:

⁹¹ Malgrado, nesse caso, o vezo positivista de Euclides da Cunha.

⁹² “Intérpretes do Brasil” (3 volumes – Cf. Santiago, 2000).

do discurso”: discurso, mais tarde, como veremos – a despeito da intenção porosa de alguns de seus “ocupantes” –, tornado dogmático.

Ora, tratava-se, obviamente, de um país de maioria rural. A mudança, que se estabelecerá nos anos 1960 – com a maior parte da população tornada urbana (Cf. Brito, 2006) – dá-se de igual maneira na fixação institucional da pesquisa universitária no nosso, a partir de então, maior centro metropolitano (Cf. Farinaccio, 2004, p. 93-99). Aluno brilhante de Roger Bastide, coube a Florestan Fernandes, como se sabe, a absorção múltipla das modernas teorias sociais disponíveis à época. Ele próprio fruto das novas possibilidades acadêmicas, encerra paradigmaticamente os parâmetros transformados da nova crítica social que se impunha⁹³. Florestan, em cuja obra localizaremos mais adiante algumas de suas contribuições fundamentais, além de contemporâneo de Pierre Bourdieu – lança seu livro mais importante, *A revolução burguesa no Brasil*, em 1975, ao passo que seu colega francês leva à luz *A distinção* em 1979 –, compartilha com este trajetória de origem humilde, em ambos os casos fundamental à perspectiva sociológica assumida⁹⁴. Apesar de não podermos estabelecer vínculos diretos entre os autores – seus programas teóricos e analíticos discrepam segundo a diferença posicional dos países de

⁹³ Sobre o início de carreira de Florestan na Universidade de São Paulo, Heloisa Pontes assevera: “Mais do que qualquer outro assistente da Faculdade de Filosofia no período, Florestan concentrava a ‘voltagem’ máxima de virtualidades na absorção do padrão de trabalho, da linguagem especializada e do rigor metodológico introduzidos pelos professores estrangeiros. O recorte erudito e científico que imprimiu ao objeto da tese de doutorado [*A função social da guerra na sociedade tupinambá* (1970 [1952]); a postura profissional e nada amadorística que, desde o início, modelou a sua atuação na faculdade; o uso do avental branco (que, por meio de uma transferência metonímica, simbolizava a tentativa de dotar as ciências sociais de um caráter ‘asséptico’ e ‘laboratorial’); a receptividade com que se deixara impregnar pelas novas definições de trabalho intelectual e pelo conjunto de ensinamentos transplantados do exterior [...]; tudo isso contribuiu para fazer de Florestan o discípulo mais indicado para gerenciar a herança intelectual dos mestres estrangeiros” (Pontes, 1998, p. 184). Era, enfim, como define Paulo Eduardo Arantes (1992, p. 29; grifo nosso), o “principal personagem daquele período de *acumulação*”.

⁹⁴ Para a história pessoal de Florestan Fernandes, consultar o esboço autobiográfico de “Em busca de uma sociologia crítica e militante” (1977b) e também Heloisa Pontes (1998): filho de pai desconhecido e de uma empregada doméstica, descendia de imigrantes portugueses depauperados e tinha por avô materno um colono numa fazenda do interior de São Paulo, vitimado pela tuberculose. “Antes de completar sete anos, [...] já fazia bicos e serviços improvisados, como engraxar sapatos na rua, para ajudar a mãe. Vivendo como uma ‘criança miserável’, [...] conheceu por dentro vários dos mecanismos de exclusão social que mais tarde se tornariam objetos de suas agudas análises sociológicas” (Pontes, 1998, p. 165). Mas no caminho, extremado – encarou a experiência da fome –, teve de superar a falta de regularidade com que frequentava a escola e só aos dezessete anos fazer o curso de madureza, à noite. Para tanto, contou com o apoio da patroa da mãe, que se tornou sua madrinha, entre outros agentes catalisadores (Cf. Fernandes, 1977b, p. 147-153).

origem no sistema de trocas internacional –, é notável como surgem à mesma época através da excepcionalidade com que dispuseram de seus respectivos sistemas de ensino para, sendo o centro gravitacional da disciplina durante décadas, levarem a sociologia, no Brasil e na França, a patamares inéditos de autonomia (incluído nesta os vários tipos de prestígio: acadêmico, social etc., fonte do investimento vário [público, privado e misto] e sustentado na sua profissionalização). A luta, que também era, nos dois casos, de ascensão, foi travada e vencida com o fôlego descomunal que as compensações de um ponto de partida negativo precisam assumir quando ambiciosas. Em entrevista de 1977, o ícone da moderna sociologia no Brasil lembra dos tempos de estudante universitário em que montava programas autodidatas de leitura com duração de dezoito horas diárias ou mais (Fernandes, 1978b [1977], p. 4)! Essa carga onívora, em passo com o ensino integrador que a então “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” da Universidade de São Paulo queria imprimir a seus currículos, definiu-se no ecletismo que Florestan, assim como Bourdieu, ostentava sem o peso da contradição, ao contrário, numa “combinação equilibrada de tradições teóricas discrepantes” (Martins, 2005, p. 21). Entretanto, sob essa fonte extensa e diversa de referências na qual não hesitava em beber quando o objeto de estudo, mormente híbrido, assim demandava, é possível divisar, como indicou Antonio Candido (2001 *apud* Guimarães, 2008, p. 12), o “rio subterrâneo” da dialética marxista “que sempre correu nos escritos de Florestan”⁹⁵. José de Souza Martins, um de seus alunos, referindo-se ao *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1978a [1959]), sintetiza o programa de análise de inspiração não-dogmática:

Florestan [...] já havia deixado claro que as três fundamentais correntes teóricas da Sociologia [segundo os *Fundamentos empíricos...*, a durkheimiana, a weberiana e a marxista] não se aplicam arbitrariamente, mas de acordo com o tema e as características dele. É o objeto que propõe ao pesquisador o procedimento teórico que melhor dá conta de suas determinações. Porém, como Florestan Fernandes lida em suas análises [...] com tema histórico, com realidades sociais cuja estrutura é historicamente

⁹⁵ Para Florestan, como diz em esboço autobiográfico: “Apesar da minha condição de socialista militante, não tentei vincular a estratégia de trabalho [...] exclusivamente ao marxismo. Tanto no plano do ensino quanto no da pesquisa não procurei romper com o ecletismo, herdado dos professores europeus e posto por mim em outra órbita, com uma compreensão mais rigorosa da interdependência dos vários modelos de explicação na sociologia. Evoluí rapidamente, portanto, para um ecletismo balanceado e que convergia, criticamente, para o significado lógico e empírico específico de cada solução metodológica e de cada contribuição teórica” (Fernandes, 1977b, p. 196).

cambiante, tem que se munir da diversidade de instrumentos de análise que, no fundo, estão referidos a tempos sociais e não propriamente a arbítrios políticos.

Essa é, no fundo, a distinção necessária entre a sociologia científica, que é a sociologia de Florestan, e a ideologização da sociologia que se difunde em nome da necessidade ideológica, mas não da necessidade histórica, de pressupor um socialismo [...]. Nem por isso a sociologia de Florestan se afasta da utopia, na acepção mannheimiana e mesmo marxista, de uma sociedade igualitária e nova, porém utopia que nasce concretamente como a expressão sintética do historicamente possível de determinada sociedade, o possível revelado [...] pela análise sociológica competente (Martins, 2005, 21-22).

A complexidade dos grupos urbanos, classes e frações de classes em processo de diferenciação – fenômeno que de tão premente obriga tomar São Paulo como objeto privilegiado de observação –, suplanta amplamente as antigas alegorias de explicação que travejavam, por exemplo, o clássico weberiano de Sérgio Buarque de Holanda. É, no entanto, preciso fazer justiça ao autor de “Raízes do Brasil” (2000 [1936]). Como lembrou Dante Moreira Leite, Buarque de Holanda não pretendia que aquele que se tornou o mais famoso achado de seu ensaio – o traço psicossocial da cordialidade – pudesse resistir à urbanização brasileira (Moreira Leite, 2002 [1969], p. 385). Comentário nessa linha pode ser igualmente dirigido a Gilberto Freyre, caso guardemos as proporções. É o que aponta Jessé Souza em seu *A modernização seletiva* (2000), em que, apesar de negar a possibilidade de um “corte epistemológico” na obra freyreana, dada a permanência do mesmo holismo desembaraçado como método, não deixa de apontar o enrijecimento gradativo de suas análises, que desbanca a abertura das obras juvenis (“Casa-Grande e Senzala” [2000a {1933}], e “Sobrados e Mucambos” [2000b {1936}]) por uma sorte de “tropicologia” normativa do último Freyre, enredado em “uma compilação de certezas e sugestões de intervenção prática e política” (Souza, 2000, p. 210):

Faz muita diferença se estamos falando de potencialidades inscritas em uma sociedade dos séculos XVI e XVII, como o Brasil de *Casa-grande e senzala*, ou de supostas características de uma nação em plena segunda metade do século XX, como no caso dos textos que tratam da luso-tropicologia. Esse dado temporal fundamental nem sempre é levado em consideração por comentadores que teimam em perceber o quadro histórico desenvolvido por Freyre para o Brasil colônia pelas lentes de categorias e noções surgidas séculos mais tarde. A refração operada por esse tipo de interpretação é a

melhor maneira de deixar-se de perceber algumas intuições de um pensador de talento e saber empírico excepcional (Souza, 2000, p. 212).

A trajetória do progressivo conservadorismo de Freyre, que Carlos Guilherme Mota recupera (Cf. Mota, 2014 [1977], p. 93-113), e que num dos lances mais grotescos o levaria a ser “ministeriável” de Castelo Branco, impede, segundo Jessé Souza, a leitura que sua obra-prima “Sobrados e Mucambos” nunca deixou de merecer. É que nesse ensaio, Freyre historiciza a institucionalização da modernidade ocidental no Brasil da primeira metade do século XIX, isto é, seu processo de “europeização” que data da chegada da família real ao Rio de Janeiro (Souza, 2000, p. 209). A centralidade desse clássico é esquecida, por exemplo, por Florestan Fernandes, que “pula” tal etapa de modernização na história do país, passando diretamente em sua *A revolução burguesa no Brasil* (2005 [1975]) ao marco da constituição do Estado nacional como catálise da diferenciação de tipo moderno que viria a se instalar (Cf. Souza, 2003, p. 130-136; Fernandes, 2005 [1975], p. 49-108).

Contemporizações, ainda que necessárias, à parte, é preciso voltar ao problema da autonomização que os campos literário e científico vieram a desenvolver. Em prefácio de 1977 ao *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, de Carlos Guilherme Mota, Alfredo Bosi lembra-nos que tal diferenciação dava-se primeiramente no campo da linguagem:

Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, aproximáveis pela sua leitura do Brasil, leitura rica e fascinante, servida embora por uma psicologia social antiquada, amante de tipologias humorais e contrastes retóricos, tudo embalado complacentemente por uma prosa literária, mais solta no primeiro, mais travada ao gosto antigo no segundo, *ambas sinuosamente esquivas à dialética das classes cujos ângulos mais agudos elas encurvam sob a mole de notações eruditas e documentos pitorescos*. É o ensaísmo histórico das causas étnicas, das concausas geográficas e das subcausas psicológicas, descontraído então pela experiência norte-americana em Gilberto Freyre e pela prática modernista em Buarque de Holanda. Daí o caráter singularmente *misto* de ambas, oscilantes entre o arcaico e o contemporâneo (Bosi, 2014 [1977], p. 36; grifos nossos).

Quando a pesquisa universitária começa a profissionalizar-se nos anos 1950 e 1960, após o marco importante de 1934 – data de fundação da Universidade de São Paulo

–, e o ensaísmo autodidata é substituído pelo estilo “difícil” e “pesado” de um Florestan (Pontes, 1998, p. 175 *apud* Farinaccio, 2004, p. 95 e p. 141), Antonio Candido (1976 [1965], p. 136 *apud* Farinaccio, 2004, p. 95) observa o processo simultâneo de “reação das letras”, que logram desvencilhar-se das visadas histórico-sociais em prol de uma estética “pura”.

Em nossos dias [estudo publicado pela primeira vez em duas partes, em 1953 e 1955], estamos assistindo ao fim da literatura onívora, infiltrada como critério de valor nas várias atividades do pensamento. Assistimos, assim, ao fim da literatice tradicional, ou seja, da intromissão indevida da literatura [...]. Em consequência, presenciamos também a formação de padrões literários mais *puros*, mais exigentes e voltados para a consideração de problemas estéticos, não mais sociais e históricos. [...] [O]s papéis sociais do romancista e do sociólogo já se diferenciaram, e a literatura deve retrair, se não a profundidade, certamente o âmbito de sua ambição. Daí as modernas tendências estetizantes aparecerem ao sociólogo e ao historiador da cultura como reação de defesa e ajustamento às novas condições da vida intelectual; uma delimitação de campo que, para o crítico, é principalmente uma tendência ao formalismo, e por vezes à gratuidade e ao solipsismo literário. Tanto para o crítico quanto para o estudioso da cultura e da sociedade, ela é, contudo, uma elaboração de novos meios expressivos e um desenvolvimento de nova consciência artesanal, que produzirão novas formas de expressão literária, mais ou menos ligadas à vida social, conforme os acontecimentos o solicitem (Candido, 1976 [1965], p. 136; grifo no original).

Tese relevante de Heloisa Pontes, outra acólita do método bourdieusiano, contrasta, no entanto, nos inícios dessa crescente divisão do trabalho intelectual, justamente a trajetória de classe e acadêmica de Florestan Fernandes com o perfil crítico de seus colegas universitários ou recém-formados que colaboram com a revista *Clima* (1941-1944) na capital paulista (Pontes, 1998, p. 168-169), incluindo o próprio Antonio Candido: Paulo Emílio Sales Gomes, Décio de Almeida Prado, Lourival Gomes Machado, Antonio Candido, Gilda da Mello e Souza e Ruy Coelho, intelectuais cuja contribuição se tornaria das mais sólidas sobre a cultura erudita brasileira (literatura, teatro, cinema, arte barroca) e também a respeito da formação do gosto e do consumo da moda (no caso de Gilda, professora que tornou-se, outrossim, crítica literária respeitada), mas que, com origens sociais nos estratos médios e privilegiados da sociedade (Pontes, 1998, p. 150-165), ainda restavam presos à tradição brasileira “fortemente impregnada

pelo ensaísmo”, mesmo que fizessem da crítica o “elo de ligação” entre essa filiação (segregadora de uma “visão elitista” indisfarçável, embora, no caso, “simpática em relação às camadas menos favorecidas da sociedade” [Pontes, 1998, p. 16 e p. 138]) e o “estilo acadêmico instaurado pela universidade” (Pontes, 1998, p. 174):

Em 1943, no mesmo ano em que os editores de *Clima*, divulgavam o segundo manifesto político do grupo, Florestan publicava seu primeiro artigo na revista *Sociologia*, concebido como uma publicação científica e especializada. Enquanto Decio de Almeida Prado, Antonio Candido, Lourival Gomes Machado, Ruy Coelho e Paulo Emilio Salles Gomes escreviam sobre domínios variados da cultura erudita – mesclando as preocupações metodológicas aprendidas na faculdade com a recuperação da tradição ensaística brasileira –, Florestan Fernandes se lançava com um artigo estritamente sociológico, centrado na análise da única dimensão da cultura com a qual tivera, até então, uma ampla familiaridade, em função de sua trajetória e experiência social: o folclore em São Paulo (Pontes, 1998, p. 138).

É preciso notar, entretanto, que o próprio Grupo Clima, com suas características por assim dizer “transicionais” – marcantes no que tinham de “estudo e trabalho sistemáticos” (Pontes, 1998, p. 58) –, já se afastava da geração modernista de 1922, levando, por isso, de Oswald de Andrade, o epíteto de “chato-boys” (Pontes, 1998, p. 55 e p. 59).

São inegáveis os ganhos do tão salutar e produtivo distanciamento. Era, no campo científico, com a liderança de Florestan Fernandes, que tensionava ao máximo a diferenciação, a possibilidade da sociologia se autonomizar.

Florestan Fernandes construiu também um poderoso projeto intelectual centrado na análise da formação da sociedade burguesa no Brasil e de seus fundamentos estruturais. Mas, diferentemente dos membros mais importantes do Grupo Clima, executou-o por meio de uma linguagem especializada, acadêmica, pautada pela ideia de cientificidade. Longe de ser apenas uma questão formal, seu estilo de exposição e explicação dos fenômenos sociais configurou-se como um dos elementos centrais para a criação da identidade disciplinar da sociologia e de seus praticantes na época. *Sinonimizando ensaísmo com amadorismo, ou mostrando que “o ensaio e a forma literária estavam comprometidos com uma visão estamental da cultura brasileira”*, Florestan empreendeu uma luta simbólica no plano da linguagem com o propósito de legitimar a sociologia no campo intelectual paulista. Não é

aleatório, portanto, que vários de seus contemporâneos tenham julgado seu estilo “difícil” e “pesado”. Partidários de uma tradição intelectual que fazia da “boa” escrita e do “escrever bem” valores supremos e intransitivos, recusavam-se a aceitar a determinação obstinada com que Florestan procurou separar os procedimentos científicos dos literários (Pontes, 1998, p. 174-175; grifos nossos).

Construía-se, assim, uma tradição – mais tarde chamada “a escola paulista de sociologia” – de todo oposta ao estudo dos atavismos culturais propostos por Freyre e Buarque – cada qual a seu modo, é certo: a diferenciação entre as obras é necessária. Apesar do fato fundamental de delinearem continuidade no que tange à importância que atribuem ao iberismo na formação nacional, operam com sinal trocado: enquanto o que mais faz pensar na obra de Freyre é sua propaganda da “comunhão” mestiça e consequente apagamento das diferenças, para Sérgio Buarque o personalismo pré-moderno de fundo que compõe a base da explicação freyreana é negativo e deve ser superado (Cf. Souza, 2015, p. 45). É tal cunho crítico que ainda hoje sustenta a ascendência de Sérgio Buarque sobre círculos progressistas e o torna uma verdadeira “vaca sagrada” na academia brasileira, como nomeia Jessé Souza (2015, p. 39). É que tais círculos muitas vezes esquecem-se do quão distante da realidade tal teoria das raízes ibéricas se situava e, claro, ainda se situa. Mas isso não é o pior: afinal, constituiu-se como verdadeiro abre-alas da barbárie doutrinária liberal e neoliberal que segue rejeitando os refugos “atrasados” do país.

A crítica buarquiana, porém, rendeu frutos ainda mais controversos, como é límpido no verdadeiro vexame de imprecisão conceitual e verborragia ilustrado pelo weberianismo eclético de Raymundo Faoro em *Os donos do poder* (2001 [1958/1973]): esse aclamado clássico é também revisto e criticado contundentemente por Jessé Souza em estudo recém-lançado (2015, p. 9-102). Mas, bem antes, por ocasião da sua segunda edição, acrescida de centenas de páginas e disposta em dois volumes “de luxo”, Nelson Werneck Sodré (1975) já denunciava o embuste conservador que se impunha e tão bem serve ao ideário liberal, então (e ainda hoje) em franco engajamento político e econômico no país a que se dispõe livrar do atraso de suas sempiternas raízes ibéricas... Com precisão cirúrgica, a ironia de Werneck Sodré antecipa que aquela reedição luxuosa de *Os donos do poder* valeria uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL) a seu autor

(tomaria posse em 2002), entre outras distinções⁹⁶. Do livro reeditado, surge um Leviatã cuja “estrutura de seiscentos anos” (Faoro, 2001 [1958/1973], p. 832) está traduzida, em grandiloquente e monomaníaca fixidez, numa “camada de poder” autônoma – o estamento patrimonial, o funcionalismo, “uma categoria social, fechada sobre si mesma, [...] grupo encastelado” que age em interesse próprio “numa febre sem correspondência com a atividade econômica” (Faoro, 2001 [1958/1973], p. 447-448). Diante da hipóstase flagrante desta tese, de insuportável repetição, é a incredulidade que acompanha a leitura do prefácio de 1973, em que o autor almeja situar seu método “num contexto dialético” para melhor “abarcar [...] a complexa, ampla e contraditória realidade histórica” (Faoro, 2001 [1958/1973], p. 14). Diz Werneck Sodré (1975, p. 20) sobre o célebre jurista: por meio de uma linguagem

por vezes barroca, quase sempre confusa [...], apoiado em algumas catacumbas famosas, e alinhando conceitos antigos, o autor desenvolve uma tese curiosa: os males do Brasil derivam do domínio do poder por uma minoria, estamento patrimonial que atravessou os tempos, sem alterações. Daí se infere a anti-historicidade da análise, embora, do ponto de vista formal, ela se faça através da reconstrução da formação lusa e da formação brasileira. Ao autor repugna a categoria classe social. Prefere estamento.

E segue:

Seria longo citar todos os trechos em que a interpretação do autor, se não define a nossa história, pelo menos define a sua posição e a insuficiência de seus conhecimentos, apesar do aparato extenso das notas e dos autores citados. Essa posição se define, ainda, pelo desprezo às manifestações do povo brasileiro, sua incompreensão ante tudo o que é popular, em suma. Mas, acima de tudo, sua incompreensão do que é História. [...] É fácil identificar, mais do que a fascinação weberiana, já de si definidora, o apego a tudo aquilo que signifique gestão de cima para baixo, minoritária, elitista. Mais do que tudo, entretanto, a visão pessimista, o horror ao povo, a sedução pelo impreciso, o vago, como forma de fuga (Sodré, 1975, p. 20).

⁹⁶ A ABL há muito é paga a serviços políticos relevantes prestados, além de atestar o envelhecimento social do autor recebido na instituição (é preciso lembrar, entretanto, como na lição de Bourdieu [1996 {1992}], que nem sempre o envelhecimento pessoal [a idade] é acompanhado de envelhecimento social, e vice-versa). No último lance notório da instituição carioca, em 2011, tomava posse Merval Pereira, o “líder” da oposição à época na imprensa. Nome não menos extravagante que os de José Sarney (posse em 1980), Roberto Marinho (posse em 1993) e Marco Maciel (posse em 2004).

Como sugeria Dante Moreira Leite em seu *O caráter nacional brasileiro* (2002 [1969]) – primeiro grande estudo a revisar as teorias de identidade do Brasil –, foi Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo* (2000) – de 1942, mas gestado ainda nos anos 1930⁹⁷ (Cf. Mota, 2014 [1977], p. 73) –, atido ao chão que a até então recente influência marxista a ele indicava, quem atingiu à época novo patamar analítico, com seu sentido histórico forte, representando a “superação do pensamento ideológico” corrente (Moreira Leite, 2002 [1969], p. 419).

Crítico do economicismo a que essa linha teórico-metodológica – que marcará a chamada escola paulista de sociologia – por vezes recai, Jessé Souza não deixa de reconhecer seu avanço defronte à corrente de interpretação patrimonialista, a qual, apesar de não descurar da dimensão simbólica da dominação social, foi e é responsável por uma recepção, segundo Jessé, equivocada das categorias weberianas no Brasil: ao fixar traços regressivos no perfil simbólico nacional, ignora a profunda historicidade do aparato conceitual weberiano, instrumentalizando noções como a de “patrimonialismo”, que dependem de conjunturas específicas⁹⁸ e pouco têm a ver com o Brasil a não ser na *função* de conferir prestígio científico a concepções ideológicas liberais (Cf. Souza, 2015, p. 39-67). Em relação a pouca credibilidade dessa lógica, contrapõe-se o pioneirismo de Caio Prado, o qual, mais tarde, possibilitaria a obra de um Celso Furtado e, já nos anos 1970, o ponto ótimo da dialética nativa no famoso ensaio de Francisco de Oliveira – “Crítica à razão dualista” (2003 [1972])⁹⁹:

⁹⁷ É também dessa década seu igualmente decisivo *Evolução política do Brasil* (1933). Como sintetiza Carlos Guilherme Mota: “A preocupação [de Caio Prado Jr.] em explicar as relações sociais a partir das bases materiais, apontando a historicidade do fato social e [...] econômico, colocava em xeque a visão mitológica que impregnava a explicação histórica dominante. É o início da crítica à visão monolítica do conjunto social, gerada no período oligárquico da recém-derrubada República Velha: [...] *as classes sociais emergem pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira*” (Mota, 2014 [1977], p. 70, grifos no original). Lançado no mesmo ano que *Casa-grande e senzala*, não lograria nem parte da difusão por este último conquistada...

⁹⁸ O exemplo a que o conceito de “patrimonialismo estamental” – variante enfatizada pela interpretação dominante do suposto patrimonialismo brasileiro – mais se aproxima é o da China imperial e seu mandarinato, de todo estranho ao caso autóctone (Souza, 2015, p. 62-64).

⁹⁹ O estudo de Oliveira é um marco por constituir-se como superação possível da leitura cepalina anterior, que, com seu foco no “contínuo afastamento” do “setor subdesenvolvido” em face à expansão econômica latino-americana, não percebia o quanto tal atraso era, na verdade, intrínseco ao dinamismo e “avanço” que o “setor capitalista” apresentava na cúpula da pirâmide social brasileira (Cf. Singer, 2012, p. 18-19). Na

há toda uma tradição alternativa e, no geral, [...] bem mais crítica e sofisticada que a tradição dominante culturalista/conservadora que contestamos [...]. Essa tradição entre nós começa talvez com Caio Prado Júnior e sua ênfase em localizar, no seu clássico publicado em 1942 [...], a colonização brasileira no horizonte da expansão do capitalismo comercial europeu (Souza, 2015, p. 109)¹⁰⁰.

Uma variação do argumento, como dito, já havia sido apresentada há cerca de cinquenta anos atrás por Dante Moreira Leite (2002 [1969], p. 419): em Caio Prado Jr.,

as características da colônia não são determinadas por misteriosas forças impostas pelo clima ou trazidas pelas raças formadoras, mas resultam do tipo de colonização imposto pela economia europeia. [...] [J]á não se trata de explicar a situação do país por um ou outro fator – a raça, o clima, a escravidão, as características psicológicas dos colonizadores –, mas de interpretá-la em razão do *sentido da colonização*. Essa interpretação é fundamentalmente dinâmica, e a análise das tensões criadas pelo sistema permitirá a Caio Prado Júnior reinterpretar vários episódios de nossa história, não porque esta seja monótona repetição de si mesma, mas porque um

formulação de Oliveira (2003 [1972], p. 32; grifos nossos): “o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor ‘atrasado’ e um setor ‘moderno’, não se sustenta como singularidade: *esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos*. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia”.

¹⁰⁰ Jessé Souza pauta toda sua obra teórica sobretudo em um pensamento de vertente weberiana, muito visível na valorização por vezes exagerada da reprodução simbólica e cultural dos sujeitos, como veremos com detalhes mais à frente, no tópico 2.3. Querendo-se distante do marxismo mecânico, exaltar o Marx d’*A ideologia alemã* (Cf. Souza, 2015, p. 171). Essa localização conceitual algo ambígua, que, sem afastá-lo da orientação weberiana clássica, aproxima o sociólogo da recepção marxista no Brasil, como, de resto, fica claro no trecho transcrito acima, é, todavia, histórica e teoricamente explicável. É na análise de classes que Weber mostraria, segundo Erick Olin Wright (2015 [1997], p. 153n), “sua voz mais marxista”: “Ver elementos marxistas e weberianos associados na análise de classes não deveria surpreender tanto. Afinal de contas, a análise de classes de Weber deveu muito ao legado marxista, que fazia parte do discurso intelectual geral de seu tempo. Apesar de Weber ter se distanciado constantemente do marxismo, em particular por causa das inclinações deste ao determinismo econômico, que eram especialmente pronunciadas em sua época, quando fala de classes, ele está falando com uma voz um tanto marxista”. Nesse sentido, diz o sociólogo norte-americano, “seria possível dizer facilmente que dentro de cada weberiano de esquerda há um marxista lutando para se manter escondido” (Wright, 2015 [1997], p. 158). Ver, igualmente, Delgado (2017).

momento resulta das condições criadas pelo momento anterior ou por novas condições do mercado externo, para o qual estava voltada a produção brasileira (Moreira Leite, 2002 [1969], p. 419; grifos no original).

Nessa linha, hoje, divisamos, por exemplo, contras as miragens da ideologia pregada diuturnamente pelo monopólio comunicacional, que as variações do crescimento chinês são mais determinantes para a sociedade brasileira do que padrões de comportamento sociopático, os quais – como querem fazer crer – seriam exclusivos ao trato nativo da coisa pública (nunca localizando no sistema do capital, em suas formas pública e privada¹⁰¹ [ou público-privada] as distorções matriciais): mantra, por exemplo, da elite do Ministério Público Federal *concurzada*¹⁰².

“[A]s características da vida brasileira”, prossegue Moreira Leite na abordagem da obra de Prado Jr., “não foram impostas pelo destino, mas por condições concretas que podem ser modificadas”. Mas, por isso mesmo, a mensagem do historiador paulista “não apresenta o otimismo ingênuo dos que consideravam o Brasil um país extremamente rico, ou dos saudosistas, que apresentam a nossa colonização como exemplo para o resto do mundo” (Moreira Leite, 2002 [1969], p. 419-420).

Se perdemos a notável estilística do jovem Freyre, bem como os ganhos que as relações com o modernismo renderam à elaboração de um Sérgio Buarque, superamos igualmente a era da mistificação e a pesquisa social rigorosa de Florestan prova esse ponto à exaustão. Mesmo aquilo que em Florestan está ultrapassado não guardava o sentido de generalização atemporal/a-histórico que uma leitura crítica do par Freyre/Buarque indicará. É que o tipo ideal buarquiano – o “homem cordial” –, cumpre acrescentar, retomando a sugestão de Alfredo Bosi compulsada mais acima, perde-se

¹⁰¹ O que dizer, por exemplo, das “engenharias fiscais” *globais* utilizadas pelos grandes conglomerados quando se trata de fugir à tributação? A designação de “engenharia fiscal” mimetiza a campanha neoliberal de eufemização das práticas sociopáticas de sonegadores contumazes. Ver, por exemplo, a série jornalística investigativa “Paradise papers”, do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ), veiculada no Brasil pelo site “Poder360”: Bowes, Simon. “Caso Nike mostra como multinacionais driblam bilhões em impostos”. Matéria publicada dia 06 nov. 2017, em <<https://www.poder360.com.br/paradise-papers/caso-nike-mostra-como-multinacionais-driblam-bilhoes-em-impostos/>>, consultada em 17 nov. 2017.

¹⁰² Veremos mais tarde com vagar como é funesta a ideologia do desempenho ou do “mérito” no papel central que cumpre para a legitimação da desigualdade em sociedades capitalistas contemporâneas.

metodologicamente na indistinção de classes em que é elaborado: a descrição psicológica do “brasileiro”, dirá Dante Moreira Leite (2002 [1969], p. 386-387),

só poderia sustentar-se, coerentemente, se as características fossem consideradas como permanentes e válidas para todas as classes sociais. Ora, como Sérgio Buarque de Holanda liga essas características à família patriarcal, é evidente que está falando na classe alta, dos grandes proprietários rurais. Se isso é evidente para o leitor, não é explicitado pelo autor, que por isso fala em características gerais e não em forma de domínio político.

A cordialidade é,

apesar de tudo que diz Sérgio Buarque de Holanda, forma de relação entre *iguais*, entre pessoas de classe alta, e não de relação entre o superior e o subordinado.

A impressão contrária – que também aparece em Gilberto Freyre – não é cordialidade, mas paternalismo: como a distância entre as classes [...] é muito grande, a classe superior tem atitude de condescendência para com a inferior, desde que esta não ameace o seu domínio. Nem é difícil concluir que essa mesma distância mascarou o preconceito racial no Brasil: os negros, colocados em situação que não ameaça os brancos, são tratados cordialmente. No entanto, quando [...] ameaçam essa posição, foram tratados com crueldade: é suficiente lembrar a história do bandeirante que exibia as orelhas dos negros mortos em Palmares (Moreira Leite, 2002 [1969], p. 387; grifo no original).

É o desprezo por generalizações apressadas, isto é, abstrações essencialistas e *universalizadas*, ou melhor, o sentido forte de evolução histórica dialética, que norteia, por exemplo, os caminhos da pesquisa sobre o negro no novo contexto de classes levada a cabo por Florestan e uma equipe de nomes como Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso nos anos 1950 e 1960. O fruto principal dessa investida é *A integração do negro na sociedade de classes* (2008a [1964]; 2008b [1964]). Nela, encontra-se a, ainda hoje, melhor desconstrução do mito da democracia racial (Cf. Fernandes, 2008a [1964], p. 304-327), conseguida graças à perscrutação do novo código legal e valorativo de dominação que a ordem competitiva impõe aos espoliados brasileiros de todo tempo. Não seria, com efeito, a partir de uma análise fixa no período escravagista que se atingiria o “diagnóstico” da situação moderna. Em outras palavras, não é pela eternização da hierarquia passada que o presente deve ser visto, numa espécie de maquiagem modernizadora do mesmo. A

nova ordem jurídico-legal *é efetiva* e a aproximação analítica a essa realidade não pode ignorar o quão complexo e a todo momento atualizado é o trabalho de dominação.

* * *

Refeitas em linhas gerais as pugnas metodológicas responsáveis pelo avanço das ciências sociais no Brasil, batemo-nos, como visto, contra as interpretações impressionistas que retiram do senso comum o que querem fazer passar por ciência¹⁰³.

Nesse ponto, duas obras de Florestan Fernandes precisam ser analisadas no que têm de exercício nada dado a expansões conceituais precipitadas sobre a história social brasileira. Veremos que – complementares – abarcam os principais momentos de nossa formação moderna: em *A integração do negro na sociedade de classes*, surge um “diagnóstico” do malogro de sua inserção na sociedade competitiva emergente, não deixando de apontar no “protesto negro” o caminho afirmativo para uma “Segunda Abolição”; cerca de dez anos depois, em *A revolução burguesa no Brasil* (2005 [1975]), o autor, em resposta ao regime militar que o havia levado ao exílio, escreverá sobre os entraves estruturais que impedem o protagonismo popular em nosso país, enredado numa dupla articulação dependente, a tributária do imperialismo e sua ligação congênita com a superexploração interna.

¹⁰³ O exemplo mais notável de influência contemporânea dessa linha – mercadologicamente exitosa, por sinal – é o de Roberto DaMatta e sua “antropologia estruturalista”: truísmos, como a noção de “jeitinho”, são elevados a patamares explicativos logo “confirmados” pela experiência de seus leitores (Souza, 2015, p. 69-88). Operam, portanto, em nível ideológico, sem que haja “uma negação e uma superação do que parece ser a realidade”, como Florestan Fernandes (1977b, p. 200), por exemplo, exigia de sua prática. Por outro lado, o sociólogo Edson Silva de Farias, em exame de qualificação deste trabalho, contestou a maneira algo ingênua com que teríamos aderido à narrativa mítica uspiana, responsável por construir a figura de Florestan como agente civilizador da sociologia brasileira. Ressentimo-nos de não poder traçar em linhas mais abrangentes a história das ciências sociais no país, o que relativizaria, é certo, o peso exemplar conferido à chamada escola paulista. Não obstante, sem fechar questão sobre o que transcende os limites de nossa pesquisa, o caráter paradigmático de que se revestiu Florestan Fernandes (ou de que foi revestido, *a posteriori*?) é suficiente, pressupomos, pelas relações que estabelece (de forma voluntária e/ou involuntária) com os outros agentes e correntes da área, e não só de São Paulo, para fundamentar nossa escolha. De resto, como será visto na análise detida da obra de Florestan, não transigimos em apontar também suas limitações, abrindo discordância quando necessário.

2.2 – De *A integração do negro na sociedade de classes* (1964) a *A revolução burguesa no Brasil* (1975): diagnóstico para a Segunda Abolição e seus entraves estruturais

Consequência da profissionalização das ciências sociais no Brasil, a “aplicação mais minuciosa dos modelos analíticos disponíveis à realidade brasileira” fez-se acompanhar, no geral, como aponta Leonardo Avritzer (2001, p. 165), de teorias de alcance médio, mais focadas e precisas, embora incapazes de fornecer quadros totalizantes. Tanto *A integração do negro na sociedade de classes* quanto *A revolução burguesa no Brasil*, fogem, contudo, como veremos, a essa dicotomia que encurrala estudos rigorosos e afrouxa o rigor de análises abrangentes. É que a “longa *contaminação naturalista*” sofrida por Florestan no seu período de aprendizagem e formação sociológica (Fernandes, 1977b, p. 194; grifo no original) – ainda que necessária à instauração “disciplinar” –, teria que ser superada se se quisesse manter o intuito de sondar o subdesenvolvimento: análise descritiva, comparativa e histórico-diferencial do capitalismo dependente e sua sociedade de classes que apenas intelectuais latino-americanos estavam em condições de alcançar¹⁰⁴. Esse entendimento afastou-o da sociologia formal ou sistemática em que havia se concentrado previamente (delegada, doravante, aos sociólogos dos centros de investigação das nações centrais, àqueles em que tais formulações não soassem como no Brasil, isto é, como “luxos da civilização”) e foi construído sob os influxos dos novos quadros de assistentes e colegas (Florestan cita, entre outros, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Luiz Pereira, Marialice Mencarini Rodrigues, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Leôncio Martins Rodrigues) que, além de ampliar os horizontes de estudo com novos objetos (para uma amostra de casos notórios: o empresário industrial e o homem livre na sociedade escravista¹⁰⁵), traziam consigo a influência renovada de Sartre e Lukács, obrigando o professor a suplantá-lo, em suas palavras, para não ser condenado ao ocaso (Fernandes, 1977b, p.

¹⁰⁴ Ao invés da “concepção olímpica do *scholar*” (Fernandes, 1977b, p. 197), tornava-se claro a Florestan que deveria optar “por uma franca especialização, pela qual se desse maior amplitude empírica e teórica às condições particulares ou específicas de uma sociedade capitalista subdesenvolvida e sujeita aos controles externos” (Fernandes, 1977b, p. 195).

¹⁰⁵ Cf. os livros derivados das teses de Fernando Henrique Cardoso (1964) – *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, livre-docência, defendida em 1963 –, e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997 [1969]) – *Homens livres na ordem escravocrata*, doutorado, defendido em 1964.

191-202). Como afirma Fernando Henrique Cardoso no prefácio de 1977 à segunda edição do livro derivado de sua tese de doutorado – *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* –, orientada por Florestan e defendida em 1961:

Florestan Fernandes, atormentado pela obsessão de desenvolver uma sociologia que não fosse constatação positiva da ordem predominante, abria uma possibilidade de justificação da dialética como um dos três métodos fundamentais: o funcionalista, o weberiano e o dialético. A maioria dos participantes do “seminário de Marx” [grupo de leitura d’*O capital* de que Florestan se ressentira por não ser convidado a fazer parte {Fernandes, 1977b, p. 191}, apesar de ser formado pela geração posterior à do mestre] atribuíra à dialética um status teórico mais abrangente, aceitando a utilização dos outros métodos em forma subordinada.

[...]

Quando Sartre publicou as *Questions de Methode* e em 1960 saiu a tradução francesa de *Historie et Conscience de Classe* de Lukács, vislumbramos alguma saída para nossos impasses. Curiosamente, foi a partir de interpretações não baseadas na economia e na história, mas sim na filosofia, que fomos buscar elementos para uma análise dialética de processos sociais reais (Cardoso, 1997b [1977], p. 12-13).

Portanto, é nesse ambiente de marxismo renovado, cuja leitura heterodoxa d’*O capital* (Cf. Arantes, 1992, p. 62-63) impedia que se jogasse fora “um século de trabalhos sociológicos alheios a Marx” ou a moderna metodologia de pesquisa – embora demandasse, com Sartre, “tornar a dialética utilizável na análise sociológica” (Cardoso, 1997b [1977], p. 13) –, que Florestan redigirá sua tese para o concurso de professor titular de sociologia da USP, em 1964.

a) O legado da “raça branca”

Extensão de *Branços e negros em São Paulo* (1959 [1955]), livro escrito em colaboração com Roger Bastide, a tese é monumental e muito estranha que esteja, hoje, quase esquecida¹⁰⁶. Contempla quase um século de história, percorrendo a saga negra entre a desagregação do regime servil até os anos 1960, quando foi editada. Para tal, combina documentação histórica, estatísticas oficiais e técnicas de pesquisa de campo (V. Fernandes, 2008a [1964], p. 21-24, 403n). No primeiro volume – “o legado da ‘raça branca’” – começa por sondar como a Abolição se convertera, nos termos de Rui Barbosa (*apud* Fernandes, 2008a [1964], p. 29), em “ironia atroz”. A escolha de São Paulo como objeto privilegiado de observação permitia, outrossim, “apanhar melhor as conexões existentes entre a revolução burguesa, a desagregação do regime servil e a expulsão do ‘negro’ do sistema de relações de produção” (Fernandes, 2008a [1964], p. 23).

Na economia brasileira em geral, quando os negros perdem “sua importância privilegiada como mão de obra exclusiva”, deixam de constar entre os interesses das camadas dominantes (Florestan, 2008a [1964], p. 32); se, nas regiões em que a prosperidade econômica desaparecera, os senhores livravam-se de um pesado ônus, nas zonas em que o café garantia vitalidade, existiam, segundo Florestan, dois caminhos “para corrigir a crise gerada pela transformação da organização do trabalho”:

Onde a produção se encontrava em níveis baixos, os quadros da ordem tradicionalista se mantinham intocáveis: como os antigos libertos, os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se à massa de desocupados e de semioocupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região. Onde a produção atingia níveis altos, refletindo-se no padrão de crescimento econômico e de organização do trabalho, existiam reais possibilidades de criar um autêntico mercado de trabalho: aí, os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais”, que constituíam um verdadeiro exército de reserva (mantido fora de atividades

¹⁰⁶ Mais tarde sondaremos talvez a razão mais importante para que o estudo esteja “esquecido” pelo menos no que toca ao pensamento social progressista no Brasil. Preferimos, primeiro, aproximarmo-nos da contribuição. Quanto aos intelectuais da ordem, os motivos de tal “esquecimento” são autoevidentes, como se constatará.

produtivas, em regiões prósperas, em virtude da degradação do trabalho escravo) e, principalmente, com a mão de obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais (Fernandes, 2008a [1964], p. 31).

Além de todo tipo de cicatriz psicossocial deixado pela escravidão, o que dificultaria a reinserção mesmo em condições ideais, a mão de obra alternativa abundava (relativamente), levando à preferência sistemática dos empregadores pelos colonos (Florestan, 2008a [1964], p. 51). Começavam, enfim, alguns dos entraves mais importantes à consolidação da ordem social competitiva e da sociedade de classes brasileiras. Na prática, substituíam-se negros por brancos, havendo maior concentração de imigrantes justamente nas áreas em que “o grau de diferenciação, o estado de integração e o ritmo de expansão do regime de trabalho livre e da ordem social competitiva” compulsavam à reinserção negra (Fernandes, 2008a [1964], p. 54-55).

No programa analítico de Florestan importava ver – como também ficará claro em *A revolução burguesa no Brasil* – os óbices ao grau de desenvolvimento máximo que a organização societária em tela tenderia¹⁰⁷. Uma das constantes do argumento passa a ser,

¹⁰⁷ Retiro a observação de artigo acurado de Gabriel Cohn, em que sintetiza o programa de trabalho do sociólogo paulista: “A ênfase nos obstáculos estruturais no lugar da rememoração descansada das raízes de que brota a experiência social vivida encontraria ressonância decisiva nas concepções de outro grande sociólogo marginal, igualmente preocupado com a institucionalização da ciência social na sua sociedade de referência. Refiro-me, claro, a Émile Durkheim, em quem igualmente uma energia voluntariosa impregnava análises do mais sóbrio cunho funcional e estrutural. A ele deve-se uma das chaves do arsenal analítico de Florestan, na ideia de que, dado um certo tipo de organização da sociedade, ele tende intrinsecamente a se realizar do modo mais acabado ao longo do tempo. Em Florestan, essa ideia do tipo para o qual sociedades complexas tendem de modo irreversível revelou-se das mais fecundas, quando empregada ao seu modo, como que a contrapelo: na identificação dos obstáculos que se opõem à plena realização da tendência objetiva” (Cohn, 2005, p. 248). Era, em termos teórico-metodológicos, a marcada orientação *funcionalista* de Florestan que, nos melhores momentos, sofria o tensionamento dialético. A respeito da “compatibilização” entre análise funcional e explicação dialética – ou da “correção” construtiva que uma pode exercer sobre a outra – é preciso consultar Florestan Fernandes (1978b [1977], p. 102-109); Octavio Ianni (1996, p. 25-33); e Fernando Henrique Cardoso (1997a [1962], p. 24-34, 38-43): “graças aos esforços de investigação e sistematização teórica de autores como Merton, Florestan Fernandes e Talcott Parsons, a moderna teoria funcionalista redefiniu os procedimentos de análise e interpretação utilizados por seus precursores, que a haviam constituído como uma meio de investigação adequado apenas para a análise de fenômenos sincrônicos, sendo capaz, modernamente, de analisar, dentro de certos limites, fenômenos de sequência.

Contudo, na análise das sequências funcionais e na construção dos modelos estruturais, se é possível reter, logicamente, as condições de redefinição dos sistemas e se, portanto, cabem análises diacrônicas, em nenhuma circunstância o próprio processo de modificação das condições estruturais e funcionais é

assim, a impossibilidade do novo regime – o da “livre” competição e da “igualdade” perante a lei – integrar-se de modo satisfatório, honrando suas potencialidades: àquele estava identificado o destino do ex-escravo – enquanto perdurasse a associação entre cor e posição social ínfima, bem como todas as graves inconsistências aí contidas, a “exequibilidade das bases materiais, jurídico-políticas e morais do novo regime” manter-se-ia nula (Fernandes, 2008b [1964], p. 8). Mais tarde, quando as armas ideológicas da dominação racial e de classes forem indagadas, descobriremos como o mito da democracia racial é importante “*fator de retenção* do desenvolvimento da ordem social competitiva e democrática” (Fernandes, 2008a [1964], p. 319; grifo nosso).

O rápido crescimento urbano no Brasil, fenômeno protagonizado por São Paulo, exercia forte atração sobre as massas negras com tendências migrantes após o colapso final do regime escravo (Fernandes, 2008a [1964], p. 78). Se representava, por um lado, oportunidade única a sua reinserção, por outro, disparava um desajustamento estrutural ainda maior sob o contraste da vida cidadina.

[E]ntre o fim do século XIX e o começo do século XX, a cidade [São Paulo] cresceu demais para se orgulhar dos “antigos costumes”, mas ainda era demasiado provinciana para romper com eles de modo substancial e segundo um “estilo urbano de vida”. O negro ou o mulato não encontravam, nela, as vantagens típicas da *grande cidade*, em particular as possibilidades de isolamento cultural, de tolerância e de emprego em massa; e, doutro lado, também não contavam com as vantagens das “cidades” convicta ou conformadamente rurais brasileiras, a estabilidade social, a vigência de concepções tradicionalistas e as compensações da economia de subsistência. Essa dubiedade, característica da fase de transição, expunha os elementos de extração rústica a estranhas contradições (Fernandes, 2008a [1964], p. 84-85; grifo no original).

representado de forma que se entenda ação social humana como *práxis* que transforma pela negação e que, ao transformar, necessariamente atribui e nega *sentido* a um universo determinado. Por isso mesmo, a validade das explicações funcionais e estruturais restringe-se àquelas situações nas quais existe um universo de significações sociais dado e um padrão definido de integração social total.

[...] [O]s funcionalistas, pretendendo escapar às críticas que tornam o funcionalismo solidário com uma visão conservadora do mundo, estabeleceram categorias capazes de redefinir a noção de equilíbrio através do recurso à ideia de funções que se neutralizam por disfunções. Porém, umas e outras são concebidas como ‘forças’, externas à atividade negadora do homem, de cujo jogo aparece uma resultante” (Cardoso, 1997a [1962], p. 38-39; grifos no original).

É nessa conjuntura que começa a delinear-se característica marcante, ainda hoje, de famílias negras e pobres no Brasil: sua matrifocalidade. Encontrando facilidade maior de ajustamento ao trabalho livre, a mulher negra, por meio da especialização nos serviços domésticos, que já vinha de muito antes, logra reinsserir-se (e tornar-se “chefe” de família) nessa única área em que a competição com o imigrante não assumia “proporções dramáticas”, como os dados levantados por Florestan atestam ainda nos censos populacionais da capital paulista de 1890 e 1893 (Florestan, 2008a [1964], p. 81, 97, 252-254). Tal monopólio do emprego doméstico, no entanto, passa longe de ser resolução pacificada para a organização social que se conformava. Ainda que de algum modo tenham mais facilidade no acesso ao mercado de trabalho, se comparativamente à dificuldade de inserção do homem negro, são capturadas pela especificidade espoliativa desse mercado, que não se faz acompanhar por garantias sociais mínimas.

A situação aponta para outra dicotomia definidora do “destino” negro no mundo urbano em construção: entre “negros da casa-grande” e “negros do eito”, definia-se, nada menos, do que o ponto de partida em termos de qualificação (V. Florestan, 2008a [1964], p. 93, 168, 241, 292¹⁰⁸). A rusticidade dos últimos¹⁰⁹ os condenava a traumas adaptativos quase que incontornáveis, situação diferente da socialização que os primeiros haviam logrado – com os brancos – durante o regime servil, tanto contribuindo para sua qualificação profissional mais vasta e profunda quanto para o acúmulo e reconversão de capital social que abria caminho para posições mais vantajosas via influência dos antigos senhores (Fernandes, 2008a [1964], p. 93-94)¹¹⁰.

Ainda que não sejamos adeptos a tipologias sociais, uma vez que, apesar de serem verdadeiros “achados” sintéticos, quase sempre reduzem em composições insuficientes a dificuldade das contraditórias variáveis sócio-históricas, não poderíamos deixar de

¹⁰⁸ Posteriormente, diferenciaram-se em “negros de elite” e “negros de brim”, segundo os termos correntes à época, empregados por informantes da pesquisa. Ou “negros de alvenaria” e “negros favelados”, conforme distinção colhida no *Quarto de despejo* (2007 [1960]), de Carolina Maria de Jesus (V. Fernandes, 2008b [1964], p. 240).

¹⁰⁹ “Sob vários aspectos, a escravidão redundou numa especialização restrita e fechada, que confinava a participação da cultura a um número reduzidíssimo de áreas e estimulava, ao mesmo tempo, como condição inexorável da dominação escravista, a perpetuação crônica da anomia social no convívio dos escravos entre si” (Fernandes, 2008a [1964], p. 270).

¹¹⁰ Utilizamos o conceito bourdieusiano de “capital social”, mais adequado ao que vínhamos expondo, apesar desse aparato teórico não constar do radar de Florestan, que utiliza expressão mais tosca: “pistolão”.

mencionar a dicotomia acima. A partir dela, muito se esclarece: o processo de plebeização, que lança a população negra na rede de ocupações e serviços da cidade, encontra forte resistência na falta de “domínio das técnicas sociais e culturais do ambiente”, estimulando, outrossim, pela reiteração de condições de vida desajustadas e marcadas pela miséria – com graus desprezíveis de compensação estatal ou de outras instituições e associações civis e religiosas¹¹¹ –, a construção mental de imagens “que iriam dar fundamento etnocêntrico à sua exclusão das oportunidades econômicas, sociais e políticas abertas pela ordem social competitiva” (Fernandes, 2008a [1964], p. 100-101). Tal “circuito fechado” ou “círculo de ferro”, para usar expressões caras a nosso autor, seguem obstando a completa integração (ou “equilíbrio” [Fernandes, 2008b {1964}, p. 573]) do regime de classes no Brasil, em que é possível antever, a cada dia, o futuro medíocre nelas inscrito. Antes de tratar com detalhamento das diversas manifestações do preconceito e da discriminação raciais – inclusive na forma mítica da “democracia racial”, a partir da qual os brancos, historicamente, vêm se desculpabilizando da parte da tragédia que lhes cabe –, Florestan disserta longamente, e com farta documentação, sobre a condição anômica a que o estrato afro-brasileiro da sociedade viu-se condenado. Conclui que a letalidade associada a essa população em São Paulo – o “déficit negro”, segundo os debates em voga à época (primeira metade do século XX) –, tributária dos motivos conexos à pauperização, era “corrigida” pelo afluxo constante das migrações internas, vindas no sentido de “reativar a caldeira que alimenta desequilíbrios funestos para o futuro daquela população”, o que impedia que esta desaparecesse, como se supunha ocorrer, embora a “correção” fosse “meramente quantitativa e exterior (para não dizer aparente)” (Fernandes, 2008a [1964], p. 158-160).

Nas três primeiras décadas do século XX, a pesquisa dirigida por Florestan reúne quadros “turvos, chocantes e quase inconcebíveis na cena histórica brasileira”

¹¹¹ Como afirma Jessé Souza em comentário ao livro de Florestan: “O dado essencial de todo o processo de desagregação da ordem servil e senhorial foi [...] o abandono do liberto à própria sorte (ou azar). Os antigos senhores, na sua imensa maioria, o Estado, a Igreja, ou qualquer outra instituição, jamais se interessaram pelo destino do liberto. Este, imediatamente depois da abolição, se viu responsável por si e por seus familiares, sem que dispusesse dos meios materiais ou morais para sobreviver numa nascente economia competitiva do tipo capitalista e burguês” (Souza, 2003, p. 154). Nas palavras de Florestan (2008a [1964], p. 296): “Praticamente, a sociedade inclusiva ignorou a situação do ‘meio negro’, relegando a solução final dos problemas sociais nele existentes às consequências reativas, a longo termo, do processo espontâneo de integração do negro e do mulato à ordem social competitiva.”

(Fernandes, 2008a [1964], p. 173), em que se agravava, “em lugar de corrigir-se, o estado de anomia social transplantado do cativoiro” (Fernandes, 2008a [1964], p. 120). Para apenas uma, embora fundamental, indicação a respeito da experiência de vida, naquele período, de três quintos da população negra da capital paulista, como estima Florestan, vejamos o caso da moradia:

Muito se falou a respeito das condições de vida no cortiço e das consequências do apinhamento concentrado de pessoas num quarto comum. Os que se achavam nessa condição já possuíam alguma coisa, pois tinham um teto onde se abrigar. Um dos informantes mais fidedignos relata que “muitos não tinham onde morar”: “minha mãe mesmo chegou a dormir comigo e com minha irmã em uma privada, por falta de outro lugar”. Ao descrever o quarto, que compartilhava com ambas, afirma: “não havia cama, nem colchão. O chão era de terra batida. A cama era uma esteira velha. Não havia cobertas e nem roupa de cama”. Corresponder ao aluguel de um quarto no cortiço já representava um êxito, pois era preciso possuir dinheiro para pagá-lo e varar as resistências do locador. O pretendente “negro” podia ser rejeitado; algumas vezes por causa da cor mas também porque o locador temia pela regularidade dos pagamentos. Só quando conseguia boas referências é que acedia na locação (Fernandes, 2008a [1964], p. 173-174).

Exemplos conexos multiplicam-se e o que se traça nesse primeiro volume de *A integração do negro na sociedade de classes* é uma verdadeira radiografia das causas e efeitos da marginalização negra em nossa maior cidade: as privações materiais, derivadas do desemprego e do rebaixamento salarial, conjugadas a um estado crônico de desorganização social e inadaptação, não raro descambam para diferenciações sociopáticas ou deletérias: em famílias desintegradas (ausência paterna, abandono de dependentes, negligência etc.)¹¹²; na sexualidade (doenças venéreas, prostituição, promiscuidade, precocidade etc.); na personalidade alcoólatra e/ou suicida (o alcoolismo é “como um sucedâneo do suicídio – uma modalidade de aniquilação lenta do ‘ego’ e de

¹¹² A integração e estabilidade do grupo doméstico é particularmente sensível, dadas suas reverberações em todas as áreas da vida social: “a operação de influências socializadoras mais amplas, organizadas e orientadas pela sociedade inclusiva (como através das escolas)” depende estritamente do grau daquela integração e estabilidade. Onde o grupo doméstico “não atingiu um mínimo de unidade e de persistência, a ‘criança negra’ não teve possibilidade de receber aquelas influências; inversamente, onde o grupo doméstico alcançou um mínimo de integração e de estabilidade, a absorção dos mecanismos de socialização da sociedade inclusiva se tornou mais intensa e eficaz” (Fernandes, 2008a [1964], p. 237).

suas dependências ou atribuições no meio social circundante” [Fernandes, 2008a [1964], p. 201]); na higiene; enfim, em redobrados “pontos de persistência indefinida e de agravamento do estado de anomia” (Fernandes, 2008a [1964], p. 214), a que se juntavam, no vácuo de tal fragilização, além da insensibilidade branca, o acinte de agentes da fiscalização e da repressão (Cf. Fernandes, 2008a [1964], p. 212-213), desafiando os limitados e nem sempre eficientes mecanismos de solidariedade supradomésticos.

A autonomia progressiva da cidade em relação ao campo – ainda que engendrada pelas ramificações capitalistas dos negócios do café –; os efeitos da industrialização que se fazem sentir com maior intensidade depois da guerra de 1914-1918; e a nova mentalidade econômica da massa imigrante emergente (Florestan, 2008a [1964], p. 162) sincronizavam as “tendências e os produtos da ‘urbanização’, da ‘mobilidade social’ e da ‘secularização da cultura’” (Fernandes, 2008a [1964], p. 87), atingindo relativamente todos os agrupamentos humanos, nacionais e estrangeiros, exceto (novamente, de maneira relativa aos demais estratos populacionais) os elementos advindos da escravidão, impedidos de se classificar como “operários”, seja pela falta de preparo técnico, seja pela preferência ostensiva sobre o trabalhador estrangeiro, “seja enfim porque os próprios ‘negros’ e ‘mulatos’ se retraíam, candidatando-se de preferência às oportunidades de trabalho que lhes eram mais acessíveis” (Fernandes, 2008a [1964], p. 163):

as orientações urbanas do crescimento econômico e sociocultural da cidade não favoreciam – ao contrário, solapavam e impediam – a persistência da parcela da herança cultural que poderia servir de fulcro para a reorganização integrada e autônoma dos padrões de existência do negro, conforme uma configuração civilizatória rústica. [...] [E]ssas orientações não eram suficientemente fortes, envolventes e plásticas para produzir efeitos análogos noutras direções, o que facilitou (e até estimulou) a perpetuação de um horizonte cultural tradicionalista, de conteúdo pré-letrado e de sentido antiurbano, que logo se converteu no fator invisível e fatal de bloqueamento, da inércia e do malogro do negro na história cultural da cidade. Os demais grupos étnicos, nacionais ou estrangeiros, também eram portadores de uma herança rural e também a perpetuaram parcialmente. Contudo, eles tiveram *chances* de se entrosarem, mais ou menos, com as “exigências da situação”, modernizando seus estoques de ideias, de comportamentos ou de valores nas áreas vitais à participação vantajosa nas tendências e nos proventos da urbanização (Fernandes, 2008a [1964], p. 86; grifo no original).

Estabelecia-se, assim, um círculo vicioso em que o negro lograva “participação marginal e improficua nos papéis socioeconômicos de real importância estratégica”, impedindo-o que se beneficiasse do crescimento urbano e agravando seu isolamento econômico, social e cultural, o que só aumentava sua dependência a uma herança sociocultural “desvantajosa¹¹³” (Fernandes, 2008a [1964], p. 87).

No entanto, não se pode isolar tais fundamentos, baseados na ausência, no povo negro da metrópole, de tecnologia concernente ao novo regime social. O estudo de Florestan se completa quando passa a perquirir o preconceito e a discriminação raciais, aberrantes numa sociedade que se queria – segundo seu próprio código legal – competitiva, aberta e democrática. A partir daí, com o vigor mais próximo ao movimento real da história, os contingentes populacionais brancos e negros, hierarquizados no regime de classes em expansão, serão repostos *em presença*, isto é, nas lutas e expedientes de sua interação: agora, sob novos móveis.

São esses novos móveis, incapazes de imprimir a dinâmica esperada do regime de classes, tanto em termos ascensionais, quanto equitativos – seria necessária, sobretudo, assistência sistemática à população negra em geral –, que, porém, constroem o comportamento preconceituoso ou discriminatório a uma “diretriz ambivalente”, segundo Florestan Fernandes (2008a [1964], p. 307): a nova condição jurídico-política do negro passava a impedir que ele fosse repellido frontalmente, muito embora não se extinguissem as restrições. Esse “acatamento aparente dos requisitos do novo regime ‘democrático’” cumpria à risca, de igual maneira, a necessidade de “prevenir tensões raciais hipotéticas” (Fernandes, 2008a [1964], p. 309), imprimindo uma gradação devastadoramente *lenta* à emancipação negra como se estivessem preservados seus interesses e direitos (vale a pena transcrever, apesar de longo, um dos trechos mais importante de *A integração do negro na sociedade de classes*, demolidor do mito que persiste *falseando* as representações da realidade entre nós):

¹¹³ Na síntese de Florestan: “O envolvimento imediato nos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural dependia de recursos materiais e morais. Ou, em outras palavras, de recursos econômicos, de meios técnicos e organizatórios; em suma, de aptidões para responder efetivamente às exigências da situação histórico-social. Como ex-agentes do trabalho escravo e do tipo de trabalho manual livre que se praticava na sociedade de castas, o negro e o mulato ingressaram nesse processo com desvantagens insuperáveis. As consequências sociopáticas da desorganização social imperante no ‘meio negro’ ou da integração deficiente à vida urbana concorreram para agravar o peso destrutivo dessas desvantagens, aniquilando ou corroendo até as disposições individuais mais sólidas e honestas de projetar o ‘homem de cor’ no aproveitamento das oportunidades em questão” (Fernandes, 2008a [1964], p. 301).

Como não poderia deixar de suceder, essa orientação gerou um fruto espúrio. A ideia de que o padrão brasileiro de relações entre “brancos” e “negros” se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente. Engendrou-se, assim, um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da “democracia racial brasileira”. Admita-se, de passagem, que esse mito não nasceu de um momento para outro. Ele germinou longamente, aparecendo em todas as avaliações que pintavam o jugo escravo como contendo “muito pouco fel” e sendo suave, doce e cristãmente humano. Todavia, tal mito não possuiria sentido na sociedade escravocrata e senhorial. A própria legitimação da ordem social, que aquela sociedade pressupunha, repelia a ideia de uma “democracia racial”. Que igualdade poderia haver entre o “senhor”, o “escravo” e o “liberto”? A ordenação das relações sociais exigia, mesmo, a manifestação aberta, regular e irresistível do preconceito e da discriminação raciais – ou para legitimar a ordem estabelecida, ou para preservar as distâncias sociais em que ela se assentava. Com a Abolição e a implantação da República, desapareceram as razões psicossociais, legais ou morais que impediam a objetivação de semelhante ideia. Então, operou-se uma reelaboração interpretativa de velhas racionalizações, que foram fundidas e generalizadas em um sistema de referência consistente com o regime republicano. No passado, o conflito insanável entre os fundamentos jurídicos da escravidão e os *mores* cristãos não obstruiu que se tratasse o escravo como *coisa e*, ao mesmo tempo, se pintasse a sua condição como se fosse “humana”. No presente, o contraste entre a ordem jurídica e a situação real da “população de cor” também não obstruiria uma representação ilusória, que iria conferir à cidade de São Paulo o caráter lisonjeiro de paradigma da *democracia racial*. A realidade coetânea [...] bem conhecida por todos, [...] não tolheu a construção dessa imagem, que aplicou o figurino da moda à autoconsagração da “raça branca”. Infelizmente, como no passado a igualdade perante *Deus* não proscovia a escravidão, no presente, a igualdade perante a *Lei* só iria fortalecer a hegemonia do “homem branco” (Fernandes, 2008a [1964], p. 309-310; grifos no original).

Contudo, a gravidade que confinava o mito “à ideologia e às técnicas de dominação de uma classe social” superou-se: imposto de cima para baixo, passava a diretriz institucional, essência mesmo da garantia da ordem (Fernandes, 2008a [1964], p. 393-394) e da “respeitabilidade do *brasileiro*” – tornava-se a “ideologia racial brasileira” (Fernandes, 2008a [1964], p. 311; grifo no original).

Ora, às elites dirigentes e aos círculos sociais por elas representados¹¹⁴ – dramaticamente envolvidos, além da exploração secular do escravo e do liberto, na “política de substituição populacional que eliminou o ‘negro’ da arena econômica” (Fernandes, 2008a [1964], p. 313) – cabia: livrar-se das “culpas objetivas” no desempenho de seu papel histórico, mas também desobrigar-se de introduzir inovações verdadeiramente radicais (Fernandes, 2008a [1964], p. 319); permitir-se atribuir o drama negro à própria incapacidade ou irresponsabilidade do agente (Fernandes, 2008a [1964], p. 311), manipulando, de igual maneira, o conformismo e a passividade naqueles estratos (Fernandes, 2008a [1964], p. 337); identificar questões sociais como questão de polícia (Fernandes, 2008a [1964], p. 316); enfim, reduzir ao mínimo a dinamização no sentido democrático e igualitário (Fernandes, 2008a [1964], p. 327) por meio dessa “cobertura cômoda” a sua ação, que, quando passiva, caracteriza-se pelo alheamento e indiferença (Fernandes, 2008a [1964], p. 320).

Sob o manto dos ideais democráticos, o monopólio da organização política e das técnicas apropriadas ao exercício da dominação e da autoridade logrou, como afere Florestan (2008a [1964], p. 326), limitar o funcionamento e desenvolvimento do novo regime, cujas garantias variam conforme o “poder relativo dos grupos sociais que concorrem entre si no cenário social, ideológica e utopicamente”.

Perpetuava-se, desse modo, a condição heteronômica, embora fosse necessário dar “fundamento convencional e legitimação moral às práticas resultantes de semelhante participação desigual da cultura” (Fernandes, 2008a [1964], p. 371), uma vez que em flagrante oposição com a ordem legal e moral do liberalismo que o país importara progressivamente a partir da Independência (Fernandes, 2005 [1975], p. 52-108).

[A]o contrário do que se proclama com frequência, o liberalismo exerceu influências construtivas em várias direções concomitantes. Em vez de procurar-se ver nele um elemento “postiço”, “farisaico” ou “esdrúxulo”, seria melhor determinar o sentido e o alcance dessas influências que também

¹¹⁴ Entre estes e os egressos da escravidão, havia, claro, as camadas baixas e intermediárias da raça dominante. Compostas por imigrantes e elementos nacionais, “forneciam o grosso dos indivíduos ou grupos sociais empenhados na vida econômica ativa”. Pela sua posição, setores insatisfeitos desses estratos poderiam, em tese, cerrar fileiras com a causa negra; não obstante, a arena política monopolizada pelas antigas elites senhoriais não deixava espaço para sua organização e expressão: restavam presos aos interesses econômicos imediatos, sem capacidade de aceder ao poder e ao “controle ideológico das opiniões” (Fernandes, 2008a [1964], p. 322-326).

exprimem as condições e as necessidades histórico-sociais que regulavam a elaboração sociocultural no seio de uma sociedade colonial em mudança. Na medida em que o Brasil já se integrara no sistema mercantil engendrado pela expansão do capitalismo comercial e em que a ruptura dos nexos coloniais formais não implicava nenhuma alteração profunda nas formas dessa integração, impunha-se uma evolução paralela interna, que implantasse no país concepções econômicas, técnicas sociais e instituições políticas essenciais para o intercâmbio e a associação com as nações hegemônicas centrais (Fernandes, 2005 [1975], p. 53-54)¹¹⁵.

Àqueles que importava manter sobre o negro a rígida associação entre condição racial e condição social (Fernandes, 2008a [1964], p. 386), seria necessário, doravante, projetar nos dominados (e apenas neles) as razões dessa não-correspondência com a abertura que a ordem liberal passava a oferecer (como premissa de seu regular funcionamento). Antigas representações e avaliações sobre o negro foram recuperadas e atualizadas conforme o novo código social competitivo. São “clichês terríveis”, nas palavras de Florestan (2008a [1964], p. 371), dispostos de maneira a representar aquela

¹¹⁵ O fenômeno que, primeiro, *burocratiza* a dominação senhorial, segundo Florestan disserta n’ *A revolução burguesa no Brasil*, “não aparece no cenário histórico-social como conexão da preservação do passado. Ao contrário, ele constituía uma das forças que trabalhavam para seu sepultamento, já que a manutenção do *status quo ante* colidia com seu sistema de valores e com sua filosofia política. Onde o Estado nacional emergente se converte em fator de preservação da escravidão, do império da dominação senhorial e da transformação da Monarquia constitucional em cômoda transação das elites senhoriais, isso se dá acima, independentemente e contra as ‘ideias’ e os ‘princípios’ liberais. Estes aparecem e vingam, de fato, sob a outra face do Estado nacional emergente: nas esferas em que ele acarreta mudanças estruturais na organização ou na atuação da sociedade civil e nas quais implanta uma nova dimensão na relação das elites com o poder ou, pelo menos, provocando novas disposições de sentir, pensar e agir politicamente. Ou seja, a face do Estado nacional emergente, a qual se vinculava, de modo profundo e dinâmico, com as inovações requeridas institucionalmente, a curto e a longo prazo, para que ele próprio fosse possível e para que viesse a contar com uma sociedade nacional que lhe servisse de *background* econômico, social e cultural” (Fernandes, 2005 [1975], p. 66). A tese, como visto, discrepa da interpretação consagrada de Roberto Schwarz em *As ideias fora do lugar*, de 1972. Nesse ensaio (Cf. Schwarz, 2000 [1972], p. 11-31), o crítico repassa em linhas gerais a instrumentalização do liberalismo por parte das elites nacionais para localizar em Machado de Assis o mais agudo “observador” daquela que Schwarz (2000 [1972], p. 12; 2012b, p. 172) considera uma “comédia ideológica”, vazia e “ornamental”, apesar de “indescartável” (Schwarz, 2000 [1972], p. 26). O estudo peca por não aprofundar (dialetrizar) o suficiente tal instrumentalização esterilizante, fechando questão sobre o “sentido impróprio” que as ideias importadas assumiriam quando sobre a estrutura econômica e social brasileira (Schwarz, 2000 [1972], p. 29). Voltaremos, mais tarde, com vagar, a essa discussão. Por ora, bastam tais indicações: a citação ao *A revolução burguesa no Brasil* não é despropositada nesta parte em que discutimos *A integração do negro na sociedade de classes* – ambos os livros, queremos frisar, são *momentos* de um mesmo percurso intelectual e analítico (Cf. Fernandes, 1977b, p. 199-200) – com objetos e objetivos comuns –, que, no entanto, raramente têm sido associados.

população segundo o confinamento pretérito, os quais, não obstante, precisavam superar as justificações vencidas. A desorganização social por que passavam tais estratos fornecia o “sistema de referência para o processo de reavaliação” (Fernandes, 2008a [1964], p. 373), e “atestava” sua incapacidade de responder aos ditames da integração na sociedade de classes, desobrigando, novamente, que o drama fosse visto como questão comum a toda população, e reiterando “marcos de referência” a cujo rebaixamento nem indivíduos em ascensão escapavam. A capacidade de trabalho braçal era realçada em oposição a uma inteligência limitada; “‘negro’ e ‘cachaceiro’ [...], ‘negro’ e ‘vagabundo’, ‘negro’ e ‘desordeiro’, ‘negro’ e ‘ladroão’, ‘negra’ e ‘mulher à toa’ etc. tornaram-se termos alternativos”, como afere a pesquisa (Fernandes, 2008a [1964], p. 373); enfim, a ideologia racial imiscuía-se com crueza e maior complexidade na constelação valorativa a que era preciso aliar-se e, assim, evitar que os constrangimentos de tipo moderno fugissem ao controle¹¹⁶.

As representações negativas (“imagens” restritivas e impressivas) e a “percepção deformada” (Fernandes, 2008a [1964], p. 374) – expedientes que despersonalizam o interlocutor, tragando-o nas generalizações dessa maneira impostas – eram robustecidas no seu insidioso ciclo pelo exemplo ascensional de poucos. A excepcionalidade modelar dos que “venciam” cumpria duas funções associadas: 1) manter a validade do mito democrático acima exposto, purgando os reais beneficiários do sistema social vigente de qualquer ônus de desvio; 2) “acefalizar” as massas negras, isto é, castrar-lhes, pela via da infiltração pessoal, ascensão social parcelada e correção dos problemas na escala individual, as lideranças potenciais e os mecanismos societários de reação destas, em boa parte, dependentes (Cf. Fernandes, 2008a [1964], p. 320-321). Os casos únicos,

¹¹⁶ Nas palavras de Florestan: “era intensa e viva a acuidade dos ‘brancos’ diante das atitudes e comportamentos das ‘pessoas de cor’ em questão [em ascensão social]. O que elas fizessem em discrepância ou em dissonância com as expectativas convencionais [de produtividade e patrimônio tecnológico concernentes à ordem competitiva] servia para registrar a incapacidade do ‘negro’ para exercer os papéis sociais concebidos como parte das prerrogativas naturais dos ‘brancos’. [...] [O]nde chocassem as normas e os costumes ou se revelassem certos deslizes, eram tidos e apontados como protótipos e expostos como evidências concludentes das ‘limitações’, dos ‘defeitos’ ou das ‘taras’ da ‘raça negra’ (ou dos mestiços). Esse mecanismo de percepção e de identificação facultava ao ‘branco’ meios eficientes de defesa da posição dominante da ‘raça branca’, ao mesmo tempo que o tornava invulnerável às causas e aos efeitos dos ressentimentos do ‘negro’. [...] Portanto, é terrivelmente sutil e complexa a intolerância que se ocultava por detrás do padrão assimétrico de tratamento racial. Sem visar e sem pôr em causa, de modo direto e franco, as qualidades inatas da ‘raça negra’, produzia o mesmo resultado por vias mascaradas e indiretas” (Fernandes, 2008a [1964], p. 362-363).

outrossim, insuflavam ainda mais a identificação acrítica ao “mundo dos brancos”, indicando a pertença ao sistema como horizonte conformado aos demais, cuja sublevação pode restar, enfim, desmoralizada.

O mesmo empenho que Florestan Fernandes emprega em compreender a situação racial e social a partir dos estoques populacionais em presença, de modo que a análise só é possível nesse movimento próprio aos embates desiguais, leva-o a consagrar parte significativa de sua pesquisa à reação negra, ao seu protesto e aos movimentos sociais orgânicos àquela população em São Paulo. Afinal, enquanto “uns sofreram o impacto terrível da interação de uma herança sociocultural imprópria com um meio social adverso, [...] outros extraíram desse impacto uma consciência histórica que converte o homem em agente de sua liberdade¹¹⁷” (Fernandes, 2008a [1964], p. 112). O assunto, depois de já termos nos referido à situação degradante do pós-Abolição, será objeto privilegiado do volume dois de *A integração do negro na sociedade de classes*: “no limiar de uma nova era”.

¹¹⁷ A práxis artística está entre as reações da emancipação negra, em seu flanco simbólico de luta. Na leitura de *Um defeito de cor*, veremos como Ana Maria Gonçalves mobiliza a arena social e nela se posiciona. Cf. tópico 3.4.

b) No limiar de uma nova era

Se o primeiro volume do estudo cobre o período de 1880 a 1930 – da desagregação final do regime servil à consolidação da ordem social competitiva –, “No limiar de uma nova era” abrange as décadas de 1930 a 1960: fase em que aquela ordem “expurga-se” gradualmente, “expandindo-se num sentido mais puramente capitalista” (Fernandes, 2008a [1964], p. 23-24). Inicia-se com um dos momentos altos do livro de Florestan, perquirindo os movimentos sociais negros pioneiros e seus órgãos de luta, sobretudo da imprensa negra que vivia sua fase heroica.

O *Clarim da Alvorada*, publicado entre 1924 e 1932, e *A voz da raça* – órgão da Frente Negra Brasileira (fundada em 1931) –, distribuído entre 1933 e 1937, ilustram bem as agitações¹¹⁸ que então emergiam no novo contexto urbano e industrial. O processo de autoafirmação e protesto cumpria duas funções principais análogas: 1) assimilar ou integrar a população negra às “oportunidades e garantias sociais legalmente consagradas pelo regime vigente” (Fernandes, 2008b [1964], p. 11); 2) muni-la de instrumentos (de consciência e agência) indispensáveis ao combate vigoroso às formas de preconceito e discriminação raciais¹¹⁹, em boa parte responsáveis pelo malogro da assimilação almejada.

¹¹⁸ Há evidentemente outras organizações de menor importância, em cujo elenco não nos deteremos por motivos de concisão. Ver, por exemplo: Grêmio Recreativo Kosmos, Centro Cívico Palmares etc., todos surgidos em São Paulo (Fernandes, 2008b [1964], p. 54).

¹¹⁹ Desejamos pontuar brevemente nosso entendimento dos conceitos “preconceito” e “discriminação”: baseado na construção nocional de “preconceito de cor” sob a perspectiva negra à época estudada, Florestan indica que trata-se de uma “categoria inclusiva de pensamento” (Fernandes, 2008b [1964], p. 44-45): não há separação possível entre os termos, uma vez que o “preconceito sempre forneceu a justificação emocional, moral e racional da discriminação”, sendo parte orgânica a esta. No entanto, se quisermos insistir no que é teoricamente caro a essa distinção: “[o] preconceito racial pode ser definido como ‘uma atitude social propagada no público por uma classe exploradora, com o fito de estigmatizar determinado grupo como inferior, de tal modo que a exploração do próprio grupo ou de seus recursos possa ser justificada; por sua vez, ‘a discriminação racial somente aparece quando negamos a indivíduos ou grupo de pessoas a igualdade de tratamento que eles possam desejar’” (Cox, 1948, p. 393; Allport, 1954, p. 51 *apud* Fernandes, 2008b [1964], p. 593n). No entanto, é preciso considerar que Florestan, pelo caráter compreensivo que divisa na noção de “preconceito de cor”, não concebe “o preconceito racial como cabendo no domínio específico da personalidade e a discriminação racial como exclusivamente pertinente à estrutura social, como é corrente entre muitos sociólogos e psicólogos sociais norte-americanos. Ambos podem ser considerados nos diversos níveis da análise sociológica (da ação e da relação sociais; do comportamento coletivo; da socialização e organização da personalidade; das normas, representações e valores sociais; ou da diferenciação e integração dos sistemas sociais). [...]

Quanto ao primeiro ponto, a urbanização do estilo de vida e a secularização de atitudes e comportamentos associavam-se “a anseios de classificação e de ascensão na estrutura da sociedade inclusiva” (Fernandes, 2008b [1964], p. 37). A premência da situação negra, que compulsava a uma atitude realista por parte de suas lideranças – apesar de não impedir “a esperança de uma alteração radical da estratégia seguida, quando o próprio ‘negro’ tivesse *chance* de pôr em prática comportamentos políticos de maior envergadura” (Fernandes, 2008b [1964], p. 64; grifo no original) – confinava a experiência organizacional nascente às reivindicações assimilacionistas (Fernandes, 2008b [1964], p. 23) e imediatas. Não obstante, a consciência clara da necessidade de autodeterminação – derivada de uma perspectiva social própria, a perspectiva negra, que daria a exata importância da espoliação racial secular na formação brasileira (Fernandes, 2008b [1964], p. 40) – encaminhava as diretrizes doutrinárias à autoemulação construtiva do próprio povo, qual seja: “a absorção, pelo negro e pelo mulato, de novas técnicas e instituições sociais”:

Entenderam [...] que a classificação na ordem social competitiva dependia de certos requisitos psicossociais e se dispuseram a conquista-los, pela imitação dos exemplos fornecidos pelos próprios “brancos”. A essa complexa aprendizagem se prendem as palavras de ordem que se formaram, que insistiam no valor da família negra integrada, na solidariedade doméstica, no respeito pela mulher, na importância da educação dos filhos etc., que lançaram a “população de cor” em uma autêntica política cultural de assimilação em bloco de complexos socioculturais a que se mantivera, antes, mais ou menos indiferente (Fernandes, 2008b [1964], p. 17).

Em um caso exemplar, a Frente Negra Brasileira, segundo Florestan (2008b [1964], p. 64):

Onde ocorram interferências entre estratificação social e estratificação racial, eles tanto servem como fonte de legitimação das formas estabelecidas de ordenação social das relações raciais, quanto para dinamizar, fortalecer e perpetuar os mecanismos sociais de dominação racial vigentes.

A diferença entre a sociedade tribal, a sociedade de castas, a sociedade estamental e a sociedade de classes, a respeito, consiste em que, nesta última, surgem condições e processos sociais que configuram ambas as manifestações como ‘injustas’, ‘indesejáveis’ e ‘perigosas’ para o equilíbrio do sistema de poder da sociedade global” (Fernandes, 2008b [1964], p. 593-594n).

inspirando-se nas diretrizes anteriores, vindas principalmente do grupo do *Clarim da Alvorada*¹²⁰, insistia na absorção dos modelos de organização do comportamento, da personalidade e dos grupos sociais existentes na sociedade inclusiva. Mas, orientando as exigências numa direção puramente imediatista: seja na doutrinação das pessoas sobre as vantagens de manter vida familiar organizada, de prestar amparo aos filhos e à mulher etc.; seja estimulando a ambição pelo emprego estável, a aquisição de terrenos, a construção da casa própria. No fundo, nesse campo as investidas eram diretas. A crítica à situação presente passava para plano secundário e subsidiário. O que tinha importância real consistia na impulsão para absorver os padrões de vida dos “brancos” e, através deles, redefinir a posição do “negro” na estrutura social e as imagens negativas, que circulavam a seu respeito.

Se, por um lado, as organizações reivindicatórias perfaziam, assim, parcela importante do diagnóstico para a Segunda Abolição, e eram orgânicas ao próprio movimento da metrópole em desenvolvimento, respondendo ao movimento histórico com altivez e determinação, por outro lado, grassava uma “falta de sincronização” entre “os processos de mudança social, que operavam na diferenciação e na integração da estrutura social global” e a ordem racial, ainda imersa na “demora sociocultural” (Fernandes, 2008b [1964], p. 74). A esfera dinâmica da sociedade inclusiva só entrava em causa, portanto, de maneira indireta, como condição potencial. As impulsões igualitárias, sem encontrar contrapartida numa “abertura” verdadeiramente eficiente e operativa da sociedade de classes, ainda que em conjuntura inédita (Fernandes, 2008b [1964], p. 101), demandavam ir além na arena societária que teimava em marginalizar a população negra emergente, impedindo-a mesmo de se proletarizar¹²¹.

¹²⁰ De início integrados, o grupo do *Clarim da Alvorada* abandonará a Frente Negra. A divergência se explica (segundo estudo de caso feito por Renato Jardim Moreira e incorporado ao livro de Florestan) pelo travo fascista desta última, presente desde a elaboração de seus primeiros estatutos, redundando no discurso que um de seus fundadores – Arlindo Veiga dos Santos – haveria de fazer no Primeiro Congresso da Ação Integralista, em que “hipotecava a solidariedade da Frente e seus 200.000 negros” (Moreira *apud* Fernandes, 2008b [1964], p. 70). O direito era, como se sabe, fenômeno do tempo e também alcançava as colônias imigrantes italianas e alemãs. Escusado dizer que tal tipo de filiação ideológica colidia com a natureza e os objetivos dos movimentos reivindicatórios negros, fato que Florestan atribui à falta de experiência política (Fernandes, 2008b [1964], p. 92).

¹²¹ Quando, no tópico posterior a esta análise das contribuições principais de Florestan Fernandes, chegarmos a discutir a contemporaneidade social brasileira, veremos que a *proletarização* sempre foi e continua sendo fenômeno *incompleto* no Brasil, em que destaca-se uma massa *subproletária*, de maioria estrondosa (de cuja composição, obviamente, participam também os outros estoques “raciais”): nos anos

As lutas dos anos 1920 e 1930 seguem ativas, ainda que adaptadas à nova situação ditatorial do Estado Novo, e, nos anos 1940, condensam-se no exemplo central da Associação dos Negros Brasileiros, bem como de seu jornal, *Alvorada*, publicado entre 1945 e 1948¹²². Haveriam de combater por meio de uma ideologia de desmascaramento racial. Optando pelo regime democrático e se preparando para dele participar, doravante “o grau de aceitação ou de rejeição do ‘negro’ diria, por si mesmo, até onde chega a lealdade dos ‘brancos’ para com os fundamentos axiológicos da ordem social democrática”, como pontua Florestan (2008b [1964], p. 119). A retroalimentação entre a barreira da cor e a posição social rebaixada, no que concerne a seu complicado intrincamento, fornecia os móveis da posição de luta. Firmava-se uma autêntica contraideologia em que a ordem legal, racial e moral era posta à prova, tensionando o horizonte cultural (símbolos e valores) de brancos e negros para evidenciar “os fatores e os efeitos *reais* da desigualdade racial vigente” (Fernandes, 2008b [1964], p. 131; grifo no original).

Se os movimentos reivindicatórios não vingaram nem mesmo no meio negro e a contraideologia por eles difundida passara a mero conforto moral daquela população, é porque a sociedade “inclusiva” “não se propunha de modo idêntico os problemas de democratização da riqueza, dos níveis de vida e do poder”, abrindo-se ao negro, uma vez mais, de forma “individualista e ultrasseletiva” (Fernandes, 2008b [1964], p. 132). As bases estruturais das relações de “raça” para “raça” restavam mantidas apesar dos esforços contrários, e só as injunções da nova economia de escala que se implantaria seriam capazes, por “coincidências totalmente alheias às agitações raciais” (Fernandes, 2008b [1964], p. 138), de calar fundo nos seus anseios de classificação.

Nessa dialética entre estrutura e agência, ou melhor, “condições externas de ação, que se formam e evoluem objetivamente” e “modos subjetivos de ser, pensar e agir socialmente” (Fernandes, 2005 [1975], p. 38-39), a tese de Florestan, apesar de conferir, como vimos, espaço central aos movimentos de autodeterminação, não hesita em identificar na primeira a força mais importante na alteração da realidade racial, de modo

1980 chegava a 48% da população economicamente ativa, segundo Paul Singer (1981 *apud* Singer, 2012, p. 19). Da mesma forma, guardamos para adiante as definições conceituais intrínsecas a esse quadro.

¹²² Há também, nessa época, outros veículos do meio negro, entre eles *O Novo Horizonte*, a revista de orientação socialista *Senzala* e, já em 1950, o *Cruzada Cultural*.

que a inclinação pelo capitalismo industrial moderno – o ponto de inflexão é a Segunda Guerra Mundial, não só em termos de expansão industrial, mas também pelas “ramificações na diferenciação do sistema econômico e no ritmo (para não falar no estilo) da urbanização” de São Paulo (Fernandes, 2008b [1964], p. 136, 209) – alterará, com extrema lentidão, é certo, a situação do clamor negro ignorado.

O surto industrial, concentrado na Grande São Paulo, dispara “tendências de organização do espaço, do convívio humano e do horizonte cultural típicas da ‘sociedade de massas’”: o passado torna-se obsoleto e mesmo prejudicial ao presente e ao futuro da coletividade (Fernandes, 2008b [1964], p. 137).

[A]s transformações globais [...] tenderão a se refletir na situação social da “plebe urbana” (e, portanto, na situação social da “população de cor” da cidade). Essa plebe acaba encontrando, com um atraso médio de mais de meio século (com referência à universalização do trabalho livre), vias mais amplas de proletarização ou de ingressos nas classes médias. Foi por essas vias [...] que o negro e o mulato se viram, repentinamente, capturados e impelidos na torrente social. [...]

Assim, o “negro” penetra, não em grupo ou como categoria racial, mas diluído na massa de agentes do trabalho assalariado, em quase todos os ramos de atividades. As resistências, as ambiguidades e as reservas não cessaram, só por causa disso. Entretanto, elas se atenuam, obliteram-se ou ficam evasivas, de acordo com as flutuações da procura de mão de obra (Fernandes, 2008b [1964], p. 138)¹²³.

A situação, com potencial de correção dos efeitos negativos da substituição populacional, aproxima, segundo Florestan (2008b [1964], p. 136-140, 340), a saga negra dos velhos imigrantes, ainda que as “facilidades” experimentadas estejam muito aquém das que os últimos se beneficiaram na virada do século. Mesmo assim, os procedimentos eram reproduzidos segundo os padrões individualistas dos que aspiravam “fazer a

¹²³ Evidentemente, o grosso das oportunidades dava-se nos setores de trabalho sem qualificação ou semiquilificado, em posições tipicamente pré-industriais e pré-capitalistas (Fernandes, 2008b [1964], p. 150), e, portanto, não levavam à classificação proletária; todavia já eram sinal do descarte progressivo (e compulsório) de antigas convenções e expectativas de comportamento “que excluía o ‘negro’ da condição de parceiro válido, respeitado e com quem se deveria contar” (Fernandes, 2008b [1964], p. 138). Segundo Florestan (2008b [1964], p. 180): “Não só surgiram oportunidades de emprego em massa e perspectivas de trabalho permanente, como ocorreu uma revalorização econômica e social dos serviços que antigamente caíam na categoria de ‘empregos de negro’”.

América”, seguindo o tipo até hoje dominante de ajustamento social: afinal, “o ‘negro’ não é menos produto da situação que o ‘branco’” (Fernandes, 2008b [1964], p. 382)¹²⁴.

A contraideologia, construída e difundida pelos movimentos reivindicatórios, ainda germina e frutifica. Mas em silêncio, como se estivesse submersa nos níveis mais profundos e insondáveis da organização da personalidade. O que vem à tona são os anseios de fugir ao passado, às incertezas da miséria e da desorganização social, tão depressa quanto cada um o consiga fazer. Decepcionados com a inanidade dos desforços coletivos, os indivíduos procuram construir com seus recursos e sem depender de outrem o seu próprio nicho na sociedade de classes. [...] Como os imigrantes no passado, cada um transporta consigo as suas quimeras. A única diferença está em que o “negro” é um comensal tardio (Fernandes, 2008b [1964], p. 140)¹²⁵.

Portanto, será a partir da emersão do negro como assalariado – e a política de salário mínimo cumpre importante papel na estabilização, e equidade salarial em relação ao branco, das condições de vida da população ascendente (Fernandes, 2008b [1964], p. 209) – que o sociólogo paulista conduzirá sua análise naquela que é a dissertação mais longa e minudente d’*A integração do negro na sociedade de classes*. Na carreira do crescimento econômico intenso, as mudanças, apesar de darem-se de maneira mais quantitativa do que qualitativa – há incorporação ao regime de trabalho livre, mas sem classificação no sistema social (Fernandes, 2008b [1964], p. 151, 252) –, virão a sugerir “novas possibilidades de autorreferência”, conforme a diferenciação do meio negro (Fernandes, 2008b [1964], p. 217).

Neste momento, em que já há familiaridade com as linhas de força da tese de Florestan e precisamente neste ponto em que o sociólogo divisa a importância simbólica de representações do sucesso profissional e pessoal negros, já podemos compreender com clareza motivos centrais para que tal análise não receba hoje atenção correspondente à magnitude de seus esforços. A insistência no despreparo do negro pode, além de provocar em leituras mais suscetíveis a visão errônea de que Florestan, honrando o senso comum,

¹²⁴ Veremos adiante que, quando reformistas, as poéticas literárias tendem a combater a propaganda hegemônica da ascensão individual: esse é o caso de um Rubens Figueiredo. Ver tópico 3.2.

¹²⁵ Quanto às elites negras, esse tipo hegemônico de ajustamento levará ao exclusivismo social e à acentuação de “*linhas de classe* dentro do ‘meio negro’ e nas suas relações com os ‘brancos’”, divorciando-as da massa (Fernandes, 2008b [1964], p. 383, 385, 393; grifos no original).

culpabiliza a vítima – o que, como vimos extensamente, não procede –, indicar certo etnocentrismo indisfarçável derivado da perspectiva analista. Não há no trabalho, por certo, *nenhuma* indicação dos transplantes culturais africanos – a não ser no reforço dos óbices oriundos de seus componentes tradicionalistas, rurais e pré-letrados –, que restam, assim, cabalmente neutralizados pelos quadros anômicos da escravidão. A desorganização constante, axial a este regime, não foi capaz, sabemos, de fazer frente à plasticidade adaptativa da cultura herdada, a qual permaneceu como núcleo saudável às comunidades étnicas submetidas ao tráfico, apesar da artilharia reversa e suas muitas vítimas. O *mea culpa* acionado em determinado momento por Florestan é insignificante e perde-se na orientação geral da pesquisa:

não ignoramos a influência dinâmica de traços culturais transplantados da África e reelaborados no Brasil, embora isso possa parecer pouco evidente na apresentação dos resultados de nossa investigação. Julgamos que M. J. Herskovits tinha razão quando ressaltava a conotação etnocêntrica das reconstruções ou das explicações que negam o “passado histórico do negro” e sua importância nos processos adaptativos ou integrativos ocorridos nas Américas. [...] [A]s questões suscitadas pela plasticidade do comportamento humano diante de condições anômicas de existência podem ser focalizadas na literatura etnossociológica brasileira [...], que nos mostra como um povo tribal enfrenta os efeitos da desorganização permanente do sistema sociocultural (Fernandes, 2008a [1964], p. 425-426n).

Enfim, na leitura d’*A integração do negro na sociedade de classes*, o leitor ou a leitora se ressentirão da ausência chocante das *antigas possibilidades de autorreferência*, tão ou mais importantes do que a nova comensalidade bem-sucedida.

Apesar do “descuido” com a *plural* ancestralidade negra¹²⁶, não é possível descartar uma contribuição atenta ao futuro da saga africana nas suas inter-relações

¹²⁶ Veremos na análise de *Um defeito de cor* que talvez o principal intuito de Ana Maria Gonçalves tenha sido resgatar a força dessas culturas transplantadas para a integração subjetiva dos traficados e seus descendentes, contraditando, nesse sentido, em complementação fundamental, o estudo sociológico ora em tela. A valorização desses móveis tão perseguidos, mutilados e silenciados tem grande força poética, caso formalizados em movimento, isto é, livres do descritivismo aplanador. Ver tópico 3.4. Muito embora abordem com pesos diferentes a importância das culturas originárias para a sobrevivência da população negra no Brasil, a radiografia que Florestan faz do malogro da inserção negra na sociedade de classes, acusando a ausência nessa população de tecnologia compatível com o novo regime – resultado direto da

“raciais” modernas: os meios estáveis de ganho adquiridos e progressivamente melhorados transformam o ponto de partida das gerações subsequentes, em conjunção com técnicas racionais de seleção, supervisão e promoção de pessoal, doravante compulsórias entre empregadores sob a pressão do capital produtivo, o que levava a cor a segundo plano (Fernandes, 2008b [1964], p. 181, 234, 466).

Os indivíduos negros em ascensão social firmam-se como objeto privilegiado de observação porque permitem a Florestan antever o sentido histórico da integração incipiente, mesmo que a carência institucional siga sempre em voga – como a inacessibilidade ao complexo escolar (Fernandes, 2008b [1964], p. 248) –, indicando a robustez dramática dos obstáculos a vencer para uma efetiva *participação* em todas as esferas culturais. O caráter de *experimentum crucis* assumido pelo reduzido número de negros em ascensão já delimitava à época “a esfera potencial de tensões e conflitos raciais”, tanto desmascarando a realidade racial existente quanto sugerindo os limites da “tolerância” branca a uma forte concorrência (Fernandes, 2008b [1964], p. 264): perfazia o trajeto apesar das inconsistências dos mecanismos oficiais de intervenção e controle, alheios aos custos indiretos que impossibilitavam o aproveitamento real de tais equipamentos e serviços públicos (Fernandes, 2008b [1964], p. 290-293).

Embora sublinhe o exemplo ascensional, aquele que, mesmo crivado por todo tipo de ambiguidade cara às linhas de classe assumidas e sua consequente supressão da solidariedade sócio-étnica¹²⁷, permite o apoio “nas garantias fornecidas pela posição

exposição prolongada ao cativeiro –, é “confirmada” no romance histórico de Gonçalves, ainda que a contrapelo: na formação intelectual atípica de sua protagonista, que escapa à média dos consortes.

¹²⁷ A ética individualista aqui implicada é comportamento de risco para toda a coletividade, posto que reforça a técnica branca de aceitação do negro em termos de exceção, ampliando o abismo com a massa marginal não raro por meios ostentatórios (gastos sibarísticos, por exemplo), típicos das compensações do *parvenu* – “a discrição é uma virtude das elites consagradas” (Fernandes, 2008b [1964], p. 329, 348, 360, 362, 381). Por outro lado, a afirmação subjetiva aí inscrita, apesar de nem sempre produzir identificações construtivas nos consortes menos favorecidos, define um importante plano de visibilidade “acima das estigmatizações correntes” e força o reconhecimento de que “a diferenciação do ‘meio negro’ afeta a estratificação da sociedade global” (Fernandes, 2008b [1964], p. 360, 362): “Embora o ‘negro de elite’ se afaste dos seus ‘irmãos de cor’ e negue sua solidariedade ao ‘idealismo’ dos movimentos reivindicatórios, ele impõe ao branco, por seu modo de ser, por sua maneira de se afirmar socialmente e por seu estilo de vida, uma nova imagem do ‘preto’. Em particular, ele contribui para reduzir e, por vezes, até para anular a distância cultural existente entre os padrões de vida dos dois estoques raciais. O ‘branco’ não se choca menos – ao contrário, sente um furor particular – quando vê o seu ‘vizinho de cor’ ostentar, de modo notório e considerado acintoso, o padrão de vida inerente ao nível social a que pertence. Não encontra razões para explicar certas ‘ostentações’ e jamais consegue entender por que o ‘negro’ precisa de empregada [...]. Portanto, o ‘grã-fino negro’ desempenha a sua tarefa histórica, apesar de seu esnobismo e de sua cruel

social para atingir fins contrariados pela condição ‘racial’ dos agentes” (Fernandes, 2008b [1964], p. 379), Florestan Fernandes chega ao sóbrio diagnóstico que leva-o a combinar o novo horizonte entrevisto na sedimentação da ordem social competitiva com o padrão rígido da dominação “racial”. Vale a pena transcrever a parte em que acede a essa conclusão, apontando que a correspondência aos requisitos de uma sociedade aberta – “dentro dos limites da organização capitalista das relações de produção e da ordenação liberal-democrática das relações de poder” –, embora direcionando a uma equiparação efetiva dos grupos em presença, poderia ajustar-se (como a história moderna está repleta de exemplos) “econômica, cultural e politicamente ao monopólio do poder por determinado estoque “racial” (Fernandes, 2008b [1964], p. 401).

O estoque racial cujos membros ocupem maior número de posições estratégicas na fase de transição acaba monopolizando as oportunidades iniciais mais promissoras. Doutro lado, é típico do funcionamento normal da sociedade de classes que o domínio de posições estratégicas pelos membros de determinado estoque racial aumente, incessantemente, suas vantagens iniciais sobre os membros de outros estoques raciais. A correção gradual de ambos os efeitos só poderia ser obtida por mecanismos de mobilidade social vertical e em condições de elevação acelerada dos níveis de participação da renda, do prestígio social e do poder por todos os estoques raciais. Não se possui conhecimento de nenhuma sociedade contemporânea em que isso tenha ocorrido (Fernandes, 2008b [1964], p. 601-602n).

indiferença diante dos dilemas do ‘negro pobre’, a qual consiste em matizar a composição racial dos diferentes estratos sociais da sociedade inclusiva” (Fernandes, 2008b [1964], p. 214-215). Não se pode cobrar, outrossim, da população negra uma reação também não vista entre os demais grupos sociais em situação emergente: a troca de condição socioeconômica leva de maneira irresistível e estratégica à convivência em círculos sociais agora mais próximos e, para isso, como que *exige* o afastamento do estado social pretérito bem como de seus elementos (Fernandes, 2008b [1964], p. 227). Há, com efeito, outros padrões não menos ambíguos de ajustamento, que levavam as classes médias negras observadas por Florestan a assumir com limitadora rigidez um puritanismo de maneiras e práticas de modo a não deixar dúvidas quanto à vida social organizada que as famílias em ascensão passavam a sustentar: o fenômeno é “produto de vários fatores de instabilidade e de insegurança socioeconômicas, que agravam os efeitos arcaizadores do isolamento difuso. Não tendo logrado condições uniformes e completas para instituir em seu meio as formas sociais de vida organizada da sociedade inclusiva, o ‘negro’ procura se proteger através do puritanismo e da revitalização constante de ‘tradições aristocráticas’, que possuem funções simétricas à do comportamento duro e autoritário. Conjuram-se, assim, ajustamentos individuais que poderiam ‘rebaixar’ o nível material, cultural ou moral [...] e os riscos a que se exporiam os jovens, as mulheres ou os adultos em geral sem uma ‘polícia adequada’ dos costumes” (Fernandes, 2008b [1964], p. 205-206, 375).

Dada mais pela pletora de oportunidades da expansão econômica do que por intervenções sociais radicais, a pressão integracionista revelava sua face de manipulação sobre as impulsões igualitárias da gente negra: cabia desenvolver nesta última lealdade para com os fundamentos econômicos, jurídico-políticos e sociais da ordem (Fernandes, 2008b [1964], p. 264, 291-292, 415). Aberta ao negro nas “posições heteronômicas da pirâmide ocupacional”, a sociedade inclusiva condenava ao malogro seu protesto organizado, que operava no plano “dos requisitos *ideais* da integração e do funcionamento do regime de classes” e levava, assim, demasiadamente “longe” sua reação à pressão integracionista. O “sucesso” da democratização restritiva dava-se a ver, de igual maneira, no contágio pequenino que as organizações reivindicativas alcançavam sobre a população negra, em relações às quais as parcelas emergentes voltavam as costas, “contando com sérias razões para realizar e fundamentar semelhante opção” (Fernandes, 2008b [1964], p. 415-418; grifo nosso).

Veremos mais tarde que, apesar de Florestan ser sensível às iniquidades da sociedade competitiva, bem como aos limites desta, trabalha sempre sobre a ideia de desvios e distorções pré-modernos a obstar o pleno e esperado desenvolvimento do regime capitalista (Cf. Fernandes, 2008b [1964], p. 573). Seu pensamento, nesse ponto importante¹²⁸, é restritivo e não alcança a centralidade que as relações desiguais possuem hodiernamente, sendo mesmo orgânicas à reprodução social *moderna*; afinal, como entendemos, o racismo não se “incrusta” em novos suportes estruturais (Cf. Fernandes, 2008b [1964], p. 542-543), é mesmo, tal qual antigamente, isto é, seguindo a evolução do capitalismo, *condição* econômica *sine qua non* a sua acumulação global: na constituição de um exército de reserva e, por conseguinte, no controle rebaixado da remuneração, fenômenos associados ao monopólio branco dos mercados profissionais prestigiosos e à concentração de renda (Cf. Singer, 2012, p. 18-21, 207-208). Dissociá-lo da ordem social competitiva, a esta referido na qualidade de conteúdo cultural estranho, como que por ele degenerada, é reforçar a mistificação ideológica cara à legitimidade operacional desse sistema.

¹²⁸ Há a já indicada forte influência funcionalista ou durkheimiana (Cf. nota 107, páginas 131 e 132) e há, também, claro, a influência da “escola do patrimonialismo”, como nomeia Jessé Souza (2015, p. 128), em relação à qual, embora representando um avanço definitivo, o sociólogo paulista não logra desembaraçar-se de todo.

Antes de proceder, detalhadamente, a essa necessária crítica – a partir dela, poderemos, com Jessé Souza (2003; 2015), situar-nos frente aos dilemas sociais da contemporaneidade brasileira –, faz-se necessário completar o percurso analítico de Florestan: em *A revolução burguesa no Brasil*, escrito como resposta ao golpe militar de 1964, o travejamento político-econômico que vitima o povo pobre será melhor iluminado, aproximando-nos das estruturas da ordem social competitiva e impedindo que a incensação desta última, praticada pelo sociólogo, se desprenda da realidade.

c) *A revolução burguesa no Brasil*

Evidentemente, a revolução burguesa no Brasil não é um “episódio histórico”, tal qual o modelo europeu, e é a partir dessa constatação que Florestan Fernandes inicia o livro que marcaria sua trajetória intelectual e o alçaria a nome incontornável da crítica aos destinos inscritos na nação. A revolução burguesa brasileira é “fenômeno estrutural” (Fernandes, 2005 [1975], p. 37), correlato à superação do capitalismo comercial que, apesar de inserir o país no circuito das trocas internacionais, instrumentalizava sua capacidade produtiva, drenando as riquezas para fora (Fernandes, 2005 [1975], p. 41) segundo meios caros à época à acumulação primitiva ou originária de capital (Fernandes, 2005 [1975], p. 247, 284, 288, 315)¹²⁹.

Com a ultrapassagem do estatuto colonial, em 1822, Florestan divisa o marco histórico decisivo para a diferenciação social de tipo moderno que começava a se esboçar. A constituição de um Estado nacional, bem como todo aparato institucional necessário à empresa, internalizaria, de modo necessário, o fluxo de renda antes alheio a um “circuito de reinversão” autonômico, isto é, que não pudesse ser neutralizado caso transcendesse o controle econômico vindo de fora (Fernandes, 2005 [1975], p. 42). As coincidências históricas que antes haviam transferido a Coroa para o Brasil apenas suavizaram a secessão, reforçando seu caráter de “revolução encapuçada” (Fernandes, 2005 [1975], p. 50), embora o processo já se desencadeasse por si, com as pressões crescentes das elites nativas “esbulhadas” pela Metrópole (Fernandes, 2005 [1975], p. 52) “ou pelos países em que operavam os grupos financeiros que detinham o controle do mercado dos produtos

¹²⁹ “[E]xiste ou não uma ‘Revolução Burguesa’ no Brasil? Há uma tendência, bastante forte e generalizada, no sentido de negá-la, como se admiti-la implicasse pensar a história brasileira segundo esquemas repetitivos da história de outros povos, em particular da Europa moderna. A questão estaria mal colocada, de fato, se se pretendesse que a história do Brasil teria de ser uma repetição deformada e anacrônica da história daqueles povos. Mas não se trata disso. Trata-se, ao contrário, de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas? É dessa perspectiva que o ‘burguês’ e a ‘Revolução Burguesa’ aparecem no horizonte da análise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil” (Fernandes, 2005 [1975], p. 37).

coloniais [...] (Portugal não possuía as condições [...] para absorver com exclusividade ou domínio as vantagens de sua conquista)” (Fernandes, 2005 [1975], p. 41).

O substrato ideológico inerente a esse movimento revolucionário de emancipação dava-se a partir da absorção do liberalismo pelas elites autóctones. Mesmo que limitado a instrumento dos interesses desses grupos (Cf. Fernandes, 2005 [1975], p. 62), suas influências construtivas são evidentes, segundo Florestan, e derivam da secularização cultural que a “expansão da grande lavoura sob as condições econômicas, sociais e políticas possibilitadas pela organização de um Estado nacional” obrigava (Fernandes, 2005 [1975], p. 45). Não por acaso, o liberalismo

se propõe o problema da soberania como se existisse, de fato, uma interdependência vantajosa e consentida, resultante e corretiva, ao mesmo tempo, da especialização econômica internacional e da complementariedade da influência civilizadora das nações. No fundo, porém, apenas encobria, através de ficções toleráveis, diversas modalidades evidentes de subordinação, que não seriam suprimidas nem alteradas, fundamentalmente, com a extinção do estatuto colonial (Fernandes, 2005 [1975], p. 53).

Se essa dimensão ideológica não pode ser ignorada, sob pena de um retrato parcial e apologético, já que preparava, sob novas condições – as da ordem social nacional – o sentido heteronômico ou dependente do desenvolvimento econômico futuro (Fernandes, 2005 [1975], p. 55), é igualmente importante frisar as outras faces do fenômeno:

Os “senhores rurais” tinham de aprender [...] a pensar e a agir sobre si próprios, os negócios da coletividade e os assuntos políticos de interesse geral sem a mediação dos nexos coloniais, mas com a mesma eficácia ou sob as mesmas garantias de continuidade que as referidas nações encontravam nos nexos coloniais formais. Sob esse aspecto as categorias de pensamento inerentes ao liberalismo preenchiam uma função clara: cabia-lhes suscitar e ordenar, a partir de dentro e espontaneamente, através do estatuto nacional, mecanismos econômicos, sociais e políticos que produzissem efeitos equivalentes aos que eram atingidos antes, a partir de fora e compulsoriamente, através do estatuto colonial (Fernandes, 2005 [1975], p. 54).

A internalização dos centros de decisão, a nativização dos círculos dominantes (Fernandes, 2005 [1975], p. 53), bem como todos os “processos de modernização decorrentes, primeiro, da extinção do estatuto colonial e, depois, da desagregação lenta e heterogênea, mas progressiva, da própria ordem colonial” – pensemos no crescimento do comércio e, de modo característico, na “formação de uma rede de serviços inicialmente ligada à organização de um Estado nacional mas, em seguida, fortemente condicionada pelo desenvolvimento urbano” (Fernandes, 2005 [1975], p. 35) – foram *informados* pelas concepções gerais e a filosofia política que acabaram por transformar radicalmente o horizonte cultural das elites condutoras. Não por conta de uma importação postíça do ideário prestigioso e estranho ao modo de produção vigente no Brasil – forma de pensar originadora das diversas variações dualistas que operam a disjunção estanque do que é comum: como nos alerta Maria Sylvia de Carvalho Franco, ainda focando a situação prévia a 1822:

colônia e metrópole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo *interno* de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução. Uma e outra são desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista, mas carregam ambas, em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações. Assim, a produção e a circulação de ideias só podem ser concebidas como internacionalmente determinadas mas com o capitalismo pensado na forma indicada, sem a dissociação analítica de suas partes (Carvalho Franco, 1976, p. 62; grifo no original).

A “criação de um substrato material para o funcionamento do Estado” e as “primeiras manifestações da emergência de uma economia integrada nacionalmente” (Fernandes, 2005 [1975], p. 83)¹³⁰ quebram a homogeneidade da aristocracia agrária e

¹³⁰ Nas palavras do sociólogo paulista, “o Estado assumiu vários encargos importantes, que visavam garantir continuidade de mão de obra escrava, estabelecimento de meios de comunicação e de transporte, criação de serviços públicos, fixação de colônias etc., que visavam diretamente a gestação das estruturas econômicas requeridas por uma sociedade nacional. Muitas vezes, tais encargos encontravam apoio e incentivo em pressões de tipo estamental. Com frequência, porém, eles nasciam de designios independentes, voltados para a necessidade de organizar e expandir a economia de mercado, de aumentar ou diferenciar a produção e corrigir a dependência econômica em relação ao exterior” (Fernandes, 2005 [1975], p. 93). Apesar da “crônica escassez de recursos, das limitações e inconsistências do poder público, das interferências internas ou externas”, do fenômeno se extraem “as primeiras tentativas deliberadas de

estabelecem pressões sobre a divisão do trabalho “em escala local, regional ou nacional” (Fernandes, 2005 [1975], p. 45). Os agentes econômicos da nova ordem, que constituem sua sociedade civil – negociantes a varejo e atacado, funcionários públicos, banqueiros, empresários das indústrias nascentes de bens de consumo, artesãos e “toda uma massa amorfa de pessoas em busca de ocupações assalariadas” (Fernandes, 2005 [1975], p. 45) –, afirmam, com crescente liberdade, e contra o tradicionalismo pregresso, o sentido dinâmico das polarizações ideológicas e utópicas liberais. Estão ligados à “criação e expansão de estruturas administrativas, jurídicas e políticas de extensão nacional” (Fernandes, 2005 [1975], p. 64), complementadas ou suplementadas por instituições extrapolíticas, da rede dos serviços aos bancos, prementes desde a Abertura dos Portos e da expansão econômica aí contida.

A tais instituições corresponde uma pressão intensa e contínua (em termos relativos) sobre as ocupações qualificadas e as profissões liberais, que não encontravam antes condições favoráveis para se diferenciarem e expandirem. [...] Uma parte da sociedade global destaca-se, nitidamente, das estruturas tradicionais preexistentes e passa a funcionar, também nitidamente, como o seu “setor livre” e a única esfera na qual a “livre competição” podia alcançar alguma vigência (Fernandes, 2005 [1975], p. 68).

Mesmo sob a persistência da escravidão e seus influxos socioeconômicos adversos, estavam traçadas as novas diretrizes contratuais que se impunham devido à posição brasileira refundida no sistema capitalista internacional (Fernandes, 2005 [1975], p. 68). Aos imperativos de “depuração das relações econômicas no nível da economia mundial” – impunha-se “eliminar as alíquotas que cabiam à Metrópole, a seus prepostos e agentes [...] na mercantilização dos produtos tropicais [...], as quais os oneravam desnecessariamente, em particular nos termos do comércio dos novos centros hegemônicos” (Fernandes, 2005 [1975], p. 95): racionalização comercial que doravante presidiria o neocolonialismo –, correspondiam os ainda toscos, mas progressivamente relevantes, móveis capitalistas que a diferenciação econômica para fins internos também acionava, como o “intercruzamento entre a expansão da economia urbana e a expansão

usar meios políticos para acelerar, diferenciar ou orientar o crescimento econômico e para dotar a sociedade nacional de um substrato econômico suficientemente integrado para garantir sua unidade ou independência políticas” (Fernandes, 2005 [1975], p. 93-94).

da produção rural destinada ao consumo interno” passava a atestar (Fernandes, 2005 [1975], p. 103). Vale a pena transcrever a primeira das sínteses de Florestan no que diz respeito às implicações socioeconômicas da Independência:

Todos esses elementos configuravam o “espírito burguês” nascente, antípoda da mentalidade aristocrático-senhorial e de sua incapacidade de vitalizar socialmente os papéis econômicos essenciais à própria autonomia econômica da aristocracia agrária. Até o “senhor rural”, ao projetar-se na vida econômica das cidades, viu-se engolfado e seduzido por esse “espírito burguês”. Para realizar-se economicamente, através das oportunidades econômicas oferecidas pelo “setor novo”, teve de desvincular-se variavelmente do *status* senhorial e, com frequência, de aceitar ou pôr em prática procedimentos que contrariavam a “ética estamental”. O liberalismo não escapava, em tal setor, de deformações inevitáveis – algumas decorrentes da inserção da burguesia emergente em uma sociedade de castas e estamentos; outras nascidas da estrutura colonial da economia. Mas deitava raízes no fulcro das atividades econômicas e dos papéis que as coordenavam socialmente, afirmando-se aberta, direta e autenticamente como liberalismo econômico (Fernandes, 2005 [1975], p. 108).

Para Florestan Fernandes, era nesse sentido que a nova polarização ideológica e legal “se constituía em força econômica e operava como tal, dinamizando o tênue segmento competitivo de uma economia urbana *in status nascendi*, montada sobre o topo de um sistema [...] agrário, escravista e dependente” (Fernandes, 2005 [1975], p. 108). O movimento abolicionista, comandado e dirigido, quando influente, pelos rebentos brancos desse setor atualizado (ainda que inevitável e controversamente presos a compromissos “envelhecidos”), não tardaria a ganhar musculatura e refugar o atraso¹³¹.

A formação e a aplicação do excedente econômico em bases relativamente independentes, surgidas quando da instauração da autonomia política, consolidam-se sob o desenvolvimento urbano, que passa a vincular a produção agrícola, artesanal ou

¹³¹ Florestan Fernandes, que retoma em *A revolução burguesa no Brasil* o exemplo paulista, destaca o tipo social do fazendeiro de café: colhido “na rede das pressões que o mercado externo exercia sobre os custos sociais da grande lavoura escravista”, irá converter seu “domínio” em “*plantação tropical moderna*” (Fernandes, 2005 [1975], p. 129-130; grifos no original). Desembaraçado de modo progressivo do *status* senhorial, é levado a compartilhar com o imigrante do *destino burguês*, o que uniria na *auri sacra fames* característica deste último os dois polos antes opostos, segundo a impregnação weberiana particularmente destacada nesse ponto em que o sociólogo define os dois tipos como “construtores pioneiros do *Brasil moderno*” (Fernandes, 2005 [1975], p. 129-175, grifos no original).

manufatureira ao consumo interno e o excedente econômico à dinamização, diferenciação e autonomização desse mercado (Fernandes, 2005 [1975], p. 94, 112). A economia nacional seguiria articulada a sua especialização no cenário internacional, mas as composições estavam já refeitas, segundo a importância potencialmente relevante das internalizações desenvolvimentistas: vemos, nesse ponto, a absorção de capitais, técnicas, instituições e agentes econômicos procedentes do exterior (Fernandes, 2005 [1975], p. 126-127).

Contudo, seria preciso frisar, tanto quanto o papel do imigrante –

principal agente [...] da primeira tendência definida e consistente de substituição das importações, um agente econômico privilegiado nas fases iniciais de concentração do capital industrial e o herói da industrialização, a segunda transformação que tornou a Revolução Burguesa uma realidade histórica no Brasil (Fernandes, 2005 [1975], p. 161, 479-480n)

– que o desenvolvimento, de cuja potenciação-limite ele participara, lançara suas raízes “no excedente econômico capturado pela grande lavoura exportadora” e sua escravaria (Fernandes, 2005 [1975], p. 144-146).

Florestan deter-se-á longamente sobre esse escorço típico-ideal – do “senhor” ao “fazendeiro de café”, do “imigrante” ao “industrial” –¹³², num movimento analítico que busca dar a real importância dos destinos humanos no desenho do papel histórico que coube ao Brasil desempenhar. Ao lado de *A integração do negro na sociedade de classes* – do “escravo” ao “liberto” –, completa a miríade sociológica de luta nem sempre inercial

¹³² O “escorço” só pode ser “longo” e, todavia, continuar a ser *escorço* porque é congênita à caracterização típica-ideal, como vimos, a *redução* da complexidade de variáveis que a impossibilitaria. É o mesmo Florestan quem indica o problema de método – quanto aos imigrantes, afere claramente que sua maioria está “condenada” ao colonato permanente ou à proletarização (Fernandes, 2005 [1975], p. 159) –, mas prefere segui-lo ainda assim, atido à importância maior das “tendências nucleares básicas” inalteradas (Fernandes, 2005 [1975], 479-480n). As variações da situação humana dos imigrantes – em função de seu ponto de partida (patrimônio tecnológico) e de chegada (ausência ou presença de dinamismo econômico à altura da necessidade absorviva *mais* interação com estoques raciais já assentados), são objeto de pesquisa apurada de Octavio Ianni em *Raças e classes sociais no Brasil* (1972 [1970]), em que há, por exemplo, importante estudo sobre a situação dos poloneses, chamados, em Curitiba, depreciativamente, de “polacos”. De poloneses a *polacos*: eis aí um itinerário e tanto de estudo, assumido por Ianni sem reduções comprometedoras (Cf. Ianni, 1972 [1970], p. 169-198, 238-240).

em que favorecimentos ou desfavorecimentos conjecturais alçam agentes ao risco de uma autodeterminação meramente ilusória (ou à candura da “autodeterminação” ostentada).

Tais “matrizes” humanas farão e enfrentarão três grandes fases históricas do capitalismo à brasileira. Esquemáticamente, conformam-se da seguinte maneira, até 1975: 1) o “capitalismo moderno”: da Abertura dos Portos até meados do século XIX, referenciado pelas evidências da crise irreversível do sistema de produção escravista; 2) o “capitalismo competitivo”: do último quartel do século XIX até a década de 1950, caracterizando-se pela consolidação da economia urbano-comercial e pela primeira transição industrial; 3) o “capitalismo monopolista”: singulariza-se

pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista). Embora as tendências para essa evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 1950 e só adquire caráter estrutural posteriormente à “Revolução de 1964” (Fernandes, 2005 [1975], p. 264).

Como as duas primeiras fases estão suficientemente delineadas pelas discussões acima, tanto da inserção negra no novo regime de classes, quanto do aparato urbano-industrial que irá refletir-se nas reformulações ideológicas e axiológicas das elites econômicas e intelectuais (e as pugnas disparadas pela modernização universitária compõem o conjunto), seria prudente que a discussão se voltasse com mais fôlego, nesse ponto, para o último dos momentos identificados por Florestan. É dele, ademais, que se erguerá o “modelo autocrático-burguês de transformação capitalista”, nos termos do sociólogo, numa “contrarrevolução prolongada”, podemos afirmar, até os dias de hoje.

No caso brasileiro, a burguesia se moldou sob o tipo de capitalismo competitivo que nasceu da confluência da economia de exportação (de origens coloniais e neocoloniais) com a expansão do mercado interno e da produção industrial para esse mercado (realidades posteriores à emancipação política e condicionantes de nossa devastadora “revolução urbano-comercial”). No entanto, a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições, que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Em consequência, o caráter

autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se (processo que, sem dúvida, continuará, mesmo que encontre formas eficientes de dissimulação) (Fernandes, 2005 [1975], p. 258).

A análise soa como “profecia” nesta segunda década do século XXI, ajudando na desmistificação do pacto “gradualista” que governos sociais-democráticos ostentaram para manter de pé a Nova República (1985-2016).

A crise do poder burguês no Brasil, que leva à necessidade do garante militar em 1964, prefigura-se depois da década de 1930, sob tripla pressão: 1) “num crescendo avassalador”, segundo Florestan (2005 [1975], p. 254), o capitalismo monopolista mundial ameaça interesses econômicos internos e põe em causa “a própria base material de poder de certos setores da burguesia brasileira”. A aliança era o caminho a seguir sob tamanha artilharia; não obstante, poderia ser feita em “nova posição de força e de barganha” (Fernandes, 2005 [1975], p. 255), concernente, de igual maneira, às garantias que o capital estrangeiro demandava a fim de reproduzir-se em solo pacificado; 2) a pressão do proletariado e das massas populares, órfãos da revolução nacional e democrática que a própria dominação burguesa – e sua ideologia – prometera¹³³. A burguesia ficava exposta, assim, à “iminência de aceitar um novo *pacto social*” (Fernandes, 2005 [1975], p. 254-255; grifos no original), e seus círculos conservadores influentes, em pânico, insensibilizavam-se quanto ao fato de que tal pressão “não era propriamente incompatível com a ‘continuidade do sistema’”; 3) a constrição derivada das “proporções assumidas pela intervenção direta do Estado na esfera econômica”. Florestan (2005 [1975], p. 255) nos lembra que embora tal intervenção fosse orgânica às

¹³³ Reproduzo um dos trechos em que Florestan aborda as esperanças no “ideal de uma revolução nacional democrático-burguesa” (Fernandes, 2005 [1975], p. 257): “Parecia (especialmente à burguesia e aos que aceitavam o paradigma de uma evolução gradual e linear) que essa transição [do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista] (predominantemente representada como uma passagem irreversível do capitalismo comercial para o capitalismo industrial) iria desenrolar-se segundo um modelo que se supunha universal: as forças acumuladas sob o capitalismo competitivo seriam suficientes tanto para a autonomização do desenvolvimento capitalista interno, quanto para conferir à *burguesia nacional* (através de e com base no seu setor industrial) uma forte orientação democrática nacionalista. Essa ilusão não só fazia parte da ideologia burguesa, tal como ela se constituía na junção da oligarquia com os novos rebentos das altas finanças, do alto comércio e da indústria. Ela era perfilhada pelo radicalismo pequeno-burguês, em suas várias ramificações (e, em certo sentido, o seu principal propagador); e impregnava, de várias maneiras, as concepções táticas das diversas correntes do pensamento propriamente revolucionário na esquerda (dos anarco-sindicalistas e socialistas aos comunistas) (Fernandes, 2005 [1975], p. 252-253; grifos no original).

condições de um capitalismo dependente e subdesenvolvido, seu caráter supletivo parecia cada vez mais diluído, alçando-se a um peso ameaçador no cálculo da iniciativa privada interna e externa¹³⁴.

Se é certo que o nível de abstração das exposições de Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil* incomoda – a “narrativa de mecanismos estruturais” não encontra, como sublinha Jessé Souza (2003, p. 135-136), ênfase concomitante no “aspecto da ação social”, aquele capaz de conferir “sangue e carne” à primeira –, por outro lado, não deixam de guardar sínteses precisas de todo um período. Em nosso caso, de resto, poderão facilmente ser divisadas nas poéticas estudadas a seguir, bem como nas figurações decorrentes. Cumpre também destacar, ainda aqui, sua complementariedade com *A integração do negro na sociedade de classes*, como que a corrigir tais limitações.

Retomando a discussão: a crise da burguesia, e sua necessidade de buscar um reposicionamento frente ao imperialismo, *culmina* no golpe civil-militar de 1964 e nas duas décadas de ditadura “institucional”: doravante, a composição com o capital internacional, ainda na condição de minoridade societária (Cf. Cardoso, 1964, p. 186-187; Fernandes, 2005 [1975], p. 257), será feita com “maior controle da situação interna” (Fernandes, 2005 [1975], p. 255).

O roteiro é conhecido, mas nem por isso deve deixar de ser fixado: a penetração das grandes corporações assume o “controle parcial mas em intensidade da exploração e da comercialização [...] das matérias-primas, da produção industrial para o mercado interno, do comércio interno, das atividades financeiras etc.”, operando não raro de formas ultradestrutivas nas economias periféricas como um todo, as quais careciam de mecanismos reativos de autodefesa (Fernandes, 2005 [1975], p. 295-296, 300-302). No Brasil, a implantação segmentar, que drena para fora as matérias-primas e o excedente econômico, logo (na década de 1950) passa, através da alocação vultosa de recursos, do deslocamento empresarial correspondente e da “decisão interna” de facilitação de ambos os movimentos, a incorporar o país como um dos polos dinâmicos do capitalismo

¹³⁴ Para o sociólogo (Fernandes, 2005 [1975], p. 254-255), “os riscos potenciais de um deslocamento econômico e mesmo político da iniciativa privada configuravam-se como algo inquietador para os ‘círculos conservadores influentes’. A experiência ensinava-lhes que o controle do Estado surgia como a única real garantia de autoproteção para o predatório privatismo existente.”

monopolista internacional, isto é, este irradia-se, agora, também a partir de dentro (Fernandes, 2005 [1975], p. 299-302).

De fontes essenciais de matérias-primas para o desenvolvimento das economias centrais, a mercados atrativos e, por fim, mas não menos importante, politicamente estratégicos na luta capitalista contra o socialismo emergente – vejam-se os casos da revolução chinesa e da revolução cubana, apenas para dois exemplos de óbices à expansão capitalista –, o que estava em jogo na periferia do mundo, depois da crise de 1929 e antes e depois da Segunda Guerra Mundial, levou-a a sua incorporação devastadora às nações hegemônicas e centrais, algo que Florestan (2005 [1975], p. 296-297) reputa mesmo sem paralelos na história pregressa da modernidade¹³⁵.

Ainda estão para ser qualificados os efeitos da erosão da competitividade e da submissão da parte mais dinâmica da economia brasileira ao monopolismo, não sendo tal qualificação dos principais méritos do livro de Florestan. A força que o movimento atinge sob o governo Kubitschek sedimenta-se, no pós-64, com grande intensidade, e também ingenuidade (Fernandes, 2005 [1975], p. 301), na direção de suas condições estruturais e dinâmicas de operação: ao passo que a dominação burguesa restaurada arma-se autodefensivamente para enfrentar a transição para o “padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista”, suas duas frentes de imposição, privada e estatal:

ganham segurança suficiente para revolucionar o espaço econômico interno, com liberdade de ação quase total, podendo implementar medidas estratégicas de política econômica e medidas econômicas instrumentais (relacionadas com a criação de uma infraestrutura e de um novo complexo institucional para o sistema econômico como um todo), através das quais procuravam adaptar a ordem econômica emergente não às exigências das grandes corporações apenas, mas aos requisitos estruturais e dinâmicos do padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista. Se tudo ficasse, pura e simplesmente, ao arbítrio das grandes corporações e dos interesses econômicos ou políticos das nações hegemônicas, burguesia e Estado nacional perderiam, ao mesmo tempo, os anéis e os dedos. Estariam

¹³⁵ Tal incorporação, bem dita, “não se fazia à economia capitalista central, mas ao *império econômico* das grandes corporações envolvidas. Isso tinha as suas vantagens políticas e diplomáticas, já que as nações hegemônicas não precisavam arcar com os ônus decorrentes de semelhante técnica de ‘expansão econômica’, embora servissem como seu polo de sustentação econômica, cultural e política e monopolizassem as vantagens dela decorrentes” (Fernandes, 2005 [1975], p. 295-296; grifos no original).

trabalhando não por uma nova transição econômica dentro do capitalismo, passível pelo menos de controle político interno, porém por uma reversão colonial ou neocolonial insofrecível (Fernandes, 2005 [1975], p. 303).

O Estado brasileiro, refletindo historicamente as classes que o constituem e o controlam (Fernandes, 2005 [1975], p. 306, 311) – e essa não é, bem lembrada, uma característica exclusiva de países periféricos –, proscreeve repressivamente o conflito de classes (Fernandes, 2005 [1975], p. 322-323), numa sorte de atuação que dissociará o desenvolvimento capitalista da democracia (Fernandes, 2005 [1975], p. 340, 402). Para além das consequências políticas imediatas – o Estado deixa de “proteger a articulação política de classes desiguais”, pois passa a suprimir qualquer necessidade nesse sentido (Fernandes, 2005 [1975], p. 400) –, tratava-se de uma técnica de expropriação econômica de profundo efeito: ou medidas dissimuladas – Florestan (2005 [1975], p. 322) cita a manipulação da inflação, “de deflatores, que beneficiavam os ‘investidores’, de operações fiscais e financeiras ou de isenções fiscais e privilégios de diversas categorias projetados com esse fito, confisco cambial etc.” –, ou escancaradas – o sociólogo refere-se à “depressão sistemática dos salários das classes trabalhadoras urbanas”, ao “acordo entre cavalheiros’ que sempre deixavam as oscilações dos preços entregues à ganância especulativa de produtores e intermediários”, à “revigoração da relutância a estender os critérios de mercado ao trabalho no campo ou a certos tipos de trabalho urbano”, aos “bloqueios à reforma agrária” e às demais determinações correlatas que o autor identifica à competência mesma de “criar fontes de acumulação originária de capital” (Fernandes, 2005 [1975], p. 322).

A extrema concentração social de riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico, a persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão do valor do trabalho assalariado compõem a “articulação interna” da economia brasileira – isto é, de seu desenvolvimento assimétrico¹³⁶ –, *funcional*, em termos de requisitos da acumulação capitalista e de sua intensificação, à articulação econômica

¹³⁶ Seria necessário elencar outros fenômenos correlatos: “compressão do direito de greve e de protesto operário; depressão dos níveis de aspiração educacional das ‘classes baixas’ e compressão das ‘oportunidades de educação democrática’; depressão dos direitos civis e dos direitos políticos, e compressão política e policial-militar” (Fernandes, 2005 [1975], p. 398).

externa de nosso país frente à dominação imperialista (Cf. Fernandes, 2005 [1975], p. 315):

o capitalismo monopolista terá de adaptar-se para coexistir com uma variedade de formas econômicas persistentes, algumas capitalistas, outras extracapitalistas. Não poderá eliminá-las por completo, pela simples razão de que elas são funcionais para o êxito do padrão capitalista-monopolista de desenvolvimento econômico na periferia. Em outras palavras, para se aninhar e crescer nas economias [...] periféricas esse padrão de desenvolvimento [...] tem de satelitizar formas econômicas variavelmente “modernas”, “antigas” e “arcaicas”, que persistiram ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da fase neocolonial e da economia colonial. Tais formas econômicas operam [...] como fontes de acumulação originária de capital. Delas são extraídos, portanto, parte do excedente [...] que financia a modernização econômica, tecnológica e institucional requerida pela irrupção do capitalismo monopolista, e outros recursos materiais ou humanos, sem os quais essa modernização seria inconcebível (Fernandes, 2005 [1975], p. 314-315).

Portanto, em termos de compromissos com a heteronomia interna e externa, o Brasil, sob o capital monopolista, tem ainda mais “envenenado” (Fernandes, 2005 [1975], p. 317) o esquema de “dupla articulação” que o sociólogo paulista utilizara (Cf. Fernandes, 2005 [1975], p. 283) para dar conta do movimento e da organicidade próprios a este *enlace*¹³⁷.

A *selvageria*, descoberta na “vida suntuosa de ricas e poderosas minorias burguesas”, bem como no “florescimento econômico de algumas nações imperialistas também ricas e poderosas” (Fernandes, 2005 [1975], p. 353), “imola” as pressões igualitárias/integrativas e mesmo subversivas – estas últimas favorecidas, de modo paradoxal, pelo regime autocrático – do proletariado e das classes médias em ascensão¹³⁸,

¹³⁷ O fato do livro de Florestan, publicado pouco depois da *Crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira, assumir o fenômeno da dupla articulação na economia brasileira, não leva o autor a tirar daí suas máximas consequências. O sociólogo insiste nas várias dualidades – veja-se a caracterização, já por nós contestada, de formas econômicas “residuais” e/ou “extracapitalistas” – que, *no limite*, levam a idealizar a transformação capitalista central e hegemônica como padrão a ser alcançado pela periferia, além de localizar o Brasil colonial e neocolonial – certas formas econômicas, que sejam – *fora* do capitalismo. Voltaremos posteriormente a essa discussão.

¹³⁸ Até aquele momento (década de 1970), sublinha Florestan (2005 [1975], p. 331), o crescimento dos estratos intermediários derivava ou da decadência de frações do topo da pirâmide social ou de “elementos quase sempre extraídos das correntes imigratórias”, cultural, social e politicamente “identificados com as classes altas e com seus móveis de dominação”. A partir de então, crescerá a potencialidade revolucionária

e também do radicalismo burguês em geral, e da “demagogia populista” em particular, dirigidos e tutelados “por setores burgueses mais ou menos ‘esclarecidos’ e mais ou menos ‘rebeldes” (Fernandes, 2005 [1975], p. 376-377). Tal operação em “circuito fechado” impede o desenvolvimento capitalista de adquirir “facetas” nacionais, democráticas e reformistas, como queria nosso autor (Cf. Fernandes, 2005 [1975], p. 328, 376), e oferece às demandas sociais a *identificação* como caminho mais prudente: o deslocamento (e/ou fracionamento) de interesses burgueses dominantes tem seu impacto amortecido, e a “unidade no bloco de classe” (tida por necessária) é “fonte de inibições quanto às possibilidades de diferenciação, intensificação e autonomização progressiva do desenvolvimento [...] interno” (Fernandes, 2005 [1975], p. 353-358).

De revolução burguesa passamos à contrarrevolução prolongada, uma vez que essa classe rompe com as tradições republicanas, bem como com os ideais e utopias caros a estas (Fernandes, 2005 [1975], p. 361), na “aceleração” histórica que buscava. Escusado dizer que será também colhida em tal processo, “envenenada”, por dentro, pelas contradições de classe teimosas em subir sempre a sua esfera. Para Florestan (2005 [1975], p. 386; grifos no original): “essa situação histórico-social, psicológica e política empobrece e limita o consenso burguês, que se fecha sobre si mesmo, quando posto em confronto com *desafios históricos* concretos.” Malgrado, mais uma vez, a sorte de idealização do padrão democrático-burguês “clássico” contida nessas palavras, são ponto de partida preciso para análise do fenômeno imigratório contemporâneo: os reflexos neocoloniais que teimam em chegar às costas europeias ou ao continente norte-americano atestam a mesquinhez de quem se vê traído na própria riqueza; levam além: a reedição eleitoral fascista nos Estados Unidos (Donald Trump) e em alguns países da Europa (o caso francês, aqui, é o mais emblemático, em que os Le Pen despontam com influência inaudita) sela o suporte político da reação.

No término de seu livro, o Florestan Fernandes dos anos 1970, ao fazer um balanço da ditadura até aquele ponto, conclui que esta entrara “em fase de esvaziamento”,

desse segmento da sociedade, uma vez que a seleção de candidatos à mobilidade passa a incluir “uma forte massa de elementos genuinamente pobres”, portanto aptos a submeter a ideologia da ascensão à severa crítica. Este é o caso, vale dizer, do próprio Florestan Fernandes. Em nosso *corpus*, o autor de *Guia afetivo da periferia* enquadra-se de igual maneira nessa corrente histórica. No entanto, como veremos por ocasião do tópico 3.3, a elaboração da experiência ascensional, não deixando de ser crítica, perfaz caminho singular, que vale a pena ser conferido à luz das presentes discussões.

já que, sob industrialização intensiva e dispersão dos interesses outrora aglutinados, o reacionarismo, compatível com o temor de classe no clímax da crise do poder burguês, não mais se ajustaria à “racionalidade da transformação capitalista” (Fernandes, 2005 [1975], p. 419). O autor é esperançoso, ademais, com “a rápida diferenciação” e o “enorme crescimento” das classes médias – os “privilegiados de segunda grandeza” –: acredita que a “abertura” do regime autocrático em curso à época, sob o signo da “democracia de cooptação”, não seria capaz de atender às expectativas emergentes; afinal, em nações capitalistas pobres, a concentração de riqueza é tamanha que não há excedente bastante à compra de alianças e lealdades (Fernandes, 2005 [1975], p. 416, 422-424). Se acerta no tempo contado do regime autocrático-burguês, Florestan Fernandes erra ao apontar a inelasticidade do regime de cooptação em que a ditadura se transformara para conter os interesses influentes cada vez mais variados a fustigar o consenso. A sociedade civil que compunha o golpe militar, isto é, os “cidadãos válidos” (Fernandes, 2005 [1975], p. 404) da República, “adere” à redemocratização e, novamente, estará apta a sequestrar a ordem legal ou formal da nação renovada, impedindo que a Segunda Abolição se dê efetivamente. É que, longe de serem resíduos arcaicos obstando o desenvolvimento capitalista da periferia, a invalidade de direitos civis e políticos a abranger a base da pirâmide social mostrou-se *permanente*, como nota com acuidade Jessé Souza (2015, p. 136-137), sem qualquer “correção” à vista; aliás, tal qual revela a indicação de Francisco de Oliveira (2003 [1972], p. 32) compulsada mais acima¹³⁹, é possível divisar o fenômeno do “atraso” mesmo nas economias centrais ditas “avançadas” – localizá-lo apenas no Brasil e seus congêneres seria reduzir a discussão à ótica da escola patrimonialista e seu complexo de inferioridade (Cf. Souza, 2015, p. 23-37). O processo, de igual maneira, é mais basilar: tem autonomia (relativa) frente às cooptações políticas (e econômicas) de diferentes matizes no espectro institucional-partidário. Com esses pressupostos a esclarecer, podemos passar ao último tópico deste capítulo, em que tentaremos desvendar as questões prementes da contemporaneidade desigual no Brasil.

¹³⁹ Cf. nota 99 do tópico 2.1, nas páginas 123 e 124.

2.3 – Disposição contemporânea da desigualdade social no Brasil

A desigualdade social brasileira tem autonomia relativa frente às cooptações políticas e econômicas devido a seu caráter crônico a estruturar as relações sociais no país; em outras palavras: independe dos regimes cooptativos – quaisquer que sejam, privados-publicitários e/ou políticos-institucionais –, porque está aquém de suas raízes, sendo, portanto, fenômeno mais básico e (auto)determinante. Este último é ponto de chegada das indagações propostas pelo sociólogo Jessé Souza em suas pesquisas (Cf. Souza, 2000; 2003; 2006; 2009; 2012 [2010]; 2015). Sob método bourdieusiano, Souza intenta seguir a radiografia que Florestan Fernandes desenvolvera em *A integração do negro na sociedade de classes*. Assume que o mestre paulista estava às voltas com a reprodução negra de um “*habitus* precário”, e é a partir dessa constatação – presente em *A construção social da subcidadania* (Souza, 2003, p. 158) – que elaborará tanto *A ralé brasileira*, de 2009, quanto *Os batalhadores brasileiros*, de 2010/2012, trabalhos de estofa empírico nos quais atestava-se a “eternização” dos resultados colhidos por Florestan. Baseados em uma teoria de classes de abrangência ampla – em que não apenas as flutuações de renda definem fronteiras sociais no capitalismo¹⁴⁰ –, será dos primeiros intelectuais (à esquerda) a contestar a versão oficial triunfalista que nomeava os emergentes dos governos petistas como “nova classe média” (Cf. Neri, 2010; 2012). É à desconstrução desse mito que procederá propondo nomenclatura provocativa correlata (“ralé”, “batalhadores”, “classes do privilégio” – a classe média tradicional – e, por fim, “endinheirados”).

A relevância do trabalho do ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (2015-2016) se dá justamente na recusa às facilidades de corrente oferecidas pelos sopros econômicos positivos da primeira década do século no Brasil. Afinal, voltava-se – também nos livros puramente teóricos, como *A modernização seletiva* (2000), *A construção social da subcidadania* (2003) e *A tolice da inteligência brasileira* (2015) – às resistências a qualquer política redistributiva (seja ela gradual e conservadora, como no lulismo [V. Singer, 2012], seja fiscalmente radical) no tocante

¹⁴⁰ Para a teoria das classes sociais assumida por Jessé Souza, ver o tópico 1.3 deste trabalho.

tanto a seus beneficiários diretos quanto às relações de classes tendentes a robustecer as variáveis negativas da equação.

É a teoria dos capitais – econômico, cultural e social – do mestre francês (“talvez tão grande quanto Max Weber” [Souza, 2015, p. 161]) que permitirá a Jessé a identificação de um déficit secular na estruturação psicossocial das classes populares brasileiras. A carência massiva de capital cultural condena boa parte dessa população ao subemprego, ao mesmo tempo que, caso suprida minimamente por políticas públicas estruturantes, permite a ascensão de uma nova classe trabalhadora (os “batalhadores” na terminologia cunhada pelo autor), advinda em boa parte dos setores que seriam a “elite da ‘ralé’” (Souza, 2015, p. 211). Ao enfatizar o patrimônio cultural, o sociólogo – em conjunção com os resultados colhidos em seu trabalho empíricos – percorre os contornos do “círculo de ferro” referido por Florestan. Retira o foco da variável econômica, de vulgar reprodução, e também do capital social, diretamente tributário dos patrimônios culturais e econômicos e, portanto, secundário à análise. Quanto a essa última questão, é preciso abrir um parêntese, já que é fulcro da ideologia conservadora pregada diuturnamente nos órgãos comunicacionais oligopolizados. Para a convenção conservadora do atual estágio da reprodução social no Brasil, os resultados das análises do “patrimonialismo” nacional caem como luva. Permitem rebaixar ou simplesmente suprimir as discussões elementares de combate à desigualdade social e propositivas quanto à redistribuição democrática de poder. Aquelas análises, como vimos, estão embasadas na centralidade do tráfico pessoal nas esferas públicas, em contraposição à neutralidade e isenção projetadas no privatismo e nas potências capitalistas. Ao localizarem o capital social dos agentes de poder como principal fator na equação dos problemas brasileiros, manipulam seus receptores com a comédia plana da corrupção, elevada à tragédia primeira e principal dos trópicos¹⁴¹.

Como sem “conhecimento útil” não existe fisco nem administração da Justiça no Estado, nem inovação técnica ou qualquer serviço especializado no

¹⁴¹ A efetividade ideológica da prática está comprovada: Cf. Figueiredo, Janaína. “Latinobarômetro: corrupção aparece pela 1ª vez como principal preocupação para Brasil, diz pesquisa”. Matéria veiculada pelo jornal *O Globo* em 27 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/latinobarometro-corrupcao-aparece-pela-1-vez-como-principal-preocupacao-para-brasil-diz-pesquisa-21999964>>. Consulta em 27 out. 2017.

mercado, as classes sociais detentoras de “capital cultural valorizado” ocuparão, juntamente com as classes que monopolizam o capital econômico, todas as funções “superiores” na sociedade. São essas funções que possibilitam o acesso privilegiado não só a bens materiais [...], mas também a bens simbólicos [...].

Mais ainda. São esses capitais impessoais que “pré-decidem” também quem vai ter ou não acesso ao terceiro capital fundamental da vida de todos nós: o “capital social”, ou, na linguagem de [Roberto] DaMatta, o “jeitinho”, o acesso a relações poderosas¹⁴². O leitor não conhece, certamente, quem quer que tenha acesso a “relações poderosas” sem que seja detentor de capital econômico e/ou cultural (Souza, 2015, p. 86).

Para fugir ao embuste, não seria, de fato, fácil: além de uma dissociação crítica ao capital – assumindo, então, a corrupção sistêmica que esse regime do dinheiro alastra em todos os países aderentes (Souza, 2015, p. 88) –, impor-se-ia sobre emissores ou mediadores, tanto intelectuais quanto jornalistas prestigiados, que combatessem a si mesmos, como classe.

A questão aqui seria perceber por que as classes do “espírito”, as classes médias verdadeiras que se apropriam de capital cultural por meio de privilégios nunca tematizados em abordagens conservadoras, são percebidas como superiores às classes do “corpo”, que possuem incorporação mínima de capital cultural. São os capitais impessoais, como o capital cultural e sua apropriação por meio de privilégios injustos que se eternizam no tempo, que condenam à desclassificação social e à miséria tantos brasileiros que se tornam obrigados a vender a força de trabalho por preço pífio. A classe média verdadeira se apropria de capital cultural valorizado ao “comprar” o tempo de estudo dos filhos que podem, ao contrário das classes populares, se dedicar apenas ao estudo. Esse tempo precioso, por sua vez, é literalmente “roubado” dos nossos excluídos, que faxinam, fazem a comida e cuidam das casas de classe média, poupando-lhe o tempo precioso que pode ser reinvestido a fim de reproduzir de modo ainda mais profundo seus privilégios de nascimento (Souza, 2015, p. 87).

A tarefa, bem vista, é das mais dolorosas: o verdadeiro “corte na carne” que noticiários enviesados querem ver no corte de serviços públicos. Será, contudo, no campo literário,

¹⁴² Para todos os efeitos, vimos que DaMatta segue a linha “crítica” da escola patrimonialista, capitaneada por Sérgio Buarque. Ao contrário de Freyre, não há incensação do personalismo brasileiro. Cf. tópico 2.1.

levado à especialização autorreflexiva quase sempre *apenas* interna à “língua” literária, o único modo de escapar à autoria narcísica – chapada como no espelho – em país desigual. No âmbito mais amplo das lutas sociais, a autocrítica, esse despertar da vergonha individual quanto às técnicas “aplicadas” na autorreprodução, do rebaixamento salarial dos serviços à sonegação de impostos, levará às composições políticas radicais e/ou democráticas, institucionais ou não.

Esclarecido esse componente central das pugnas ideológicas contemporâneas no Brasil e, similarmente, no exterior, é preciso voltar à centralidade do capital cultural, isto é, do conhecimento como pilar mesmo da opressão de classe nativa. Também entre agentes dominantes cuja estrutura patrimonial define-se pelo capital econômico, são diretas as ligações desse domínio financeiro com o domínio cultural. Não falamos tanto da técnica *feita* dinheiro, uma vez que as inovações são prementes apenas na construção dos impérios, autossustentáveis desde aí, mas do rol comportamental de classe que envolve a reprodução financeira. Afinal, desde a organização do núcleo familiar ao uso da linguagem, todas as estruturas são componentes de um estoque cultural mais ou menos compressor, que define de maneira rotinizada e, portanto, *transparente* ou naturalizada, o lugar social dos sujeitos. Na síntese de Jessé Souza (2015, p. 85):

Se ampliarmos a ideia de “capital” de sua conotação meramente econômica, que possuía em Marx [sic], para tentarmos englobar tudo aquilo que pré-decide o acesso a todos os bens e recursos escassos que cada um de nós deseja as 24 horas do dia, acordado ou dormindo, poderemos chegar a uma hierarquia bem mais convincente [...]. Essa hierarquia é, antes de tudo, “impessoal”, e não “pessoal” [...]. É impessoal por várias razões. A primeira e mais importante é que se impõe à vontade individual. Por exemplo, no mercado até o homem mais rico do mundo tem que “obedecer” às suas leis, que não escolhem “pessoas” e se impõem de modo “impessoal” a todos. Isso significa, em segundo lugar, que só existe acesso a “relações pessoais de prestígio” para quem já possui acesso aos capitais impessoais, e não o contrário.

Portanto, a espoliação temporal descrita mais acima num âmbito de verdadeira luta de classes, impede que instituições interventoras (educacionais, culturais, de saúde etc.) gerem o efeito esperado de democratização do conhecimento. Sem tempo para cultivar-se, resta a recaída inevitável na rusticidade (de trato, de linguagem, de conhecimentos técnicos etc.) “de ferro” da reprodução social cotidiana. O ponto de

partida não é alterado para as próximas gerações das famílias pobres, estagnadas as chances de cultivo “de origem”, outra modalidade central e inacessível aos que dispõem apenas dos equipamentos públicos.

O fenômeno, para além dos efeitos econômicos evidentes de manutenção do *status quo*, impossibilita que a proletarização seja completada no Brasil. O subproletariado é elemento decisivo de pressão sobre a classe operária organizada (e aqui há um duplo sentido de organização pessoal-profissional e também sindical). Sua classificação social obstada pela posição acessória e intermitente das atividades que pode assumir (Singer, 2012, p. 207) é, no entanto, não só voz política desarticulada – e há segmentos do subproletariado no lumpemproletariado (a marginalidade, segundo Marx) (Cf. Singer, 2012, p. 20n) – e exército de reserva do capital, mas conduz-se em organicidade com a acumulação capitalista no país. O fenômeno é descrito nos anos 1970 por Francisco de Oliveira, numa crítica às análises que viam na expansão do setor terciário no Brasil um “inchaço” desproporcional e mesmo em contradição com o capitalismo. Vale a pena recuperar um trecho emblemático da crítica:

Não é estranha a simbiose entre a “moderna” agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante? Qual é o volume de comércio de certos produtos *industrializados* – o grifo é proposital – tais como lâminas de barbear, pentes, produtos de limpeza, instrumentos de corte, e um sem-número de pequenos objetos, que é realizado pelo comércio ambulante das ruas centrais de nossas cidades? Qual a relação que existe entre o aumento da frota de veículos particulares e os serviços de lavagem de automóveis realizados braçalmente? Como explicar que todos os tipos de serviços de consumo pessoal cresçam mais exatamente quando a indústria recupera seu dinamismo na criação de empregos e quando todo um processo se cristaliza – conforme os resultados do censo demográfico de 1970 – numa distribuição de renda mais desigual? Esses tipos de serviços, longe de serem excrescência e apenas depósito do “exército industrial de reserva”, são adequados para o processo da acumulação global e da expansão capitalista e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração de renda (Oliveira, 2003 [1972], p. 58).

Tratava-se à época da acumulação urbano-industrial – o crescimento industrial passara, em trinta anos, de 19% para 30% de participação no produto bruto – que não permitiria uma “intensa e simultânea capitalização nos serviços, sob pena de esses concorrerem com a indústria propriamente dita pelos escassos fundos disponíveis para a

acumulação capitalística” (Oliveira, 2003 [1972], p. 56, grifos suprimidos). Isto é, sem infraestrutura e requerimentos em serviços, as cidades brasileiras ampliam o terciário nas costas mal pagas de sua população empobrecida. Algumas imagens elaboradas por Oliveira são claras a respeito:

A lavagem de roupas em casa somente pode ser substituída *em termos de custos* por lavagem industrial que compita com os baixos salários pagos às empregadas domésticas; o motorista particular que leva as crianças à escola só pode ser substituído por um eficiente sistema de transportes coletivos que não existe (Oliveira, 2003 [1972], p. 58n, grifos no original).

A especialização nessas atividades (mormente informais), que é também, como vimos, especialização negra, é a contraface do privilegiamento político e econômico das fortunas, seja ele privado ou agente de captura do Estado pelo interesse privado. E mais uma vez seria necessário frisar: o fenômeno é internacional e deve-se muito mais à composição patrimonial dos *socii* que compõem Estado e mercado do que a males a serem curados via diminuição da máquina estatal. De maneira que a distribuição desigual de poder, ancorada e “eternizada” no *habitus* não competitivo de parte majoritária da população, leva à sobre-representação dos grandes contribuintes. A chaga conhecida, que onera mais o consumo do que a renda e/ou dividendos, sendo, portanto, em seu cerne, política fiscal *regressiva*, e levou recentemente (2007) à anulação da já tímida Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) – importante tributo na transferência *direta* de renda (ainda) operada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) –, era já localizada por Maria Sylvia de Carvalho Franco em idos imperiais no Brasil. A pesquisadora identifica o crônico regime deficitário em que o governo vivia a partir da década de 1830. Não obstante, a “oposição entre Estado e grupos privilegiados que procuravam minimizar seus tributos” demandava uma sorte de acomodação tributária ainda vigente na contemporaneidade brasileira. A emissão de apólices ou títulos públicos, bem como a ampliação desse mercado, permitia manter estável a taxaço, ao mesmo tempo que os governos encontravam vias amplas de financiamento interno (Carvalho Franco, 1997 [1969], p. 145-146). Começava, então, a cronificar-se a paralisia produtiva da economia brasileira pela influência agigantada de detentores da dívida. À época, com

efeito, já se divisava a dominação estritamente *financeira* que o Estado ajudara a fomentar:

as repercussões de alcance um pouco mais largo desse ajuste não deixaram de revelar-se desfavoráveis aos negócios particulares. De fato, ao socorrer-se progressivamente de títulos públicos, o Estado passou a ser um competidor no mercado de capitais. Os efeitos pouco desejáveis desse fato tornaram-se visíveis quando tiveram início as repetidas crises que marcaram a segunda metade do século [XIX]. Um observador faz notar que “enquanto o Estado pagar semestralmente juros a 6% ao ano pela dívida interna, a taxa de juro para a lavoura e para os industriais será forçosamente mais elevada e os capitalistas negarão a todos estes a provisão de capital necessário à produção, contentando-se com a segurança do empréstimo e juro da apólice” (Carvalho Franco, 1997 [1969], p. 146).

Um século e meio depois, as consequências desse regime escuso de financiamento seguem obstando o sistema produtivo nacional, mas de maneira mais íntima. Se antes poderia haver reação da coalizão produtivista contra o financismo, atualmente, com os conglomerados imersos nas malhas financeiras – “após décadas de taxas de juros irrealis, o conjunto do empresariado brasileiro, seja ele produtivo ou financeiro, imiscuiu-se em atividades puramente rentistas, se valendo da certeza de ganhos elevados em investimentos seguros e de elevada liquidez” (Mello, Guilherme, 2013 *apud* Singer, 2015, p. 65) –, é impossível proceder a separações e disputas envelhecidas, isto é, o caráter desenvolvimentista da indústria brasileira, em sua aliança com o trabalho, desaparecera (como mostram, com efeito, sucessivos posicionamentos/alinhamentos políticos recentes das Federações industriais¹⁴³).

¹⁴³ Cf. “Firjan e Fiesp divulgam nota de apoio a apelo de Temer por união política”, matéria veiculada em 06 ago. 2015, portanto anterior à destituição de Dilma Rousseff da Presidência da República em 31 ago. 2016, que diz: “As Federações das Indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro (Fiesp e Firjan) divulgaram nesta quinta-feira (6) uma nota de apoio à proposta de união apresentada na véspera pelo vice-presidente da República, Michel Temer. O governo vive dias difíceis no Congresso, enquanto tenta aprovar o ajuste fiscal para equilibrar as contas públicas”. Escusado dizer que o ajuste não privilegiou o investimento público: à custa da paralisia produtiva, manteve fluidas as engrenagens da dívida “ameaçadas” pelos gastos governamentais. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/firjan-e-fiesp-divulgam-nota-de-apoio-apelo-de-temer-por-uniao.html>>, consulta em 19 set. 2017. Com o afastamento de Rousseff da Presidência, ainda antes da culminação do golpe de Estado jurídico-parlamentar no Senado Federal, o posicionamento dos capitães da indústria segue “coerente”, sustentando a interinidade de Michel Temer: Cf. Benites, Afonso. “Por que o empresariado apoia a gestão Temer?” Matéria veiculada pelo *El país* no dia 9 jun. 2016; disponível em

O quadro é turvo e, caso amplamente conhecido – o que é sonogado à população em geral –, suscitaria reação inaudita. Além de *viciar* os setores produtivos, a economia assim baseada dirige os recursos da dívida também de modo a manter a “conciliação com o interesse privado” (Carvalho Franco, 1997 [1969], p. 146): o “interesse nacional” é a este identificado e os investimentos só podem seguir privilegiando o privilégio (veja-se, mais recentemente, as sucessivas emissões de títulos pelo Tesouro Nacional em favor do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies): política nobre e democrática, caso não se fizesse em conciliação com o regime tributário regressista, mas, mais importante, não *retornasse quase que diretamente* aos detentores da dívida, uma vez que o oligopólio educacional do ensino superior é o maior beneficiário do Fies, e seu notável braço financeiro, o mais forte¹⁴⁴).

Esse mecanismo, que se tornou estrutural no Brasil, dialoga diretamente com a teoria das classes sociais bourdieusiana recuperada por Jessé Souza. Basta ver, por exemplo, os expedientes cooptativos e, sobretudo, ideológicos, utilizados pelo Tesouro Nacional de maneira a conter a reação pequeno-burguesa aos acordos entre Estado e elite financeira. O “Tesouro Direto”, desenhado para pequenos investidores de classe média, estende (ou finge estender) as benesses dos melhores retornos do mercado, os estatais¹⁴⁵. Ora, a operação não seria possível sem um entendimento social correspondente por parte das classes médias brasileiras. O que a ampara é certa ideologia do “mérito” ou do desempenho, ultraindividualista, identificada mesmo à “ideologia espontânea do capitalismo” tardio, em recuperação da célebre formulação marxiana. Do butim cabem participar todos aqueles que o “merecem”, suprimida a justificação e as bases sociais do “merecimento”. Baseada numa “tríade meritocrática” – “qualificação, posição e salário” (Kreckel, Reinhard, 1992, p. 67-106 *apud* Souza, 2003, p. 168-169) –, essa cosmologia valorativa sociopática liga-se diretamente ao *habitus* contemporâneo dominante, da

<https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/09/politica/1465424610_191054.html>; consulta em 19 set. 2017.

¹⁴⁴ Cf. “Tesouro autoriza emissão de R\$ 2,25 bilhões para o Fies”, matéria publicada dia 18 dez. 2016, em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/tesouro-autoriza-emissao-de-r-225-bilhoes-para-o-fies.ghtml>>, consulta em 19 set. 2017; “Tesouro Nacional emite R\$ 376 milhões em títulos para o Fies”, matéria veiculada dia 13 mar. 2015, em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/tesouro-nacional-emite-r-376-milhoes-em-titulos-para-o-fies.html>>, consulta em 19 set. 2017.

¹⁴⁵ Cf. Brant, Danielle. “Tesouro Direto deve sofrer mais mudanças para atrair investidores”. Matéria publicada dia 28 nov. 2016, em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1836143-tesouro-direto-deve-sofrer-mais-mudancas-a-partir-desta-semana.shtml>>. Consulta em 19 set. 2017.

racionalidade e do sucesso. Como está no lugar de uma *realidade* – a distribuição desigual de “chances” –, sobrevive aos mais “desatentos”, encantando-os.

[A]s pessoas não são aquinhoadas equitativamente com o mesmo reconhecimento social por sua “dignidade de agente racional”. Essa dimensão não é tão “rasa” como a simples dimensão política dos direitos subjetivos universalizáveis e intercambiáveis sugere. [...] [A] dimensão jurídica da proteção legal é apenas uma das dimensões – apesar de fundamental e importantíssima – desse processo de reconhecimento. Se é o trabalho útil, produtivo e disciplinado que parece estar por trás da “avaliação objetiva do valor relativo” de cada qual nesta dimensão, então o potencial encobridor de desigualdades por trás da noção de “dignidade” do agente racional deve se manifestar mais facilmente nesta dimensão (Souza, 2003, p. 168).

E segue Jessé Souza, baseado na obra do sociólogo alemão Reinhard Kreckel,

Kreckel chama de “ideologia do desempenho” a tentativa de elaborar um princípio único, para além da mera propriedade econômica, a partir do qual se constitui a mais importante forma de legitimação da desigualdade no mundo contemporâneo. A ideia subjacente a este argumento é que teria que haver um “pano de fundo consensual” [...], acerca do valor diferencial dos seres humanos, de tal modo que possa existir uma efetiva – ainda que subliminarmente produzida – legitimação da desigualdade. Sem isso o caráter violento e injusto da desigualdade social se manifestaria de forma clara a olho nu (Souza, 2003, p. 168).

De maneira que sob governos petistas (2003-2016), partido nascido de movimentos sociais de base, a ampliação dos mercados industrial e terciário internos, em direção às classes populares, via políticas de crédito¹⁴⁶, também não soube encontrar equilíbrio em reformas imprescindíveis para tanto, exceto na mais combatida política estrutural de seu legado, a ser lembrada no futuro como fator real de integração sustentada: a ampliação, em larga escala, do acesso ao ensino superior no país, por meio, majoritariamente, do fortalecimento da universidade pública, sua descentralização, bem

¹⁴⁶ A expansão de tais mercados era, até então, em grande parte, sustentada pelo consumo dos ricos, superlativo devido à extrema concentração de riqueza, fenômeno que prescindia, portanto, da diminuição da pobreza e da desigualdade, como nos lembra André Singer (2012, p. 19). Não obstante, a adesão às políticas de crédito petistas foi imediata, no que tinha de promissora ao capital produtivo e financeiro.

como criação de institutos federais tecnológicos de excelência¹⁴⁷. Por certo, no entanto, é preciso fixar: foram também políticas *estruturais* os programas “Fome Zero” e “Bolsa Família” (ainda ativo em 2017) – não há possibilidade de qualquer democratização do campo de poder, discussão que levantamos neste tópico, sem um *ponto de partida* mínimo universalizado. Esse ponto de partida é o atendimento às necessidades básicas de alimentação. O custo político de implementação desses programas foi altíssimo, dependendo mesmo da aliança conservadora com o atraso; mas estará historicamente contraposto ao valor humanitário das consequências atingidas. Ora, voltando à reforma universitária, trata-se de democratizar o capital cultural e o horizonte de carreiras prestigiosas nele inscrito, driblando o “círculo de ferro” que encerra a mobilidade vertical na contemporaneidade (não só brasileira). A abertura a novos conhecimentos, experiências e círculos sociais fissa o monopólio racial antes imposto a esses espaços¹⁴⁸. Mas não pode ser encarada, de igual maneira, como panaceia nacional: a ampliação da política de cotas, tanto para o ensino e o serviço público em geral, quanto no mercado privado, se não acompanhada de luta política franca e reformista, pode ser fator de oxigenação do capitalismo a capturar as ascensões e identificá-las a si¹⁴⁹.

Pá de cal sobre as esperanças projetadas por Florestan Fernandes na expansão da ordem social competitiva – “única fonte dinâmica de influência corretiva irrefreável” de encontro à heteronomia racial no Brasil (Fernandes, 2008b [1964], p. 573) –, a contemporaneidade aponta, como visto, para condições “especificamente modernas” de legitimação da desigualdade (Souza, 2015, p. 136*n*), caras a uma acumulação capitalista que segue “aquecida”. Na crítica de Jessé Souza à *A integração do negro na sociedade de classes*:

¹⁴⁷ O Fies, por motivos já elencados, não pode contar na equação sem mistificá-la.

¹⁴⁸ Imperioso notar como a referida democratização do ensino superior, bem como a universalização do ensino em geral, vêm alterando o perfil do consumidor de bens culturais, o que afeta diretamente o campo literário brasileiro. Desde então, a produção literária negra e/ou periférica – chamada, por vezes, não sem efeito mercadológico, “literatura marginal” – fissa, de igual maneira, os critérios de valor *anteriores* a sua emersão. Em nosso *corpus*, há exemplar um tanto original dessa nova corrente artística. Veremos, com vagar, os motivos. Cf. tópico 3.3.

¹⁴⁹ Teremos mais juízes negros, conservadores; mais empresários emergentes a robustecer o time de combate aos impostos etc. etc. Imperioso, no entanto, atestar: as discussões democratizantes de acesso a títulos e carreiras submergiram após a deposição de Rousseff da Presidência; a depender dos resultados eleitorais de outubro de 2018, se houverem, poderão ser relegadas ao esquecimento e o ponto em que esperançosamente colocamos nossa discussão neste tópico sofrerá regressão compulsória.

a ordem competitiva também não é “neutra”, nesta dimensão do ponto de partida meritocrático, como parece estar implícito no argumento de Florestan. A ordem competitiva também tem “sua hierarquia”, e é com base nela, e não em qualquer “resíduo” de épocas passadas, que tanto negros quanto brancos sem qualificação adequada são desclassificados e marginalizados de forma permanente. Não é à toa, nesse sentido, que a legitimação da marginalização, nos depoimentos colimados em todo o livro pelo autor, venha sempre acompanhada da menção a aspectos conspícuos da hierarquia valorativa do racionalismo ocidental moderno: ausência de ordem, disciplina, previsibilidade, raciocínio prospectivo etc. (Souza, 2015, p. 137).

* * *

Intentamos demonstrar, desse modo, as linhas medulares, a nosso ver, assumidas pela desigualdade social no Brasil contemporâneo, tanto em sua estrutura econômica, quanto nas composições raciais e também político-institucionais do país. A integração de todos esses fenômenos, segundo a história brasileira, é única maneira de assumir a literatura na “totalidade” social a que pertence. Como momento epistemológico privilegiado (Lukács, 1968 [1957], p. 221), a literatura é responsável por informar e robustecer a *imagem* por demais abstrata que se pode ter dos grupos sociais. E isso se dá de modo preciso na complexidade que a prosa literária pode atingir ao “captar” tanto o imaginário quanto os sentidos de organização desse imaginário que estão disponíveis para o artista (inclusive no registro científico da pesquisa sociológica, em que muitos escritores “colhem” material). A metabolização artística dos materiais históricos que, sabemos, é onívora (e no romance, principalmente), nos melhores momentos, *contesta* as representações do registro científico, incapaz de escapar à fixidez do dado bruto (e abstrato). É a essa fixidez que a arte deve dialetizar, amplificando as consequências do entendimento científico. O diálogo entre literatura e ciências sociais, logo vê-se, é profícuo e, honrando essa definição, estabelece-se nos dois sentidos: posto que, de outro lado, seria por demais empobrecedor prescindir da lucidez científica como ferramenta esclarecedora da opacidade própria às construções literárias. É que a concretude temática e formal da narrativa (concretude de leitura mais ou menos opaca), se vista de modo isolado, necessariamente implicará também uma abstração (ainda que de outra monta:

psicológica, na maior parte das vezes, ou, pior, formalista, no sentido da famosa linha de crítica literária) que cabe ao registro conceitual das ciências sociais dissolver.

Por conseguinte, é com o desafio de estabelecer a mediação “tautológica” entre a forma literária e seu conteúdo social (Jameson, 1985 [1971], p. 260-273), bem como apontar para as muitas refrações operadas nessenexo – a principal delas é, sem dúvidas, a história (ou tradição) formal interna ao campo literário em que a obra se insere; em termos bourdieusianos, seu “campo de possibilidades” –, que conduziremos a terceira parte deste trabalho.

Capítulo 3 – Poéticas da desigualdade social na literatura brasileira contemporânea

Após percorremos os caminhos tanto da teoria literária materialista, quanto das análises de classes sociais e sua dinâmica de interação, cujos princípios operacionais vimos sob o caso brasileiro, chega a hora de nos aproximarmos das manifestações literárias contemporâneas ao campo nacional de produção artística restrito. São objetos acabados, de representação de uma realidade cara a todos; exemplares de alta ressonância social, de cuja criatividade dependerá o trabalho sobre as formas convencionais da linguagem¹⁵⁰. Este dá-se no *distanciamento* que o artista logra assumir diante de seu material, conforme condição entrevista no tratado primeiro da mimesis artística, o aristotélico. A mimesis é derivação à qual a humanidade recorre “para efetuar suas primeiras formas de aprendizagem” e comprazimento (Aristóteles, 2015, p. 57). Mas também segundo o sentido que já a poética aristotélica guardava, não há esgotamento na mera repetição dos fenômenos mimetizados (Cf. Pinheiro, 2015, p. 8; Jobim, 1999, p. 213). A mimesis é resultado do contato produtivo entre a autoria e sua aproximação à realidade. Nessa seara, de introdução de *diferença*, é notório o travejamento teórico ao qual Luiz Costa Lima tem dedicado suas reflexões. Buscando reabilitar a mimesis do sequestro operado por sua tradução latina em *imitatio* – “estreitamento operado desde a cristianização do pensamento antigo” (Costa Lima, 1995, p. 102) –, o teórico brasileiro é responsável por complexificação potente do conceito, qual seja: aquela que não subordinando “a referência à intencionalidade autoral” (Costa Lima, 2014 [2000], p. 45), determina-se em certa “objetividade flutuante” (Costa Lima, 2014 [2000], p. 282), “antes miragem que espelho” (Costa Lima, 1995, p. 269), responsável por converter “a semelhança buscada em diferença alcançada” (Costa Lima, 1995, p. 257). Nessa elaboração conceitual de estimulante abertura, que pressupõe também de modo basilar o efeito da arte poética *sobre* a realidade “representada” (logo transformada), em cuja “objetividade flutuante” igualmente participa, amparar-nos-emos com a modéstia necessária a quem se divisa também partícipe do objeto analisado. Conforme elaboração

¹⁵⁰ Ainda que pouco façamos referência direta, toda a escrita deste trabalho inspira-se e interage com as teses fundamentais de Mikhail Bakhtin sobre a saturação convencional dos discursos sociais e seu emprego literário fundamentalmente polêmico. Ver, em especial, *Problemas da poética de Dostoiévski* (2010a [1929]) e *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance* (2010b [1975]).

cara a Costa Lima (2014 [2000], p. 282), as fraturas do intérprete interagem com as fraturas do texto eleito, do autor ou da autora do texto eleito, e, finalmente, da “rede de classificações em vigor” (Costa Lima, 1995, p. 269).

Mesmo que se queira distante do que chama de “tradição hegeliana”, na qual identifica, por exemplo, Auerbach (Costa Lima, 2010, p. 130, 133), é sumamente claro, sobretudo na sua obra melhor acabada e ponto de chegada de seu projeto intelectual, o livro *Mimesis: desafio ao pensamento*, de 2000, como se opõe à negação das mediações extratextuais, tal qual levada a cabo pelos diversos formalismos, bem como por seu último fruto, a desconstrução, que encerram a importância da *linguistic turn* – pauta relevante à crítica, ao delinear os contornos autonômicos da mediação linguística, isto é, as resistências próprias do sedimento linguístico em relação a quaisquer de seus operadores – numa autossuficiência esterilizante. Dirá o teórico:

A indagação da linguagem é insuficiente se não considera seu laço umbilical com a realidade. Não porque a reflita para ratificar a “verdade”, conforme o constante legado platônico, senão porque tampouco se define como um sistema autotélico e autorreferencial de diferenças. Se isso vale para a fonologia, já não basta para o nível mais complexo da análise semântica (Costa Lima, 2014 [2000], p. 283).

Portanto, se Costa Lima vê grilhões na crítica de “face sociológica”, como denomina pejorativamente, apesar de reconhecer em seus expoentes um tratamento não mecânico do texto literário, não podemos, ao incorporar suas importantes contribuições, deixar de situar a terceira via que o teórico busca assumir como indagação crítica e renovadora dos materialismos e seus “ajustes”, nem sempre formulados com a consequência devida, do texto à realidade.

Ao incorporar a contribuição de Costa Lima e de outros, pretendemos admitir as linhas de força caras ao campo *especializado* em que atuamos, de maneira que não neguemos tal autonomia (sempre relativa) como mediação central tanto na composição das obras quanto em sua análise posterior. Diante desse desafio, que resgata as discussões colocadas pelo capítulo um deste trabalho, e, em outros termos, aponta para o perfazimento crítico da *distância* entre o *mimema* e seu objeto, isto é, para a sondagem da especificação formal da criação literária, devemos prosseguir com a análise das

poéticas que elegemos, divisando em sua diversidade exemplar do fenômeno social brasileiro a produtividade mimética que cada qual institui.

* * *

É no gênero por excelência da modernidade, em cuja característica plástica ressoa a abertura de uma mobilidade social inaudita, que podemos divisar com maior riqueza a produtividade característica da mimesis. Tão inacabado quanto a época – a contemporaneidade – em que participa (Bakhtin, 2010b [1975], p. 400), o romance, em plano “inferior” se comparado ao passado épico – “[n]ão se pode ser ‘grande’ no seu tempo. Atribuir ‘grandezas é sempre tarefa da posteridade, para a qual elas serão do passado (aparecerão como uma imagem longínqua), tornar-se-ão objeto de memória, e não um objeto de visão e de contato vivos” (Bakhtin, 2010b [1975], p. 410) –, goza de autocrítica inédita, concernentes à “crise na história da sociedade europeia: sua saída das condições de um estado socialmente fechado, surdo e semipatriarcal, em direção às novas condições de relações internacionais e de ligações interlinguísticas” (Bakhtin, 2010b [1975], p. 404). A evolução histórica das formas, à qual o jovem Lukács atribuíra superlativo viés de negatividade, contrapondo a hegemonia romanesca de sua época à segurança idealizada do epos, é retomada por Mikhail Bakhtin em chave positiva, como “revolução grandiosa na consciência criadora do homem”, que se abre enfim a uma perspectivação da própria realidade e do presente, inalcançáveis se ainda de pé a antiga hierarquia dos gêneros acabados e poeticamente imóveis (Bakhtin, 2010b [1975], p. 426-427).

Nessa plasticidade romanesca, caberá à performance autoral, entre narradores e personagens – criaturas suas –, o tensionamento máximo dos valores mobilizados no ímpeto criativo e representacional. Entretanto, é preciso identificar pontos importantes de inflexão histórica que encaminharam a narrativa realista a suas tipologias contemporâneas. A ascensão burguesa, conforme apontado por Erich Auerbach (2013 [1946], p. 409, 418), é cisma incontornável que traz consigo a *refundação* da mimesis “historicamente apromblemática e imóvel da vida, no estilo do século XVIII”.

Começava, para a Europa, aquele processo de concentração temporal, tanto dos acontecimentos históricos em si, como do conhecimento deles por todos; um processo que, de lá para cá, fez enormes progressos e que permite profetizar uma uniformização da vida dos homens sobre toda a terra, a qual, em certo sentido, já foi atingida. Uma tal evolução estremece ou enfraquece todas as ordens e classificações da vida vigentes até então; o *tempo* das modificações exige um esforço constante e extremamente difícil em prol de uma adaptação interna, assim como provoca violentas crises de adaptação. Quem pretende dar a si próprio razão da sua vida real, da sua posição dentro da sociedade humana, é obrigado a fazê-lo sobre uma base prática muito mais ampla e dentro de um contexto temporal muito maior do que outrora, para manter a consciência constante de que o chão social sobre o qual se vive não está em repouso em nenhum instante, mas é modificado incessantemente pelos mais múltiplos estremecimentos (Auerbach, 2013 [1946], p. 410; grifo no original).

O que será doravante comunicado às obras e se dá primeiramente na França de Stendhal, não apenas eleva a realidade cotidiana e “camadas humanas mais largas e socialmente inferiores” à objeto de tratamento sério (Auerbach, 2013 [1946], p. 440), como tensiona a autoria em face a seu trabalho de representação. Essa crise de segurança e estabilidade nunca é tão visível como na figura do narrador: neste, que não deixa de ser o duplo autoral (isto é, *via* de realização do autor [Bakhtin, 2010b {1975}, p. 119]), rompe-se o “ponto de vista monocêntrico” (Perrone-Moisés, 1990 [1976], p. 28) e de sua elaboração sob nova conjuntura sócio-histórica surgirá, quando exigente, um complexo figurativo galileano, para seguirmos a nomeação de Bakhtin (2010b [1975], p. 204). Ao desmonte burguês das hierarquias e de sua verdade, correspondeu, portanto, segundo Auerbach (2013 [1946], p. 405-441), a emersão do “realismo moderno”, encarnado exemplarmente na figura de Stendhal, cuja experiência-limite da fase de transição foi transposta como forma.

No monólogo interior – conhecido como uma das grandes inovações romanescas de Stendhal – é praticamente impossível separar o que é enunciado pela personagem do que vem diretamente do narrador. Os deslizamentos de um enunciador a outro são constantes.

As coisas se complicam ainda mais quando o narrador assume, ironicamente, a voz de uma ideologia, que não é nem a sua (Stendhal) nem a de uma personagem em particular: ideologia da Igreja, da província oposta à capital, da burguesia mesquinha e cúpida etc.

O narrador stendhaliano, como bem notou Gérard Genette, é *insaisissable* [esquivo], já que ele emite constantes julgamentos, mas não assume nenhum, nem atenua suas contradições. Esse narrador corresponde a uma câmara cinematográfica extremamente moderna e dá testemunho de uma flutuação da verdade que, só agora, em nossa “era da suspeita” [...] se mostra em toda sua dramática evidência (Perrone-Moisés, 1990 [1976], p. 27).

No Brasil, a tradição literária de desconfiança estruturante – mimeticamente tão produtiva na complexificação a que leva o discurso direto do autor – ancora-se na fase madura de Machado de Assis, já no final do século XIX e, portanto, em contexto de sítio, dados os caminhos apologéticos da burguesia na realidade ocidental. Ora, a luta e o sonho revolucionários transformaram-se em ideologia dominante e sanguinária, como os massacres de junho de 1848 em Paris atestam terminantemente. De classe *universal*, a burguesia passa a algoz de seus co-insurrectos, os pobres, reestabelecendo os planos de oposição cujo fim seu heroísmo havia decretado. A suspeição do ímpeto figurativo é saturada ao máximo, pois, e compulsa a burguesia literata mais consequente a reagir, comunicando à poética romanesca o peso de tal perturbação, posto que, do contrário, naufragaria na desimportância de sua parcialidade (de efetividade ideológica débil, ademais). Como indica Roberto Schwarz (2012a [1990], p. 179-180):

Para enfrentar o primado da desinteligência social, horizonte epistemológico novo, que dificultava o papel do narrador e lhe tornava problemática a desenvoltura opinativa, os romancistas mais consequentes trataram de inventar soluções técnicas a que não se pudesse objetar parcialidade. Fizeram parte do quadro o esforço metódico da impessoalidade (Flaubert), a tentativa de dar padrão científico à ficção (Zola), o reconhecimento dos problemas ligados ao ponto de vista (Henry James), a utilização demonstrativa da primeira pessoa do singular – o prisma espontâneo por excelência – em espírito de exposição dela mesma, como se a pessoa fosse a terceira (Dostoiévski nas *Memórias do subsolo*).

Tributárias da equivocidade narrativa stendhaliana, essas poéticas e a acumulação literária que representam, encontram paralelo adensado na conflagração social brasileira oitocentista e na virada machadiana da literatura local. Ao “corresponder” a tal padrão literário moderno, Machado notadamente, na exigência de seu perspectivismo, transpõe o engodo ideológico a que a afirmação da nacionalidade obrigava, como no caso de seus

antecessores árcades ou românticos (Schwarz, 2012a [1990], p. 188). Desde então, tensionada pela violência da desigualdade social – isto é, pela ausência de espaço para posicionamentos ingênuos, que, eximindo-se da denúncia ou de seu próprio impasse moral, correm sempre o risco de ter sua abstenção duramente repostas no universo de relações do qual são uma das peças –, a produção nacional opera por conhecimento *negativo* da realidade com a qual trabalha, malgrado a euforia estética de descobertas do primeiro modernismo, no que se convencionou chamar de “fase heroica” do modernismo, em que ainda havia confiança no estatuto brasileiro de “país novo”, traduzida, por exemplo, no humorismo e vitalidade das composições (Cf. Lafetá, 1974, p. 11-19).

Da consciência pessimista do subdesenvolvimento nos anos 1930 (Mello, Mário Vieira de *apud* Lafetá, 1974, p. 18), à literatura engajada dos anos 1970 (Cf. Dalcastagnè, 1996), tem-se visto atualizado, de diferentes modos, o mal-estar das classes dirigentes brasileiras, condenadas, nas palavras de Schwarz (2012a [1990], p. 184), “a uma como que ilegalidade estrutural”. A exemplo dos vínculos estabelecidos por Machado com o realismo do século XIX posto à prova, a sistematização poética do problema prossegue levada a cabo no século XX por uma tradição que o aprofunda.

Ao equacionar sua dependência em relação a matrizes formais externas (Cf. Candido, 1989a [1970], p. 151-156), essa tradição vê-se novamente em condições de diálogo, em um movimento de incorporação que se quer original e também produtivo, com os novos instrumentos narrativos forjados, agora, pela pura negatividade das vanguardas ou por seus epígonos não menos exigentes. Nas palavras de Antonio Candido (1989a [1970], p. 155) sobre a obra de Vargas Llosa, mas que julgamos extensíveis à dinâmica brasileira:

o romancista do país subdesenvolvido recebeu ingredientes que lhe vêm por empréstimo cultural dos países de que costumamos receber as fórmulas literárias. Mas ajustou-as em profundidade ao seu desígnio, para representar problemas de seu próprio país, compondo uma fórmula peculiar. Não há imitação nem reprodução mecânica. Há participação nos recursos que se tornaram bem comum através do estado de dependência, contribuindo para fazer deste uma interdependência.

Escusado dizer que tal intercâmbio está ainda hoje no caso brasileiro incontornavelmente barrado pelos limites de uma língua desconhecida (Candido, 1989a

[1970], p. 153), assim como as inovações machadianas – frutos do substrato local – restavam impedidas de retornar, à época, a suas fontes declaradas¹⁵¹.

Com efeito, é a partir dessa sedimentação, cujo começo reativo é composto pelos romances de maturidade de Machado, que parte da literatura brasileira contemporânea irá pensar sua poética. A figuração simbólica do drama brasileiro contemporâneo, passado um século de implementação efetiva da sociedade de classes, deverá se ater à continuação moderna, e, portanto, já *outra*, dos dispositivos ideológicos que fundamentavam a convivência dos então senhores com a desigualdade. É que, num processo que culminará com a Abolição (1888), já não será possível contemporizar a “abjeção arcaica” que as perspectivas oitocentistas burguesas revelam no sistema produtivo local (Schwarz, 2012a [1990], p. 35-40). Desse modo, a elaboração contemporânea do imaginário brasileiro terá como base de trabalho, quando não sintomaticamente ignorada, os mecanismos de naturalização da desigualdade social que – respondendo de maneira convincente àqueles mesmos imperativos de cidadania que obrigaram a Abolição – impedem a reforma.

A atualização desse quadro persistente fundamenta-se, como visto a partir das obras de Florestan Fernandes, na acomodação conservadora do sistema produtivo escravocrata à nova ordem do capital. Com o abandono do liberto à própria sorte, o ideário liberal importado do exemplo inglês ou francês, de soberania nacional com cidadania generalizada – baseado nos pilares de estado nacional, trabalho livre, liberdade de expressão, igualdade perante a lei –, assume eficácia moderna, ainda que periférica e tardia. Na adaptação brasileira ao desenho institucional que logrou êxito nas nações centrais e impôs-se como padrão de civilização dominante (Cf. Souza, 2003, p. 129-136), a saga do povo negro conformará o caráter local e violento das práticas liberais competitivas. Até 1888, a erudição, ilustração e graça do narrador machadiano ficavam duramente rebaixadas pelo contexto que acanalhava sua desenvoltura, como bem mostrou Roberto Schwarz (2012a [1990], p. 183-184). A suspeição da capacidade figurativa e narrativa já era, no entanto, como vimos, contingência moderna, dados os caminhos sombrios que as revoluções burguesas haviam tomado desde junho de 1848. A história brasileira atualizou *a seu modo*, pelo fracasso de uma modernização que se fez seletiva,

¹⁵¹ Em uma espécie de prólogo (“Ao leitor”), o defunto narrador de *Memórias póstumas de Brás Cubas* quer irmanar sua empresa a Stendhal (1783-1842), Laurence Sterne (1713-1768) e Xavier de Maistre (1763-1852), citados diretamente (Cf. Assis, s.d. [1880], p. 21).

os constrangimentos que exigiam dos contemporâneos de Machado novas soluções formais. Superada a escravidão e o longo pesadelo político e social do século XX, *imitado* sem apelo pelas vanguardas, resta à parte da literatura brasileira contemporânea um desassossego fundamental que a motiva. É que, imersa em mantras¹⁵² e práticas liberais, a sociedade contemporânea brasileira paga tributos ideológicos e se curva moralmente às novas estratificações que resultam em grande parte da rejeição das populações negras ao abandono. Sem a pecha do segregacionismo estabelecido de modo *direto e pessoal*, o acanhalamento e a desfaçatez que Machado impingia aos outrora senhores aparecem sob novas e mais complexas máscaras no Brasil atual.

¹⁵² O que dizer, por exemplo, da verdadeira magia a enfaixar termos e expressões como “neutralidade”, “imparcialidade”, “meritocracia” etc. etc., cuja legitimidade incontestada surge na própria pronúncia e repetição das fórmulas?

3.1 – Expondo o adversário (interno): *Leite derramado*, de Chico Buarque

Chico Buarque almeja plasmar essas novas “desfaçatezes”. Procura, pois, mecanismos narrativos que assumam como problema intrínseco a eficácia ideológica dos arranjos que vêm sustentando em nossa época a exploração e a desigualdade. Para tal, traz para o centro de sua enunciação o dilema que, não sem culpa, enfrenta.

Em *Leite derramado*, romance de 2009, Buarque recupera o gênio machadiano de desmascaramento ideológico que, no limite, a depender do caso, cumpliciava narrador e leitores. A fórmula, de autoexposição “involuntária” a partir do uso instrumental da primeira pessoa do singular (Schwarz, 2012a [1990], p. 82), é atualizada às circunstâncias do Brasil do século XXI graças à idade centenária de Eulálio Montenegro d'Assumpção, narrador a partir do qual a obra se erige.

Eulálio está internado em um hospital “infecto” (Buarque, 2009, p. 49), segundo suas palavras. Além da senilidade, que compromete a memória, há o efeito da morfina; somados, são fatores que afrouxam o juízo do idoso. Fica exposto desse modo – acentuado – o desnível geracional de ideias e práticas. Tal contraste pouca força teria se servisse apenas para sublinhar o racismo e o arbítrio de famílias proprietárias antigas como a de Eulálio. A ideologia a que o monólogo do narrador dá vazão é tão antiga que, talvez por essa distância, tenha se tornado clara às novas gerações. Portanto, fica prontamente rechaçada como entulho preconceituoso pelo leitor esclarecido.

O aproveitamento propriamente contemporâneo do romance não se baseia diretamente, então, no discurso envelhecido que, pode-se acompanhar ao longo do monólogo, é responsável, na verdade, por isolar ainda mais o narrador. Nota-se, pelas reações de Eulálio, que a equipe médica e os demais pacientes, com os quais divide a enfermaria, têm pouca paciência em ouvi-lo; quando muito, torna-se atração da curiosidade de quem nele estranha os cem anos de vida. No entanto, ao entrar em contato com uma realidade que está além da capacidade apreensiva de sua geração, Eulálio ignora a nova cosmologia ideológica que rege as diferenças sociais, ainda flagrantes, de nossa época. É desse modo que, ao narrar episódios vividos em pleno século XXI, o faz com um estranhamento característico de quem não domina os códigos em jogo. Ou pior, busca decifrá-los com suas velhas ferramentas ideológicas, hoje rechaçadas ao nível do discurso. Veja-se, a título de ilustração: lembrando mudança de residência para a

periferia do Rio de Janeiro, numa das muitas passagens tragicômicas do livro, Eulálio afeta intimidade e desenvoltura, ao tentar combater a consternação de sua filha igualmente idosa: “São os pobres, expliquei” (Buarque, 2009, p. 177).

Acresce que Eulálio não possui o talento de seus próceres por ele tão exaltados e, desde jovem, talvez apenas reagindo à parte da história decadente que já então começava a ser-lhe imposta, mostra-se pouco racional. É assim que, por exemplo, entre as sete filhas de um correligionário do pai, vê-se tomado de paixão por Matilde, moça de pele mais escura que as irmãs, com quem o narrador se casa, *herdando* tanto a desaprovação da própria família quanto a indiferença dos sogros que, apesar de ricos, não reconhecem completamente Matilde como filha. Isto porque, presumivelmente nascida de um caso extraconjugal – como o leitor depois descobrirá –, Matilde é apenas criada como se da família fosse (Buarque, 2009, p. 73 e p. 192).

A escolha matrimonial é parte de um trajeto que passa ao largo da lição dada pela genealogia familiar do narrador. Bisneto de barão negreiro (Cf. Buarque, 2009, p. 50, 78, 102), Eulálio tem por avô um defensor do Império e aplicado abolicionista. Já o pai é um republicano de primeira hora, galgando posições políticas e econômicas de destaque equivalente às ocupadas pelas gerações anteriores (Buarque, 2009, p. 52). As mudanças do desenho institucional do país, às quais os imperativos da economia local dependente compulsam, fazem-se acompanhar por fundamentação ideológica compatível¹⁵³. O fato é que a família de Eulálio, protótipo da família tradicional proprietária brasileira, adequa-se com facilidade aos rumos tomados pela modernização no país.

Eulálio, todavia, vê-se capturado pela passionalidade de suas decisões. Se, a um tempo, elas destoam completamente do cálculo e da resiliência “exemplares” de seus antepassados, por outro lado apenas continuam o desequilíbrio do pai que já dava provas dos limites de poder da família que coube ao narrador continuar. No entanto, a trajetória de decadência dos Assumpção, que passam da grande burguesia à pobreza em um século, é caso, por assim dizer, *literário*. Entre os cacos da memória preservada pelo narrador, o que se vê por todo lado são histórias de perpetuação de uma classe ao longo da história,

¹⁵³ Sobre esse ponto, é preciso voltar à discussão do capítulo 2, especialmente à nota de rodapé 115, na página 140, e à seção “c” do tópico 2.2. Entre ideias, ideais liberais e práticas capitalistas competitivas e/ou monopolistas, há coordenação dialética e, portanto, seria artificial e facilitador proceder a uma resolução de enigma do tipo “o que vem primeiro, o ovo ou a galinha?” O que, por outro lado, não implica em nos afastar da noção por demais clara de condicionamento estrutural das superestruturas.

colhidas pela perspectiva deslocada de Eulálio. Assim, por exemplo, enquanto o pai do narrador, político proeminente da Primeira República (1890-1930), é assassinado em um crime de “honra” – quando um marido enganado põe fim à conduta irrefreável¹⁵⁴ do senador (Buarque, 2009, p. 36, 69-70, 87-88) –, o sogro de Eulálio passa à cúpula do governo Vargas (1930-1945) (Buarque, 2009, p. 190-191). Aqui, como se vê, ao renegar a filha ilegítima que criara sem amor, o político “habilidoso” que aderira a Vargas ajuda a selar o destino de dificuldades reservado ao narrador centenário.

Caberá ao leitor enxergar nas situações impelidas pela decadência de Eulálio, das quais a imagem final é o seu convívio com pacientes negros em um hospital público de péssima estrutura e atendimento (Buarque, 2009, p. 49-50), a continuidade contemporânea dos padrões hierárquicos que estão na base das concepções preconceituosas da personagem. Rechaçadas ao nível do discurso e da consciência, as velhas ideias do narrador, que se fazem acompanhar por façanhas de outros tempos, mesmo de modo insuspeito, posto que naturalizado, têm sua dinâmica valorativa e relacional *atualizada* nos episódios que surpreendem o ancião em pleno século XXI; sendo “função” narrativa revelar a “verdade” sob tal naturalização, isto é, sob os novos consensos de classe, *testados* segundo a inconveniência do narrador.

Estou neste hospital infecto, e aí não vai intenção de ofender os presentes. Não sei quem são vocês, não conheço seus nomes, mal posso virar o pescoço para ver que cara têm. Ouço suas vozes, e posso deduzir que são pessoas do povo, sem grandes luzes, mas minha linhagem não faz melhor que ninguém. Aqui não gozo privilégios, grito de dor e não me dão meus opiáceos, dormimos

¹⁵⁴ A imagem da falta de limites a que o privilégio leva a flertar tem caráter sensual, encontrando aí uma de suas vias elementares de imposição: “Se desejo era aquilo, posso dizer que antes de Matilde eu era casto. Quem sabe se, inadvertidamente, eu não teria me apossado da volúpia do meu pai, assim como da noite para o dia herdara gravatas, charutos, negócios, bens imóveis e uma possível carreira na política. Foi meu pai quem me apresentou às mulheres em Paris, contudo mais que as próprias francesas, sempre me impressionou o seu olhar para elas. Assim como o aroma das mulheres daqui não me impressionava tanto quanto o cheiro dele, impregnado na garçonnière que ele me emprestava. Debaixo do chuveiro eu agora me olhava quase com medo, imaginando em meu corpo toda a força e a insaciedade do meu pai. Olhando meu corpo, tive a sensação de possuir um desejo potencial equivalente ao dele, por todas as fêmeas do mundo, porém concentrado numa só mulher” (Buarque, 2009, p. 32-33). Nesse terreno em que tudo é repressão, a conduta incontida do pai inscreve-se com ainda maior gravidade no imaginário do filho: “Porque com seus olhos apenas, aqueles olhos meio árabes, Matilde dava a entender seus menores movimentos de corpo, o sutil balanceio dos seus quadris, e tive de correr para casa, eu precisava de um banho fresco. E debaixo do banho observei meu corpo fremente [...] só sei que me olhava quase com medo, sem compreender a intensidade daquele meu desejo. E tive a sensação absurda de que, na minha mão, estava o pau duro do meu pai” (Buarque, 2009, p. 138-139).

todos em camas rangedoras. Seria até cômico, eu aqui, todo cagado nas fraldas, dizer a vocês que tive berço. Ninguém vai querer saber se porventura meu trisavô desembarcou no Brasil com a corte portuguesa. De nada adianta me gabar de ele ter sido confidente de dona Maria Louca, se aqui ninguém faz ideia de quem foi essa rainha. Hoje sou da escória igual a vocês, e antes que me internassem, morava com minha filha de favor numa casa de um só cômodo nos cafundós. Mal posso pagar meus cigarros, nem tenho trajés apropriados para sair de casa. Do meu último passeio, só me lembro por causa de uma desavença com um chofer de praça. Ele não queria me esperar meia horinha em frente ao cemitério São João Batista, e como se dirigisse a mim de forma rude, perdi a cabeça e alcei a voz, escute aqui, senhor, eu sou bisneto do barão dos Arcos. Aí ele me mandou tomar no cu mais o barão, desaforo que nem lhe posso censurar. Fazia muito calor no carro, ele era um mulato suarento, e eu a me dar ares de fidalgo. Agi como um esnobe, que como vocês devem saber, significa indivíduo sem nobreza. Muitos de vocês, se não todos aqui, têm ascendentes escravos, por isso afirmo com orgulho que meu avô foi um grande benfeitor da raça negra (Buarque, 2009, p. 49-50).

Não é sem um travo de amargura, porém, que descobrimos, caso “raspemos” as camadas superficiais mais acintosas do discurso preconceituoso, uma íntima coincidência entre a saga decadente desnuda – sua fragilidade – e os processos objetivos de feminização social sob os quais escritores e leitores devem ressentir-se de ver sua intelectualidade (reformista ou não) naufragar. Recuperando as teses de Sergio Miceli, expostas mais acima¹⁵⁵, essa posição de cultivo mental, oponente aos poderes temporais, ou mesmo, reação à falência destes, *luta* e se reluta como pode, fazendo *render* das maneiras mais elevadas¹⁵⁶ a crítica ao mais íntimo de seus inimigos; seu duplo social, sua tendência falhada e mesmo inconfessa, em relação a quem só restará, na maioria das vezes, o combate simbólico, em inversões projetivas de grande ambiguidade. No fragmento a seguir é possível ver a figuração de tal complexo: Eulálio assume lugar de sujeição característica dos agentes que farão depois o inventário simbólico da própria classe; nesse sentido, temos o espelhamento – refratado, é certo – do ponto de vista autoral, mais próximo do que nunca de seu narrador.

¹⁵⁵ Ver seção “a” do tópico 1.3.3.

¹⁵⁶ Isto é, legitimadas pela imposição de seu capital cultural como princípio legítimo de dominação; e a literatura é uma das mais relevantes das enobrecidas práticas.

O leite de Matilde era exuberante, agora mesmo ela encheu duas mamadeiras antes de dar o peito à criança. Eu gostava de vê-la amamentando, e quando ela trocava a criança de peito, às vezes me deixava bicar no mamilo livre. Com isso saímos um pouco atrasados, ficando as mamadeiras com a Balbina só por precaução, pois um jantar na minha mãe não passaria das onze. Nos tempos de meu pai, sim, os banquetes eram célebres por atravessar a noite, reuniam políticos de todas as correntes e as mulheres mais deslumbrantes da cidade. Ardiam tochas no jardim, a casa cheirava a alfazema, até as estátuas estavam de banho tomado, e eu menino gostava de circular pelos salões silenciosos e solenes, minutos antes do início da festa. Gostava de ser o dono daqueles espaços ainda imaculados, só eu com minhas sombras a deslizar no mármore, diante de garçons perfilados como sentinelas. Mas este seria um jantar reservado, sem garçons nem tochas, porque mamãe ainda guardava luto, e a muito custo concedera em abrir a mansão para um simples engenheiro. Como imagino o quanto lhe custara ao amor-próprio escrever seguidas cartas à Companhia, até conseguir para o filho o antigo posto do marido (Buarque, 2009, p. 85).

* * *

O expediente narrativo de *Leite derramado*, cumpre frisar, ademais, não é caso isolado na obra, já sólida, do romancista Chico Buarque. Em *Estorvo*, de 1991, primeiro livro do autor no gênero, Buarque realiza sua composição através de um narrador paranoide, perversamente implicado em relação à fortuna de sua irmã¹⁵⁷. Numa das cenas de maior vigor na sintomatologia brasileira figurada por Buarque, o narrador-protagonista refere-se a ocasião inusitada em companhia de seu amigo.

Era noite, e já estávamos jantando na varanda quando ele decidiu que eu era um bosta, sem mais nem menos. Disse assim mesmo: “você é um bosta”. E disse que eu devia fazer igual ao escritor russo que renunciou a tudo, que andava vestido como um camponês, que cozinhava seu arroz, que abandonou suas terras e morreu numa estação de trem. Disse que eu também devia renunciar às terras, mesmo que para isso tivesse de enfrentar minha família, que era outra bosta. Também eram bosta toda lei vigente e todos os governos; e o meu amigo começou a se inflamar na varanda, gritando frases, atirando pratos e cadeiras no pátio, num escarcéu que acabou juntando o povo do sítio para ver. Ele gritava “venham os camponeses”, e os camponeses que vinham

¹⁵⁷ Dos quatro romances de Buarque, apenas *Benjamin* (2004b [1995]) constrói-se por meio de um narrador em terceira pessoa. Conferir *Budapeste* (2003).

eram o jardineiro, o homem dos cavalos, o caseiro velho e sua mulher, mais os filhos e as filhas e genros e noras dessa gente, com as crianças de colo. Várias vezes o meu amigo gritou “a terra é dos camponeses!”, e aquele pessoal achou diferente. Mais tarde ele sossegou. Jogamos nossas coisas no portamalas do carro dele, um rabo-de-peixe caindo aos pedaços, e fomos embora do sítio deixando a cancela aberta (Buarque, 2004a [1991], p. 83).

O monólogo é de rapaz de classe proprietária igualmente em decadência, falho em reproduzir socialmente suas origens. Por meio da crise desse narrador, que nos momentos de maior confusão e angústia, acelera a narrativa, veremos que o pretense levante incensado pelo amigo concretiza-se pelo avesso, ou, em outros termos não tão exatos, de modo pré-político: pela cancela escancarada, de fato o sítio será invadido, mas pelo crime organizado, numa sorte de composição que não deixa claro os limites de participação consensual do narrador¹⁵⁸.

Importante, nesse plano, recuperar a síntese bakhtiniana sobre a refração da intencionalidade autoral em relação ao narrador – sendo que este é sempre “objeto” daquela intenção –, refração que “pode ser ora maior, ora menor, e em alguns momentos pode haver uma fusão quase total das vozes” (Bakhtin, 2010b [1975], p. 119).

O autor se realiza e realiza o seu ponto de vista não só no narrador, no seu discurso e na sua linguagem (que, num grau mais ou menos elevado, são objetivos e evidenciados), mas também no objeto da narração, e também realiza o ponto de vista do narrador. Por trás do relato do narrador nós lemos um segundo, o relato do autor sobre o que narra o narrador, e, além disso, sobre o próprio narrador. Percebemos nitidamente cada momento da narração em dois planos: no plano do narrador, na sua perspectiva expressiva e semântico-objetiva, e no plano *do autor que fala de modo refratado nessa narração e através dela*. Nós adivinhamos os acentos do autor que se encontram tanto no objeto da narração como nela própria e na representação do narrador, que se revela no seu processo (Bakhtin, 2010b [1975], p. 119; grifos nossos).

¹⁵⁸ A mansão da irmã será assaltada e ela, estuprada. Pela ausência de limites morais bem definidos, o leitor nunca tem claro até onde o irmão está ou não implicado nas diversas situações que narra. O efeito projeta em quem lê a indistinção paranoide ou o temor difuso, subjetivações inequívocas que a desigualdade social brasileira, nas suas versões mais suaves, lega a sua classe média e às suas classes proprietárias em geral.

No caso tanto de *Estorvo* quanto de *Leite derramado*, a refração da “última instância semântica da obra” ou do “discurso direto do autor” (Bakhtin, 2010b [1975], p. 205-206) é máxima em relação a seus narradores, *apesar* da ambiguidade fundamental apontada na análise do romance de 2009; por isso mesmo, o efeito das composições ressoa com força, na polêmica que estas estabelecem com o “fundo plurilíngue fora da obra [as linguagens do inimigo, por assim dizer; e/ou as linguagens íntimas ao artista, as quais, no entanto, ele quer contrastar]” (Bakhtin, 2010b [1975], p. 206), isto é, em face àquilo que mimetizam para melhor combater¹⁵⁹.

¹⁵⁹ Ainda que Chico Buarque seja milionário, como é de conhecimento geral, a condição extemporânea de acúmulo financeiro não é capaz de tragá-lo na direção ideológica a princípio mais “compatível”; entre as explicações que nos parecem críveis, o “destino vocacional” artístico, de feminização social, como vimos a partir das teses de Sergio Miceli, mantém-se hegemônico na economia de sua personalidade, e a radicalidade anti-burguesa aponta para a manutenção superestrutural das origens pequeno-burguesas, aquelas que fundarão sua poética, bem ao gosto do filho de intelectual das hostes esquerdistas. Veja-se, por exemplo, o seguinte excerto de seu último livro, a autobiografia ficcional de *O irmão alemão*: “Calculo que então, aos trinta e tantos anos, meu pai já tivesse quase a metade dos livros que juntou na vida. E, antes da minha mãe, imagino que essa livralhada, além de empilhada no escritório, atulhasse os dois quartos vagos dos futuros filhos, em forma de escombros de pirâmides astecas. Mamãe tratou logo de erguer estantes pelas paredes do sobrado, e ao engravidar decorou o quarto do bebê com livros de linguística e arqueologia, além da mapoteca, dos espanhóis e dos chineses. Para o meu quarto, dois anos mais tarde, reservou os escandinavos, a Bíblia, a Torá, o Corão e metros e metros de dicionários e enciclopédias. Depois de grande, ainda assisti ao advento de outras três estantes duplas para livros avulsos, ou inclassificáveis, que mamãe fez instalar nas paredes da garagem, pois nunca tivemos carros, nunca tivemos luxo. Mamãe cuidava do serviço doméstico, e eram livros o luxo que meu pai se dava. Só em livros raros gastou metade da herança, ao vender a tipografia que meu avô Arnau de Hollander possuía no Rio de Janeiro (Buarque, 2014, p. 17-18).

3.2 – Poética conflitiva e reformadora: *Passageiro do fim do dia*, de Rubens Figueiredo

É à naturalização da desigualdade em tempos democráticos que se voltam as preocupações de Rubens Figueiredo em *Passageiro do fim do dia*, romance premiado¹⁶⁰ de 2010. O intento do autor junta-se ao de Chico Buarque em sua tentativa de estranhamento sistemático e contra-hegemônico da realidade brasileira atual. Ao segregacionismo que a nova ordem competitiva segue infligindo aos setores marginais da população, incapazes de preencher os requisitos mínimos de acesso a posições, bens e serviços, Buarque e Figueiredo contrapõem painéis negativos de assimilação do cotidiano.

Para Buarque, a maneira de trazer à tona o que resta rotinizado fundamentou-se, como visto, na construção de um narrador antiquado e socialmente deslocado. Desse modo, seus vitupérios contra o mundo – uma vez perdido o privilégio – tornam explícito, por um discurso que pouco se refreia, o cisma hierárquico presente nas relações assimétricas que o narrador acentua e retira – de modo, é certo, a aumentar-lhes a violência – da placidez evasiva dos novos consensos de classe. Para Figueiredo, o caminho é mais circunspecto e cerrado¹⁶¹. Dar-se-á na descrição minuciosa dos espaços percorridos por Pedro, o protagonista. Tal técnica, que é, claro, antes de tudo, artifício de seleção dos componentes da trama, baseia-se no ímpeto de elaboração que os fatos da vida de Pedro levam-no a operar de modo a contrapor sistematicamente o que se lhe oferece à sensibilidade.

Filho de um funcionário da Justiça, que lega à mãe de Pedro situação remediada, com pensão e apartamento simples em bairro bem localizado (Figueiredo, 2010, p. 42-43), o protagonista, apesar de rapaz inteligente, como nota seu melhor amigo (Figueiredo, 2010, p. 45), é aluno medíocre de Direito e acaba por abandonar a faculdade pública na qual ingressara (Figueiredo, 2010, p. 43). Na falta de vocação para os estudos formais, Pedro vê-se desempregado. Incursa, assim, desavisadamente, no comércio ambulante de livros usados. É quando, em um episódio traumático, em meio a uma manifestação de rua

¹⁶⁰ O livro venceu dois dos principais prêmios literários brasileiros: Prêmio Portugal Telecom de Literatura (2011) e Prêmio São Paulo de Literatura (2011).

¹⁶¹ Isto é, contrapõe-se à fala frouxa do narrador acamado de Buarque.

violenta, a jovem personagem, desatenta aos perigos e meandros de tal tipo de comércio, que lhe escapam (Figueiredo, 2010, p. 42), é surpreendida em pleno centro do combate com a polícia. Tem pisoteada uma das pernas, cujo tornozelo é estraçalhado pelo casco de um cavalo da tropa policial montada (Figueiredo, 2010, p. 28, 73-74).

O acontecimento, que revelará a Pedro sua fragilidade, é a pedra de toque da narrativa. Isso porque permite ao narrador em terceira pessoa, colado à perspectiva *abalada* do protagonista, despistar qualquer ingerência: faculta-se a invectiva autoral – que, assim como em *Leite derramado*, tem caráter reformador – aos pensamentos turbilhonados de Pedro, personagem em crise, afastando, pois, o traço panfletário que o texto por ventura tenha. O entendimento propriamente negativo que a obra pode compor, como convém à tradição a que se filia¹⁶², está, portanto, nos limites de ação da personagem; ou no reconhecimento autoral dos complexos e da impotência dos quais o romance quer se aproximar.

A suscetibilidade de Pedro, entretanto, apesar de alimentada anos depois do acidente pelo desconforto físico na perna, cuja reconstituição cirúrgica, ele presume, feita “mal e porcamente” em um hospital público (Figueiredo, 2010, p. 15 e p. 42), lhe havia legado dores permanentes, tal suscetibilidade não é manifestada a ponto de se tornar por demais explícita. Fica, antes, suavizada pela personalidade discreta e distraída da personagem, acompanhada pela contenção da escrita.

Pedro nem soube como tinha ido parar deitado de bruços no meio da calçada. Era uma rua de pedestres. Foi então que veio a visão dos pés das pessoas, de sapatos, de sandálias – a visão de baixo, ao nível do chão. Logo depois, bem perto dos seus olhos, veio a figura dos frágeis tornozelos dos cavalos. A imagem dos cascos e das ferraduras que matraqueavam estridentes contra as pedras do calçamento e às vezes cuspiam faíscas (Figueiredo, 2010, p. 18).

Após ganhar uma indenização pelos danos sofridos, Pedro abre um sebo em sociedade com o amigo advogado que lhe estimulou a entrar com processo de reparação. É na firma de advocacia onde o amigo Júlio trabalha que o protagonista conhecerá sua

¹⁶² É preciso, ainda, recuperar o diálogo fundamental que Figueiredo mantém com o romance social russo. Em sua profícua carreira de tradutor do russo, verteu para o português *Guerra e paz* (2011 [1865-1869]), de Tolstói, *Infância* (2007a [1913-1914]) e *Minhas universidades* (2007b [1923]), de Górkki, entre outros títulos importantes.

futura namorada, Rosane (Figueiredo, 2010, p. 45-48). Com a moça, jovem de extração social distante – é secretária e copeira da firma de advocacia¹⁶³ –, Pedro inicia, em meio à carência que reconhece em si (Figueiredo, 2010, p. 47), relação improvável e marcada por assimetrias. Desse modo, entre a persistência da dor e o cansaço da semana de trabalho, embarca em uma sexta-feira, como vinha fazendo há meses, em direção ao bairro periférico de Rosane, para passar o fim de semana com a namorada (Figueiredo, 2010, p. 9). O contato – e o leitor dele também participará – amplia os horizontes de inteligibilidade social do protagonista. Quando, por exemplo, discutem sobre a impossibilidade de Rosane manter relacionamento com boa parte de suas antigas colegas de bairro, dada a tortuosidade de seus destinos, a seguinte descrição passa à tela: os vizinhos da personagem,

[f]ora dali sentiam-se reconhecidos, ameaçados, temidos – fora dali só viam rancor e não havia roupas, linguajar nem maneiras com que pudessem se disfarçar. Quase que só saíam quando precisavam ir a algum hospital ou providenciar algum documento. Ir ao centro da cidade, a quase quarenta quilômetros dali, como fazia Rosane, e ainda por cima todos os dias, era uma coisa que algumas de suas colegas de infância achavam estranho e até ruim [...], Rosane explicou.

Depois de frequentar a escola durante alguns anos, algumas delas mal sabiam ler, trocavam letras, paravam no meio. Encaravam as palavras e as contas com hostilidade. [...]

[T]udo aquilo – o trabalho, a escola, saber ler e escrever, o centro da cidade, a cidade propriamente dita, com seus bairros e suas atividades oficiais –, tudo pertencia ao mundo que as deixara para trás, que as empurrara para o fundo: era o mundo de seus inimigos (Figueiredo, 2010, p. 55-56)¹⁶⁴.

A viagem de ônibus de quase quarenta quilômetros, bem como a fila de espera desse mesmo ônibus, são o palco das reflexões de Pedro, apuradas ainda por outras duas contingências. A primeira retarda o percurso já longo e exaustivo, imprimindo-lhe outra

¹⁶³ A moça, depois, irá, indicada pelo namorado, conseguir melhor colocação (Figueiredo, 2010, p. 60).

¹⁶⁴ O excerto destacado tematiza com precisão o drama classista brasileiro, tal qual discutimos no capítulo 2 deste trabalho. Não apenas a miséria monetária explica a segregação; contribui para a manutenção das posições de subalternidade no sistema produtivo nacional todo um *habitus* precário que opera em retroalimentação. Quando falham os aparelhos ideológicos de domínio, sobrelevam-se os aparelhos coercitivos da legalidade, e especialmente no Rio de Janeiro – cidade que ambienta a trama – tal barbárie (formal) é mais evidente.

carga de tensão, a saber: o bairro-dormitório a que todos se dirigem vive um motim que, se por um lado, é frequente naquela paragem, por outro, ameaça interromper a viagem, sob risco do ônibus ser incendiado. A segunda contingência é íntima e diz respeito apenas a Pedro. Horas antes, um freguês havia comentado a respeito da boa introdução que um livro sobre a vida de Darwin fazia do evolucionismo. Nada que pudesse *a priori* atrair a atenção de Pedro. No entanto – a personagem percebe –, o exemplar é igual a um dos livros que anos antes tentara vender nas ruas. E justamente esse livro sua memória fixara como parte do acidente traumático a que fora exposto. Guardara consigo a imagem de um exemplar com a mesma capa sendo chutado sucessivas vezes por pessoas em fuga, enquanto ele ainda não podia prever a extensão do golpe (Figueiredo, 2010, p. 14). É este livro que Pedro traz consigo na viagem.

Assim, agora, nesse fim de tarde, na fila do ônibus, Pedro tinha a sensação de que carregava na mochila algo bastante pessoal. Para ser mais exato, ele poderia dizer que carregava sua tíbia inteira, do joelho até a articulação do tornozelo – a mesma articulação mal e porcamente reconstituída, horas depois, na noite daquele mesmo dia do tumulto na rua –, reconstituída por suturas externas e internas, por pinos e parafusos, enfiados e removidos no vaivém das dúvidas do cirurgião. Remendos e linhas, no fim das contas, quase tão inúteis quanto as costuras e grampos das folhas do livro chutado na rua. Também por isso o sangue descia mais pesado pela perna esquerda. O sangue esquentava e formigava na canela enquanto Pedro esperava de pé na fila do ônibus. Também por isso ele mancou ligeiramente quando sua fila, enfim, se pôs em movimento. Pois nesse intervalo, e sem ele notar, seu ônibus havia chegado e parado na beira da rua (Figueiredo, 2010, p. 15).

Premido no ônibus lotado e tenso, a personagem folheará passagens que dão conta da visita de Darwin àquele mesmo território onde está Pedro, o Rio de Janeiro¹⁶⁵.

Pedro lembrou-se do lugar a que o livro se referia, o lugar onde ficava a tal fazenda silenciosa em que os escravos cantavam de manhã. Era agora uma aglomeração de casas pobres que se derramavam desde a metade de uns

¹⁶⁵ Como se sabe, a expedição de Darwin ao Rio de Janeiro deu-se tanto na capital quanto pelo interior e litoral do estado. Cf. *Viagens de um naturalista ao redor do mundo* (2008 [1839]), livro que tem alguns de seus trechos reproduzidos no volume lido por Pedro, um fascículo de coleção vendida em bancas de revistas “uns quinze anos antes”, cuja “fama de não valer grande coisa” é reputada pelo herói (Figueiredo, 2010, p. 13-14).

morros áridos e quase sem vegetação até as margens de uma estrada de tráfego intenso (Figueiredo, 2010, p. 40).

Entre as observações do cientista sobre a encarniçada luta por sobrevivência assistida na incrível variedade tropical de aranhas (Figueiredo, 2010, p. 160), uma cena chama a atenção de Pedro. É quando Darwin deixa-se conduzir por um escravo brasileiro na passagem de um rio. Furioso com o homem negro, que não compreende sua língua e nem seus gestos, o cientista acha-se no direito de falar cada vez mais alto àquele escravo “de todo imbecil”, nas palavras do naturalista (Figueiredo, 2010, p. 66). Em um de seus movimentos furibundos, sua mão passa rente à cara do escravo. A reação apavorada do sujeito, como a abrandar o golpe que julga iminente, consterna Darwin. Culpado por dar a entender que agrediria o escravo, mesmo não sendo esse seu intento, o naturalista relata a degradação a que o escravagismo havia conduzido. A imagem volteia na cabeça de Pedro e é como que fecundada por suas experiências pessoais. Dará, assim, origem ao jogo de alusões que faz a força do romance. São planos opositivos – como o do cientista e o escravo, ou o do cientista britânico e sua relação instrumental com o Brasil, de cujo solo recolhe amostras e parte para nunca mais voltar –, contrastes cuja complementariedade lembra a fórmula trotskista de “desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo”, e que irão assomar violentamente à consciência deslocada de Pedro, um século e meio após a expedição de Darwin ao Brasil¹⁶⁶. *Deslocado em*

¹⁶⁶ “Quis concentrar-se no livro em suas mãos, forçou a atenção, quase empurrou os olhos e o pensamento para o que estava escrito. Na página estava o nome de outro lugar também próximo da cidade – um lugar onde agora havia fábricas desativadas, já ilhadas pelo capim alto, descontrolado, à beira de uma estrada sem sinalização e sem faixas pintadas na pista de asfalto, retalhado por rachaduras. Um pouco mais adiante dali se estendia um imenso depósito de lixo, cujos gases e fumaças permanentes se avistavam mesmo a distância. Cento e cinquenta anos antes, naquele local, Darwin passou por uma experiência que fez questão de registrar por escrito em suas memórias.

Aliás, era esquisito – pensou Pedro –, era esquisito que o livro contasse tantos episódios de sua viagem por estas terras, quando o normal seria concentrar-se na explanação das descobertas e teorias científicas do inglês, ainda que em forma simplificada – era aquilo o que interessava, afinal, aquilo era o importante. Mas o livro tinha sido escrito neste país, era direcionado aos leitores daqui, e os editores, sem dúvida, avaliaram que teria um certo gosto de glória, que seria quase a apropriação de uma parcela do progresso poder figurar com destaque nas lembranças estudiosas do cientista: documentar que a luz daquelas paisagens havia tocado os olhos atentos do sábio inglês” (Figueiredo, 2010, p. 65). Como se vê pela qualidade das associações, o herói está *aquém* da consciência autoral *apenas* no que tange à capacidade de orquestração desta última, responsável por “dosar” as aproximações do narrador em terceira pessoa em relação ao narrado e a Pedro, sobretudo (censurando, inclusive, expansões ordenadoras que revelem de modo demasiado nítido um “excesso de entendimento” frente à personagem, cujo percurso, em termos de

relação ao próprio corpo, deslocado em relação a Rosane, deslocado, por fim, em relação ao espaço do bairro longínquo visitado apenas nos finais de semana, e, portanto, sobretudo, em condição simetricamente oposta aos demais passageiros do ônibus, cuja homogeneidade, Pedro detecta – “cientista” em território alheio –, destoa de si (Figueiredo, 2010, p. 9-11).

E pronto: ali estava um bom exemplo do que acontecia tantas vezes com Pedro. Ele sabia disso. De devaneio em devaneio, de desvio em desvio, seus pensamentos se precipitavam para longe, se desgarravam uns dos outros e no fim, em geral, acabavam se pulverizando sem deixar qualquer traço do que tinham sido, do que tinham acumulado. Às vezes, no entanto, ali mesmo na fila do ônibus, no meio daquelas pessoas, suas ideias perdidas voltavam atrás, de todas as direções, convergiam de um salto e Pedro, surpreso e até assustado, dava de cara com a pergunta: *Por que eles permitem que eu fique aqui? Por que não me expulsam, como é do seu direito?* (Figueiredo, 2010, p. 10; grifos no original).

Seja por uma objetividade empenhada (que, no entanto, não ousa *ultrapassar* e, por assim dizer, normatizar a contingencialidade da experiência e da consciência em tela), como no caso de *Passageiro do fim do dia*, seja pela ironia verborrágica de *Leite derramado* e sua incontidência auto-denunciadora, o intuito desta literatura, como se vê, é o de sondar sua inserção na conjuntura social sem perder de vista a pouca importância, desconfiança e, por fim, indiferença, que lhe devotam aqueles de cujo trabalho seguirá em dívida.

Como alertava Michael Löwy em meados dos anos 1970, em tese brilhante sobre a radicalização da inteligência pequeno-burguesa, quadro de classe a que Chico Buarque e Rubens Figueiredo pertencem¹⁶⁷,

consciência, já é *per se* excepcional). Essa similaridade com diferenças – entre criador e criatura – está na raiz do jogo poético proposto pelo escritor carioca. A contestação política encabeçada por Pedro, que se dá somente em nível pessoal e embrionário (pelo menos por enquanto, isto é, enquanto dura o romance) é *via de realização* da contestação reformista *organizada e politicamente plena* (pública e/ou publicizada) de Figueiredo.

¹⁶⁷ Para a sucinta localização de Chico Buarque como intelectual pequeno-burguês, voltar à nota 159, na página 194.

[e]m muitos países capitalistas avançados ou dependentes, esta *intelligentsia* radicalizada ainda está bastante isolada da maioria do proletariado. [...] [A]bandonados a si mesmos, os intelectuais e estudantes estão em última análise condenados à esterilidade, ao impasse, à derrota – e ao desencorajamento e desmoralização que seguem. [...] [O]s setores da *intelligentsia* revolucionária mais engajados na luta contra o capitalismo procuram precisamente, por todos os meios, a junção com “o combate tradicional dos explorados”, a unidade política e ideológica com a vanguarda da classe operária (Löwy, 1979 [1976], p. 271).

Nesse sentido, somando-se à solução buarquiiana, de ridicularização e, portanto, refração quase total do discurso autoral operada por meio de seu narrador centenário, Figueiredo percorre caminho poético alternativo, mas de equivalente potência crítica: em *Passageiro do fim do dia* há proximidade de condição entre a última instância semântica da obra e seu narrador (colado à consciência protagonista de Pedro). O fenômeno explica-se pela proximidade de classe entre criador e criaturas (tanto a personagem quanto o narrador que a acompanha e lhe é miscível). Recuperando a teoria bourdieusiana, o trio encontra-se em determinada faixa de capital propícia à radicalização contra as diversas temporalidades capitalísticas cuja hostilidade sentem de maneira mais profunda do que patrões e empregados, extremos que sua condição algo independente rejeita¹⁶⁸.

¹⁶⁸ Na síntese de *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*: “Na verdade o rótulo de ‘intelectual pequeno-burguês’, malgrado seu uso abusivo, contém grande parte de verdade. Há entre a *intelligentsia* e a pequena burguesia uma afinidade, uma intimidade, uma cumplicidade sociologicamente explicável. De um lado, porque a maior parte dos membros da *intelligentsia* são recrutados na pequena burguesia, mais precisamente no setor dos ‘trabalhadores intelectuais’ (e não em outros setores desta classe: pequenos camponeses etc.). Existe então um liame inegável de origem social entre uma larga fração da categoria social e a classe pequeno-burguesa, liame que não se pode ignorar, nem superestimar. De outro lado, porque nas profissões intelectuais (escritor, professor, artista etc.), os meios de trabalho e de subsistência oferecidos aos intelectuais pertencem tradicionalmente, por sua natureza, à pequena burguesia, em geral, e às profissões liberais, em particular (o que não impede, bem entendido, que uma minoria de intelectuais pertença, por sua profissão e posição social, à burguesia, à aristocracia ou mesmo à classe operária)” (Löwy, 1979 [1976], p. 2). Um dos casos mais emblemáticos do burguês que trai a própria classe, lembrado por Löwy, é o de Friedrich Engels, não passando, entretanto, de exceção. Se retornarmos à referência bourdieusiana, veremos que a raridade desses casos, tanto de burgueses-intelectuais quanto de proletários-intelectuais deve-se, nas mais imediatas das instâncias mediadoras, à dificuldade de reconversão de capitais em sólido patrimônio cultural (na regra, aquele cujo monopólio é de intelectuais tradicionais). Quando burguês, a reconversão é incomum dado o excesso de capital econômico e capital social (no caso, capital social de base econômica), sem competição capaz de os relegar a segundo plano. Quando proletário ou subproletário, a escassez daqueles mesmos capitais impede o investimento cultural e, por consequência, a realização intelectual plena.

Dizemos “algo” independente, pois, como Michael Löwy também notava ainda nos anos 1970, há crescente *proletarização* da camada intelectual, o que, por outro lado, amplia as chances de radicalização, como, aliás, a história de Pedro – a história de sua tomada de consciência reformista, por assim dizer – prova à exaustão.

[D]ecorre uma série de consequências para o trabalhador intelectual que são *os sinais visíveis de sua proletarização*: a passagem da autonomia à subordinação e da independência à dependência; a perda de controle sobre o conteúdo de sua própria atividade [por exemplo, escritores tornados jornalistas; ou tradutores obrigados a burocratizar sua atividade¹⁶⁹]; a expropriação de seu sobretrabalho. A proletarização frequentemente significa também a desqualificação, a subocupação, o desemprego, os baixos salários, o trabalho parcelado, fragmentado, mecanizado, monótono e brutalizante (Löwy, 1979 [1976], p. 254; grifos no original).

Tudo isso entraria em conflito, segundo o sociólogo marxista, com o caráter eminentemente pré-capitalista do trabalho na pequena burguesia. “Para o artesão, o camponês parceiro, o profissional liberal e o intelectual tradicional não há separação entre

¹⁶⁹ Este é o caso de Rubens Figueiredo. Vejamos um excerto de entrevista concedida pelo intelectual ao jornal Rascunho, publicada em 2011: “Traduzo livros há 20 anos. Em função do vigente quadro de dominação econômica e cultural, quase todos são de autores americanos e ingleses contemporâneos. Nos últimos anos, porém, tive oportunidade de traduzir também livros russos do século 19. O contraste não poderia ser mais chocante. Os autores russos do século 19 viviam sob o regime autocrático dos tsares, em que vigorava a censura e a repressão violenta aos movimentos de contestação. Mas é em suas obras que encontro liberdade de pensamento, audácia de composição artística e de questionamento social, além de um esforço ferrenho para construir uma larga via de acesso capaz de integrar suas obras à dinâmica da sociedade. Já nos autores americanos e ingleses contemporâneos que traduzi nesses 20 anos, o que sinto de forma predominante e *constrangedora* é a presença incessante de um temor ou pelo menos de uma timidez de questionar, criticar e investigar a fundo, com desenvoltura, as fontes e os mecanismos que geram as relações desiguais de poder. Talvez pese aí o fato de que tais autores são beneficiários diretos, e em escala nunca vista, desse padrão de relações. Portanto, no que se refere ao que traduzi, as contribuições mais importantes vieram quase todas dos autores russos. Neles, toda e qualquer questão tida como estética jamais se dissocia de uma perspectiva consciente e explícita em face da história e das relações sociais” (Figueiredo, 2011a; grifo nosso). O *constrangimento* do tradutor não é outro senão o atestado de sua dependência, sentida como humilhação. Em intervenção pública no XV Encontro da Associação Brasileira de Literatura Comparada, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no dia 20 de setembro de 2016, Figueiredo igualmente expôs sua perturbação em traduzir autores (as) alheios ao que pensa e defende. Deu o exemplo de Susan Sontag, em quem o interesse encontrado por parte dos leitores da autora norte-americana julgou incompreensível, dado o festival de platitudes descoberto pelo tradutor na obra sobre a qual dispendeu seu tempo. Ao contrário, quando fala em Tolstói e na literatura russa da virada para o século XX como um todo, Figueiredo identifica uma coordenação íntima com a própria obra ficcional, num quadro de inter-relação fecunda com a atividade tradutória, que assume com notório contentamento (V. Figueiredo, 2012).

o produtor e o produto de seu trabalho, entre o indivíduo e o processo de produção e entre a personalidade do trabalhador e sua obra” (Löwy, 1979 [1976], p. 4). Com a crescente dissociação de tais elementos, operada pelo desenvolvimento do capital, aumenta a sensação de hostilidade e a reação crítica. Mas a transformação de intelectuais em revolucionários depende, ainda, dirá Löwy (1979 [1976], p. 8-9), “da existência de uma tradição marxista no seu país e da possibilidade de ter acesso ou não à literatura marxista”. A atração da fração pequeno-burguesa ideóloga dá-se, comumente, de início, pela teoria. Tal mediação – o estado em que se encontra em determinada época e local – poderá ou não levar os agentes envolvidos a associar sua produção simbólica radicalizada a outras formas de luta. No caso exemplar de Rubens Figueiredo: formado em Letras (português-russo) na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi professor da rede pública de ensino (médio e supletivo fundamental) do Estado fluminense por 30 anos, 26 deles na favela de Cidade de Deus, à noite (V. Figueiredo, 2015); a prática, ainda no campo do trabalho imaterial (apesar de produzir consequências de grande palpabilidade), de evidente abnegação para o volume de capital cultural acumulado pelo autor – uma escolha política (sua “maior satisfação”, como diz [Figueiredo, 2011b]) em meio a outros “possíveis” –, junta-se ao histórico de combate (conquanto breve) na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), contra o regime militar brasileiro (Figueiredo, 2015).

Todavia, voltando ao ponto sobre a precarização do intelectual, não basta tal quadro para que as camadas exploradas encontrem aliança nessa fração da pequena burguesia. Nem dos serviços daquelas esta prescindirá – o que basta para que as posições no sistema produtivo estejam mantidas –, nem, muito menos, haverá participação política e cultural em pautas estranhas a quem mal desembaraça-se da necessidade. Como tentamos indicar ao longo deste trabalho, as mediações que travejam a reforma social efetiva são muitas, e a desmobilização política do proletariado e do subproletariado brasileiros, sobretudo em sua camada hoje mais relevante, a de trabalhadores do dito setor terciário, apenas aponta para a dificuldade de uma coalizão interclassista, cujo mais imediato dos elementos embargantes é a luta ideológica. Por aí, autores e autoras da pequena burguesia radicalizados traçarão poéticas sintomatológicas: a neurose objetiva cara a *Passageiro do fim do dia* está transposta formalmente, na culpa do protagonista e no repisar descritivo do que advém a sua consciência, realizações de um comprometimento social que, de maneira algo direta, quer esposar o que Rosane significa.

Ele tinha de chegar ao Tirol, à casa de Rosane. Ela já devia estar lá, com o pai e a tia, em volta da mesa na cozinha. Só faltava Pedro. E surgiu na sua memória a imagem de Darwin atravessando o rio, a água lisa, escura, a vara do escravo que tocava o fundo para impelir a balsa (Figueiredo, 2010, p. 196).

* * *

Mas o ponto de chegada poético de sua obra, realizado em *Passageiro do fim do dia*, nem sempre anunciou-se claramente nos lançamentos anteriores do autor, apesar da radicalidade política que representa estar todo o tempo, como visto, “contida” em sua trajetória.

Tendo começado a carreira literária como *ghost writer* da editora Cedibra, para quem trabalhara sobre temas eróticos e românticos “sem nenhum cuidado” formal (Figueiredo, 2002, p. 209 *apud* Rabello, 2007, p. 138-139), Figueiredo lança três romances policiais na década de 1980 e início da década de 1990: *O mistério da samambaia bailarina* (Record, 1986); *Essa maldita farinha* (Record, 1987); e *A festa do milênio* (Rocco, 1990)¹⁷⁰. Essa primeira fase de sua obra autoral é renegada pelo próprio escritor (Figueiredo, 1999; 2002, p. 210-211 *apud* Rabello, 2007, p. 139), e a crítica literária tem sido unânime em separá-la de seu encaminhamento seguinte, a partir do volume de contos *O livro dos lobos* (2009), de 1994. Luiz Costa Lima, por exemplo, fazendo o inventário da obra do autor até o romance *Barco a seco* (2001), apontou a “absoluta homogeneidade” na qual convergem as primeiras tramas, presas de uma “simetrização excessiva” no modo de compor, em peripécias de tal maneira interligadas e encaixadas que soavam como simulação: “algo que reproduz o interesse divertido que a mercadoria-romance deveria provocar. Desse modo a ficção perde sua força crítica e se transforma em forma de lazer” (Costa Lima, 2002, p. 287). Ivone Daré Rabello (2007, p. 128), por via mais direta e terminante, enquadra essa fase de Figueiredo em “um setor especializado, e lucrativo, do mercado editorial: a chamada ‘literatura infanto-juvenil’”. Seriam livros *de gênero*, em acepção negativa, de entretenimento, apesar da tentativa do escritor de “renovar” a área com procedimentos de vanguarda, já, então, por certo, há

¹⁷⁰ Ver Figueiredo (1986; 1995 [1990]; 1999 [1987]).

muito banalizados, o que reafirmava a incorporação estéril daquela poética ao mercado de bens culturais.

Nas suas paródias do romance policial *noir*, o escritor vale-se de procedimentos como a fragmentação da narrativa, a multiplicação de pontos de vista (configurando o sentido aberto e multívoco da história), a representação da oralidade mais corriqueira. Mas os enredos não convenciam: numa história que ainda se prendia à pretensão de “narrar”, a inverossimilhança das situações e peripécias não sustentava a vontade de pôr em cena indivíduos comuns que, sem mais nem menos, viam-se envolvidos em complôs internacionais com fortes interesses políticos e econômicos. Certa graça advinha do deboche das soluções realistas, do abuso das brincadeiras verbais, da *blague* pela *blague*, mas o tom dominante era de inadequação de alguns expedientes de composição (como a do papagaio-narrador, por exemplo, que conduz parte da narrativa em *O mistério da samambaia bailarina*, sem que do artifício resulte outro significado que não seja a piada irrelevante com a tradição) (Rabello, 2007, p. 129-130; grifos no original).

A partir de *O livro dos lobos*, segundo a pesquisadora (Rabello, 2007, p. 130), já “não haverá outros desvios”, juízo replicado da crítica de Costa Lima (2002, p. 287), para quem o volume de contos representa “um salto em sua produção”. No livro ora reeditado pela Companhia das Letras (V. Figueiredo 2009 [1994]), “quase totalmente reescrito”, segundo a editora, o tratamento sério da matéria literária suplanta gravemente a despreensão ostentada da fase anterior, transicional, por assim dizer, entre o *ghost writer* de literatura *pulp* e o escritor em busca de consolidação (Cf. Figueiredo, 2002, p. 209). Ainda que seja temerário estabelecer marcos estanques de divisão, seria possível ainda, como tentaremos demonstrar a seguir, indicar uma terceira (e definitiva?) fase na escrita autoral de Figueiredo.

Na obra de 1994, esboça-se, já com maestria, traço determinante do também volume de contos *As palavras secretas*, de 1998, qual seja, a imersão fulgurante dos enredos em pontos – verdadeiros lapsos – de opacidade narrativa (Costa Lima, 2002, p. 288), sem que se deixem capturar por marcações temporais nítidas, o que desestabiliza a leitura. Não obstante atrelando a esta um “estilo preciso e enxuto” (Rabello, 2007, p. 130), que dispensa blagues e humorismos vãos e compulsa o leitor ao tratamento severo e profundo do texto. Por exemplo, no *estranho* “Um certo tom de preto”, em que a

narradora em primeira pessoa, recompõe, de um manicômio, a história de sua internação (V. Figueiredo, 2009 [1994], p. 82-102).

Essa notação em *suspense* toma toda a extensão dos relatos nos momentos mais radicais do livro, e tem bom exemplar também em “Os anéis da serpente”, quando um sonho repetido captura a rotina desperta do narrador.

Comecei a ter a impressão de que eu vivia num plano inclinado, de que essa inclinação se acentuava e assim tudo à minha volta tendia a deslizar na mesma direção, para baixo, onde corria o meu sonho. Lá no fundo, o homem da cicatriz no peito aguardava, pronto para recolher o que caísse. Combater aquele homem era combater o sono. Assim, espalhei grampos e objetos incômodos pela cama. Gravetos com pontas, cascas secas, coisas malucas. Tentei me manter acordado à noite, não deitar, sair de casa e ficar caminhando. Logo compreendi o risco que isso trazia. O cansaço era mais perigoso do que a cama e eu podia adormecer em qualquer lugar: um banco de praça, uma mesa de bar, um assento de ônibus. Um local onde ele poderia até, quem sabe, me encontrar dormindo (Figueiredo, 2009 [1994], p. 136).

Mas o que sutil e convincentemente *mobilizava* a realidade em *O livro dos lobos* – tratando de reafirmar o sentido vasto de realismo, como vimos sob a teorização madura de Lukács¹⁷¹ –, seja no enlouquecimento da personagem no qual o leitor divisa apuro e lucidez, seja na figuração onírica saturada de uma vigília que não pode abrir espaço ao sono e ao sonho, perde-se em *As palavras secretas*, por meio, paradoxalmente, de uma radicalização do fantástico: bem-vinda, caso não despendesse para o meramente *fabular*.

Exemplar ainda da mudança de consciência narrativa do autor – que supera o coloquialismo exagerado por uma sorte de “escrita precisa” (Rabello, 2007, p. 130-131) –, *As palavras secretas*, apesar de, como notou Costa Lima (2002, p. 292), estabelecer o “reconhecimento do estranho” (o que “se esconde sob a massa rotinizada e agora se esgueira entre suas frestas”, sendo, portanto, expediente poeticamente mais efetivo do que o “realismo costumeiro” [Costa Lima, 2002, p. 295]), sofre forte inflexão *parabólica*. Traço, de resto, visível desde o título, que, nomeando talvez o pior conto da obra, encerra certo preceito *escolar*, ou, para seguir a “orelha” da edição, em termos mais elevados, afeta uma “experiência iniciática da literatura”. Ora, tratando de obra excepcional em

¹⁷¹ Ver tópico 1.2.3.

relação ao grosso da produção coetânea, a crítica não deve, por isso mesmo, eximir-se de apontar rigorosamente suas limitações, bem como a saída *positiva* que engendra.

No conto principal do livro de 1998, acompanhamos um aldeão, pastor de cabras, que aprende a ler e escrever, suscitando forte reação paterna, de cuja casa termina fugindo. Sem marcações temporais concretas, o tempo antigo do conto confere ao letramento a marca da maldição e, apesar do relato desenvolver-se com complexidade, entremeado por fragmentos de experiências paralelas, seu caráter de rasa parábola esteriliza em lição moral o esgarçar fantástico (de relevante produtividade) do tratamento narrativo. Há um ser ou essência – a imaginação? – que recebe em seu nicho sacro o ímpeto de Matias, o protagonista do conto.

A extensão do seu tédio se media em muitas vidas, e ela não soube quantas vidas depois o homem irrompeu da orla de sombra para entrar de chofre na gruta. Após resvalar nos poros da pele e deslizar no fluxo agitado do seu sangue, em um giro que correu o corpo dos pés à cabeça, ela escorreu, de um jato, para o fundo do homem. Expandiu-se em ramificações que buscavam, em um único impulso, lembranças, pesadelos, ódios, crimes e gritos. Ela exultou com o sabor daquela agitação compacta, em que muitas vidas pareciam comprimidas num tempo tão curto. Arrebatada pelo sobressalto, pela força nervosa que descobriu ali dentro, ela se deu conta de que a sua gruta parecia mais viva, mais vigorosa, repentinamente capaz de oferecer amplitudes desconhecidas (Figueiredo, 1998, p. 59-60).

Ora, se essa recaída professoral de Figueiredo contamina o volume de contos como um todo, é impossível deixar de reconhecer a qualidade irretocável de “A arte racional de curar” e “A ilha do caranguejo”. Neste último, a intangibilidade marcante do enredo, passado em território de difícil acesso e sem localização histórica imediata é formalização fundamental de algo terrível que precisa ser escondido. O leitor percorrerá as muitas páginas do longo conto sem tocar os pés no chão, “perdido” no monólogo de uma narradora que igualmente desconhece as implicações finais de seu relato (ou finge desconhecer?). Até que a companhia de um pesquisador estrangeiro, interessado em migração de aves, de nome Eugênio, leva Bárbara – a narradora – a abrir, progressivamente, um pouco mais sua história, para além das mitologias com que abastecera imaginação e existência, como cria exótica da ilha, sem filiação definida. Afinal, parece apenas tutelada por Athos, o veterano naquelas paragens, em que

caranguejos trocam a sua casca “diversas vezes na vida. Em lugar do velho, um novo caranguejo recomeça, com sua tenaz revivida, a mesma haste desproporcional em relação ao resto do corpo, o mesmo peso insensato que ele arrasta [...]. A ponta com a qual fere e despedaça” (Figueiredo, 1998, p. 169).

A protagonista, incomodada com o fato de Eugênio conversar com Athos na mesma língua natal de seu tutor (o alemão), deslocará, enfim, a suspensão narrativa em que havia se acomodado.

Eugênio teve o cuidado de não expor as coisas desse modo e tentou evitar qualquer vestígio de recriminação. Mas deduzi que Athos, até certo ponto, sabia do risco que sua esposa corria. Estava ficando velho e sua vontade de ter um filho o cegara. Pude até imaginar Bárbara se deixando convencer em face da teimosia de Athos, ou de uma teimosia que também era dela. Antes que eu abandonasse aquele meu devaneio, vieram bater em meu ouvido palavras mais duras e me dei conta de que Eugênio falava de Athos. Eugênio passou a gaguejar um pouco e a se repetir.

Entendi que Eugênio tinha perdido o rumo, tinha esbarrado num muro. Tomava impulso e voltava a investir, por um outro lado, mas sem sucesso. Havia muitas coisas que ele não se mostrava capaz de contar. A dúvida o tolhia, e Eugênio no íntimo devia se perguntar, afinal, quem ele pensava que era para estar fazendo aquilo. Mesmo assim, pelas pontas que ficavam de fora, deduzi que se tratava de certos fatos ligados ao país natal de Athos. Eram as circunstâncias e o motivo pelo qual Athos tinha vindo para esta ilha, muitos anos atrás (Figueiredo, 1998, p. 167).

Os melhores momentos, portanto, dessa segunda fase poética do escritor carioca, que se encerra com a publicação de *Barco a seco* (2001), pautam-se na *coincidência estrutural* entre o conteúdo e sua forma. Como vimos, quando uma das duas matrizes alternativas – isto é, que se retraduzem de maneira mais ou menos correspondente, e sempre em relação às demandas e à capacidade de produtividade artística – sofre carga hipertrófica, desvinculando-se de seu par, há perda de qualidade: no caso específico de Figueiredo, o conteúdo *positivo* ou moral de suas composições menos críticas. Esse vezo professoral é mesmo capaz de anular a qualidade técnica e a manipulação de efeitos literários de forte repercussão. Ainda no primeiro capítulo deste trabalho, vimos como Theodor W. Adorno identificava a impossibilidade contemporânea – temporalizada em Auschwitz – das obras de arte “constituírem-se como coerência de sentido” (Adorno,

1982 [1970], p. 175)¹⁷². A atribuição de qualquer positividade à existência é caminho mais rápido para a irrelevância, perda na massa da ideologia corrente. E isso é patente, em especial, em textos literários que se prestam a veicular, mesmo quando bem “fundidas”, lições morais (edificantes ou desencantadas¹⁷³).

A célebre teorização de Adorno é inspirada nas obras de juventude de Lukács, contra quem o alemão posteriormente irá se insurgir, conforme embate também por nós reconstruído mais acima. Mas as consequências de tal desentendimento não fizeram jus, pudemos ver, à formulação estética madura do filósofo húngaro, em que o princípio “dialético-contraditório” de contraste sobre as representações primárias da realidade social – a “primeira imediatez”, como denomina na *Estética* (Lukács, 1982b [1963], p. 394) – impede a prescrição edificante como norte poético; a este, com efeito, identificará a totalidade do movimento histórico, de difícil e permanente tentativa de apreensão, tentativa essa que Lukács relacionou à “conquista da realidade objetiva” e que, na formulação de face hegeliana do último Sartre, ligava-se à totalidade-em-devir da história, bem como – já em inequívoco solo marxista – à intervenção *totalizante* da práxis¹⁷⁴.

A práxis é trabalho que remaneja condicionamentos ultrajantes à objetivação plena do artista e de seu público, que também se objetiva através da obra de arte. “Como projeto organizador que supera condições materiais em direção a um fim” (Sartre 2002c [1960], p. 806), a sua ação, sob regime exploratório, só há um caminho: a luta de classes; no terreno caro a nossa discussão – o simbólico –, pela reposição *em presença* dos diversos grupos sociais e de seus interesses.

¹⁷² Cf. as discussões propostas nos tópicos 1.2.1 e 1.2.2, especialmente páginas 48 e 52 a 57.

¹⁷³ A lição do desencanto não é menos problemática do que a moral positiva. Almejando revelar ao leitor os ganhos de uma sabedoria resignada, pode ser caminho de irresponsabilidade social, em cujo jogo bem acomodado o trabalho ético de sensibilização permanente com as assimetrias sofre o descrédito dos incrédulos, tidos mesmo por sábios. Por isso mesmo, em muitos casos, essa linha de entendimento e figuração não se confunde com negatividade *crítica*.

¹⁷⁴ Quando no tópico 1.1 indicamos as múltiplas raízes filosóficas e políticas que ergueram a *Crítica da razão dialética* e fazem dela, no limite, como notou *pela direita* Raymond Aron, uma obra “monstruosa” (Aron, 1973 *apud* Tertulian, 2012 [2005], p. 76), restou fixar, para além de Hegel e Hobbes, o maoísmo que poderia ser designado, sem medo de forçar a nota, como unificador do pensamento de Sartre àquela altura. O pensamento é de extrema-esquerda, apontando a luta extrainstitucional como única saída, sem, no entanto, eximir-se de atestar o processo de institucionalização do que fora revolucionário. Sobre a “petrificação” burocrática do mundo socialista à época, ver Sartre (2002c [1960], p. 737-739).

Como mostrado mais acima, no exemplo sociológico de Florestan Fernandes, o autor só supera o inventário estanque de características sociais do povo negro da capital paulista – em *A integração do negro na sociedade de classes* – quando lê tais caracteres “disfuncionais” em relação aos outros estoques raciais, hierarquizados no regime de classes. Nesse sentido, forçosamente, sua análise se abre à práxis negra, completando o quadro de maneira mais próxima à história, no acompanhamento dos movimentos sociais que convertem o impacto terrível da herança sociocultural em consciência e agência libertárias¹⁷⁵.

Da mesma forma, vemos a inflexão poética final de Rubens Figueiredo. Em seus dois últimos livros – *Contos de Pedro* (2006) e *Passageiro do fim do dia* –, o escritor carioca direciona um ultimato ao que antes ainda prendia-se seja a contorcionismos narrativos exangues – como no jogo algo estéril do duplo¹⁷⁶ ou nas simetriações estruturais excessivas da forma –, seja à caracterização e condução formal parabólicas ou fabulares, presas a lições de fundo impossibilitadas de proceder a uma objetivação convincente dos motivos sobre os quais interviam. Essa terceira e última fase de sua obra não teme a referencialização plena das tramas como se houvesse aí algum demérito artístico. Na verdade, o “salto” de qualidade deve-se justamente à incorporação franca da matéria social brasileira. A complexidade desta, a necessidade de encará-la, descendo às mais profundas de suas implicações – reagindo *formalmente* a seus motivos –, não deve, com efeito, admitir “concorrência” possível: não porque seja normativa em face à realização literária, mas tão somente porque de sua totalidade referencial – tudo o que temos – derivam também os voos planos da fabulação moral ou do estetismo, ainda que seus criadores possam espalhafatosamente revoltar-se contra a “explicação” que situe tais expedientes na história¹⁷⁷.

¹⁷⁵ Cf. tópico 2.2, seções “a” e “b”. Mais à frente, no tópico 3.4, veremos como a autoria literária negra converte autores e autoras, leitores e leitoras negros em sujeitos da história. Tal objetivação combativa de si não guarda, com efeito, manual de boa prática, sendo necessário averiguar a consequência artística – social, portanto – de cada obra.

¹⁷⁶ É esse o *leitmotiv* de “Os biógrafos de Albernaz”, “Um certo tom de preto” e “Os anéis da serpente”, em *O livro dos lobos*; de “A ele chamarei Morzek” e “Eu, o estranho”, em *As palavras secretas*; do romance *Barco a seco*; e, por fim, de “Onde as montanhas dançam”, em *Contos de Pedro* (2006).

¹⁷⁷ Esse “situar” social, que nos compele à leitura sociológica estratégica, como queria Sartre (2002a [1957], p. 67), dá conta, portanto, das mais complexas, arcanas e sofisticadas subjetivações, de suas sublimações e formulações, sendo indispensável à teoria e crítica literárias que ambicionam ler o texto mais completamente, para além de uma objetivação autoral unilateral. Nesse sentido, a agência pode deparar-se

O autor de *Contos de Pedro* procederá de maneira autofágica quando em “A última palavra”, narrando a vida de um alto funcionário da administração pública, que acaba abandonando a vida intelectual como um todo para investir seu potencial na preparação do concurso à sinecura, descreve as veleidades literárias do protagonista, ora já insatisfeito na vida materialmente confortável, mas de cuja inépcia intelectual se ressentirá, debatendo-se contra a carreira que enterrara o grosso de seu patrimônio, o cultural. Nada que *a priori* coincida com a trajetória de Rubens Figueiredo, o que, não obstante, muda de figura quando no enredo fortemente referencializado na realidade desigual brasileira, o alto burocrata passa a escrever um segundo livro, um romance, sob a sombra indigesta do livro de contos anterior, que alcançara sucesso e rendera a ele deferência, algo que sua vaidade quer reeditar a qualquer custo, mesmo mediante talento já empalidecido. Na autocrítica à qual se submete a personagem, acompanhada de perto pelo narrador em terceira pessoa – o discurso é o indireto livre –, vislumbramos vestígios poéticos da própria trajetória de Figueiredo (que, no entanto, estão projetados, e, desse modo, refratados, sobre um agente politicamente alienado).

Tinha consciência de que o assunto e mesmo a linguagem podiam dar a impressão de que o seu romance não pertencia ao mundo contemporâneo. Podiam incriminar o autor por dar as costas para o seu tempo, como as pessoas diziam. O enredo se passava num século indefinido, quase mítico, no continente mais remoto possível. Os personagens tinham nomes formados por sílabas que mal caberiam na boca de quem os lesse. E Pedro gostava de pensar que tudo demandara uma pesquisa enorme.

Contra as objeções que ele mesmo adivinhava, alegava que todos, querendo ou não, éramos contemporâneos. Vivíamos e tínhamos de viver nesta nossa sociedade, e nem sequer existia outra – que grande mérito podia haver nisso? [...] No caso de um romance, segundo Pedro, [...] só poderia representar uma espécie de acanhamento. Pior, beirava a covardia. Mais valia ser discrepante, melhor fazer valer uma voz própria e deixá-la soar (Figueiredo, 2006, p. 130-131).

A narrativa miscível à consciência da personagem mimetiza as racionalizações caras a um autocentramento de classe, perfeitamente visível sobre o pano de fundo da maioria

francamente com a estrutura, tentando *reverter* através da práxis artística o que lhe é escravizante e hostil, em luta com as condições materiais e com os homens que as produzem (Sartre, 2002c [1960], p. 807).

dos demais contos do livro, em que trabalhadores brasileiros, sobretudo subproletários do setor terciário, dividem o nome “Pedro”, numa sorte de homogeneidade humanista norteadora, no entanto fendida pela luta de classes. De sorte que a empresa literária de nosso sinecurista será uma vez mais ridicularizada, afinal

o vestuário e os adereços de outro século, de outro continente e de outra civilização, que nem havia existido, revelavam-se francamente frouxos e malcortados sobre os ombros magros e os cabides de arame do mais batido dia-a-dia – os dias batidos que, afinal, eram apenas os dias de Pedro [...] e de todo mundo (Figueiredo, 2006, p. 148).

O itinerário não descamba, todavia, para a idealização de personagens e narradores pobres e trabalhadores. Estes serão retratados de maneira complexa, nas limitações e mesmo taras perversas com que reagem a sua exploração, não raro contribuindo para fortificá-la. Dessa maneira, em “Uma questão de lógica” – um dos dois contos do livro em que a voz da personagem-protagonista é diretamente representada¹⁷⁸ –, acompanhamos a saga regressiva de um ex-funcionário de churrascaria, aposentado por invalidez. Na situação exploratória insofreável, o acidente que mutila é, de modo paradoxal, via negociada de restituição e distribuição de riqueza: nos limites monetários ínfimos em que a justiça formal nas democracias desiguais se propõe a agir. Vale a pena transcrever o longo trecho em que o narrador justifica seus ganhos, sendo possível divisar já aí a maneira destrutiva, mesmo ultraindividual, com que Pedro opera as vicissitudes de sua trajetória, característica de uma personalidade adoecida e desviante, que despertará no leitor a dúvida sobre o grau em que é vítima ou sujeito da perda.

Meu dedo é engraçado: dormente o tempo todo, às vezes o sangue aperta por dentro, formiga e chega a esquentar. Outras vezes o dedo não se deixa mais perceber, vira pedra, em carne e em osso. Eu acabo no meu dedo, isso é certo, ele é o fim – o ponto de chegada. Não digo que eu não sirva para nada, não digo que por causa do acidente eu não pudesse continuar a trabalhar, não pudesse procurar outras profissões. Na verdade, fiz e ainda faço algum serviço informal aqui por perto, quando há oportunidade. Eu tenho estudo, sou mais preparado do que esses bugres que arrastam as sandálias de borracha pela rua

¹⁷⁸ A outra voz em primeira pessoa é a de “Onde as montanhas dançam”: recaída do autor na *fórmula* do duplo, e, não por acaso, narrativa de menor interesse em *Contos de Pedro*.

ou andam descalços mesmo e que mal conseguem falar meia dúzia de palavras cuspidas de uma gíria grotesca. Porém assim que um advogado, um freguês da churrascaria onde eu trabalhava, me avisou que havia uma compensação legal, vitalícia, para casos como o meu, nem pensei duas vezes.

Vitalícia, essa é a palavra, é assim que se melhora de vida, qualquer um sabe: esse é o caminho para dar um jeito, de uma vez por todas, na vida de quem sabe usar a cabeça. É uma questão de agarrar a oportunidade. Quando a justiça, lá de longe, soprou a deixa em meu ouvido, entendi logo e parti para arrancar minha migalha de onde outros tiram montanhas inteiras. Daí nascem as fortunas, daí vêm todos os ricos.

É verdade, reconheço, imaginei que no fim fosse me render mais. Porém na hora, na sofreguidão de se livrar do peso que empurra a nuca para baixo e não deixa a gente nem levantar os ombros, quem vai pensar? Só quem já passou por isso pode saber o que é, durante horas e horas, no meio da fumaça gordurosa, descascar e picar quilos e quilos de legumes, limpar, cortar e temperar tanta carne que daria para refazer, com ela, todos os bois que cabem num caminhão.

E mais tarde, quando tudo já acabou, quando suas mãos estão ardendo e o pulso estala à toa por dentro feito caco de vidro, quando os seus pés e os seus tornozelos estão inchados e você pensa que finalmente vai poder ir para casa dormir, o gerente põe na sua frente um balde enorme cheio de camarões pegajosos para você lavar e descascar, um por um. Põe o balde no ladrilho do chão e dá logo as costas, porque sabe que se olhar por mais um segundo nos seus olhos pode até levar uma facada – com uma daquelas lâminas já gastas até a metade, de tanto serem amoladas na pedra da cozinha, uma das muitas facas que eles mesmos deixam ali, ao alcance da sua mão, como se fosse de propósito (Figueiredo, 2006, p. 63-64).

Mas Pedro, o leitor logo descobre, virará tal energia contestatória, inerente à condição de subproletário, sobre seus iguais. Humilhará esposa e enteado, bem como a mulher e os filhos deste, que, inicialmente morando sob o teto que Pedro comprara com a indenização, serão obrigados a abandonar o narrador, por seus sucessivos desvios comportamentais. Como na reificação a que submete sua companheira e também a esposa do enteado.

Minha mulher havia emagrecido, secado por dentro, estava feia, velha, começava a encolher. Aqui e ali, já se adivinhava uma ponta de osso que nunca tinha dado sinal de existir. E ela nem era velha, na verdade. Ainda não podia ser. Como era possível estar tão diferente do dia em que havia chegado à minha casa? Tão parecida, naquele tempo, com a Cláudia [esposa do enteado], agora (Figueiredo, 2006, p. 72).

Os outros *Contos de Pedro* mobilizam a realidade nacional de maneira igualmente aguda, deduzindo formalmente a matéria corrosiva que os sugere, sem temer a imersão em suas repercussões. Desiderato agônico e vertiginoso que exigirá de Rubens Figueiredo a forma mais longa do romance para percorrer, uma vez mais, e por outro ângulo de classe – próximo ao seu –, as consequências da participação literária, cultural, política e social autoconsciente. Talvez por isso use com ênfase o qualificativo “sincero” (V. Figueiredo, 2012) para designar *Passageiro do fim do dia*, que levou cerca de quatro anos para ser construído, sendo a renomeação de seu herói como Pedro apenas uma das indicações da continuidade poética do livro de contos de 2006.

3.3 – Uma poética da ascensão social: *Guia afetivo da periferia*, de Marcus Vinícius Faustini

No prefácio a *Guia afetivo da periferia* (2009), Luiz Eduardo Soares identifica os paradoxos da escrita autobiográfica de Marcus Vinícius Faustini. “Quanta nostalgia em uma paisagem literária antinostálgica; quanta melancolia, em um ambiente estético corrosivo, nada indulgente” (Soares, 2009, p. 17). Não é outra, com efeito, a sensação de surpresa que inunda a leitura deste *guia* de alta voltagem poética; insuspeita em um primeiro momento, haja vista a matéria hostil e acre da qual surge. Faustini recria literariamente cenas, experiências e fenômenos sensoriais de sua primeira infância como morador da Baixada Fluminense, em Duque de Caxias, e do restante desta, assim como a adolescência, em um conjunto habitacional em Santa Cruz, bairro do extremo Oeste do Rio de Janeiro. As privações diárias da família, as exaustivas jornadas de ônibus e trem, os subempregos, bem como a violência simbólica do contraste de todos esses elementos com a Zona Sul da capital fluminense constituem o núcleo temático do livro. No entanto, se todas as lembranças, arranjadas mais pela livre associação mnemônica do que cronologicamente, são conformadas de maneira flagrante pelas limitações materiais do narrador, ao serem transpostas para a narrativa operam por mecanismos *produtivos*, de grande força “literarizante”. Ao localizar alguns momentos exemplares de tal *mimesis* produtiva, indicaremos sua fundamentação em estratégias composicionais que, reiterando o universo subjetivo complexo do autor-narrador, optam por linhas criativas de percepção do mundo.

O lugar da *mimesis* no discurso autobiográfico de Faustini é situado a partir da observação de que a criatividade na vivência subjetiva cotidiana, estabelecida em meio à riqueza de referências culturais constantemente evocadas na constituição das experiências, em nada pode ser considerada *escapista*, posto que não nega, em nenhum momento, a matéria contextual. Por outro lado, a erudição adquirida pelo narrador e sua consequente facilidade na transcrição poética e intertextual da vida o levam, por exemplo, à transfiguração sentimental, pelo domínio da linguagem, da própria experiência de carestia. Tal procedimento aguça o sentido de produção literária de sua biografia e gera

ganhos de distinção¹⁷⁹. Tido, de maneira negativa, como “diferente” pelas meninas de seu bairro (Cf. Faustini, 2009, p. 83), o autor aposta nos relacionamentos de círculos de teatro e do cinema *cult*, bem como no engajamento político por meio da luta estudantil. Tem-se, portanto, a adequação de sua trajetória ao campo artístico e intelectual, em todo distante – “diferente” – de seu círculo social pretérito. A mudança, como se verá, está umbilicalmente ligada à ascensão social do autor. Amparada por forte crença salvacionista na educação (na leitura, mais precisamente), deve despistar o caráter excepcional do percurso descrito no *guia*.

Redimensionamento da experiência individual

Guia afetivo da periferia compreende pelo menos duas décadas da vida de Marcus Vinícius Faustini. Porém, a divisão da autobiografia em três grandes capítulos não segue razão factual ou cronológica. No primeiro deles, “Meu território”, há trinta e duas subdivisões. A cada uma corresponde uma lembrança. O fio associativo se inicia com “Os primeiros verões em Santa Cruz”, onde Faustini narra sua mudança da Baixada Fluminense para um COHAB (vulgo “Cezarão”) na periferia do Rio de Janeiro, e termina com “O abajur da Pedro Américo”, momento em que relata a compra de seu primeiro abajur de leitura, quando já morava sozinho em um quarto dividido no bairro do Catete. Sabe-se por indícios de época que a maior parte dos relatos situa-se nos anos 1980 e 1990¹⁸⁰, mas a marcação temporal cede espaço a um fluxo mnemônico que avança e recua arbitrariamente no tempo.

¹⁷⁹ O termo é entendido, aqui, nos moldes propostos por Pierre Bourdieu (2007 [1979/1982]) em *A distinção: crítica social do julgamento*. Em seu amplo estudo, como vimos por ocasião do tópico 1.3.2, o sociólogo francês mapeia taxas de *competência* cultural nas diversas classes e frações de classe da sociedade francesa. O aumento no volume de repertório (ou capital) e, portanto, domínio sobre determinado campo artístico e suas disposições estéticas, torna possíveis variados tipos de conversão lucrativa, tanto simbólica quanto econômica. Como fração dominada da classe dominante (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 520n), só resta à *intelligentsia* assegurar-se muito bem de seu quinhão de troca. “O desafio é a imposição do princípio de dominação dominante no âmago da classe dominante, ou deste ou daquele campo mais específico – ou, em outras palavras, a obtenção da taxa de conversão mais favorável para a espécie de capital de que se está mais bem provido” (Bourdieu, 2007 [1979/1982], p. 291).

¹⁸⁰ O autor nasceu em 1971 (Cf. Faustini, 2009, p. 187).

Já o segundo capítulo, “Primeiros Mapas”, compreende dezoito relatos, também mais ou menos autônomos, e começa com “Cachorros e a explosão da Presidente Vargas”, em que o autor conta sobre sua relação com cachorros ao longo da vida, além de lembrar seu plano juvenil de explodir a Av. Presidente Vargas¹⁸¹. O último fragmento, “Autoviação”, encerra o capítulo com a reconstrução de uma cena de Faustini dentro de um ônibus, invadido por súbita saudade de seus avós. Como visto, não há progressão histórica ou vínculo temático entre os relatos. Muitas vezes, a transição de um para outro é claramente devida à livre associação, como quando em “Cachorros e a explosão...” Faustini se lembra que o nome de sua primeira cachorra era Baleia – e isto antes de ler *Vidas Secas* –, para depois, no fragmento seguinte, intitulado “*Vidas Secas* na Presidente Vargas”, relatar sua assiduidade como frequentador da biblioteca pública daquela avenida, onde, em uma das cabines de vídeo gratuitas, assistiu à releitura do clássico de Graciliano Ramos feita por Nelson Pereira dos Santos. Mas há igualmente notáveis cortes na trama, e nesses momentos não é possível identificar associações entre os relatos¹⁸². Permanece, pois, apenas a homogeneidade do tom memorialista de reconstrução literária de cenas e fenômenos da infância e adolescência do autor.

Por fim, há o terceiro capítulo, “A bússola”. Dividido em vinte e uma pequenas partes, abrange desde “O espaço sideral era na Chacrinha”, recuando à primeira infância de Faustini no bairro homônimo em Duque de Caxias, até o último fragmento do livro, “O circo na Chacrinha para o primeiro beijo”, igualmente uma grande volta no tempo,

¹⁸¹ “Aquele cena era perfeita para o meu plano de ficção para a cidade do Rio de Janeiro: explodir a Av. Presidente Vargas e ficar assistindo de um viaduto ao lado de um cão e depois caminhar pelos escombros” (Faustini, 2009, p. 101-102). Nota-se que tal fantasia é igualmente descrita em pelo menos dois textos consagrados da literatura brasileira, ainda que aplicada a outros lugares. No poema “Elegia 1938”, de Carlos Drummond de Andrade – “Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição/ porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan” (Drummond de Andrade, 2002 [1940], p. 86). E no romance *As mulheres de Tijucopapo*, de Marilene Felinto – “O alvo é a Avenida Paulista [...]. Quando a corneta apitar [...], eu vou descer em guerrilha com o bando, vou invadir a BR que liga Tijucopapo à Avenida Paulista na São Paulo das maçãs do paraíso e vou à procura de umas tantas luzes [...]. Nós vamos em busca da justiça das luzes, e caso haja destruição, é porque nós viemos de regiões assim, agrestes, de asperezas da alma” (Felinto, 2004 [1982], p. 185-186).

¹⁸² No penúltimo fragmento do segundo capítulo – “Guilherme de Almeida, a tatuagem em inglês e a amendoeira no Cezarão” –, por exemplo, Faustini lembra a descoberta das regras de composição de sonetos e sua posterior predileção por tatuagens escritas. Não há, portanto, nenhuma relação associativa com o fragmento seguinte, “Autoviação”.

anterior, inclusive, à recordação do começo da autobiografia, em que a família do escritor está de malas prontas para o Rio de Janeiro.

A liberdade alcançada com a forma em fragmentos gera, todavia, a necessidade de composição autônoma das dezenas de relatos. Ao dar título a cada um dos fragmentos, Faustini define cenas particulares que, menos ou mais ligadas entre si, devem funcionar sozinhas. Mas como tornar literariamente sugestivas, assim como suficientemente coesas, narrativas que, por vezes, não passam de seis ou oito linhas? Há a necessidade de adensamento poético, para que os efeitos literários sejam produzidos¹⁸³.

Chama-se de adensamento poético o que Antonio Candido já havia identificado no edifício autobiográfico de Pedro Nava como ampliação do campo dos significados (Cf. Candido, 1989b [1977], p. 65), quando há tratamento ficcional da matéria biográfica, sendo “a realidade revista e francamente completada pela imaginação” (Candido, 1989b [1977], p. 62). Veja-se, por exemplo:

Corujão depois do 839

Na pequena sala de paredes chapiscadas da casa da Rua 50, o relógio de parede coreano, comprado na Rua da Alfândega, devorava as horas. A única coisa que me acalmava e embalava o sono era assistir ao Corujão. Além dos filmes do Charles Bronson, gostava da dublagem de *Um dia de Cão* — a perfeita ligação entre as imagens de Al Pacino e a voz de Nelson Batista me fazia acreditar que eu podia compreender qualquer indivíduo do mundo. O Corujão foi determinante na minha formação (Faustini, 2009, p. 34).

À trivialidade do acontecimento narrado conjugam-se, por contaminação, injunções insólitas que deformam a matéria anterior, fazendo com que o fato embase o alargamento da perspectiva. Com tal movimento, é possível, mesmo que ironicamente, tirar lições filosóficas dos mais controversos produtos da indústria cultural.

Em outro pequeno fragmento, Faustini, após relatar que um de seus padrões gostava de ser chamado de “o Português!”, transcende tal matéria biográfica, *particular*, pelo apelo à história *geral* da nação:

¹⁸³ Não é outro, reafirma-se, o intuito do autor, que foge ao viés documental de grande parte da literatura “marginal-periférica” de origem orgânica. Veremos com vagar o caminho próprio que construiu.

O Português

Os portugueses devem ter experimentado algum tipo de delírio quando descobriram a vista de Santa Teresa em direção à Zona Norte. Imagino que a Mata Atlântica diante dos olhos deles produzia o mesmo efeito que o mangue em Caxias produzia em mim quando tentava pegar passarinho com meu estilingue (Faustini, 2009, p. 65).

As lembranças pueris são completadas por relações mais amplas, que se fundamentam na experiência individual realçando sua exemplaridade em meio a razões circulares, divididas, nesse alargamento, também com o leitor.

Se é possível unir a caça a passarinhos em Caxias ao descobrimento do Brasil, ou intuir na dublagem de Al Pacino lições morais para a vida inteira, está-se imaginativamente completando a realidade. Para Faustini, no entanto, tal quadro de “enriquecimento do real” não deve ficar restrito à literatura. E é esta uma das proposições do livro como *guia*:

Excesso de realidade

Nunca gostei do excesso de realidade presente na boca dos arautos que falam sobre o Rio, seja em mesa de bar, entrevista de canal a cabo ou seminário de universitárias charmosas. Na cidade, eu procuro a ficção. Não se trata de inventar histórias, nem de negar-se ao mundo, aos objetos e às relações formativas desta civilização carioca. Trata-se de fruir, de buscar ao longo do dia o direito a esse instante. Ele é possível até mesmo sob o sol a pino, quando você é um camelô e arruma fileiras amarelas e vermelhas de bombons Serenata de Amor sobre a lona de plástico azul na calçada, imitando a vitrine da loja de roupa de grife atrás (Faustini, 2009, p. 74).

Neste ponto, é flagrante a garantia da criatividade por sobre situações desfavoráveis. Surge por parte de Faustini um revestimento do real pela ficção – no caso do fragmento transcrito acima, um revestimento *felliniano* –, sem que as “relações formativas desta civilização carioca” sejam em nenhum momento esquecidas; em todo caso, nunca poderiam ser esquecidas, presentes que estão em todos os espaços, subjetivos e físicos.

É assim que, ao falar da impossibilidade de beber coca-cola exceto aos domingos, quando o refrigerante era, ainda assim, comprado fiado, Faustini *encena* o ato uma vez mais, agora em sua transcrição para a autobiografia, e sobrevaloriza a experiência:

Domingo de Coca-cola

[...]

O calor era tanto que as canecas de alumínio com o brasão dos times cariocas, mesmo vazias, eram colocadas dentro da geladeira barulhenta e de pés enferrujados. O encontro do conteúdo da garrafa de Coca-Cola com essa caneca produzia a organização dos sentidos desses domingos. Criei uma disciplina estética e sensorial de só tomar o desejado líquido depois que todo o gás borbulhasse na caneca, produzindo o tradicional estalo (Faustini, 2009, p. 108).

À narração seca e documental da carestia, opta-se pela conformação subjetiva da realidade, que deve operar sempre por sobre-codificação frente a esta; ou, pelo menos, escapar a seu discurso e enquadramento correntes.

Pôr do sol no Cezarão

Na laje do Cezarão, o pôr do sol vem cor de ouro avermelhado ao longe e acompanhado de sons de crianças brincando e de bife na frigideira. É o melhor pôr do sol da cidade do Rio de Janeiro. É tragante a ponto de você não conseguir nem aplaudir. As mais de cinco mil casas do conjunto começam uma a uma a acender suas lâmpadas. O ponto de ônibus recebe de volta aqueles que foram atrás de sustento. Outras crianças amarram linha em pedaços de meia, galhos de árvores e notas de dinheiro, puxando e assustando quem passa perto (Faustini, 2009, p. 51).

Por insuspeita, a narração do pôr do sol em um conjunto habitacional na Zona Oeste como mais interessante do que o famoso e aplaudido no Arpoador (Zona Sul) torna-se *literária*. Para a produção de novos sentidos, que deve entusiasmar o leitor de classe média, o escritor carioca recorre igualmente a referências intertextuais. Imiscuídas no

texto, via chamamento a clássicos da literatura, bem como fetiche pela vida literária (digase, romântica), *conformam produtivamente* a matéria extralinguística.

A tuberculose e o Cemitério do Caju

A notícia do médico acabou com o espetáculo íntimo que eu fazia de mim mesmo trabalhando no cemitério. Para suportar os sete dias da semana de trabalho no Caju e mais duas horas em média de viagem entre o trabalho e a minha casa, eu desenvolvia minha relação com o dispositivo cinematográfico. Largava o Cemitério e corria para o cinema. Ia sempre às sessões do CCBB, porque eram mais baratas e mantinha a minha relação com o prédio. Justificava o emprego poder ir ao cinema, sair de casa para morar numa vaga, comprar livros em sebos, conversar sobre cinema no Zumbi Bar. Estava decidido a ficar bom e a possibilidade de ficar uns meses em casa sem trabalhar recebendo salário fazia a tuberculose parecer uma coisa boa. [...] Perguntei de que lado do pulmão era. Esquerdo, ele respondeu. Fiquei mais corajoso com essa escolha do bacilo. Era o lado dos poetas. Estava impactado na época com um vinil que eu tinha do Sérgio Cardoso recitando Álvares de Azevedo e sabia que sua tuberculose tinha sido do lado esquerdo. E foi assim: venci os seis meses de febre nos finais de tarde lendo trechos do Proust que tinha comprado no sebo do Prédio da Avenida Central. Fiz da minha tuberculose meu pacto com a literatura. Decidi ler o Proust por ser tão difícil quanto a doença (Faustini, 2009, p. 59-65).

A tuberculose, fortemente associada às condições sanitárias de moradia e trabalho das classes mais pobres da população, é o elo de Faustini com uma geração de poetas, e à dureza da convalescença é contrastada a oportunidade de ler Proust¹⁸⁴. Não é exagero afirmar que operou-se, neste caso, mais do que o alargamento de sentido pela intertextualidade, que vem redimensionar a experiência individual, mas verdadeira transformação do dado prévio. Na narração de Faustini, importa menos os efeitos da

¹⁸⁴ Neste e em outros momentos do livro, fica claro o autodidatismo do autor, o que deve gerar, novamente, ganhos de distinção. Ao não dar em seu livro muita importância à forma autenticada do capital cultural, isto é, a educação escolar, Faustini opera sua trajetória acrescentando-lhe outra *raridade*. Os ganhos vão além daqueles alcançados com as leituras protocolares e, para que de fato sejam convertidos, exigem do texto a citação erudita. Não obstante, ainda que não recuperada em detalhes pelo livro, a trajetória de estudo formal do autor não é menos definitiva em seu percurso. Formado em Teatro na Escola Técnica de Teatro Martins Pena (Cf. Indio do Brasil, 2013; Faustini, 2017), a mais antiga escola teatral da América Latina (Cf. Reis, 2017), Faustini foi “vice-presidente da AMES (Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas)” (Faustini, 2009, p. 187).

doença do que a aquisição de determinado *ethos* poético; e o resguardo sobreleva-se como imprescindível investimento de tempo.

Em outro momento, a realidade é ainda mais diretamente abastecida pelo gosto e vínculo com a literatura:

Angu de milho juntou Trotski e Fitzgerald na banca do Largo da Carioca

[...]

A mochila, toda rabiscada com trechos de “Este lado do paraíso”, de Scott Fitzgerald, dividia espaço com o símbolo da IV Internacional. Ali era o único lugar do mundo onde americanos e comunistas conviviam pacificamente durante a Guerra Fria. Não sei dizer exatamente como, mas para mim havia uma ligação univitelina entre Trotski e Amory Blane, personagem principal do livro de Fitzgerald.

[...]

Ao comer o angu de milho doce, as incertezas davam lugar à coragem trotskista e à perspicácia fitzgeraldiana. Assim, eu olhava o mapa dos bairros do Rio de Janeiro exposto na banca e ia renomeando a cidade. Santa Cruz passei a chamar de um mar de possibilidades e Ipanema, de talvez (Faustini, 2009, p. 68-69).

O simples ato de fazer um lanche remete a valores políticos e literários, trazidos à experiência cotidiana pelo intuito deliberado de “enriquecimento” desta, mesmo que apenas no plano abstrato. Tal processo de percepção *produtiva* do mundo é denunciado em sua arbitrariedade pelo próprio escritor, quando *renomeia* a cidade; agora, vista sob o ângulo da personagem leitora de Fitzgerald e entusiasta do trotskismo. Na formulação teórica de Luiz Costa Lima (1981, p. 231), “representação de representações, a *mimesis* supõe entre estas e sua cena própria uma distância que torna aquelas passíveis de serem apreciadas, conhecidas e/ou questionadas”. Apesar de haver, em diversos momentos, ironia nas palavras do homem maduro que pensa a própria juventude, e ri de sua carga de ingenuidade e teatralidade, o narrador de *Guia afetivo da periferia* parece sempre muito próximo de seu duplo juvenil (ou de sua *atuação* social na juventude), confirmando as disposições passadas, como é possível perceber no trecho abaixo.

Ter uma mochila toda rabiscada era como ter uma roupa de marca.

Dentro do ônibus ou dentro do trem, colocava a mochila de modo que o passageiro ao lado conseguisse ler o que estava escrito. Eu queria ser um outdoor tanto do charmoso ceticismo burguês do Amory Blane quanto do charmoso espírito revolucionário trotskista. Se você não tem isso na sua juventude, você está morto (Faustini, 2009, p. 69).

Para o garoto que não tinha coragem de frequentar Ipanema durante o dia (Faustini, 2009, p. 44) e costurava etiquetas de marca nas roupas a fim de se mostrar bem-apegoado em repartições e prédios (Faustini, 2009, p. 78-79), encaixar-se no perfil (dir-se-ia, papel) de quem queria ler Lênin no original¹⁸⁵ (Faustini, 2009, p. 122), de quem reagiria à chacina da Candelária “intelectualmente”, identificando o massacre como mais uma das “mazelas típicas do capitalismo” (Faustini, 2009, p. 132), ou estabelecer-se ao lado de quem tinha “pretensões intelectuais”, escolhendo, entre um ou outro vendedor, comprar churrasquinho daquele que lia¹⁸⁶ (Faustini, 2009, p. 33), significava, de fato, *não morrer*, como revela o trecho citado acima. A moldura social correspondente ao jovem Faustini e reiterada, mais tarde, pelo adulto escritor, isto é, a *persona* intelectual, de engajamento político e voracidade leitora, aprendida, como todas as demais, no simples comércio com os outros membros da sociedade (Cf. Costa Lima, 1981, p. 221), é logo identificada como caminho necessário de superação do quadro social da família.

Com a tia “rica”, moradora de Laranjeiras (Zona Sul), com a qual Faustini passava férias, instaura-se uma relação empática, de exemplaridade, já que, como enfermeira no Hospital da Lagoa (Zona Sul), era vista pelo escritor como a primeira filha de sua avó a “tentar romper intelectualmente [pelo estudo formal, diga-se] o ciclo a que esta família está determinada” (Faustini, 2009, p. 170). Tal ciclo, ou, mais propriamente, as profissões da família iam de vigia noturno (o padrasto) a caixas de supermercado e de lojas de departamento no centro da cidade (a mãe e o restante das tias de origem nordestina [Cf. Faustini, 2009, p. 78 e p. 106]). Sem domínio de capital econômico ou cultural de origem, restou a Faustini a construção de laços sociais vinculados às trocas de capital cultural. Além do domínio da língua e da educação formal que o credenciam à

¹⁸⁵ “Era como acreditar que aquele que leu os clássicos marxistas-leninistas no original estaria dando uma demonstração de ser um militante mais combativo” (Faustini, 2009, p. 122).

¹⁸⁶ “Já tinha comido outras poucas vezes o churrasquinho deste camelô, que escolhi entre os demais por tê-lo visto lendo enquanto trabalhava” (Faustini, 2009, p. 33).

ocupação de novos espaços sociais e físicos, permitindo, posteriormente, passeios diurnos em Ipanema, sem constrangimento¹⁸⁷, todo o capital social adquirido pela participação em grupos teatrais, literários e políticos consiste no substrato, meio oculto, meio evidente, da trajetória do autor carioca. Nesse ponto, *Guia afetivo da periferia* delinea-se como livro de formação... social. Nas últimas páginas, tem-se grande foto do autor, acompanhada de poucas linhas *biográficas*.

Sobre o autor

Marcus Vinícius Faustini, carioca de 38 anos, é diretor teatral, cineasta e ex-secretário de Cultura de Nova Iguaçu. [...] (Faustini, 2009, p. 187).

As informações como que confirmam o êxito final de uma juventude regada a muitas leituras. Vão além, no entanto, e selam o fim, pelo menos para Faustini, da reprodução social de classes amargada pela família da mãe. Situam o escritor ao lado da tia “rica” de sua juventude, com o relevante acréscimo de bens culturais dominados (passíveis de troca)¹⁸⁸.

Demonstrando o processo original de construção e refundação do *referente*, os trechos extraídos da obra de Marcus Vinícius Faustini, em meio a uma guerra de discursos sobre o “real” da periferia, abrem vias mais arejadas de contrafação representativa, sem que haja engessamento da criatividade pelo denunciamento social. Como a própria trajetória do escritor, sua autobiografia não nega o dado objetivo e físico, tais quais, por exemplo, a doença e a exaustão, mas é capaz de neutralizar seu *excesso* danoso pelo revestimento simbólico de suas formas. Tal estratégia vai servir-se de intertextos ampliadores e alcançar, para o retrato social de um menino pobre de periferia, horizontes impensados.

A carga literária das imagens criadas por Faustini, sua *expertise* e capacidade de agrupar e refundar as memórias com rigor de estilo, isto é, domínio da linguagem escrita

¹⁸⁷ “*Anos depois*, encontrei Eunice no meio de um bloco no carnaval de Santa Teresa. Ela me reconheceu e perguntou sobre Ipanema. Disse que passei a frequentar Ipanema de dia e que da calçada olhava as barracas de praia, enfileiradas uma ao lado da outra. E tive a mesma sensação de estar olhando da laje da Rua 50 as casas enfileiradas do Cezarão” (Faustini, 2009, p. 44; grifo nosso).

¹⁸⁸ Desde finais de 2013, o autor assina, às terças-feiras, coluna semanal no Segundo Caderno do jornal *O Globo*, espaço alternado nos outros dias da semana com nomes como os de Caetano Veloso (até agosto de 2014), José Eduardo Agualusa e Fernando Gabeira.

sistematicamente construído no contato com a tradição literária, bem como sua adequação a uma poética econômica (concisa) ou ao fluxo de impressões não-cronológicas, técnica, novamente, de desenvoltura moderna, são elementos suficientes para que haja chancela crítica de *Guia afetivo da periferia*. Tendo sido recompensado em vida pelas disposições intelectuais que adotou com talento e êxito, Faustini transpõe para sua autobiografia as filiações culturais e estéticas que, como cartões de visita ou bilhetes de entrada, lhe permitiram tornar-se “diretor teatral, cineasta e ex-secretário de Cultura de Nova Iguaçu”. Selecionado para participar de uma coleção literária¹⁸⁹, o escritor estreante já detinha o repertório condizente com a missão e, mais uma vez, como se viu, terá êxito. Por este ângulo, a originalidade do tratamento literário da autobiografia aparece sedimentada, paradoxalmente, em expedientes convencionais, reprodutores das regras internas aos textos literários de prestígio, em que a evocação de intertextos eruditos é apenas a parte mais visível da manutenção de uma estrutura hierárquica, literária e extraliterária.

* * *

O modo insuspeito de emersão da realidade social brasileira na obra de Marcus Vinícius Faustini, logo vê-se, aponta para a discussão das variações possíveis na formulação de uma matéria comum. Não se discute aqui, todavia, a imposição desta última sobre o trabalho narrativo (formal), que, mesmo denegando-a (ostensiva ou sutilmente), se haverá com a objetivação do que é determinante.

Vejamos, por exemplo, a poética de Ferréz, expoente do movimento de autoria periférica¹⁹⁰. Ainda que não haja possibilidade de comparação por correspondência “total” entre os escritores, posto que mesmo as pequenas diferenças sociais efetivam-se em importantes inflexões – no caso de Ferréz, sua experiência é de morador do Capão Redondo, em São Paulo; para além das diferenças regionais, o bairro da capital paulista

¹⁸⁹ *Guia afetivo da periferia* é o número 11 da coleção “Tramas Urbanas”, patrocinada pela Petrobras e dirigida por Heloisa Buarque de Hollanda.

¹⁹⁰ É do autor aquele que pode ser considerado o manifesto inaugural do movimento. Ver Ferréz (2001): “Manifesto de abertura: literatura marginal”, em *Caros Amigos: “Literatura marginal – A cultura da periferia – Ato I”*, São Paulo, edição temática, agosto de 2001, p. 3.

sofre processo de favelização¹⁹¹ divergente da ambiência de classe média baixa de Santa Cruz, no Rio de Janeiro –, ambos estão às voltas, bem visto, com a tematização e formalização da experiência trabalhadora brasileira, mormente via subemprego na faixa de serviços.

Quatro anos mais novo que Faustini, o contista e romancista paulistano também crescera sob o rescaldo da ditadura militar, experiência que, como vimos, industrializa e urbaniza o país em ritmo hoje dito “chinês”: “entre 1930 e 1980 o Brasil desenvolveu-se a taxas médias anuais de 7% de crescimento econômico. Ao fim deste período de 50 anos, uma das mais pobres e atrasadas sociedades do globo havia se tornado a oitava maior economia do mundo” (Souza, 2003, p. 190n).

Na leitura de *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, vimos a que custo esse projeto desenvolvimentista, iniciado com o varguismo, é colocado em marcha. A autocracia aumenta o bolo, mas não o distribui. A aceleração da história¹⁹², efetiva, captura em seu setor terciário a força de trabalho não-especializada, no rendimento máximo da precarização, isto é, da subproletarização¹⁹³, condicionamentos não combatidos por políticas distributivas que, uma vez implementadas, profissionalizariam e dariam estabilidade a essas massas, virando-as onerosamente contra

¹⁹¹ Ver “Barracos tomam 13% do Capão Redondo”, matéria veiculada pela *Folha de S. Paulo* no dia 12 fev. 2003, em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1202200302.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

¹⁹² Cf. seção “c” do tópico 2.2, especialmente páginas 160 a 167.

¹⁹³ A partir das indicações de Francisco de Oliveira (2003 [1972]), vimos que o terciário brasileiro dá vazão à produção industrial da maneira mais barata, nas costas de seus subproletários; expediente de superexploração que “contorna” as deficiências estruturais do país no setor (ver tópico 2.3, especialmente páginas 172 e 173). Em relação ao período de crescimento ditatorial, atribuía-se a seguinte máxima a Antonio Delfim Netto, ministro da Fazenda de Emílio Garrastazu Médici: “[era preciso] fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”. Em entrevista de 2014, o economista nega que tenha dito tal frase: “Disse que não se pode distribuir o que você ainda não produziu, a não ser que você tome emprestado”. E resume da seguinte maneira o fenômeno social à época: “Todos melhoraram, mas alguns melhoraram mais que outros. Quem eram esses que melhoraram mais? Exatamente aqueles que tinham sido privilegiados com educação superior e cuja demanda cresceu enormemente no processo de desenvolvimento. Tinha um exército industrial de reserva enchendo o primeiro decil (os 10% mais pobres). E tinha um número muito restrito, no décimo decil (os 10% mais ricos), de pessoas que tinham sido beneficiadas pela educação. Ampliou a distância entre eles, mas todos melhoraram. É coisa muito simples. E as pessoas diziam: ‘Você queria primeiro crescer e depois distribuir’” (Delfim Netto, 2014). O diagnóstico, apesar de referir-se com eufemismo à percentagem referente ao subproletariado brasileiro (o exército industrial de reserva, em termos alternativos) – vimos que chegava a 48% da população economicamente ativa em 1980 (Singer, Paul, 1981 *apud* Singer, 2012, p. 19) –, não deixa de guardar alguma verdade quanto ao sentido do movimento histórico: parte daquilo que cala, não obstante, tentamos explicitar ao longo deste trabalho.

o capital (portanto, contra o Estado brasileiro [Cf. Fernandes, 2005 {1975}, p. 306, 311]).

Ora, tanto em Faustini como em Ferréz, veremos o “recolher” literário das repercussões humanas da expropriação política e econômica das classes trabalhadoras no país: a “articulação interna” da economia brasileira referida por Florestan, de cuja heteronomia social e racial – controlada repressivamente – dependerão os ganhos de sua “articulação externa” aos monopólios internacionais (hoje, como vimos, sob voragem *financeira*). Mas, se em Faustini os subempregos assumidos pelo autor (ainda na adolescência), bem como os balcões atrás dos quais via suceder gerações de sua família, traduzem-se segundo o revestimento produtivo da cultura, que imuniza, em última instância, o peso da carga real, em Ferréz o processo criativo e sua formalização dependem do registro daquele peso.

O expediente pode ser divisado com densidade no conto curto “O pão e a revolução”, que integra o volume *Ninguém é inocente em São Paulo* (2006). Na trama, o choque de classes que ironiza duas personagens universitárias – a nobre condição social é rebaixada pelo atropelo teórico e ideológico de suas explanações –, localiza o autor-narrador em cumplicidade com o direcionamento *inequívoco* que confere à matéria representada, em relação à qual pretende ser fiel.

Colaram dois universitários no balcão, me afastei.
Estava no bar do Donato, um tiozinho pela ordem.
Com o bar havia sustentado os cinco filhos, nenhum virou malandro.
Notei os dois estudantes bebendo Coca-cola e curtindo a vida agora.
Mais tarde, eles iam no “eu amo tudo isso”, tomar um lanche, fodam-se.
Um homem mancando se aproximou.
– Me paga um pingado e um pão, moço.
– Pão com quê? – perguntou um dos universitários.
– Pode ser com manteiga.
– Esse é o problema, meu amigo, pouca pretensão, por que não pede um pão com queijo?
– Preten... o quê? – perguntou o homem que mancava.
– Deixa quieto – respondeu o outro estudante, meio impaciente.
Donato olhava a cena enquanto lavava os copos.
– Não pode ser assim. Informação é para ser distribuída, pretensão é você querer ter algo – explicou o outro universitário.
– Eu quero um pingado e um pão com manteiga – falou o homem que mancava e tinha uma mancha no olho.
– Faz assim: por que você não pensa em vender uns doces, sei lá, fazer algo

melhor com sua vida do que pedir? – disse um dos caras.
 – Deixa o homem, porra! – falou o Donato, meio alterado.
 – Mas a gente só tá tentando dizer que ele devia revolucionar a vida dele.
 – É, por exemplo, estudar, se empenhar, ter preparação para quando chegar a oportunidade.
 – Mas ele só quer um pão com manteiga, gente! – falou quase gritando o Donato que havia criado cinco filhos.
 Eu fiquei de boa, tomando meu café com leite, pensava num conto, mas me faltava algo.
 – Então que ele se empenhe mais, isso é uma sociedade capitalista, não tem espaço para todo mundo.
 – É isso mesmo, a vida é assim, a não ser que façamos a revolução – brandiu o outro estudante.
 [...]
 O Donato interrompeu a conversa, meu conto tá quase terminando, deu um pingado para o moço, que abriu um sorriso e, mesmo antes de agradecer, foi-lhe dado também um pão com manteiga.
 – Tá vendo, é isso que não pode, tem que dar estrutura, dar a vara e não o peixe – falou indignado o universitário.
 – É isso mesmo, você está agindo com assistencialismo, não devia – completou o outro estudante. E, mesmo antes de completar a frase, Donato o interrompeu e terminou a discussão.
 – É o seguinte, seus doutorzinhos, eu trabalho aqui há vinte anos, todos vocês têm esses papos, esse homem tá nessa vida a todo esse tempo e quantas turmas já passaram por aqui, e essa tal de revolução não veio até hoje.
 Terminei o café.
 A faculdade da vida é mil grau (Ferréz, 2006, p. 75-77).

Ferréz, ao tempo que mimetiza as referências cruzadas das quais os estudantes são o receptáculo – o discurso reformista é cindido pelo mais corrente direitismo e sua cruzada contra a assistência social –, invectivando contra seu outro de classe, não abre mão de afastar-se do “tiozinho pela ordem”. Mas o afastamento é parcial: só opera na medida em que seu conto, seu trabalho literário, unifica as impressões – acima, portanto, de todas as personagens oponentes –, estipulando de maneira terminante ao que se associa.

O quadro de classe de que deriva a trajetória do autor leva à judiciosa distância crítica em relação à cultura letrada, e emula a esperança de Florestan Fernandes quando, ainda nos anos 1970, via a seleção de candidatos à mobilidade recrutando, até àquela altura de forma inaudita, “uma forte massa de elementos genuinamente pobres” (Fernandes, 2005 [1975], p. 331). Fenômeno que, segundo o sociólogo – ele mesmo,

como vimos, um daqueles elementos –, teria potencial de radicalização da pequena burguesia emergente: a severa crítica à ideologia da ascensão era horizonte inscrito na localização de classe de tais agentes¹⁹⁴.

Essa relativização da autoridade simbólica, ademais, responde com força e altivez a críticos e escritores do campo literário de produção restrita que têm reagido fervorosamente contra a divisão de seu espaço, de homogeneidade antes especular, como vimos a partir das pesquisas de Regina Dalcastagnè¹⁹⁵. Nesse sentido, mais do que a tematização polêmica da dominação cultural, incomoda a carga oralizante da poética de Ferréz e de consortes, que a assumem frontalmente como legado do *rap* contra as formas convencionais¹⁹⁶. Destas, bem visto, depende a estética de Faustini, muito embora opere com fragmentariedade (técnica, como se sabe, há muito incorporada à convenção da “boa escrita”). No jogo de referências bem jogado, ainda que sempre à esquerda, a autobiografia do escritor carioca encontra os limites de uma possível crítica à ascensão social e à dominação simbólica correlata, caminho por ele rejeitado.

Conquanto não possamos proceder a juízos de valor na comparação entre as poéticas em tela, posto que restringiriam a análise, é possível atestar: efeito da democratização, ainda que restrita, do ensino no país, a obra de Faustini, ao revelar uma mudança no perfil de consumo de bens culturais ocorrida nas últimas décadas¹⁹⁷, sem que suplante a adesão entusiasta aos autores que elege (na maioria ligados à esquerda, é certo),

¹⁹⁴ Cf. tópico 2.2, seção “c”, especialmente a nota 138, nas páginas 165 e 166.

¹⁹⁵ Cf. tópico 1.3.3, seção “b”.

¹⁹⁶ Outro nome central ao movimento é o de Sérgio Vaz. Para uma melhor localização da matéria, bem como de outros (as) autores (as), ver Eble (2016) e Peçanha do Nascimento (2009). Por outro lado, Ana Paula Pacheco (2007) aponta, não sem razão, a continuidade poética entre a herança modernista brasileira e o movimento de autoria marginal-periférico, ainda que “com significativa mudança de tom e horizonte político” (Pacheco, 2007, p. 28; grifos suprimidos). A assimilação de tal legado da coloquialidade contra a norma leva a pesquisadora a associar, ainda, o movimento à poesia de Francisco Alvim (Pacheco, 2007, p. 42n), embora não desenvolva esse fecundo programa comparativo com a *poesia marginal tradicional*, digamos.

¹⁹⁷ Vejamos um dos momentos em que elabora a experiência educacional já sob período de “abertura” democrática: “Só conheci leite tipo B por causa do governo Brizola. Antes dele era raro leite lá em casa. Um saco tipo C, geralmente da marca CCPL, tinha que durar a semana inteira, e, para isso, a maior parte do copo americano tinha que ser de café. A fiscalização de minha mãe e de meu padrasto era permanente. Misturar Claybom no café era minha saída para a situação. Ganhar o saquinho individual de leite diariamente na Escola Estadual Euclides da Cunha fez o nome de Brizola circular no recreio mais do que o medo da professora de Educação Moral e Cívica” (Faustini, 2009, p. 34).

deriva sua grande força poética do sincretismo dessa experiência emergente com a épica exaustiva de sua filiação inicial.

É assim que, por exemplo, em uma das muitas imagens desse amálgama poeticamente singular, o autor tece fantasia edipiana, almejando – sem abrir mão de sua formação e estilo de vida estranhos à própria família – reaproximar-se da mãe.

Caixa

A profissão que mais respeito é a de caixa de supermercado. Quando vou ao supermercado, sempre puxo um papo na hora de pagar. Até hoje, esta é a profissão que dá abrigo às nordestinas que vêm tentar a sorte na cidade grande. É preciso ter respeito por essas mulheres.

Apesar dos designs cada vez mais atrativos e da presença dos dispositivos eletrônicos nos supermercados contemporâneos, o espaço que lhes resta não é nada sofisticado. Muitas vezes são submetidas até mesmo a humilhações. Em alguns casos, elas sempre têm por perto um fiscal, que mais parece um capataz pronto para virar capitão do mato.

Num sentido oposto a esse cenário, gosto de flagrar o sorriso delas nas conversas que entabulam entre si. Meu projeto de amor perfeito, durante grande parte de minha juventude, foi um dia encontrar uma caixa da Mesbla que gostasse de cinema francês.

Também gosto do modo como elas usam brinco. Entre as bijuterias usadas, há uma variação especial de brincos nas caixas de supermercado. Quando garoto, não entendia porque as meninas usavam brinco. Passei a entender com elas, as caixas de supermercado. Acredito que elas queiram se apresentar bem para o freguês, independente dos uniformes.

Quando chegou ao Rio de Janeiro, o primeiro emprego de minha mãe foi o de caixa de supermercado. Ainda lembro dos brincos que usava (Faustini, 2009, p. 76-78; grifos nossos).

A elaboração fluida de oponências, cuja frugalidade está transposta formalmente na leveza da escrita – não há qualquer possibilidade que esta se “contamine” com os amargores da trajetória –, é caminho ascensional desembaraçado: exclusão de complexos que, paradoxalmente, quando contraposta à poética “de ataque” de um Ferréz, mais rápido ultrapassa a taxativa onipresença das barreiras sociais.

Autoviação

Já rodei quase uma noite inteira dentro do 415 chorando. A dor era grande. A

maior que senti até hoje. Era como não ter pulmão para respirar. Estava tudo ali, naquela dor. Parecia a última que eu sentiria. Não sei exatamente como, mas uma saudade contundente de meus avós me ocupou. Chorava no percurso e não conseguia sair do ônibus. Ao longo do repetido caminho, apesar das lágrimas e do buraco em meus pulmões darem a constatação física do tamanho de minha dor, eu desconfiava dela. Passando mais uma vez pelo Aterro, olhando entre as lágrimas, do alto dos prédios, as luzes dos outdoors do Passeio e da Avenida Beira-Mar ficaram mais belas naquele instante. Meus olhos se concentraram neles e comecei a imaginar como contaria o que estava sentindo. Imaginei uma frase que poderia escrever sobre aquele pequeno instante onde sentia aquela dor e ao mesmo tempo aquela beleza. Ensaiei como a falaria. Experimentei ali, pela primeira vez, um prazer em organizar a dor de existir. Com o ônibus já cruzando a Avenida Presidente Vargas, um autorretrato na janela se configurou. Não me perdoei. Sentir tamanha dor, chorar e ao mesmo tempo me descolar e ver beleza na cidade... A dor passou. O que se passa na cabeça das pessoas que cruzam a cidade pela madrugada dentro dos ônibus? Será que a cidade invade o lugar de seus pensamentos? Como cada um constrói sua Autoviação? (Faustini, 2009, p. 140).

Lembrando a análise de Bourdieu sobre *A educação sentimental*¹⁹⁸, em que Flaubert “supera” a imobilidade de Frédéric, seu protagonista autobiograficamente conformado, *na* própria escrita do romance, e a partir daí pode separar-se, em definitivo, desse “contrário” *potencial*, vemos – e o trecho citado acima é particularmente sensível – como a “solução” de Faustini dá-se também pela escrita. A diferença é que, sendo personagem de si mesmo, apenas reafirma as inflexões fundamentais de seu percurso, cuidando para que o *début* literário *coincida* com a coerência talentosa de suas escolhas.

¹⁹⁸ Cf. tópico 1.3.2, especialmente páginas 84 a 90.

3.4 – Respostas massiva à hegemonia literária: *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves

Do conjunto do *corpus* levantado até o momento, entendemos ter percorrido trajeto de aproximação do processo social brasileiro: não porque as poéticas estudadas facilitem sua “digestão”, mas, ao contrário, por serem problemáticas e sintomáticas segundo a matéria que as predispõem. Nesse sentido, o panorama que se impôs, apesar de não ser exaustivo, levanta, a seu modo, questões aprofundadoras de nossa linha teórica, bem como das variadas respostas sociológicas e críticas ao fenômeno nacional.

Mas há ainda *resposta literária* de grande envergadura e ambição nesse início do século XXI no Brasil. Trata-se de *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves (2015 [2006]). Intelectual igualmente pequeno-burguesa, publicitária que larga a profissão pela arte (Cf. Lopes, 2014; Gonçalves, 2015 [2006], p. 10), a escritora depositará sobre a construção de sua narradora – uma personagem histórica do século XIX – anseios característicos do ponto de vista autoral feminino e negro que representa. A reação poética profusa é tanto à realidade brasileira como um todo – e não por acaso o gênero assumido na empresa é o romance histórico, gênero de *recuperação* histórica – quanto a um campo literário com carência de referências negras, como as pesquisas de Regina Dalcastagnè revelaram de modo abrangente¹⁹⁹.

O fôlego épico *demora-se* sobre experiências suprimidas pela narrativa hegemônica eurocêntrica; o protagonismo narrativo africano, o resgate de sua ancestralidade diversa – imune parcialmente às investidas do sequestro, tráfico e espoliação –, revelam grande força literária, abrindo caminhos mais largos do que poéticas pautadas sobre o fragmento escritural. Por outro lado, há importantes limitações, não menos tributárias da realidade contra a qual o livro se erguerá.

¹⁹⁹ Ver seção “b” do tópico 1.3.3. As pesquisas de Dalcastagnè apontam para uma majoritária continuidade entre a experiência de vida do autor – mormente masculina, branca e pequeno-burguesa – e o espaço composicional das obras, que têm naufragado assim na sensorial típica da ausência de diversidade.

Kehinde

A estrutura principal de *Um defeito de cor* se estabelece na criação de uma narradora em primeira pessoa, procedimento de resto majoritário em nosso *corpus*, como vínhamos apontando. A escolha traz amplos benefícios ao aprofundamento existencial das tramas, ao passo que exclui de antemão a problemática cara ao jogo de aproximação e distanciamento que todo autor é levado a promover sob regime heterodiegético²⁰⁰. Sem que seja possível proceder a juízo de valor sobre a opção narrativa mais consequente, é relativamente claro que a escolha pela voz direta “vence” de forma mais rápida a equação que qualquer empresa poética *moderna* impõe à ingerência autoral, impedindo que esta se dê por vias demasiado aparentes.

Kehinde narra sua saga desde um navio, em 1899, quando tentará sua última chegada ao Brasil, já cega e aos 89 anos (Gonçalves, 2015 [2006], p. 911, 931-933). Da viagem que não se completa para a protagonista, restarão manuscritos redigidos por Geninha, companheira de travessia daquela que à época transformara-se em grande senhora daomeana. A emancipação excepcional da outrora escrava brasileira – que volta a sua nação africana, o reino de Daomé, o Benim contemporâneo, e acaba por enriquecer, também sobre território nigeriano, como empreiteira de casas e bairros em estilo ocidental –, nutre-se das inflexões da épica. O ponto de chegada absolutamente insuspeito é construído pormenorizadamente, em transcurso narrativo contíguo à construção do Brasil moderno. É que na vida de titã que acompanharemos, Kehinde alude historicamente a Luísa Mahin, “mito libertário do feminismo negro” (Cf. Lima, 2011a; 2011b), tida por articuladora e partícipe da Revolta dos Malês (1835) em Salvador, e mãe de Luiz Gama (1830-1882)²⁰¹. No romance, o célebre abolicionista vem à luz chamado Omotunde

²⁰⁰ Destrinchamos essa discussão sobre procedimentos narrativos no caso exemplar de Gustave Flaubert. V. análise de trecho d’*A educação sentimental* no tópico 1.3.2 (especialmente páginas 84 a 90). Cf. igualmente fundamentação histórica do realismo moderno tal qual retomamos no início do capítulo 3 (especialmente páginas 182 a 187) a partir das teorizações de Erich Auerbach e Roberto Schwarz, entre outros. O narrador flaubertiano, em terceira pessoa, deriva sua complexa carga persuasiva da distância – variável – em que é colocado em relação à voz autoral.

²⁰¹ Apesar de ser reverenciada, muitas vezes, como personagem histórica (real) pelo movimento negro brasileiro – ver por exemplo sítio on-line da Fundação Cultural Palmares (Luísa..., 2013) –, o primeiro documento que descreve a heroína é uma carta autobiográfica de Luiz Gama (Cf. Gama, Luiz *apud* Lima, 2011a, p. 142-146): vendido pelo pai branco como escravo ainda muito menino – tinha então 10 anos –, pesquisadoras têm indicado, segundo revisão bibliográfica de Dulcilei da Conceição Lima (2011a), a

Adeleke Danbiran (Gonçalves, 2015 [2006], p. 404), fruto de relacionamento com um comerciante português. Este acaba por vender o filho a mercadores de escravos, traíndo ignominiosamente a relação que haviam construído (Gonçalves, 2015 [2006], p. 630-634): trauma que motiva o longo relato de Kehinde, o reencontro impossível com Omotunde/Luiz é duplicação dos óbices e desvios fundadores do povoamento negro no Brasil; móvel que Gonçalves se dispõe a formalizar, atitude artística grandiosa e interventiva ela mesma figurada em *Um defeito de cor*, em seu prólogo. É a autora quem “acha” a longa missiva de Kehinde/Luísa, “assumindo” a tarefa compiladora e transcritora (Gonçalves, 2015 [2006], p. 9-17).

Kehinde perderá mãe e irmão no começo arrebatadoramente brutal do relato. A avó de Kehinde expressara culto divergente do permitido no reinado de Daomé, mudando-se com a família de sua então capital – Abomé – para Savalu. Mas é “descoberta” por guerreiros que temem seu culto ao vodun Dan.

conformação “lendária”, de impossível comprovação, que Gama dá à figura materna na carta citada. De 1880 – data da carta – em diante, o imaginário criado sobre a mãe de Gama vem sendo alimentado na trilha do ímpeto insurrecional atribuído a ela pelo filho, com importante rendimento simbólico para a afirmação da luta negra no Brasil; de tal forma que comprovações sobre a existência ou não da personagem serão sempre redutoras em face aos efeitos políticos mobilizadores desta última. Reproduzimos a seguir o pequeno trecho que Gama dedica à mãe na carta autobiográfica, origem das suplementações posteriores, que desembocam com grande vigor e sugestão em *Um defeito de cor*: “Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina, (Nagô de Nação) de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito alta, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito.

Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856, em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma ‘casa de dar fortuna’, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Em opinião dos meus informantes que esses ‘amotinados’ fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores.

Nada mais pude alcançar a respeito dela” (Gama, Luiz *apud* Lima, 2011a, p. 142). Imperioso notar como, além da duplicação nominal, as características sediciosas do retrato materno são como espelho do... filho (Ferreira, Lígia; Azevedo, Elciene *apud* Lima, 2011a, p. 40). Para o percurso detalhado de construção do imaginário acerca de Luísa Mahin *depois* da carta de Gama – seus pontos-chave no século XX –, ver o trabalho de Lima (2011a).

Os guerreiros conversavam depressa e aos gritos, decerto resolvendo o que fazer, enquanto eu e a Taiwo²⁰² nos demos as mãos, sem entendermos direito o que estava acontecendo. A minha avó se atirou ao chão diante deles, implorando que fossem embora, que levassem tudo o que quisessem levar, que Olorum os acompanhasse. Eles não a ouviam e falavam de feitiços, de pragas e de Agontimé. Como se já não houvesse sombra sob o iroco, uma outra sombra ainda mais escura e no formato de asas de um grande pássaro voou sobre a cabeça da minha avó. Eu já tinha ouvido falar daquele tipo de pássaro, era uma das *iyámis*, uma das sete mulheres-pássaro que quase sempre carregam más notícias (Gonçalves, 2015 [2006], p. 22; grifo no original).

Agontimé, conforme indicado em nota explicativa por Gonçalves, é “uma das rainhas do Daomé, acusada de feitiçaria pelo rei Adandozan [regência: 1797-1818; Cf. Ferretti {1995, p. 117}] e vendida como escrava. Uma das principais sacerdotisas do culto a Dan, a serpente sagrada, e a Elegbatá, o orixá da varíola e das pestes” (Gonçalves, 2015 [2006], p. 22n). Resultado da disputa pelo trono de Daomé, a maldição atribuída a Agontimé acaba por atingir a família de Kehinde por meio de sua avó (Gonçalves, 2015 [2006], p. 131, 596, 782-785). Com a mãe e o irmão assassinados, Kehinde parte para o litoral, em Uidá, com a avó e a irmã gêmea. Sofrerá, por fim, revés definitivo: capturada por traficantes – cenas que reconstroem o vultoso mercado de escravos do golfo do Benim já no século XIX –, sobrevive à viagem, mas chega ao continente americano sem os familiares, vítimas da travessia e seu horror.

Em uma reconstrução à altura de suas exigências, reconstrução que contamos rara em toda literatura brasileira – há, com efeito, os versos de Castro Alves –, é com sentidos colapsados que o leitor aproxima-se da experiência (apenas, contudo, literária).

A comida começou a apodrecer por todo o chão do navio, porque muitos, e eu também, já não tínhamos mais apetite, e ao cheiro dela se juntava o cheiro de xixi, de merda, de sangue, de vômito e de pus. Acho que todos nós já queríamos morrer no dia em que abriram a portinhola e mandaram que nos preparássemos para sair. Foi preciso repetir a ordem novamente, e novamente, porque faltava ânimo, faltava força [...]. Disseram que iam nos levar para tomar banho, beber água e ficar um pouco ao sol. Foi o sol que me animou a sair, e também fez com que nossos olhos ardessem ao deixarmos o porão, a ponto de não conseguirmos abri-los, andando e caindo uns por cima dos outros

²⁰² Seguindo a cosmologia iorubá, nomeia-se o primeiro gêmeo vindo à luz como Taiwo. O segundo é Kehinde (Cf. Ogunyemi, 1996, p. 74). São *ibêjis* (gêmeos) (Cf. Gonçalves, 2015 [2006], p. 19n).

[...] não só por causa da fraqueza, mas porque as pernas pareciam ter se desacostumado do peso do corpo, sempre deitado (Gonçalves, 2015 [2006], p. 56-57).

Chegando ao Brasil, batiza-se com o nome de Luísa, na impossibilidade de seguir expressando o original “pagão” (Gonçalves, 2015 [2006], p. 72-73). Será doravante Luísa Gama, em adoção do sobrenome de seu primeiro senhor, um fazendeiro de Itaparica (BA), em cujas terras plantava cana-de-açúcar e operava um engenho, negócio em presumível decadência e logo vendido (Gonçalves, 2015 [2006], p. 185). Pela idade, é designada como companhia para a filha do senhor, o que permite à protagonista aprender a ler e a escrever, durante as aulas de sua sinhazinha com um “muçurumim”, escravo mulçumano, chamado Fatumbi. Na fazenda, contudo, à medida que cresce, de pouco lhe adianta a indicação para serviços domésticos e, por consequência, para a “senzala pequena”, dos negros da casa-grande: é exposta à barbárie da posse escrava, do estupro à castração de um companheiro negro que pretendia livrá-la da gana de seu algoz (Gonçalves, 2015 [2006], p. 166-172).

Mas se Gonçalves, em seu ímpeto de totalização histórica, não se exime de recolher as mais violentas realizações dos regimes colonial e imperial no Brasil, individualizadas na trajetória da protagonista, também a sobrevivência terá marcante papel na narrativa. A formalização de núcleos saudáveis, ademais, transplantados para o cativo, e mesmo neste cultivados, por meio tanto da socialização étnica quanto da religiosidade de origem, perfaz a mais impressionante contribuição de Gonçalves. Com efeito, Kehinde logo encontra contrerrânea da nação jeje, povo a que pertence. Mesmo impedida de falar livremente o iorubá e o eve-fofon, suas línguas natais (Gonçalves, 2015 [2006], p. 77), descobre em Nega Florinda um guia espiritual e sucedâneo de sua avó.

Ela também era jeje, capturada em Ardra mais de sessenta anos antes, vivendo como liberta havia mais de trinta. No Daomé, tinha chegado a ser *vodu-no* [sacerdotisa no culto a Dan], como a minha avó antes de ser expulsa da corte de Abomé. Disse também que devia conhecer quase todos os voduns que a minha avó conhecia e que poderia até me falar deles, mas não adiantaria muito porque eles eram de África e ainda não estavam assentados no Brasil, tinham ficado por lá. Alguns assentamentos já estavam sendo providenciados, mas aquela não era a minha missão porque, do contrário, eu já teria recebido um sinal. Muito menos era a missão dela, que, embora continuasse acreditando

neles, na ajuda deles, sabia que não podiam fazer muita coisa por nós. No Brasil, o culto aos orixás era forte demais até para o grande poder que os voduns possuíam. Ela também disse que eu poderia me valer dos orixás para cultivar alguns voduns, porque, na Bahia, Mawu, Khebiosô, Legba, Anyi-ewo, Loko, Hoho, Saponan e Wu eram cultuados como Olorum, Xangô, Elegbá, Oxum, Iroco, Ibêjis, Xaponã e Olokum. Na Bahia, os orixás já tinham tomado conta das cabeças dos pretos e o culto deles vinha de muito tempo, praticado por quase todos os africanos que [...] iam parar naquelas terras. Nossos voduns nunca teriam força para ganhar um pouco de espaço ou atenção, e para eles estava destinado um lugar não muito longe dali, do qual, por enquanto, ela nada podia falar. A Nega Florinda foi embora prometendo me ajudar, primeiro com o pingente da Taiwo, depois com a estátua dos Ibêjis, as maiores urgências (Gonçalves, 2015 [2006], p. 83-84; grifo no original).

Apesar do culto aos orixás ser majoritário pela preponderância de nagôs e iorubás na região (Gonçalves, 2015 [2006], p. 502), e sem prejuízo do sincretismo que se formara a partir da diversidade tribal africana, Kehinde se reaproximará de sua nação: os jeje-mais ou minas-jejes. Guardará seu culto como os demais companheiros de cativo, escondendo em buracos na senzala as esculturas e imagens: “descobri como os pretos guardavam os seus santos, escondidos dos olhos dos brancos, e que todas aquelas paredes já deviam estar apoiadas em quase nada” (Gonçalves, 2015 [2006], p. 90).

E por vicissitudes que viriam a confirmar o que a personagem sente como predestinação – sua capacidade e formação intelectuais permitem a Kehinde um futuro mais lato e ágil, desde a oportunidade das aulas junto à sinhazinha, ao aprendizado do inglês quando trabalhara “alugada” na casa de britânicos, já na capital baiana (Gonçalves, 2015 [2006], p. 213, 227) –, conseguirá aportar em São Luís, para viver seis meses na Casa das Minas, templo histórico e tombado do povo jeje no Brasil. No relato ao filho Omotunde/Luiz, a chance de reafirmar a comum ancestralidade, retomando sentidos que vira perder com o sequestro do filho ainda criança: “Tenho a impressão de que você não sabe muitas coisas sobre voduns, o que não é bom, porque poderia ter se valido da proteção deles. Os da nossa família são muito fortes. Portanto, espero que ainda não seja tarde, e peço um pouco de paciência para contar o que sei e posso” (Gonçalves, 2015 [2006], p. 599). Kehinde passará então a reconstituir o culto na Casa das Minas, em que fora iniciada por Maria Mineira Naê, a rainha Agontimé do Daomé, “redescoberta” no

Brasil, para onde viera vendida²⁰³. Apesar de longo, vale a pena transcrever o seguinte trecho do livro, por ser representativo da formalização geral de sua fatura:

A *noche* Naê era a gaiacu, a mãe e dona da Casa, e abaixo dela havia os ogãs, e entre eles, os tocadores de tambor, que são muito importantes para o culto. Na Casa, eram os únicos cargos ocupados por homens, que eram três, primeiro, segundo e terceiro tambor, chamados *run*, *runpi* e *lé*. Além dos três tambores, ainda havia uma *gantó*, ou ferreira, que tocava um instrumento de ferro chamado *gan* e era acompanhada por mais quatro ou cinco mulheres que tocavam instrumentos feitos de pequenas cabaças vestidas com contas coloridas. *Eke*di é o feminino de ogã, e são elas as que mais trabalham na arrumação do barracão, das roupas e das cerimônias, e na Casa das Minas as *ekedis* eram as próprias vodúnsis. Eu ajudava no que me pediam e aprendi um pouco de tudo [...]. Durante a estada, também reaprendi a falar eve-fon, a língua utilizada em todos os cultos e também no dia-a-dia. Se houvesse um sacerdote homem, ele seria chamado de toivoduno, e aquele espaço que ocupávamos, ou seja, todo o terreno, é chamado de *runpane*, que em português pode ser algo como “fazenda”. O barracão onde são realizados os cultos tem o nome de *kwe*, e dentro dele ficam os *sabajis*, os quartos sagrados que guardam os *kpos* [potes] com assentamento dos voduns, e ainda o *rundeme*, quarto usado pelos voduns, e o *ronco*, quarto sagrado de iniciação das sacerdotisas. [...] Zomadonu, o vodum da *noche* Naê e chefe da Casa, tinha proibido o culto a Legba, depois de tê-lo acusado de ser o responsável pela expulsão das vodúnsis do Daomé. A *noche* Naê não gostava de falar sobre isso e obedecia ao seu vodum, sendo, porém, autorizada a oferecer um cântico a Legba no início de cada culto, para que ele não atrapalhasse (Gonçalves, 2015 [2006], p. 600-601; grifos no original).

Gonçalves versa frontalmente sobre a firmeza e profundidade dos laços sociais trazidos pelas nações africanas transplantadas, ponto de vista, inclusive, complementar às limitações evidentes da radiografia sociológica de *A integração do negro na sociedade*

²⁰³ Para mais detalhes a respeito de Nã Agotimé, personagem histórica evocada pelo livro de Gonçalves, é preciso consultar Ferretti (1995; 2009 [1985]), em que o autor recupera tese de Pierre Verger (1990) sobre a provável fundação da Casa das Minas pela rainha daomeana, “viúva do rei Agonglô e mãe do futuro rei Ghezo [regência: 1818-1858; Cf. Parés {2013, p. 295}]” (Ferretti, 1995, p. 117). O relatório final do “Colóquio sobre a sobrevivência das tradições religiosas africanas no Caribe e na América Latina” (1985, São Luís do Maranhão), da UNESCO, citado por Verger (1990, p. 153), referendou a hipótese do etnólogo francês. Em contraste, todavia, com a forma escolhida por Gonçalves em seu romance, a memória oral da Casa maranhense registra sua fundadora como Maria Jesuína. A escolha de Gonçalves curiosamente replica samba-enredo da Beija-Flor no carnaval de 2001, “Agotimé Maria Mineira Naê”, cujo erro de nomeação também do original africano, entre outros equívocos, foi apontado pelo antropólogo Sérgio Ferretti (2001).

de classes, de Florestan Fernandes. Restaria, uma vez mais²⁰⁴, afirmar: se o sociólogo paulistano trata com detalhes do movimento social negro nos inícios do século XX, dissertando, inclusive, sobre a importância contemporânea de Luiz Gama²⁰⁵, não é menos certo que seu superlativo estudo falha fragorosamente em ver além de tais movimentos sociais e da sempre baixa adesão que lograram junto às massas negras urbanas. Aferindo a importância de tais movimentos, e também o fracasso relativo de sua influência, deixa de versar sobre fenômenos de sociabilidade cotidianos, verdadeiros núcleos salutares à sobrevivência e integração negras, como as crenças e a espiritualidade transplantadas e mantidas. Pela desimportância com que figuram no quadro sociológico definido, tais fenômenos acabam tragados seja pelas consequências da “exposição prolongada e inelutável a condições crônicas de anomia” (Fernandes, 2008a [1964], p. 277), seja pelas tendências de urbanização e seu veto à “preservação de ‘mores’ afro-brasileiros, que poderiam garantir a transformação da ‘população negra’ numa minoria racial integrada e autônoma” (Fernandes, 2008a [1964], p. 120; grifo no original).

Se Kehinde “vence” na vida, certamente é pelo talento na assimilação da cultura letrada e do tipo de comportamento a ela vinculado – aqui, o contato constante com os escravos mulçumanos, cuja crença em Meca e a leitura sagrada do Alcorão são trazidas do continente africano, é central: seu letramento é *outro* ponto de partida à composição na sociedade brasileira, sendo a altivez da fé em Alá reprimida com dureza na sequência da Revolta dos Malês, em 1835, na capital baiana²⁰⁶ –; mas a sobrevivência de Kehinde não depende menos de seu “paganismo”, mesmo que compulsoriamente e a todo tempo disfarçado. A força mais elementar que a move almeja a reunião definitiva com a família massacrada e, depois, dispersa (com a cruel venda de Omotunde). Por isso, de modo

²⁰⁴ Ver nossa crítica a Florestan Fernandes na seção “b” do tópico 2.2, especialmente páginas 148 a 150.

²⁰⁵ Vejamos passagem em que há referência direta ao herói da Abolição, recuperado pelos movimentos sociais negros: “Ao desmascaramento na ordem moral, correspondiam a laboriosa reconstrução do papel histórico desempenhado pelo ‘negro’ no passado da sociedade brasileira e a exigência de verdadeiro respeito mútuo nas relações raciais. Assim, datas como o 28 de Setembro e o 13 de Maio adquiriram nova significação; pessoas como Patrocínio, Luís Gama, Rebouças, e tantos outros, receberam um autêntico *preito engrandecedor*; e os fundamentos axiológicos da ordem social competitiva e democrática sofreram uma reinterpretação realmente íntegra e puritana” (Fernandes, 2008b [1964], p. 127; grifos nossos). É no mesmo flanco simbólico dessa luta que Ana Maria Gonçalves almeja posicionar-se.

²⁰⁶ A participação de Kehinde na Revolta está figurada no capítulo sete de *Um defeito de cor*. Cf. Gonçalves (2015 [2006], p. 455-568).

paralelo ao sucesso das empreitadas comerciais que banca²⁰⁷, há sempre a busca: pela manutenção do elo de origem, o que integra sua personalidade apesar dos muitos exílios.

No navio negreiro, a separação é oportunidade extremada de afirmação do *vínculo*: potencialmente perdido, encontrará na sobrevivência de Kehinde razão de continuidade.

A minha avó me acordou no meio do sonho em que eu estava em uma canoa, remando pelos rios de Savalu, e me disse para segurar [...] a mão da Taiwo. [...]. Apertei mais forte [...] a mão dela, para que a sua parte na nossa alma não fosse embora e ficasse comigo. Era nisto que eu pensava, mas não sei se foi assim que aconteceu, como também não sei dizer se era essa a intenção da minha avó. Soltei a mão da Taiwo [...] quando os guardas foram buscá-la e bateram na minha avó. Não muito, mas bateram, e ela não chorou por ter apanhado nem por terem levado o corpo da Taiwo, que seria jogado no mar sem ao menos ser lavado direito. Ela disse que, assim que desembarcássemos no estrangeiro, e se ela ainda estivesse viva, faríamos uma cerimônia digna [...], porque nem para a minha mãe ou para o Kokumo [irmão assassinado no mesmo episódio em que Kehinde perde a mãe] fizemos de acordo com as tradições [...]. Eu [...] também teria que mandar fazer um pingente que representasse a Taiwo e trazê-lo sempre comigo, de preferência pendurado no pescoço. [...]

Algumas horas depois de terem levado a Taiwo, como se estivesse apenas esperando que ela partisse [...], a minha avó disse que estava [...] fraca e cansada, que perdia a força e a coragem longe dos seus voduns, pois tinha abandonado a terra deles, o lugar em que eles tinham escolhido viver e onde eram poderosos, e eles não tinham como segui-la. Durante dois dias ela me falou sobre os voduns, os nomes que podia dizer, as histórias, a importância de cultivar e respeitar os nossos antepassados. Mas disse que eles, se não quisessem, se não tivessem quem os convidasse e colocasse casa para eles no estrangeiro, não iriam até lá. Então, mesmo que não fosse através dos voduns, ela disse para eu nunca me esquecer da nossa África, da nossa mãe, de Nanã, de Xangô, dos Ibêjis, de Oxum, do poder dos pássaros e das plantas, da obediência e respeito aos mais velhos, dos cultos e agradecimentos (Gonçalves, 2015 [2006], p. 60-61).

²⁰⁷ O êxito comercial começa com uma banca móvel de *cookies* – receita aprendida na casa britânica em que trabalhara –, avança, ainda em São Salvador, para uma padaria; ao final, a grande senhora, estabelecida em Lagos, envia os filhos mais jovens para estudar em Paris (Gonçalves, 2015 [2006], p. 914-916); sendo em tudo pioneira, tentará a última volta ao Brasil: país de sua afirmação como sujeito da história, mas também de sua maior derrota.

O longo descrever das tradições silenciadas – sempre ativas, não obstante –, a incorporação textual de léxico iorubá, eve-fon, além de outras línguas africanas, procedimentos associados à formação da protagonista, desvelam ao leitor a opção narrativa pela permanência da superação, tentativa de mimesis da luta negra no Brasil, e impõem outra agenda poética à literatura brasileira, sustentada por pesquisa exaustiva de culturas originárias. Nesse sentido, complementam, igualmente, a empreitada literária negra de maior repercussão nas últimas décadas: *Cidade de Deus*, de Paulo Lins (2002 [1997]).

No épico urbano do escritor carioca de origem popular e negra, a *estética necrológica*, notada por vários críticos (V. p. ex., Farinaccio, 2004, p. 182-187 e Schwarz, 1999, p. 163-171), ao tempo que responde pela grande força do romance – no amontoado gradativo e insuportável de corpos seviciados, o leitor de classe média (como não poderia deixar de ser, numericamente superior aos pares orgânicos do autor) tem quebrada a assepsia do distanciamento televisivo dos noticiários policiais que nada acrescentam a não ser a seus anunciantes –, fecha seu ímpeto igualmente totalizador em tal elaboração limitada das tramas.

De achado formal, o *tempo curto* da poética de Lins passa à imagem pobre da pobreza. Fica-se com a impressão, durante a leitura desse longo romance, de uma incapacidade crônica de pensamento e elaboração, com as personagens respondendo tão somente a impulsos imediatos. O trabalho de dominação social brasileiro e também as diversas reações que suscita não se reduzem ao aparato policial, à violência física e à miséria extrema: têm nuances centrais para sua compreensão que, no entanto, Lins prefere ignorar frente à compulsão instintiva a que limita as personagens.

Seria, claro, injusto dizer que *Cidade de Deus* seja só isso. Mas igualmente injusto é dizer que, finda a leitura, os momentos de maior densidade na caracterização psíquica e conjuntural mantêm-se com algum relevo. Essa abordagem que não deixa de ser radical, é também *involuntiva*, e o sentido humano mais vasto conferido ao início do livro é progressivamente abandonado quando a esperança do novo conjunto habitacional transforma-se em favela superpopulosa (num arco temporal que vai desde 1966, data de chegada dos primeiros moradores à Cidade de Deus – extremo oeste da capital carioca –, até meados dos anos 1980):

Os novos moradores levaram lixo, latas, cães vira-latas, exus e pombagiras em guias intocáveis, dias pra se ir à luta, soco antigo para ser descontado, restos de raiva de tiros, noites para velar cadáveres, resquícios de enchentes, biroscas, feiras de quartas-feiras e as de domingo, vermes velhos em barrigas infantis, revólveres, orixás enroscados em pescoços, frango de despacho, samba de enredo e sincopado, jogo do bicho, fome, traição, mortes, Jesus Cristos em cordões arrebatados, forró quente para ser dançado, lamparina de azeite para iluminar o santo, fogareiros, pobreza para querer enriquecer, olhos para nunca ver, nunca dizer, nunca olhos e peito para encarar a vida, despistar a morte, rejuvenescer a raiva, ensanguentar destinos, fazer a guerra e para ser tatuado. Foram atiradeiras, revistas *Sétimo Céu*, panos de chão ultrapassados, ventres abertos, dentes cariados, catacumbas incrustadas nos cérebros, cemitérios clandestinos, peixeiros, padeiros, missa de sétimo dia, pau para matar a cobra e ser mostrado, a percepção do fato antes do ato, gonorreias mal curadas, as pernas para esperar ônibus, as mãos para o trabalho pesado, lápis para as escolas públicas, coragem para virar a esquina e a sorte para o jogo de azar. Levaram também as pipas, lombo para polícia bater, moedas para jogar porrinha e força para tentar viver. Transportaram também o amor para dignificar a morte e fazer calar as horas mudas. (Lins, 2002 [1997], p. 16-17; grifo no original).

Caberia indagar, é certo, o que provocou no autor a imagem de desenvolvimento regressivo que encampa, e que vai transformar a densidade humana responsável pela boa fatura do trecho acima destacado numa sucessão *apenas descritiva* de mortes e rixas. Certamente verossímil, tal imagem não dá conta, entretanto, da guerra surda da luta de classes cotidiana, realidade muito além dos jorros de sangue.

Todavia, se, com Ana Maria Gonçalves, escapamos de limitar a experiência negra brasileira a sua recaída marginal e pré-política, como uma leitura em linha poética com *Cidade de Deus* poderia fixar de maneira redutora caso não contrastada, por outro lado, seria insuficiente não ler *Um defeito de cor* também segundo as escolhas formais que impedem sua plena realização.

Embora quebre a rígida homogeneidade do perfil autoral característica do campo literário brasileiro, Gonçalves opta por conformar tradicionalmente sua obra. É que não obstante o ponto de vista narrativo e sua sólida matéria – originada em boa parte na pesquisa exaustiva – serem absolutamente extemporâneos ao grosso de nossa produção, e sustentarem a relevante originalidade do romance, estão dispostos de modo conservador. A linearidade absoluta da narrativa aponta para o conteúdo tornado imóvel,

refém da própria magnitude, e a mão condutora acanha-se seguindo lógica que proíbe qualquer distorção, mesmo as meramente figurativas. No trecho destacado mais acima, quando trata-se de narrar a estrutura litúrgica da Casa das Minas, a limitação formal torna-se clara: Gonçalves, nutrindo completo respeito pelo assunto abordado, não é capaz de avançar seu trabalho de ficcionalização e elaboração artística um passo além da descrição reverencial. Se isso é particularmente sensível sobre o conteúdo religioso estrito, não é menos determinante nos demais momentos. A ausência de alternativas formais à narração linear, em livro tão volumoso, acaba por gerar repetições maçantes, cujo trabalho de reiteração de componentes da trama constrange o romance a sua invariância.

A matéria, forte, basta a si mesma, até o ponto em que, nos piores lances, descamba para o didatismo exacerbado, algo escolar, que é construído como componente do tom paternal de um relato de mãe para filho. A premência da empresa e o compromisso político de Gonçalves em levá-la a cabo engessam dessa forma as soluções, quando há pouco distanciamento em relação ao que é trabalhado e reformulado. Sem “desconfiança” crítica sobre o que se narra, tentando mesmo ser o mais fiel possível à importância da história, desprende-se efeito embaraçoso: o “enxerto” por vezes artificial de acontecimentos, personagens e costumes históricos – fatos e o próprio movimento da cultura têm seu sentido humano esterilizado e transformam-se em curiosidades bem-intencionadas.

Contudo, a despeito de tais indicações, a crítica é menor se bem vista a importância incontornável de *Um defeito de cor* para os campos de produção simbólica desse início de século no Brasil. “Acerto de contas” com a história da participação negra no país, o que assume como memória ficcional é tudo aquilo que as mãos brancas e masculinas – não mais “versadas”, como quer a sabotagem racista: simplesmente privilegiadas – registraram a seu modo *implicado*²⁰⁸. Sendo possível identificar numa das cenas em que a narradora relata a busca por seu filho perdido, no Rio de Janeiro dos anos 1840, a reduplicação do motivo central ao romance, figurado no ímpeto narrativo de Kehinde: resposta massiva que se constrói em alerta às redutoras hegemonias da história.

²⁰⁸ Vimos no tópico 2.1, entre outros casos na explicação que as ciências sociais deram do país, a hoje já muito debatida, e, portanto, visível, apologia freyreana masculina, branca e da elite econômica. Seja no registro das ciências sociais, seja nas formulações artísticas, o tratado freyreano e seus derivados são apenas a parte mais saliente da hegemonia que se quer fissurar.

Eu não sabia que ainda me lembrava de todos esses nomes, mas acho que foi de tanto percorrer aquela rua [do Ouvidor] olhando as vidraças em busca de coisas bonitas e surpreendentes. Algumas dela eu até podia comprar, e muitas vezes me senti tentada, mas não era realmente algo de que eu precisasse ou gostasse demais, como os livros. Será que você gosta de ler? O que será que você gosta de comer? Será que encontrou uma boa esposa? Teve filhos? Quantos? São muitas as minhas perguntas e sei que ficarão sem resposta. E como sei que isto é ruim, tento me lembrar de cada detalhe importante da minha vida, para responder a todas as dúvidas que você pode nem saber que tem. Sabe que tenho realizado um grande sonho? Não exatamente como o sonhei, mas já é alguma coisa, porque naqueles dias em São Sebastião eu pensava muito em quantas coisas teria para te contar quando nos encontrássemos, em todos os lugares a que eu queria te levar, nas pessoas a quem queria te apresentar. De certo modo é o que faço, embora quase nada do que estou falando faça parte da nossa memória em comum, como eu gostaria que fosse (Gonçalves, 2015 [2006], p. 662).

Conclusão – Poéticas brasileiras contemporâneas e a desigualdade social: recursos e sintomas

O estudo detido de uma variedade de soluções poéticas trazidas a lume nesse início do século XXI corroborou o entendimento do fenômeno literário segundo a plasticidade, ao mesmo tempo envolvente e esquivada, de suas respostas aos móveis que o originam. Formas trabalhando formas (Schwarz, 1999, p. 31), as poéticas brasileiras se haverão com os núcleos vivos de suas composições. Através das inúmeras mediações sociais que se interpõem na criação, o resultado dos recursos por esta conseguidos, como pudemos ver nos quatro exemplos de nosso *corpus*, depende da incorporação sempre difícil de tal carga.

Ousadamente, rompendo o silêncio e a imobilidade que a dificuldade das empresas apresenta, nossos autores forjam uma gama de recursos de que fomos fazendo o inventário. Neste, surpreendem: 1) o posicionamento narrativo polêmico, segundo consciência do outro de classe, em *Leite derramado*; 2) o flerte ostensivamente “naturalista” da prosa de Rubens Figueiredo, que direciona, assim, por meio de incontornável evidenciação, libelo contra as determinações acachapantes do mundo social. Não obstante tal característica *descritiva* da poética de *Passageiro do fim do dia* estar contrabalanceada pela culpa de classe e raciocínio radicais da personagem protagonista, que sorve o percurso nessa vertigem; 3) o desprendimento esteta em *Guia afetivo da periferia*; 4) a retomada do transplante cultural africano em *Um defeito de cor*.

Mobilizados como respostas ativas ao quadro de conflagração que constitui a mediação principal de sua feitura, os recursos poéticos também, como vimos em detalhe, operam no interior da tradição artística pregressa. Por isso, apresentamos tanto uma leitura da desigualdade socioeconômica brasileira nos séculos XX e XXI, quadro de ampla abrangência que inclui os diversos perfis autorais do país em sua dinâmica relacional, quanto momentos importantes de inflexão histórica sobre as formas ocidentais de narrar, a partir de teóricos que, percebendo a íntima ligação entre a ascensão burguesa e o romance moderno, trataram de perseguir os motivos e a emergência dos novos recursos narrativos, em nossa era da suspeita. Mas, aquém de tais motivos globais, investigamos igualmente as razões menores dos campos literários na modernidade, que informam as escolhas, desde os gêneros ao tipo de tratamento textual. Sempre refrações

de posicionamentos sociais, tais escolhas não deixam de obedecer aos móveis autotélicos gerados pela crescente especialização de um campo de produção artística restrito. Neste, vale dizer, a recepção crítica também cumpre importante papel, que assumimos com franqueza, apesar de nem sempre ter sido possível fugir a esquemas de leitura convencionais.

Nosso trabalho almejou, sobretudo, a dinamização das relações entre sociedade e literatura. Procurou em todo o percurso traçar os paralelos de tal dinamismo e de sua complexidade, buscando, sim, abstrair relações, contiguidades e oponências, mas sempre com o cuidado de rebatê-las novamente contra a realidade. Esse sentido de concretude guiou, ademais, o itinerário de fundamentação teórica da tese. Começamos tratando dos marxismos filosóficos para descermos à sociologia e a seu encaminhamento material, em um caminho que aporta nas disposições contemporâneas da desigualdade social brasileira. Ainda que esse segundo e terceiro momentos guardem coerência com os marxismos filosóficos estudados, devendo muito de sua visada a esta inspiração, “rebaixam” o plano de análise uma vez mais. Encontramos, aí, a heteronomia racial brasileira, produto antigo e redivivo da luta de classes nativa; aí, também, os trabalhadores brasileiros surgem contrafeitos – superexplorados – pelo sistema produtivo nacional e internacional; e os ideólogos escritores, advindos em sua maioria dos setores intelectuais da classe média – origem também majoritária em nosso *corpus* –, têm *situada* sua obra.

O nível de autoconsciência dos autores estudados é alto. De fato, mobilizam sua literatura no aprofundamento de questões que turvam pesadamente os caminhos sociais, que são também os seus. Nos melhores momentos, como vimos, a admissão franca das contradições presentes no ato de narrar leva a importantes figurações de tal complexo. No caso de Chico Buarque, pela autoexposição “involuntária” das classes dominantes e de seu vexame. No de Figueiredo, pela culpa de classe que aprofunda a crise do herói pequeno-burguês. No de Faustini, pelo trato altivo e emancipatório da experiência de carestia, negando-se nela sucumbir ou fixar-se. E no de Gonçalves, pela longa e cuidada recontagem histórica de sua ascendência, que busca retomar do sequestro eurocêntrico.

Mas além de recursos poéticos de bom rendimento no trato figurativo das assimetrias, e além, portanto, da imersão autoconsciente e criativa nos problemas de perspectiva histórica e social, tais poéticas são também “sintomas”. Essa boa definição, de viés psicanalítico, da carga irrefletida das expressões ou da expressividade social, dá

conta das outras faces do trabalho literário e de seus produtos. Opera justamente nos flancos de maior insciência, mas que, também sendo sedimentos sociais sensíveis, respondem, caso indagados, sobre o que na obra resta preso a irresoluções básicas, centros imperativos alheios ao arsenal de recursos mobilizados. Nem sempre essas “irresoluções” derrubam a qualidade do material: ao contrário, por vezes amplificam a densidade poética. Vimos no caso de *Leite derramado*, segundo excerto em destaque²⁰⁹, como a figuração das memórias familiares de infância do narrador decadente é profundamente ambígua, e, acabando por humanizar o herói indecoroso, aponta involuntariamente para uma aproximação subterrânea entre este e o autor, Chico Buarque. Afinal, sendo de todo imprópria, a personagem é decadente e aí está o sentido do inventário histórico e emocional de seu monólogo; nessa fragilidade, ainda que engenhosamente refratada, encontramos uma imagem do autor e de sua posição social: dominada (infantilizada) frente aos poderes temporais, contra quem, no entanto, comporá sua talentosa insurgência.

Mas a negatividade crítica própria da reação de artistas e intelectuais a sua submissão temporal – posição, como vimos, de “feminização” social – nem sempre adensa as soluções textuais. No afã de sua imperiosa correção e de seu levante, tais reações podem ser presas *sintomáticas* de insulamento professoral. Vimos essa característica em parte da obra de Rubens Figueiredo. No entanto, hoje restam poucos vestígios desse traço na poética do autor, de resto, de excelente fatura. No aprofundamento dos dramas de consciência segundo o apartheid carioca, o latente ímpeto catequizador de Figueiredo figura com reserva. Sobrevivem, aqui e ali, em sua criação, alguns quistos naturalistas, em que descrições documentárias de quadros da desigualdade social anulam brevemente os motivos humanos e sua *aberta* disputa.

É socialmente sintomática, ainda, a adesão reverente e acrítica de Marcus Vinícius Faustini à cultura canônica. Em *Guia afetivo da periferia*, vimos, o jogo intertextual, que *realiza* poeticamente seu itinerário de ascensão, ao tempo que mimetiza a ampliação de horizontes do autor, opera com expedientes convencionais de evocação de prestígio, reduplicando, pois, as barreiras simbólicas que impedem que o *guia* seja mais do que caso excepcional. As mediações que Faustini nega ao trato autobiográfico da narrativa são aquelas que, desautorizando a crença salvacionista na educação e/ou na leitura,

²⁰⁹ Ver página 192.

apontariam para a insuspeita reprodução das clivagens sociais tanto na escola quanto no mundo da cultura em geral, em que noviços sentirão todo o peso da imane hierarquia, rejeitando como hostis os “valores” pregados com esperança emancipatória. Como mostramos a partir de um dos trechos de *Passageiro do fim do dia*²¹⁰, que trata de personagens pobres também moradores da periferia do Rio de Janeiro, o “mundo” de que Faustini dispõe com tanto talento e desembaraço pode não ser, em boa parte das vezes, muito mais do que o “mundo de seus inimigos” (Figueiredo, 2010, p. 56).

Por fim, também vimos que os recursos empregados por Ana Maria Gonçalves em *Um defeito de cor* têm rendimento obstado pela forma desidratada de narração. Conjecturamos que a imensidão da empresa assumida pela autora, em que o ponto de partida confunde-se com colossal responsabilidade política, *enrijeceu* as soluções formais, subordinando-as ao ímpeto “reparatório” de quem se dispôs a recontar a história brasileira. Desse modo, mesmo a incorporação de línguas e costumes originários do povo negro, de potente valor poético, flexiona-se de acordo com a reverência autoral, que não ousa elaborar tal incorporação segundo a plasticidade de vastos e insuspeitos usos humanos, aqueles que poderiam *desfigurar* a tradição indicando vital e produtivo distanciamento de qualquer “verdade”. A conservadora linearidade descritiva de *Um defeito de cor* é, portanto, igualmente “sintoma” dos onerosos tributos que as realizações literárias e artísticas pagam, inadvertidamente, a seu ponto de partida social e conflagrado.

“Poéticas da desigualdade social”, os livros por nós analisados, em panorama qualitativo da recente produção brasileira, são reações criativas, produtivas ou meramente reprodutivas daquela conflagração. Operando recursos capazes de desmontar a rotinização no entendimento sensível do mundo, também refratam de modo sintomático as assimetrias sociais pregressas, cabendo à crítica aferir as consequências dessa relação multívoca. Em nosso trabalho tentamos, pois, a todo momento, nos aproximar desse fenômeno de modo amplo e receptivo. Sem que fosse possível atentar às obras apenas em sua possível autossuficiência, traçamos um conjunto de mediações sociais e históricas que informam essa autonomia artística, alternadamente mais ou menos valorizada. A hipótese principal era de que, à margem da elaboração ininterrupta das relações entre literatura e sociedade, à margem da relatividade da primeira, negaríamos a força sempre

²¹⁰ Ver excerto destacado na página 197.

renovada de sua prática sobre o conjunto da cultura e, portanto, sobre o destino social do Brasil. Produção atualizada com seu tempo, a literatura brasileira contemporânea é também do tempo que a atualiza. Nesse sentido – vimos – é tanto problemática saturação das contradições que a mobilizam, quanto, nos momentos de mais aguçada consequência, superação formal do que ainda restava e nos resta *elaborar*.

Bibliografia

Do corpus

BUARQUE, Chico (2009). *Leite derramado*. São Paulo: Companhia das Letras.

FAUSTINI, Marcus Vinícius (2009). *Guia afetivo da periferia*. Rio de Janeiro: Aeroplano. Coleção Tramas urbanas (Literatura da Periferia Brasil), 11, curadoria Heloísa Buarque de Hollanda.

FIGUEIREDO, Rubens (2010). *Passageiro do fim do dia*. São Paulo: Companhia das Letras.

GONÇALVES, Ana Maria (2015 [2006]). *Um defeito de cor*. 11. ed. Rio de Janeiro: Record.

Obras literárias citadas

ALIGHIERI, Dante (2005 [1472]). *A divina comédia*. Introdução, tradução e notas Vasco Graça Moura. São Paulo: Editora Landmark.

ANJOS, Cyro dos (2002 [1937]). *O amanuense Belmiro*. 17. ed. Belo Horizonte: Livraria Garnier.

ASSIS, Machado de (s.d. [1880]). *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Garnier.

BUARQUE, Chico (2003). *Budapeste: romance*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2004a [1991]). *Estorvo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2004b [1995]). *Benjamin: romance*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2014). *O irmão alemão*. São Paulo: Companhia das Letras.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de (2007 [1615]). *O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Segundo Livro. Tradução Sérgio Molina. 1. ed. São Paulo: Editora 34.

_____ (2008 [1605]). *O engenhoso fidalgo D. Quixote de La Mancha*. Primeiro Livro. Tradução Sérgio Molina. 5. ed. São Paulo: Editora 34.

CUNHA, Euclides da (2000 [1902]). *Os sertões*. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Volume 1, p. 169-606.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos (2002 [1940]). “Elegia 1938”. In: _____. *Poesia completa*. Fixação de textos e notas Gilberto Mendonça Teles. Introdução Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, p. 86.

FELINTO, Marilene (2004 [1982]). *As mulheres de Tijucopapo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record.

FERRÉZ (2001). “Manifesto de abertura: literatura marginal”. *Caros Amigos: “Literatura marginal – A cultura da periferia – Ato I”*, São Paulo, edição temática, ago., p. 3.

_____ (2006). *Ninguém é inocente em São Paulo*. Rio de Janeiro: Objetiva.

FLAUBERT, Gustave (2007 [1857]). *Madame Bovary: costumes de província*. Tradução, apresentação e notas Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Nova Alexandria.

_____ (2009 [1869]). *A educação sentimental: história de um jovem*. Tradução Adolfo Casais Monteiro. Introdução e notas Édouard Maynial. São Paulo: Nova Alexandria.

FUIGUEIREDO, Rubens (1986). *O mistério da samambaia bailarina*. Rio de Janeiro: Record.

_____ (1995 [1990]). *A festa do milênio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco.

_____ (1998). *As palavras secretas: contos*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (1999 [1987]). *Essa maldita farinha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record

_____ (2001). *Barco a seco: romance*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2006). *Contos de Pedro*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2009 [1994]). *O livro dos lobos*. São Paulo: Companhia das Letras.

GOETHE, Johann Wolfgang von (2009 [1795-1796]). *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*. Tradução Nicolino Simone Neto. Apresentação Marcos Vinicius Mazzari. Posfácio György Lukács. 2. ed. São Paulo: Editora 34.

GÓRKI, Maksim (2007a [1913-1914]). *Infância*. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify.

_____ (2007b [1923]). *Minhas universidades*. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify.

JESUS, Carolina Maria de (2007 [1960]). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 9. ed. São Paulo: Ática.

LINS, Paulo (2002 [1997]). *Cidade de Deus: romance*. 2. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras.

LISPECTOR, Clarice (1998 [1977]). *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco.

LOYOLA BRANDÃO, Ignácio de (2010 [1974]). *Zero*. 13. ed. São Paulo: Global.

RAMOS, Graciliano (2005 [1934]). *São Bernardo*. 81. ed. Rio de Janeiro: Record.

ROA BASTOS, Augusto (1977 [1974]). *Eu o supremo*. Tradução Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANT'ANNA, Sérgio (2009 [1980]). *Um romance de geração: teatro-ficção*. São Paulo: Companhia das Letras.

SARMIENTO, Domingo Faustino (2010 [1845]). *Facundo, ou civilização e barbárie*. Tradução e notas Sérgio Alcides. Prólogo Ricardo Piglia. Posfácio Francisco Foot Hardman. São Paulo: Cosac Naify.

TOLSTÓI, Leon. *Guerra e Paz* (2011 [1865-1869]). Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Cosac Naify. 2 vols.

Obras de referência

ADORNO, Theodor W. (1982 [1970]). *Teoria estética*. Tradução Artur Morão. Lisboa/São Paulo: Edições 70/Livraria Martins Fontes.

_____ (2002 [1958]). "Lukács y el equívoco del realismo". In: LUKÁCS, Georg et al. *Realismo. ¿Mito, doctrina o tendencia histórica?*. Traducción Andrés Rivera Segovia. Buenos Aires: Lunaria, p. 25-49.

_____ (2012 [1954]). “Posição do narrador no romance contemporâneo”. In: _____. *Notas de literatura I*. Tradução e apresentação Jorge M. B. de Almeida. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, p. 55-63.

ARANTES, Paulo Eduardo (1992). *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. São Paulo: Paz e Terra.

ARISTÓTELES (2015). *Poética*. Edição bilíngue. Tradução, introdução e notas Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34.

AUERBACH, Erich (2013 [1946]). *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva.

AVRITZER, Leonardo (2001). “A singularidade brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 165-167.

BAKHTIN, Mikhail (2010a [1929]). *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5. ed. Tradução, notas e prefácio Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____ (2010b [1975]). *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 6. ed. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec.

BARRACOS tomam 13% do Capão Redondo: Distrito tem a maior concentração de favelas da cidade; Grajaú, na mesma zona sul, lidera em extensão favelada (2003). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 fev. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1202200302.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (1959 [1955]). *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

BENITES, Afonso (2016). “Por que o empresariado apoia a gestão Temer?” *El país*, Brasília, 9 jun. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/09/politica/1465424610_191054.html> Acesso em: 19 set. 2017.

BRANT, Danielle (2016). “Tesouro Direto deve sofrer mais mudanças para atrair investidores”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 nov. Disponível em <

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1836143-tesouro-direto-deve-sofrer-mais-mudancas-a-partir-desta-semana.shtml>>. Acesso em: 19 set. 2017.

BOURDIEU, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil.

_____. (1996a [1992]). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Presença.

_____. (1996b [1992]). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2004 [1987]). *Coisas ditas*. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2007 [1979/1982]). *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk.

_____. (2011 [1984/1992]). *Homo academicus*. Tradução Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Revisão técnica Maria Tereza de Queiroz Piacentini. Florianópolis: Editora da UFSC.

BOSI, Alfredo (2014 [1977]). “Um testemunho do presente”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 4. ed. São Paulo: Editora 34, p. 35-50.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilian (orgs.) (2009). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras.

BOWES, Simon (2017). “Caso Nike mostra como multinacionais driblam bilhões em impostos”. *Poder 360*, Washington, 6 nov. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/paradise-papers/caso-nike-mostra-como-multinacionais-driblam-bilhoes-em-impostos/>>. Consulta em: 17 nov. 2017.

BRITO, Fausto (2006). “O deslocamento da população brasileira para as metrópoles”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200017>. Acesso em 16 set. 2017.

BURAWOY, Michael (2010). *O marxismo encontra Bourdieu*. Organização Ruy Braga. Tradução, referências bibliográficas e notas Fernando Rogério Jardim. Campinas: Editora da Unicamp.

BÜRGER, Peter (2012 [1974]). *Teoria da vanguarda*. Tradução José Pedro Antunes. São Paulo: Cosac Naify.

CALLINICOS, Alex (1999). “Social theory put to the test of politics: Pierre Bourdieu and Anthony Giddens”. *New Left Review*, Londres, n. 236, jul./ago., p. 77-102.

CANDIDO, Antonio (1976 [1965]). “Literatura e cultura de 1900 a 1945 (panorama para estrangeiros)”. In: _____. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 109-138.

_____ (1989a [1970]). “Literatura e subdesenvolvimento”. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, p. 140-162.

_____ (1989b [1977]). “Poesia e ficção na autobiografia”. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, p. 51-69.

_____ (2001 [1979]). “Prefácio” a MICELI, Sergio. “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)”. In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 71-75.

CARDOSO, Fernando Henrique (1964). *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

_____ (1997a [1962]). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1997b [1977]). “Nota às edições anteriores”. In: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 11-19.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de (1976). “As ideias estão no lugar”. Entrevista ao *Cadernos de Debate*, São Paulo: Brasiliense, n. 1, p. 61-64.

_____ (1997 [1969]). *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp.

COHN, Gabriel (2005). “Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu em Sociologia”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 245-250. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300017>. Acesso em: 20 jan. 2018.

COSTA LIMA, Luiz (1981). “Representação social e mimesis”. In: *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 216-236.

_____ (1995). *Vida e mimesis*. Rio de Janeiro: Editora 34.

_____ (2002). *Intervenções*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____ (2010). *Luiz Costa Lima: uma obra em questão*. Organização Dau Bastos. Rio de Janeiro: Garamond.

_____ (2014 [2000]). *Mimesis: desafio ao pensamento*. 2. ed. rev. Posfácio Sérgio Alcides. Florianópolis: Editora da UFSC.

COTRIM, Ana (2011). “Reflexos da guinada marxista de Georg Lukács na sua teoria do romance”. *Projeto História*, São Paulo, n. 43, dez., p. 569-593. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br//index.php/revph/article/viewFile/8335/6717>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson (1969). “Introdução”. In: LUKÁCS, György. *Realismo crítico hoje*. Tradução Ermínio Rodrigues. Brasília: Coordenada, p. 7-20.

DALCASTAGNÈ, Regina (1996). *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

_____ (2012). *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo/Rio de Janeiro: Editora Horizonte/Editora da UERJ.

DARWIN, Charles (2008 [1839]). *Viagens de um naturalista ao redor do mundo: diários de pesquisa sobre a história natural e a geologia dos países visitados durante a viagem do Beagle*. Tradução Pedro Gonzaga. Porto Alegre: L&PM.

DELFIN NETTO, Antonio (2014). “Delfim Netto sobre atuação no regime militar: ‘Não tenho nada do que me arrepender’”. Entrevista a Aguinaldo Novo. *O Globo*, São Paulo, 23 mar. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/delfim-netto-sobre-atuacao-no-regime-militar-nao-tenho-nada-do-que-me-arrepender-11959575>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

DELGADO, Gabriel Estides (2013). “O depoimento como forma: leitura de *Estive em Lisboa e lembrei de você*, de Luiz Ruffato”. *Palimpsesto*, Rio de Janeiro, n. 16, ano 12, p. 1-17. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num16/dossie/palimpsesto16dossie03.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

_____ (2016). “Desafios poéticos do realismo na atualidade: a contribuição de György Lukács”. *Palimpsesto*, Rio de Janeiro, n. 22, ano 15, p. 315-328. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num22/estudos/Palimpsesto22estudos03.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

_____ (2017). “Jessé Souza – *A tolice da inteligência brasileira*: ou como o país se deixa manipular pela elite”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 50, jan./abr., p. 514-522. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/elbc/n50/2316-4018-elbc-50-00514.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

EBLE, Laeticia Jensen (2016). *Escrever e inscrever-se na cidade: um estudo sobre literatura e hip-hop*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23045/1/2016_LaeticiaJensenEble.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ENDERLE, Rubens (2007). “Sobre a tradução”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (2007 [1845-1846]). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. Texto final Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, p. 17-19.

FAORO, Raymundo (2001 [1958/1973]). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo.

FARINACCIO, Pascoal (2004). *A questão da representação e o romance brasileiro contemporâneo*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270093/1/Farinaccio_Pascoal_D.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.

FAUSTINI, Marcus Vinícius (2017). “2017. Aprendizado nº 1”. *O Globo*, Rio de Janeiro, Segundo Caderno, coluna semanal, 28 nov. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/2017-aprendizado-1-22121016>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

FERNANDES, Florestan (1970 [1952]). *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Editora da Universidade de São Paulo.

_____ (1977a). *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.

_____ (1977b). “Em busca de uma sociologia crítica e militante” In: _____. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, p. 140-212.

_____ (1978a [1959]). *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

_____ (1978b [1977]). *A condição de sociólogo*. Prefácio de Antonio Candido. São Paulo: Hucitec.

_____ (2005 [1975]). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo.

_____ (2008a [1964]). *A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)*, volume 1. 5. ed. São Paulo: Globo.

_____ (2008b [1964]). *A integração do negro na sociedade de classes: (no limiar de uma nova era)*, volume 2. São Paulo: Globo.

FERRETTI, Sérgio (1995). *Repensando o Sincretismo: Estudo sobre a Casa das Minas*. Prefácio Reginaldo Prandi. São Paulo/São Luís: Edusp/Fapema.

_____ (2001). “Beija-flor e a Casa das Minas”. *Comissão Maranhense de Folclore: boletim on-line nº 18*, São Luís, jan. Disponível em: <<http://www.cmfolclore.ufma.br/arquivos/789439a580ff99114aabae3663f4971e.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2017.

_____ (2009 [1985]). *Querebentã de Zomadônu: etnografia da Casa das Minas do Maranhão*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas.

FIGUEIREDO, Janaína (2017). “Latinobarômetro: corrupção aparece pela primeira vez como principal preocupação para Brasil, diz pesquisa”. *O Globo*, Buenos Aires, 27 out. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/latinobarometro-corrupcao-aparece-pela-1-vez-como-principal-preocupacao-para-brasil-diz-pesquisa-21999964>>. Acesso em: 27 out. 2017.

FIGUEIREDO, Rubens (2002). “Lições do atrito”. Entrevista a Augusto Massi. *Rodapé: crítica de literatura brasileira contemporânea*, n. 2, ago. São Paulo: Nankin, p. 208-213.

_____ (2011a). “Saber demais”. Entrevista a Marcos Pasche. *Rascunho*, Curitiba, fev. Disponível em: <<http://rascunho.com.br/saber-demais/>>. Acesso em: 18 nov. 2017. Edição 130.

_____ (2011b). “Rubens Figueiredo fala dos trabalhos como escritor, tradutor e da atividade que lhe dá maior satisfação: a de professor”. Entrevista a Marcos Fidalgo. *SaraivaConteúdo*, dez. Disponível em <<https://blog.saraiva.com.br/rubens-figueiredo-fala-dos-trabalhos-como-escritor-tradutor-e-da-atividade-que-lhe-da-maior-satisfacao-a-de-professor/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____ (2012). “Livros: *Passageiro do fim do dia* – Rubens Figueiredo”. Entrevista a Ederson Granetto. *Univesp TV*, Rio de Janeiro/ São Paulo, 13 abr. Disponível em <<http://univesptv.cmais.com.br/livros#>>. Acesso em: 18 nov. 2017. Programa Livros, episódio 65.

_____ (2015). “Um trabalhador braçal”. Entrevista a Daniel Benevides. *Revista Brasileiros*, 16 out. Disponível em: <<http://old.brasileiros.com.br/2015/10/um-trabalhador-bracal/>>. Acesso em 14 nov. 2017.

FIRJAN e Fiesp divulgam nota de apoio a apelo de Temer por união política (2015). *G1*, São Paulo, 06 ago. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/08/firjan-e-fiesp-divulgam-nota-de-apoio-apelo-de-temer-por-uniao.html>>. Acesso em: 19 set. 2017.

FREYRE, Gilberto (2000a [1933]). *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. In: SANTIAGO, Silviano (coord.) (2000). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, volume 2, p. 203-727.

_____ (2000b [1936]). *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*. In: SANTIAGO, Silviano (coord.) (2000). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, volume 2, p. 729-1461.

GOFFMAN, Erving (2009 [1959]). *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução Maria Célia Santos Raposo. 17. ed. Petrópolis: Vozes.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (2008). “Prefácio”. In: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)*, volume 1. 5. ed. São Paulo: Globo, p. 9-19.

GULLAR, Ferreira (1969). *Vanguarda e subdesenvolvimento: ensaios sobre arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (2000 [1936]). *Raízes do Brasil*. In: SANTIAGO, Silviano (coord.) (2000). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, volume 3, p. 899-1102.

IANNI, Octavio (1972 [1970]). *Raças e classes sociais no Brasil*. 2. ed. rev. e modificada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1996). “A Sociologia de Florestan Fernandes”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 25-33. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100006>. Acesso em: 20 jan. 2018.

INDIO DO BRASIL, Cristina (2013). “Escola pública é referência para quem quer fazer teatro: Escola de Teatro Martins Pena é referência no Rio de Janeiro para quem deseja fazer teatro e não tem condições de arcar com as despesas de um curso particular”. *Exame*, Rio de Janeiro, 30 mar. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/escola-publica-e-referencia-para-quem-quer-fazer-teatro/>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

JAMESON, Fredric (1984 [1961]). *Sartre: the origins of a style*. New York: Columbia University Press.

_____. (1985 [1971]). *Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. Tradução Iumna Maria Simon, Ismael Xavier e Fernando Oliboni. São Paulo: Hucitec.

JOBIM, José Luís (1999). “A ficção dos limites e os limites da ficção”. In: GUMBRECHT, Hans Ulrich; ROCHA, João Cezar de Castro (orgs.). *Máscaras da mímesis: a obra de Luiz Costa Lima*. Rio de Janeiro: Record, p. 201-218.

LAFETÁ, João Luiz (1974). *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades.

_____. (1986 [1980]). *Figuração da intimidade: imagens na poesia de Mário de Andrade*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2004a [1970]). “À sombra das raparigas em flor: uma leitura do romance *O amanuense Belmiro*, de Cyro dos Anjos”. In: _____. *A dimensão da noite e outros ensaios*. Organização Antonio Arnoni Prado. Introdução Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, p. 19-37.

_____. (2004b [1974]). “O mundo à revelia”. In: _____. *A dimensão da noite e outros ensaios*. Organização Antonio Arnoni Prado. Introdução Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, p. 72-102.

LIMA, Dulcilei da Conceição (2011a). *Desvendando Luíza Mahin: um mito libertário no cerne do Feminismo negro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível em:

<<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1821/1/Dulcilei%20da%20Conceicao%20Lima.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2017.

_____ (2011b). “Luiza Mahin: história, mito, ficção? Repensando uma figura enigmática”. *Revista África e africanidades*, ano IV, n. 13, mai., p. 1-28. Disponível em: <<http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/13052011-08.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2017.

LOPES, Carlos Herculano (2014). “Ana Maria Gonçalves conversa sobre o papel do negro na literatura”. *Uai*, Belo Horizonte, 15 jun. Disponível em: <<https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2014/05/15/noticia-e-mais,154678/ana-maria-goncalves-conversa-sobre-o-papel-negro-na-literatura.shtml>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

LÖWY, Michael (1979 [1976]). *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lukács (1909-1929)*. Tradução Heloísa Helena A. Mello et al. São Paulo: Lech Livraria Editora Ciências Humanas.

LUÍSA Mahin (2013). *Fundação Cultural Palmares*, Brasília, 7 mar. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/archives/26662>>. Acesso em: 3 dez. 2017.

LUKÁCS, György (1965). *Ensaio sobre literatura*. Coordenação e prefácio Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1967a [1948]). *Existencialismo ou marxismo?* Tradução e apresentação José Carlos Bruni. São Paulo: Senzala.

_____ (1967b [1960]). “Nota do autor”. In: _____. *Existencialismo ou marxismo?* Tradução e apresentação José Carlos Bruni. São Paulo: Senzala, p. 13-14.

_____ (1968 [1957]). *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade*. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1969 [1957]) *Realismo crítico hoje*. Tradução Ermínio Rodrigues. Brasília: Coordenada.

_____. *Nueva historia de la literatura alemana (1971 [1945])*. Traducción Aníbal Leal. Buenos Aires: La Pléyade.

_____ (1982a [1963]). *Estética I: la peculiaridad de lo estético*. Vol. 1: Cuestiones preliminares y de principio. Traducción Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo.

_____ (1982b [1963]). *Estética I: la peculiaridad de lo estético*. Vol. 2: Problemas de la mimesis. Traducción Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo.

_____ (1982c [1963]). *Estética I: la peculiaridad de lo estético*. Vol. 3: Categorías psicológicas y filosóficas básicas de lo estético. Traducción Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo.

_____ (1982d [1963]). *Estética I: la peculiaridad de lo estético*. Vol. 4: Cuestiones liminares de lo estético. Traducción Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo.

_____. (2003a [1923]). *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução Rodnei Nascimento. Revisão da tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2003b [1967]). “Prefácio (1967)”. In: _____. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução Rodnei Nascimento. Revisão da tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, p. 1-50.

_____ (2009a [1916]). *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Tradução e posfácio José Marcos Mariani de Macedo. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34.

_____ (2009b [1962]). “Prefácio do autor”. In: *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Tradução e posfácio José Marcos Mariani de Macedo. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, p. 7-19.

_____ (2010a [1945]) “Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. Tradução José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, p. 11-38.

_____ (2010b [1968]). *Marxismo e teoria da literatura*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.

_____ (2015 [1910]). “Quando a forma se estilhaça ao colidir com a vida: Søren Kierkegaard e Regine Olsen”. In: _____. *A alma e as formas*. Tradução Rainer Patriota. Introdução Judith Butler. Belo Horizonte: Autêntica.

MAGRIS, Claudio (2009). “O romance é concebível sem o mundo moderno?” In: MORETTI, Franco (org.). *O romance, I: A cultura do romance*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 1013-1028.

MARTINS, José de Souza (2005). “Prefácio à quinta edição”. In: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, p. 9-23.

MARX, Karl (1977a [1850]). “As lutas de classes na França de 1848 a 1850”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, volume 3, p. 111-198.

_____ (1977b [1852]). “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, volume 3, p. 203-285.

_____ (2004 [1932]). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução e notas Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo.

_____ (2008 [1859]). *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (2007 [1845-1846]). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. Texto final Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.

MERQUIOR, José Guilherme (1979). “O texto como resultado (notas sobre a teoria da crítica em Antonio Candido)”. In: LAFER, Celso (org.). *Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo: Duas Cidades, p. 121-131.

_____ (2015 [1974]). *Formalismo e tradição moderna: o problema da arte na crise da cultura*. 2. ed. ampliada. São Paulo: É Realizações.

MÉSZÁROS, István (2011 [1995]). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo.

_____ (2013 [1970]). *O conceito de dialética em Lukács*. Tradução Rogério Bettoni. Apresentação e revisão técnica José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo.

MICELI, Sergio (2001a [1977]). “Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatólios)”. In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 13-68.

_____ (2001b [1979]). “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)”. In: _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 76-291.

MIGUEL, Luís Felipe (2014). “Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal: uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 98, p. 145-161. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n98/08.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MOREIRA LEITE, Dante (2002 [1969]). *O caráter nacional brasileiro*: história de uma ideologia. 6. ed. rev. São Paulo: Editora UNESP.

MOTA, Carlos Guilherme (2014 [1977]). *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*: pontos de partida para uma revisão histórica. 4. ed. São Paulo: Editora 34.

NERI, Marcelo (2012). *A nova classe média*: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva.

NERI, Marcelo (coord.) (2010). *A nova classe média*: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

OEHLER, Dolf (2004). “O fracasso de 1848”. In: *Terrenos vulcânicos*. Tradução Samuel Titan Jr., Márcio Suzuki, Luís Repa, José Bento M. Ferreira. São Paulo: Cosac Naify, p. 13-34.

OGUNYEMI, Chikwenye Okonjo (1996). *Africa wo/man palava*: the Nigerian novel by women. Chicago: The University of Chicago Press.

OLIVEIRA, Francisco de (2003 [1972]). “Crítica à razão dualista”. In: _____. *Crítica à razão dualista/O ornotorrinco*. São Paulo: Boitempo, p. 25-119.

OTSUKA, Edu Teruki (2010). “Lukács, realismo e experiência periférica (anotações de leitura)”. *Literatura e Sociedade*, São Paulo, n. 13, p. 36-45. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ls/article/view/64083/66790>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

PACHECO, Ana Paula (2007). “Cidade-cárcere: violência e representação das classes baixas na literatura brasileira contemporânea”. *Terceira Margem*, Rio de Janeiro, n. 16, jan./jun., p. 27-45. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/11182/8178>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

PARÉS, Luis Nicolau (2013). “Cartas do Daomé: uma introdução”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 47, p. 295-395. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/afro/n47/a09n47.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2017.

PEÇANHA DO NASCIMENTO, Érica (2009). *Vozes marginais na literatura*. Rio de Janeiro: Aeroplano. Coleção Tramas urbanas (Literatura da Periferia Brasil), 12, curadoria Heloísa Buarque de Hollanda.

PERRONE-MOISÉS, Leyla (1990 [1976]). “Stendhal e a era da suspeita”. In: _____. *Flores de escrivantina: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 21-28.

PINHEIRO, Paulo (2015). “Introdução”. In: ARISTÓTELES. *Poética*. Edição bilíngue. Tradução, introdução e notas Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, p. 7-31.

PONTES, Heloisa (1998). *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras.

PRADO JÚNIOR, Caio (2000 [1942]). *Formação do Brasil contemporâneo*. In: SANTIAGO, Silviano (coord.) (2000). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, volume 3, p. 1103-1488.

QUINIOU, Yvon (2000 [1996]). “Das classes à ideologia: determinismo, materialismo e emancipação na obra de Pierre Bourdieu”. *Crítica marxista*. São Paulo: Boitempo, v. 1, n. 11, p. 44-61. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo70Artigo%202.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2017.

RABELLO, Ivone Daré (2007). “Barco a seco, de Rubens Figueiredo: certezas e enganos da imagem identitária”. *Terceira Margem*, Rio de Janeiro, n. 16. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/11188/8184>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

REIS, Luiz Felipe (2017). “Martins Penna, a mais antiga escola teatral da América Latina, vive sua pior crise: artistas alertam, nas redes sociais, para o sucateamento da instituição”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 mai. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/martins-penna-mais-antiga-escola-teatral-da-america-latina-vive-sua-pior-crise-21203047>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

RODRIGUES, Lidiane S. (2013). “Pierre Bourdieu: adversário aliado”. 37º Encontro Anual da ANPOCS (Simpósio Temático 11: O marxismo e seus críticos), Águas de Lindóia. *Anais...* Águas de Lindóia: ANPOCS, p. 1-30. Disponível em:

<<http://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st11/8452-pierre-bourdieu-adversario-aliado/file>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

SADER, Emir (2007). “Apresentação”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. Texto final Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, p. 9-15.

SANTIAGO, Silviano (coord.) (2000). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 3 volumes.

SARTRE, Jean-Paul (1999 [1948]). *Que é a literatura?* Tradução Carlos Felipe Moisés. Revisão da tradução Mário Laranjeira. São Paulo: Ática.

_____ (2002a [1957]). *Questões de método*. In: _____. *Crítica da razão dialética: precedido por Questões de método*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Texto estabelecido e anotado por Arlette Elkaïm-Sartre. Apresentação Gerd Bornheim. Rio de Janeiro: DP&A, p. 19-123.

_____ (2002b [1960]). “Prefácio”. In: _____. *Crítica da razão dialética: precedido por Questões de método*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Texto estabelecido e anotado por Arlette Elkaïm-Sartre. Apresentação Gerd Bornheim. Rio de Janeiro: DP&A, p. 13-15.

_____ (2002c [1960]). *Crítica da razão dialética: precedido por Questões de método*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Texto estabelecido e anotado por Arlette Elkaïm-Sartre. Apresentação Gerd Bornheim. Rio de Janeiro: DP&A.

_____ (2013 [1971/1988]). *O idiota da família – Gustave Flaubert de 1821 à 1857*. Tradução Julia da Rosa Simões. Porto Alegre: L&PM. Vol. 1.

_____ (2014 [1971/1988]). *O idiota da família – Gustave Flaubert de 1821 à 1857*. Tradução Ivone C. Benedetti. Porto Alegre: L&PM. Vol. 2.

_____ (2015 [1971/1988]). *O idiota da família – Gustave Flaubert de 1821 à 1857*. Tradução Ivone C. Benedetti. Porto Alegre: L&PM. Vol. 3.

SCHWARZ, Roberto (1999). *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2000 [1972]). “As ideias fora do lugar”. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, p. 11-31.

_____. (2012a [1990]). *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34.

_____ (2012b). *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Arlenice Almeida da (2013). “Georg Lukács: autonomia e heteronomia da arte”. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (orgs.). *O pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil*. São Paulo: Cosac Naify.

SINGER, André (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2015). “Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 102, p. 43-71.

SINNERBRINK, Robert (2017 [2007]). *Hegelianismo*. Tradução Fábio Creder. Petrópolis: Vozes.

SOARES, Luiz Eduardo (2009). “Prefácio” a FAUSTINI, Marcus Vinícius. *Guia afetivo da periferia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, p. 15-18.

SODRÉ, Nelson Werneck (1975). “Os poderosos no justo lugar”. *Opinião* (semanário), Rio de Janeiro, n. 144, p. 20, 8 de agosto.

SOUZA, Jessé (2000). *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da UnB.

_____ (2003). *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ.

_____ (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Colaboração de André Grillo et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

_____ (2012 [2010]). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Colaboração de Brand Arenari et al. 2. ed. rev. e ampliada. Belo Horizonte: UFMG.

_____ (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa.

SOUZA, Jessé (org.) (2006). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

TERTULIAN, Nicolas (2010 [1985]). “Lukács/Adorno: a reconciliação impossível”. Tradução Carla Cavalcanti e Silva e Leandro Candido de Souza. *Verinotio*, n. 11, ano VI, abr., p. 104-115. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.49958592234141.pdf>>. Acesso em 01 jul. 2017.

_____. (2012 [2005]). “Da inteligibilidade da história”. Tradução Antônio José Lopes Alves. Revisão técnica Leonardo Gomes de Deus. *Verinotio*, n. 14, ano VIII, jan., p. 71-78. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.73244376548794.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

TESOURO autoriza emissão de R\$ 2,25 bilhões para o Fies (2016). *GI*, Brasília, 18 dez. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/tesouro-autoriza-emissao-de-r-225-bilhoes-para-o-fies.ghtml>>. Acesso em: 19 set. 2017.

TESOURO Nacional emite R\$ 376 milhões em títulos para o Fies (2015). *GI*, Brasília, 13 mar. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/tesouro-nacional-emite-r-376-milhoes-em-titulos-para-o-fies.html>>. Acesso em: 19 set. 2017.

VERGER, Pierre (1990). “Uma rainha africana mãe de Santo em São Luís”. *Revista USP*, São Paulo, n. 6, jun./ago., p. 151-158. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35735/38451>>. Acesso em: 3 dez. 2017.

WACQUANT, Loïc (1996a). “De l'idéologie à la violence symbolique : culture, classe et conscience chez Marx et Bourdieu”. *Actuel Marx*, Paris, n. 20, out., p. 65-82.

_____ (1996b). “Notes tardives sur le ‘marxisme’ de Bourdieu”. *Actuel Marx*, Paris, n. 20, out., p. 83-90.

_____ (2013). “Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 96, jul., p. 87-103. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a07n96.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

WEBER, Max (2004 [1904-1905/1920]). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. Revisão técnica, edição de texto,

apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras.

WRIGHT, Erik Olin (2015). “Análise de classes”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 17, p. 121-163. Disponível em: <<https://goo.gl/EAYXGN>>. Acesso em: 19 nov. 2017.